

A. BATISTA FONTENELE



A MARCHA DO TEMPO

OS FONTENELE

A MARCHA DO TEMPO

O S F O N T E N E L E

indica - capítulo IV = 34000
V

Copyright © 2001 Antônio Batista Fontenele

FICHA CATALOGRÁFICA

F683m Fontenele, Antônio Batista
A Marcha do tempo: os Fontenele./Antônio Batista
Fontenele. Fortaleza: SENAI/CE, 2001.
282p.

1 Genealogia 2 Família Fontenele I Título

CDU 929.2

Impresso na Oficina Gráfica do SENAI/CE/CEMEP-AUA

ANTÔNIO BATISTA FONTENELE

A MARCHA DO TEMPO

O S F O N T E N E L E

2ª Edição revista e ampliada

FORTALEZA
2001

À memória de minha insubstituível mulher **HOSANA CÉSAR FONTENELE**, que durante 50 anos, 8 meses e 20 dias esteve ao meu lado, sob as bênçãos do céu.

Hoje, na mansão dos justos, tem os seus olhos voltados em constante proteção aos que jamais a esquecem e sentem a sua ausência.

Homenagem de minha saudade.

Aos meus filhos:

LEOPOLDO CESAR FONTENELE
ANTÔNIO BATISTA FONTENELE FILHO
HÉLIO CESAR FONTENELE
SÍLVIO CESAR FONTENELE

MARIA LENA FONTENELE FARIAS E SILVA
LUCI CESAR FONTENELE
MARIA DO AMPARO FONTENELE CESAR
CELINA FONTENELE GARCIA

a maior razão de meu constante orgulho

Histórias que me foram transmitidas, oralmente ou por escrito, graças à dedicação dos que amam o passado.

TOMAZ MOREIRA FONTENELE (MEU PAI)
CEL. INÁCIO DE ALMEIDA FORTUNA
PROFESSOR ANTONINO DA CUNHA FONTENELE
MONSENHOR VICENTE MARTINS
DR. SALÚSTIO DE PINHO PESSOA
PROFESSOR HUGO CATUNDA FONTENELE
DR. EDGAR BEZERRIL FONTENELE
PROFESSOR ANTÔNIO FERREIRA PORTO
JOÃO CRISTINO DE MENESES
JOAQUIM ANGELIM ROCHA
DEUSEDITH GOMES FONTENELE
RAIMUNDO LEOPOLDO DE MENESES
TABELLÃO UBIRAJARA ANGELIM

“É bastante perigoso fazer história por ouvir dizer”.

À Margem da História – GUSTAVO BARROSO

BERNARDO BOUVIER, nascido em Ruão em 1657. Viveu 100 anos. Era autor de *Colóquios sobre a pluralidade dos mundos*.

Disse:

“Não podemos enxergar um pouco longe sem subirmos aos ombros dos outros”.

E acrescenta:

“O autor que dá seu nome a uma obra tem inúmeros colaboradores, conhecidos ou desconhecidos”.

À memória do meu querido irmão Manuel Batista Fontenele cujo desaparecimento, quando tinha apenas 37 anos de existência, deixou inconformados não só a sua dedicada esposa e seus três filhinhos, como também os seus numerosos amigos. Entre estes, menciono o Prof. Martinz de Aguiar que, numa prova de elevada estima e amizade, dedicou uma página especial de seu livro *Lições de Português de Filinto e Odorico* nos seguintes termos:

“A Manuel Fontenele, que morreria
santo se não tivesse morrido tão moço”.

Infundas saudades do meu mano Florêncio B. Fontenele, desaparecido tragicamente em viagem de carro, nas proximidades de Sobral, na manhã de 22 de janeiro de 1950.

À memória de Manuel Ubatuba de Miranda, cinquenta e seis anos de uma camaradagem das mais estreitas no decorrer desse tão pequeno espaço de tempo.

Ao meu velho amigo, vizinho e parente Salústio de Pinho Pessoa, que se foi inesperadamente, no dia 3 de fevereiro de 1974, deixando seus amigos e parentes.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	19
----------------	----

CAPÍTULO I: Colonização do Coreau

1.1	Granja	25
1.2	Ribeira do Coreau – seu primeiro colonizador	27
1.2.1	Rodrigo da Costa e sua descendência	33
1.3	Equívoco da História	35
1.4	Os Moreira da Palma – sua real procedência	38
1.5	Origem dos Florêncios	44
1.6	Domingos Álvares Ribeiro – descendentes	45
1.7	Bento Pereira Viana	47
1.8	José Martiniano de Albuquerque Cavalcante	49
1.9	Mateus José de Sousa	50
1.10	Ana Sousa – Antônio dos Santos Oliveira	54
1.11	David Machado Portela – Padre	56
1.12	Antônio Alves de Holanda Cavalcante	59
1.13	Os Félix da Cunha	61
1.14	Coronel Manuel Francisco	62
1.15	Almirante Rubim	65
1.16	Antônio Fernandes Batista	66
1.17	Cel. João Damasceno Vasconcelos	73
1.18	Luiz Januário Lamartine Nogueira	73

CAPÍTULO II: Granja – Colonizadores

2.1	A Freguesia do Coreau	81
2.2	A Família Paula Pessoa	83
	Lendas Familiares	87
2.3	A Pedra Grande	91
	A Ponte	92

2.4	Pedro da Rocha Franco	93
2.4.1	Capitão-mor Pedro da Rocha Franco	95
2.5	Cel. Zeferino Gil Peres da Mota	106
2.6	Pessoa Anta	108
2.7	Brito Passos (ramo do Piauí)	118
2.8	Joaquim de Abreu Valadares	120
2.9	Alexandre Pereira de Sousa	121
2.10	Agostinho de Brito Passos	122
2.10.1	Agostinho de Brito Passos Júnior	123
2.11	José Inácio de Carvalho	126
2.12	Os Ferreira Porto	126
2.13	Joaquim Inácio Pessoa	129
2.14	Coronel Salustiano Moreira	130
2.15	Manuel Miranda	131
2.16	Valdemiro Cavalcante	133
2.17	João Porfírio da Mota	135
2.18	José Romão da Mota	136
2.19	Os Sampaio	139
2.20	Tiago Ribas	140
2.21	Ministro Carvalho Júnior	141
2.22	“Floresta” de Carvalho	142
2.23	Os Veras de Camocim	146
2.24	Professor José Eleutério da Silva	147
2.25	Os Fortunas	148
2.26	Antônio Augusto de Vasconcelos	149
2.27	Inácio José Rodrigues Pessoa	151
2.28	Raimundo Belfort Teixeira	152
2.29	Os “Oliveiras”	153
2.30	Padre João Barbosa Cordeiro	156

★ **CAPÍTULO III: Jean Pierre Fontaneilles**

3.1	Registro de Patente de uma das Companhias de Ordenação a Cavalos de Vila Viçosa Real referenciada a João Fontenele	167
-----	--	-----

3.2	Carta Régia Passada em 1793 sobre a Exploração de Minas na Serra da Ibiapina	168
3.3	Carta Dirigida por Jean ao Capitão-mor do Ceará	170
3.4	Instituição da Família Fontenele no Ceará – a chegada do Engenheiro de Minas, o francês Jean Fontenele na Ibiapina, em 1743. Edgar Bezerril Fontenele	172

CAPÍTULO IV: Os Filhos de Jean Fontenele

4.1	Felipe Benício Fontenele	179
4.2	Rosa Maria Fontenele	184
4.3	Guilherme José Fontenele	188
4.4	Agapita Fontenele	191
4.5	João Damasceno Fontenele	193
4.6	Paulo Fontenele	194
4.7	Plácido Fontenele	196
4.8	Ludovica Fontenele	198
4.9	Jacinta Maria Fontenele	199
4.10	Amaro Fontenele	200

CAPÍTULO V: Descendência de Jean Fontenele

5.1	Marechal José Freire de Bezerril Fontenele	205
5.1.1	Marechal Bezerril Fontenele	210
5.2	Cel. João Benício Fontenele	212
5.3	Pinho Pessoa - Família	213
5.4	Pacheco/Fonetele	219
5.5	José Joaquim Fontenele Sobrinho	221
5.6	Os Cunha Freire	222
5.7	José Raimundo Fontenele	224
5.8	Magalhães/Fontenele	225
5.9	General Tibúrcio	227
5.10	Os Beviláqua	229

5.11	Francisco Elias Fontenele	232
5.12	Manuel Benício Fontenele	237
5.13	Lopes Freire	238
5.14	Caldas Fontenele	238
5.15	Deocleciano Fontenele Pacheco	240
5.16	Geração Privilegiada	242
5.16.1	Saldanha/Fontenele (origem do sobrenome Saldanha)	243
5.16.2	Antônio Olegário	245
5.17	Feijó/Fontenele	246
5.18	Bezerra de Menezes / Fontenele	252

CAPÍTULO VI: César / Fontenele

6.1	Antônio Batista Fontenele	257
-----	---------------------------------	-----

CAPÍTULO VII: Notas Incompletas

1	Antônio Moreira de Albuquerque	271
2	Aualdo Batista de Araújo	271
3	José Coelho de Albuquerque	272
4	Maria Luiza Fontenele Paula Rodrigues	272
5	Nogueira Fontenele	272
6	José Alcy Fontenele	273
7	João Batista Fontenele	273
8	Pe. Francisco Eudes Fernandes	274
9	Francisco Irapuã Magalhães	274
10	Monsenhor Francisco Felipe Fontenele	274
11	Família Pereira Fontenele	275
12	Cel. Francisco Américo Fontenele	275
13	Francisco de Paula Rodrigues Sobrinho	276
14	Marcos Roberto Rodrigues do Monte Silva	277
15	Osmar Fontenele	277

Referências Bibliográficas

PREFÁCIO

PARA OS que amam a verdade histórica, a Bíblia ainda continua sendo a fonte vital do passado, fazendo com que nos transportemos aos pródomos da gênese humana e abeberemo-nos da cultura protorreveladora de pretéritas civilizações. Paralelamente, segue-se a Arqueologia a arrancar o silêncio tumular provas inequívocas de milenares existências do nosso ancestralismo perdido. Vêm à tona os Issac e os Noé, os Abrão e os Moisés, assim como vem os símiles do *Homo Sapiens*, dos *Australopithecus* e dos *Neandertalianos*, para comprovação de que somente os darwinistas os lamarckistas tem simiesca procedência. Somos, graças a tão exuberantes fontes de um passado histórico redividido, a nobres espécie que tem como herança paterna o domínio da criação.

Para compor esse primoroso conjunto de reminiscências, surgiram os Heródotos e os Josefos, os Champolions e a moderna ciência, a detectar verdades insuspeitas que nos colocam no minarete das grandes revelações. A. Batista Fontenele tem o grande mérito dos que amam a história, formando ao lado de eminentes figuras, restrito, embora, a uma diminuta área de pesquisa, dentro do grande prisma universal, porém oferecendo-nos um testemunho real do proveito.

Para muitos, desenterrar as raízes da árvore genealógica é por em risco as afirmações étnicas estampadas na galeria do presente. Houve até quem prognosticasse com fatal desestímulo, afirmando que buscar o parentesco ascendente seria ter a certeza de esbarrar numa senzala. Quanta perspicácia do péssimo criticismo! Fontenele desmente, oferecendo-nos um documentário insuspeitável, contido nas páginas de sua magnífica obra.

A MARCHA DO TEMPO, fruto do seu labor ao correr de uma existência quase secular, busca nas dobras do esquecimento as relí-

quias que enobrecem os pósteros. Os Fontenele e os Batista, os Belchior e os Moreira são quatro ramos principais da formação étnica, que com tanto brilho se expõem. Outros nomes existem, na composição do grande monumento ancestral, mas estes são como que tributários de um grande rio, unindo-se e engrossando a caudal em crescimento. Aí, repousa o sabor lírico do seu poema familiar.

Falar da obra e não falar do obreiro é procurar esconder aos olhos da platéia o seu personagem criador. Não pretendemos cometer semelhante injustiça, se bem que tenhamos consciência de quanto deseja ocultar-se esse herói, preferindo o silêncio dos humildes ao entusiasmo dos que se ufanam. A . BATISTA FONTENELE tem um perfil dignificante que merece era exposto, embora o contrariemos em suas modestas aspirações.

Como berço, teve a nobreza de sangue azul a acalantar os seus infantis devaneios. Criou-se por entre sonhos fidalgos. Cresceu. Nesse estágio de vida, recebeu a educação escolar, subsistente no meio e na época e que consistia em saber as "quatro operações fundamentais da aritmética", somar, diminuir, dividir e multiplicar. Como corolário do ensino, vinha o diploma de literatura, implícito na capacidade de ler uma carta e escrever outra. Fontenele contava os animais da fazenda, somente diminuindo, porquanto as implacáveis secas não lhe davam oportunidade nem mesmo de somar. E para instruir-se lia jornais, por empréstimo, quando "novos" ou quando as notícias já não interessavam mais aos seus assinantes. Surgiram as necessidades de sobrevivência, no campo da fisiologia doméstica e eis que o nosso personagem cuidou de instalar-se profissionalmente. Granja, então, testemunhou o seu dinamismo, sobressaltando-se no comércio e no jornalismo. "A Comarca" foi o seu atrevido periódico, quase sempre a falar da "Justiça da Palma". No campo da biologia, também doméstica, cuidou da preservação da espécie, unindo-se em matrimônio com uma prendada jovem. Veio o desfile do tempo e Granja se tornou pequena para o exercício de suas atividades. Mudou-se para Sobral, onde escreveu muito e ganhou pouco. Por fim, transferiu-se para Fortaleza onde se deixou confinar, entre as quatro paredes de uma oficina gráfica a "A.

BATISTA FONTENELE” passou a ser a razão social de sua empresa. Aos oitenta anos de idade, cujo feliz evento se deu aos sete dias do mês de janeiro do ano em curso, ele se diverte em contemplar as glórias e suas dignificantes conquistas. Pai de ilustrada família, detentor de invulgar cultura, pesquisador indormido, economicamente estável, lança ao mundo o seu mais jovem rebento, cujo nome recebeu na pia-mental o registro de A MARCHA DO TEMPO. Não tem orgulho, mas deve ufanar-se de nunca ter dormido em senzala. É um nobre.

Suspendamos o pincel e passemos, cada um por si, a procurar nas raízes da grande ÁRVORE o ramo que nos serviu de abrigo. Quem não figurar em A MARCHA DO TEMPO estará certamente contribuindo para uma segunda edição mais ampliada.

R. BATISTA ARAGÃO

Jan. 10/1980

CAPÍTULO I

Colonização do Coreau

1.1 GRANJA

NUMA fusão natural de tribos, reunindo silvícolas localizados no arraial de Santa Cruz do Rio Camocim, no morro do Arapuá (Irapuá ou ainda Irapuã) e na serrinha de D. Simão, forma-se o Arraial do Coreau, na margem esquerda do rio do mesmo nome, numa concentração populacional necessária aos interesses de indígenas das três regiões. Era o dedo do colonizador português a impulsionar o engatilhante processo no seu ordenamento positivo, pois, em 1702, situavam-se os primeiros sesmeiros na região. Em 17 de janeiro desse ano, o Capitão Rodrigo da Costa Araújo adquiria a primeira sesmaria na região, concedida pelo governador de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro. A 3 de agosto do mesmo ano, eram os irmãos Tenente Miguel Machado Freire e Domingos Machado Freire que conseguiam iguais prerrogativas. Em 1706, a 3 de setembro, aparece o padre Ascenso Gago, sendo beneficiado com uma data no lugar denominado Bracutiara, já cada vez mais se aproximando do Arraial dos “Maus Caboclos”. Foi neste ano que o “Arraial dos Maus Cablocos” passou à denominação de “Macaboqueira”, havendo como justificativa toponímica a má índole de seus habitantes.

“Coreau”, denominação que antecedeu à toponímia dos acidentados sociológicos já enumerados, sofreu variantes que muito foram discutidas pelos historiadores. Paulino Nogueira, no seu “Vocabulário Indígena”, afirma que a palavra Coreau foi algumas vezes grafada “CROAHÚ”, compondo-se de “Croá”, o mesmo que “Croatá”, “Crauá”, ou “Croá”, numa corruptela de “Caraotá”, “erva que arranha o viajante”, e mais “HU” igual a água, significando “Rio do Croá”.

Na petição de Rodrigo da Costa, talvez por falta de maior conhecimento do vocábulo, o escrivão grifou como “CROASSU”,

adicionando os dois “SS” que nunca encontraram justificativa. Nas primeiras escrituras e demais documentos que faziam referência à Ribeira e mesmo quando da criação da freguesia em 1757, a grafia usual era “CURUAIHÚ”. Outros, entretanto, escreviam “CRUAIHÚ” ou “CURUAIHÚ”.

Temos ainda a palavra autorizada de Teodoro Sampaio, que no seu livro “O Tupi e a Geografia Nacional” (3ª ed., pág. 191, 128) assim escreve:

“Coreahu – corruptela de “curiá-hu”, o comedouro de curiás ou o viveiro de curiás, pequenos patos água doce”.

Era o nome primitivo que tinha a cidade de Granja.

Antônio Bezerra, talvez por descuido, escreveu em certa ocasião “Caruaru”, nome que somente se encontra numa cidade pernambucana (Ver. do Inst. Hist. do Ceará, ed. 1917, pág. 97). Adiante mais, o historiador, que a povoação foi elevada à categoria de Vila com a denominação de “Granja” no dia 26 de junho de 1773.

Granja era o nome de uma vila do Conselho de Mourão do Distrito de Évora em Portugal. Outros historiadores, inclusive o bem informado Barão de Studart, referem, concomitantemente, várias datas de elevação à categoria de Vila, da “Povoação de Santa Cruz do Coreau”, como sede de freguesia desde 1759, quando foi instalada oficialmente pelo seu primeiro vigário, Padre Luís Fernandes de Carvalho.

Eis a relação das diversas datas atribuídas, além daquela que foi referida por Antônio Bezerra: 1) 3 de fevereiro de 1774; 2) 26 de julho de 1775; 3) 27 de julho de 1775; 4) 29 de julho de 1775; 5) 29 de agosto de 1776. Prevalece, entretanto, a data de 29 de agosto de 1776, que sem contestação pelos que fazem a história do Ceará, consideram-na como sendo a data correta de instalação da Vila. Resumindo, temos:

- a) até 1706, “Arraial do Coreau”
- b) a partir de 1706, “Arraial dos Mau Cablocos ou Macaboqueira”
- c) a partir de 1776, da data de ereção em vila, Granja.

1.2 RIBEIRA DO COREAÚ – SEU PRIMEIRO COLONIZADOR

Possivelmente, na metade do século XVII, o português Domingos da Costa Araújo partira de sua pátria (Portugal), acompanhado da mulher e filhos. Fizera a travessia do Atlântico, saltando esperançoso na terra de promessa. Fixou residência na vila do Recife, Capitania de Pernambuco. É certo que o novo imigrante vinha protegido pelos bons fardos, ou melhor, pelo seu anjo da guarda, a considerar pelos sucessos, em menos de dez anos, já estava enfileirado entre os patrícios de melhor pecúnia da terra.

Costa Araújo meteu-se na exploração do comércio exportador de nossa incipiente indústria açucareira, sem esquecer o ramo de couro de boi, ou mais especificamente, sola. Estes se tornaram os artigos de maior procura no mercado da metrópole. Domingos da Costa então recebia de sua terra os produtos de muita procura no já adiantado comércio pernambucano. Ajudado pelas atividades industrial e pastoril, florescentes na terra, foi muito fácil crescer sua receita, de ano a ano.

Seu filho Rodrigo da Costa Araújo, tendo atingido a maioridade, conservou-se ainda sob vistas paternas, na direção dos negócios, tomando-se em consequência, econômica e financeiramente, independente. Sob a influência do dinheiro e dominado pela força da virilidade que a idade permite ao moço de 21 anos, tomou a si a constituição de uma arrojada e dispendiosa empresa. Partiu, pois, do Recife, em busca do sopé da Serra da Ibiapaba, na capitania do Ceará Grande, em tempo aproximado ao ano de 1695.

Sabia ele que as imensas terras daquela região estavam devolutas à espera de algum conquistador. Sua resolução inesperada causou pasmo e não foi pequena a contrariedade paterna. O pai protestou veementemente. De nada, entretanto, serviram conselhos e advertências de seus genitores. Confiante, dispunha de grande resistência física e nada impediu de seu desiderato. De outro lado, animavam-no as condições de sólida economia que ao longo do tempo amalhara. Tinha pecúnia e com facilidade organizou uma caravana composta de serviçais dedicados, homens de coragem, de

várias espécies profissionais e de todas as raças; selvagens domesticados e escravos. Servido por alimárias carregadas de comestíveis, de animais miúdos para procriação que, em última hipótese, poderiam ser aproveitados como alimento de viagem, não podia armazenar no pensamento a idéia de fracasso.

Destemido e sem se deter nas advertências paternas, não se atemorizava diante da possibilidade de um inopinado ataque selvagem. Sabia, igualmente, dos insucessos ocorridos com os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, mas isso, nem as hostis surpresas sofridas por Soares Moreno o intimidavam. O vigor de sua juventude impetuosa afastava qualquer receio, pois se julgava indene a qualquer investida perigosa, saída da imensa selva a que se propunha transpor à frente de seu valoroso grupo.

A caravana lançada ao mundo ermo de então, a enfrentar os sertões inóspitos e as hostilidades naturais de cada região, era bastante numerosa. Isto encorajava o intrépido aventureiro, fazendo-o pensar no futuro com ilusões otimistas. Ambicionava formar uma das maiores áreas que um homem de posses poderia reunir sob o seu mando. Aguadas perenes, serras que oferecessem chãos cultiváveis e sertões próprios para o desenvolvimento de atividades pecuárias. Eram os sonhos do nobre conquistador.

A viagem foi realizada sem maiores incidentes. Cada capitania que ia ficando para trás fazia gravar na mente do jovem impulsivo a imagem cativante de um paraíso de ascensão. Amplos logradouros verdejantes, extensas campinas, rios e regatos em doce murmúrio e tudo isso a fazer regalado pouso aos esfalfados viajantes.

Nos sertões, a rota era dirigida pela orientação de altos picos ou pelos espigões abruptos das serranias altaneiras. No costeamento do mar, as águas rumurosas do Atlântico indicavam as confluências litorâneas. O sol era a bússola luminosa a conduzir os andantes em busca do proposto itinerário. Assim se desenvolvia a jornada.

Quando se fazia sentir a falta de mantimentos, era necessário um pouso mais prolongado. O comboio estacava. Sacrificava-se uma vitela. Todos comiam e do restante que sobrava fazia-se

provisão para as necessidades futuras. Depois disso, servia o pouso para os trabalhos de recuperação da ferramenta desgastada: foices, machados e facão, instrumentos indispensáveis às derrubadas de matas ao longo do caminho. Afinal, um dia e que felicidade! Foi atravessado um rio com muita areia e pouca água: era o Rio Acaraú.

Mais adiante foi encontrado um morador: o primeiro da longa escalada. Seu nome: Félix da Cunha Linhares. Sua procedência, diz a história, teria sido o Rio Grande do Norte e como primeiro desbravador da região, teria chegado no ano de 1694. Este sítio posteriormente tomou o nome de São José, local onde foi construída a capela mais antiga da região, sendo que atualmente tem a denominação de Sítio Patriarca. Ao ensejo desse fenomenal encontro foi um imenso regozijo para os viajantes.

Depois do necessário repouso, prosseguiu Rodrigues da Costa, contornando a Serra da Meruoca, pela esquerda, e tendo pela frente uma campina imensa (Jaibaras), que mais tarde se tornou posse de outro português – Gomes Parente.

Daí para diante o terreno oferecia melhor aspecto físico, dando ao viajante já cansado uma esperança de, em breve, vencer tão longo percurso. Poucas léguas mais além, deparou-se a caravana com águas de um rio a refletirem à sombra de frondosos carnaubais. A jornada continuou. Mais algumas léguas foram vencidas e eis que surge uma campina imensa, pontilhada de belos carnaubais. Era aí o ponto ideal para o estabelecimento de uma nobre moradia. Foi escolhido o local sobre o ponto mais alto da margem do rio e, de imediato, enormes cercas foram construídas não só para a proteção dos caravaneiros como para segurança dos animais do comboio.

A grande campina que precedeu ao seu ponto de referência foi denominada de “Várzea Grande” e, posteriormente, de Vila da Palma, atualmente cidade de Coreaú. O local de residência, escolhido por Rodrigo da Costa, foi o sítio denominado Outeiro, cuja casa ainda hoje vai resistindo heroicamente há mais de seis gerações.

Outeiro foi o ponto escolhido para um começo de muitas vidas, sendo que o corajoso pioneiro soube tão bem cuidar da multiplicação das três espécies que se faziam necessárias ao povoamento regional: humana, animal e vegetal.

Previdentemente tomou ele a deliberação de conquistar as faldas da Serra da Meruoca, cadeia montanhosa situada pouco distante. Conseguiu a melhor porção de terras cultiváveis, cuja fertilidade do solo garantia, durante a estação seca do ano, produção de cereais e também a pastagem necessária à engorda de animais.

Trabalhando com afinco, na sua grande propriedade estabelecida no cimo da montanha, onde o clima favorecia boa colheita e onde a safra forrageira oferecia segurança ao desenvolvimento da pecuária, não seria de se esperar fracasso do seu empreendedor. Evidentemente, fracasso não ocorreu, porém um surto progresso que se fez manifestar-se cedo, diante do alargamento das aventureis pretensões do desbravador.

Sendo Rodrigo da Costa filho de um Capitão-mor do Recife e, conseqüentemente, dotado de especiais prerrogativas de fidalguia, dirigiu-se ao Governador de Pernambuco, fidalgo Francisco Martins de Alencastro Guimarães, suplicando a concessão de três léguas de terras devolutas, situadas nas margens do Rio Coreaú. Da súplica, consta como data 7 de janeiro de 1702, conforme se lê em "Documentação Histórica de Pernambuco". Eis a seguir a petição e o respectivo despacho do governador, concedendo a primeira sesmaria:

"Diz RODRIGO DA COSTA ARAÚJO, que no sertão do Ceará, no riacho que chama Coroassu e Cabeceiras do Boqueirão da serra em que moram os índios da nação Ararius e vertentes do Camocy, - descobriu humas terras devolutas e desaproveitadas e porque elle suplicante tem gados para as poder povoar do que resulta a conveniência a Fazenda Real.

portanto P. a Vsa. Seja servido conceder-lhes nas ditas partes confrotantes três léguas de terra na forma das ordens de S. M. visto como consta pela data dellas lhe fez o Capitão-mor do Ceará para ser de sua jurisdição e não ser...E. R. M. "Informe o Provedor da Fazenda Real, ouvindo o Procurador da Coroa."

"Olinda, 7 de janeiro de 1702. Rubrica. Informa o Procurador da Coroa. BARROS. Não tenho dúvida no que o suplicante pede pagando o foro que se assentou na junta".

"RE. 7 de janeiro de 1702. PEREIRA. Snr. – visto a informação e resposta do Procurador da Coroa, que com elle informo a V. S. que não me oferece dúvida a que se dê ao suplicante a sesmaria que pede na forma das ordens de S. M. que D. s. Ge. V. S. mandará o que for servido. E havendo outrossim respeito ao que S. M. me encomenda no Cap. 15 do regimento deste governo. Hei por bem de lhes fazer mercê dar ao suplicante acima nomeado como pelo presente dou de uma sesmaria em nome de S. M. nos mesmos lugares, partes testadas, que confronta em sua petição três legoas de terra na formna das ordens do dito senhor, pagando de foro por cada legoa quatro mil réis o qual povoará dita terra no tempo de 5 annos, aliás se darão por devolutas e as possuirá e gozará o dito suplicante, elle e seus herdeiros não prejudicando a terceiros com suas mattas, lagoas, campos, testadas, logradouros e mais úteis que nellas se acharem, e será obrigado a dar pelas ditas terras caminhos livres ao Conselho para as fontes, pontes e pedreiras e a requerer a confirmação desta para S. M. que Deus

garde em termo de dois anos. Pelo que ordeno a todos os Ministros da Fazenda e justiça destas Capitánias a que o conhecimento desta Carta pertence-lhe façam dar posse Real e efetiva e actual na forma costumada e debaixo das cláusulas referidas e das mais da ord. Atto. Das sesmarias que pr. Firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por assignada e sellada com o sinete de minhas armas a qual se registrará nos livros da Secretaria deste Governo e nos da Fazenda e nos do Foral Real. Dado e passado neste Recife de Pernambuco em vinte dias do mês de janeiro – Lizardo Ribeiro Monção que a fez – ano de mil setecentos e dois – Bartolomeu de Siqueira Cordovil a fez escrever em ausência do secretário. D. Fernando Míz. Mascarenhas de Alencastro."

Era o que continha no termo que se vê transcrito, respeitada a grafia da época.

De posse de um largo trato de terra para criação de seu gado, compreendendo o sertão margeante do Rio Coreaú e parte da Serra da Meruoca – o seu maior refrigério durante as secas – conseguiu novas sesmarias junto ao Capitão-mor de nossa capitania. O que aconteceu no ano de 1706, conforme consta do VI. No 3, Ver. Hist. do Ceará, pág. 199, todas estas concessões foram feitas no ano de 1706. Além destas vieram outras, todas na margem do aludido Rio Coreaú, ficando Rodrigo da Costa o maior proprietário de terras naquele sertão.

Na mesma época, o padre Assenso Gago, Superior da Missão dos índios da Serra da Ibiapaba, estabeleceu a criação de gado no sertão, à margem esquerda do Rio Coreaú, no lugar que tomou o nome de Missão, onde referido jesuíta tentou construir um prédio para uma nova Missão, tentativa que fracassou em virtude da falta de apoio dos poucos habitantes daquela parte do sertão. Mas, voltemos ao nosso desbravador.

RODRIGO DA COSTA, somente no ano de 1722, resolveu contrair matrimônio, fato ocorrido na pequena vila de Fortaleza. Casou-se com Julieta de Barros Ferreira, filha do português Manoel Moreira Rolim e de sua mulher, Francisca Rodrigues de Almeida. Contava o noivo mais de quarenta anos de idade.

Este acontecimento não modificou o propósito inicial e o nobre empreendedor continuou a residir no Outeiro-Grande, nome pelo qual se tornara conhecida a fazenda.

1.2.1 RODRIGO DA COSTA E SUA DESCENDÊNCIA

Senhor da Ribeira, casado, proprietário, pecuarista e agricultor, nobre e respeitado, seguiu a extensão familiar que asseguraria ao desbravador a continuidade ancestral. Oito filhos foi o resultado da junção entre marido e mulher, os quais vão abaixo alinhados, não só em sua “unidade primitiva”, como ainda, ao lado daqueles e daquelas com quem vieram a contrair matrimônio. Temos, então:

2.1. Domingos da Costa Câmara – nascido em 1723. Contraiu matrimônio com Ana da Silva Moraes. Foi político militante, Capitão da Cavalaria da Ribeira, tendo tomado posse na investidura do cargo inerente ao posto, na Vila de Sobral, no dia 21 de março de 1760.

2.2. Angélica de Barros Ferreira – nascida em 1725. Casou-se com Antônio Gonçalves Cavalcante, abastado criador da Ribeira.

2.3. José da Costa Araújo – Casou-se com Ana Maria Mendes, filha do capitão Antônio Mendes de Carvalho e de Ana Maria Alves, naturais de Fortaleza. A influência do sogro fê-lo transportar-se para esta Vila, onde fixou residência.

2.4. Quitéria Maria de Araújo – nasceu em 1729. Casou-se com Antônio Gonçalves, abastado fazendeiro da região. Antônio Gonçalves, embora tenha sido recebido pela mulher, como abastado fazendeiro, sofreu reveses que o fizeram empobrecer. Por ocasião da seca de 1777, todo o seu gado foi dizimado pelo flagelo,

num total estimado em duas mil reses. Desgraça trazida pela terrível seca, porém, aliada à imprevidência que não o colocou em ponto de suportar o insucesso, obrigando-o a que, no ano seguinte, tivesse de mendigar vacas por empréstimo a fim de suprir as necessidades domésticas.

2.5. Ana da Costa Ferreira – nasceu em 1736. Contraiu núpcias com Manuel Moreira Simões Sênior, Primeiro-Tenente de Milícias. Sênior nasceu em 1721, em Portugal, e faleceu em 1791. Deste casal nasceu outro Manuel, que substituiu o “Sênior” por Júnior e que se casou com uma filha do francês Jean Fontenele – Agapita que ainda hoje habita a região.

2.6. Antônio da Costa Araújo – nasceu no ano de 1739. Não existe referência histórica sobre seu estado civil, pelo menos quando foi mencionado na relação dos herdeiros do espólio de seu genitor.

2.7. Maria da Costa Ferreira – nasceu em 1742. Contraiu núpcias com José de Barros Silva, criador na região.

2.8. Bernardina da Costa Araújo – não consta data de nascimento. Casou-se com Domingos Gonçalves Carneiro, residente na mesma gleba e exercente de atividade agropastoril.

O falecimento de Rodrigo da Costa Araújo ocorreu no dia 17 de julho de 1758. A partilha dos bens deixados pelo extinto foi procedida no Cartório da Povoação de Santa Cruz do Coreáú, hoje cidade de Granja, tendo como inventariante o filho mais velho, Capitão Domingos da Costa Câmara.

Como instrumento de prova escrita, no qual nos firmamos para oferecer arrimo às nossas assertativas, confessamo-lo escasso. Somente alguns registros de batismo foram encontrados no arquivo eclesiástico do Bispado de Sobral e isso num paciente esforço empreendido pelo operoso cidadão Luiz Coelho de Vasconcelos, residente na metrópole nortista do estado. Segue-se o que foi encontrado.

José, que naturalmente será o 3º na ordem cronológica de nascimento e que não consta referência sobre sua idade, nasceu a 20 de outubro de 1728. Foi batizado pelo Padre João da Costa Ribeiro e teve como padrinhos o Comissário Geral Pedro da Ro-

cha Franco e sua mulher. A nota refere como lugar de nascimento a Fazenda do Lago.

Maria, que é a “2.7” da relação anterior, consta como tendo nascido a 30 de junho de 1731. Foi batizada pelo Padre Isidório Rodrigues Resplande e teve como padrinhos o próprio celebrante do batismo e Ana da Silva Volante, mulher do Tenete-Coronel Manuel Barbosa de Moraes. O engano, quanto à data de nascimento, está entre os autos de inventário e o termo de batismo. Este, dando o fato como sendo de 30/06/31 e aquele, como tendo sido em 1742. Pela lógica, deve prevalecer o primeiro registro, ou seja, a certidão de nascimento.

Ana, que corresponde ao descendente “2.5”, tem também, duas datas de nascimento. Na descrição anterior, feita pelos autos de inventário, consta como sendo 1736. No registro de nascimento ou assentamento feito pela igreja, está consignado o ano de 1734. Oficiou o batismo o Padre Isidório Rodrigues Resplande e teve como padrinhos Pedro da Costa Vicente e Maria da Costa, mulher de Domingos Gonçalves.

Estes, portanto, são os elementos pouco elucidativos ainda restantes de que se tem notícia e que apenas servem para esclarecer ínfima parcela da numerosa prole.

1.3 EQUÍVOCO DA HISTÓRIA

Em 1860, os irmãos Plácido, Alexandre, Joaquim Rodrigues Moreira e o cunhado José Gomes Damasceno, proprietário da Fazenda “Várzea Grande” situada à margem do Rio Coreau, doaram 100 braças de terra em quadro para formação do patrimônio de N. S. da Piedade, padroeira de Freguesia. Essa doação envolvia uma cláusula obrigatória pela qual os responsáveis se obrigariam a construir, de imediato, a igreja. Contudo, os trabalhos decorreram lentamente, não por culpa dos encarregados da obra, porém por descuido daqueles que não pagavam em dia suas cotas de contribuição prometidas.

Em 10 de agosto de 1867, por força do decreto nº 1206, foi instituída a Freguesia, com o desmembramento desta da jurisdição eclesiástica da Freguesia de Granja. Seu primeiro vigário foi o Padre Salviano Pinto Brandão, natural de Santa Quitéria, o qual tomou posse a 15 de agosto de 1868, em obediência à provisão de 25 de junho do mesmo ano.

Por essa época, a região ainda vivia impregnadas do espírito de pioneirismo deixado pelos colonizadores Rodrigo Costa Araújo, Bento Pereira Viana, Coronel e Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comissário Geral Domingos Álvares Ribeiro e um dos fundadores da capela de Santo Antônio (hoje Araquém), Coronel João da Mata Pereira, Mateus José de Sousa, Antônio dos Santos Oliveira, patriarca da família Félix da Cunha, Coronel de Milícias Jean Fontenele, Antônio Coelho de Albuquerque, pai do Tenente José Mariano, que foi presidente do Ceará em 1833, Antônio Fernandes Batista, tronco da numerosa família Belchior; e de outros que plantaram as famílias Carvalho, Ximenes, Machado Portela, de onde saiu o Padre David Machado Portela, que foi vigário de Granja e que faleceu em 1835; mais as famílias Aguiar, Prado, Carneiro, Albuquerque, Gomes, Oliveira César e a família do capitão Gabriel Antunes de Aguiar, que participou da malfadada República do Equador, movimento sócio-reinvidicatório que sacrificou a vida de inúmeros patriotas, dentre os quais figuram Pessoa Anta, Padre Mororó e Ibiapina.

Aos cotistas pós-construção da igreja, cabia, além da contribuição mensal ajustada, construir suas residências em alinhamento projetado de acordo com a expansão da Vila. Esta última convenção visava a promover o crescimento urbano. Por esta e por outras razões, das quais se destacam a criação da Freguesia e a realização de festividades religiosas, a povoação experimentou relativo progresso.

A 24 de setembro de 1870, a povoação foi elevada à categoria de município, com a denominação de Vila da Palma, consoante o estabelecido na Lei nº 1316, e com essa mudança desapareceu a antiga "Várzea Grande".

Por um momento devemos fugir ao tema proposto e observar um fato curioso do qual se originou o nome de Palma. Segundo a tradição oral, vem de um tipo de bolo feito de goma de mandioca. O bolo tem a forma de um disco, é adocicado, seco e de consumo apreciado no sertão.

Segundo se sabe, havia um juazeiro grande, copado, situado na margem da estrada Granja-Sobral exatamente na "Várzea Grande". Debaixo desse juazeiro, um casal de pretos instalara a sua "lanchonete", passando mesmo a residir ali. Este local, tanto pela sombra que proporcionava quanto pelo acolhimento e venda de palmas oferecido pelo casal de pretos, tornou-se conhecido pelos viajantes em trânsito na região. Dizia-se comumente que o descanso ou o pernoite seria nas "Palmas". Os viajantes saboreavam as palmas feitas pelo casal, deleitavam-se com a sombra do juazeiro e criavam o nome da futura Vila. Com as "palmas" comeram o "s" e somente a palma ficou para denominação do lugar. Voltemos ao ponto histórico.

Afirma um historiador descuidado que o terreno onde se encontra situada a cidade do hoje Coreáú pertenceu a Manuel Dias de Carvalho. Não é verdade. Quando o aludido Manuel Dias requereu uma sesmária, entre o Rio Coreáú e o Riacho das Rolas, em 1705 (conforme DATAS DE SESMARIAS, vol. 2º), concedida pelo Capitão-mor João da Mota, em 30 de março de 1705, o requerente alegava em sua petição que tais terras "faziam testadas com as terras do capitão Rodrigo da Costa", isto é, que se limitavam com as terras de Rodrigo da Costa e que "continha meia légua de largo de cada banda do riacho".

Diante de tais documentos, ficam desfeitos quaisquer argumentos que se possam atribuir à posse de terra onde se ergue a cidade do Coreáú, como tendo sido desse pretenso pioneiro que se chamou Manuel Dias de Carvalho.

Quem evidentemente pisou pela primeira vez as margens do Rio Coreáú foi o Capitão Rodrigo da Costa Araújo. Aí se estabeleceu em 1700 e já em 1702, no dia 7 de janeiro, estava munido de documento que lhe assegurava o direito de propriedade, cujas terras, no ano de 1860, pertenciam aos seus bisnetos, fundadores

da hoje cidade de Coreaú. Eram eles: Alexandre Rodrigues Moreira, Plácido Rodrigues Moreira, Joaquim Rodrigues Moreira e o cunhado José Gomes Damasceno, cujo orgulho consistia em dizer que assistia missa ajoelhado no alpendre de sua casa (a casa ficava defronte à igreja).

A falsa assertativa dando como erradas as origens de Coreaú, como dissemos acima e que foi produto de história contada de oitiva por um descuidado historiador, correu mundo. De tanto ser narrada e não contestada, assumiu foros de verdade, passando a figurar em livros históricos. Foi da edição de 1899, na antiga Revista do Instituto do Ceará que a versão foi estampada a título de colaboração, mas que ficou com a palavra final.

A partir desse marco inicial, seguiram-se os enganos repetidos por historiadores que desconheciam a verdade. Raimundo Girão, possivelmente o mais acatado historiador do Ceará, abeberou-se na mesma fonte. Em sua “Pequena História do Ceará”, faz consignar a sua versão sob o topo do equívoco.

D. José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral, não procurou rumos diferentes. Em seu grande livro “História de Sobral”, escudou-se no erro.

Até aquele volumoso compêndio, intitulado Enciclopédia dos Municípios Cearenses, cuja leitura só pode ser feita se de antemão houver uma mesa para apoiá-lo, refere o assunto sob os auspícios da mesma fonte.

Pelas razões expostas, a cidadezinha banhada pelo rio, cujas águas nascem na Serra da Ibiapaba, para formação do grande porto de Camocim, permanece sob a tutela de um equívoco histórico. Contudo, esperamos que daqui pra frente os senhores historiadores recebam de bom grado a contribuição que ora fazemos, citando a verdade no seu pedestal de honra.

1.4 OS MOREIRA DA PALMA – SUA REAL PROCEDÊNCIA

Manuel Moreira Simões Sênior era natural de Ilha Terceira (Portugal) e um personagem ilustre de quem nada se sabe a res-

peito de seus pais. Não deixou nenhuma anotação. Sabe-se apenas que nasceu em 1721, que fez o curso primário e que ingressou no serviço militar, onde atingiu o posto de Tenente da milícia. Baldo de recursos, embarcou para a Colônia, onde esperava e conseguiu fazer progressos e suprir necessidades da Metrópole.

Quando embarcou com destino ao Brasil, tinha 28 anos de idade. Desembarcou na Barra do Acaraú e em seguida prosseguiu viagem em direção ao Coreaú, onde deveria encontrar a residência do Capitão Rodrigo da Costa Araújo, que era, então, o senhor absoluto das terras encravadas entre a Serra da Meruoca e a Ibiapaba. À sombras das duas serras instituiu o seu feudo.

Uma vez situado, Simões Sênior tratou de desenvolver as suas habilidades profissionais no campo da pecuária e da agricultura, tornando-se em pouco tempo um próspero colonizador. Como progresso atrai progresso, cedo ele caiu na simpatia do venturoso patrício e o resultado foi casar-se com Ana da Costa Ferreira, que era a quinta filha do Capitão Rodrigo da Costa. O enlace se deu no ano de 1754.

Com o casamento do segundo filho de Manuel Simões Moreira, com uma filha (Agapita) de Jean Fontenele, veio a família Moreira Fontenele, que já atinge desse entrelaçamento um período de duzentos anos.

Do casal Manuel Simões Júnior e Agapita Fontenele, ela falecida em 1815 e ele em 1827, ficaram oito filhos. O primogênito, Florêncio Moreira Fontenele, casou-se com Teresa Maria de Jesus, deixando duas filhas, sendo que ele faleceu em 1891 e ela em 1902, com 102 anos de idade.

Este grupo Moreira Fontenele procurou destacar-se do outro grupo – os Marciano – propriamente dito, visto que se destacavam nos estudos. Antônio Moreira Fontenele, que era bisneto de Agapita e trineto do francês Jean Fontenele, foi uma figura de realce na cidade de Coreaú, projetando-se a sua descendência a várias gerações.

Alexandre Simões Moreira, primo de Antônio Moreira Fontenele, se vivo fosse, bateria palmas, porque os seus bisnetos es-

tão aí, todos instruídos e a exhibir o canudo dos que ultrapassaram a barreira da mediocridade.

Este foi o homem que viveu a amealhar as migalhas que escapavam das secas que afligiam os sertões.

O segundo Moreira – Marciano – que encarnava a figura respeitável de um sertanejo autêntico, homem de posse do sertão de Coreau e que viveu até 1830, era Capitão da Guarda Nacional. Era um miliciano de fardamento elegante, vistoso e que se apresentava nas reuniões, na vila de Granja, com a imponência que a nobreza lhe conferia. Marciano teve os seguintes filhos:

01. Plácido Rodrigues Moreira
02. Joaquim Rodrigues Moreira
03. Alexandre Rodrigues Moreira

Estes, associados a outros parentes, foram os pioneiros da construção da capela de Pedrinhas (hoje Moraújo), tendo, em seguida e por desavenças, abandonado a povoação e formado a vila de Palma, com a construção da respectiva capela. Chamava-se Várzea Grande o local onde hoje se ergue a cidade de Coreau e fora havida por doação feita pelo Capitão Rodrigo da Costa. A capela foi inaugurada em 1867.

Alexandre Rodrigues Moreira casou-se com Maria Joaquina de Jesus, filha de seu tio Manoel Moreira Simões Júnior, genro do francês Jean Fontenele. Desse consórcio nasceram 10 filhos, sendo o primeiro Manoel Simões, residente na Fazenda São Francisco. Era casado com Francisca Simões, filha de Belchior Fernandes Batista, morador na Fazenda Morros. O segundo filho era Marciano Moreira, genitor de Alexandre Rodrigues Moreira. Este era sogro do Major Vicente Fernandes, alto comerciante e proprietário em Meruoca. Vicente era o genitor do padre Eudes Fernandes, vigário de Martinópolis, e do médico Dr. Osvaldo Fontenele Fernandes, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Dr. Osvaldo faleceu prematuramente numa cidade baiana onde exercia sua profissão. O terceiro filho – Marciano – era pai de Antônio Moreira Fontenele, que, na vila de Palma, era homem dos “sete

instrumentos". Faleceu em 1943, deixando numerosa prole. Era sogro de João Batista Gomes e avô de Antônio Carlos Gomes Moreira Fontenele Fernandes Belchior, o famoso cantor Belchior, cantor e compositor que se tornou conhecido nacionalmente através de sua canção "Eu sou apenas um rapaz latino-americano". Antônio Moreira Fontenele era ainda sogro de João Cristino de Meneses, que também educou diversos filhos. Era, igualmente, avô de Deusdedit Gomes Fontenele, cujos filhos são possuidores de diplomas de cursos superiores em Direito, Engenharia, etc. e que ainda vivem. Bem-sucedidos, fizeram parilha com os primos, os filhos de Raimundo Fontenele de Aguiar, também netos de Antônio Moreira Fontenele.

OS SEGUNDOS MOREIRA – Como já foi dito em linhas anteriores, Manuel Moreira Simões Júnior fez seu primeiro casamento com uma filha de Mateus José de Sousa, cujo enlace se deu em 1790, tendo uma duração de apenas 9 anos. No fim da década de "90", Manuel Simões, viúvo, contraiu núpcias com Agapita, filha do francês Jean Fontenele. No ano seguinte, nasceu o primogênito Florêncio Moreira Fontenele, sendo, como já foi dito, que Agapita faleceu a 8 de setembro de 1815. O seu inventário, em 1816, foi feito no Cartório da Granja.

O GRUPO PLÁCIDO – Vem de Plácido Rodrigues Moreira e tem como tronco ascendente os Marciano. Plácido era o filho primogênito de Marciano. Casou-se duas vezes. Do primeiro matrimônio, com Maria Leonardo, que faleceu no quarto ano de casada, houve apenas dois filhos: Demétrio Rodrigues Moreira e outro cujo nome ignoramos.

Plácido casou-se em segundas núpcias com D. Maria Gomes Frota, filha de Gabriel Teles de Meneses. Deste matrimônio registraram-se os seguintes filhos:

2.1. Valério Rodrigues Moreira – casado com uma filha de Antônio Irineu. É bisavô do padre Benedito Moreira, ordenado

em Roma, bem como do Monsenhor Domingos Araújo, cura de Sobral, e recentemente falecido.

2.2. Marciano Rodrigues Moreira

2.3. Gabriel Rodrigues Moreira

2.4. Plácido Rodrigues Moreira

2.5. José Rodrigues Moreira

2.6. Marciano Moreira Primo – casado com Maria Félix da Cunha, filha do capitão Antônio Félix da Cunha, rico fazendeiro morador nas cercanias de Coreaú. Marciano fixou residência na fazenda Enjeitado, ao lado do sogro. Era o penúltimo filho de Plácido, tendo nascido em 1844 e falecido em 1936, com 92 anos de idade. Tinha muita semelhança com D. Pedro II. Sua família não foi além de dois filhos e duas filhas e, por amor ao celibato, não formaram ao lado daqueles que apreciam amarrar-se conjugalmente junto aos pés do padre.

Essa família, que representou a grei campesina em sua verdadeira configuração regional, instalou-se numa mansão rural ao sopé da Ibiapaba, distrito de Tianguá. Talvez pela fama de riqueza que ostentava, ninguém da família aproximou-se dela, sendo talvez por essa razão que nela o celibatarismo atuou sem restrição, inclusive fazendo com que “D. Pedro II” não deixasse descendente.

O filho mais velho de Plácido – Demétrio Rodrigues Moreira – casou-se com uma filha de Florêncio Moreira Fontenele. Joaquina Maria da Conceição era o nome da feliz consorte. Houve numerosa prole, destacando-se o primogênito, cujo nome era José Demétrio Moreira, residente na cidade de Granja e empregado do Cel. Inácio Fortuna, no escritório de advocacia desse causídico. Apesar do nome “Fortuna”, sob cuja dependência José Demétrio trabalhava, não houve nenhum bafejo de sorte em seu favor. Vivía na pobreza. Isso se explica por motivos políticos. Trabalhando com um patrão sob um sistema radicalista dos conservadores, iam-se as oportunidades em busca dos adversários, enquanto que para os seus bolsos vinham somente os dez dedos vazios de suas próprias

1.5 ORIGEM DOS FLORÊNCIOS

O português de nome Manuel Gonçalves Rodrigues, conhecido como caçador de ouro, inicialmente nos sertões da Bahia e depois nas encostas da Ibiapaba, casou-se com Rosa Gonçalves, baiana de Jacobina. Jacobina a esse tempo não passava de um simples lugarejo coberto de lendárias notícias de ouro, mas que não passava de um esquecido ponto habitacional onde cerca de oitenta mil almas povoavam todo o rincão.

A primeira filha do casal tinha o nome de Florência. Esta jovem casou-se com o Capitão Mateus José de Sousa, no ano de 1766, no município de Viçosa do Ceará. A segunda das filhas, e de nome Umbelina, casou-se com outro caçador, porém caçador de ouro, que foi o francês Jean Fontenele. A partir desta primeira Florência, ignora-se a razão pela qual o português Manuel Gonçalves conseguiu implantar na família uma verdadeira devoção a esse nome, pois raramente deixa-se registrar uma Florência em sua descendência.

O português Antônio Fernandes Batista, no final do século XVIII, casou-se com Florência Maria de Jesus, neta do casal Mateus-Florência. Dessa união nasceram 11 filhos e, para continuar com a já afirmada tradição da família, uma das filhas recebeu o nome de Florência. Depois desta, verifica-se ao longo do tempo uma Florência para cada descendente. A genitora do escritor Raimundo Batista Aragão, filha de Antônio Luís Batista, chama-se Florência, como Florência era a mãe do acatado político e escritor Luís Januário Lamartine Nogueira. Digo-o viçosense, porque tendo Lamartine nascido em santo Antônio do Coreau, mudou-se para Viçosa e lá se tornou advogado, político e escritor. Já em nosso tempo, só em Granja conhecemos várias Florências, das quais destacamos as que nos chegam à memória. Florzinha (Florência) do Zé Idelfonso; as viúvas de Camilo Alves e de Francisco Coelho e muitas outras espalhadas no rincão do norte do estado. Só a partir do rádio, da televisão e principalmente da ida do homem à lua, foi que começou a ser substituído o nome Florência por "Florence", "Floer" e outras denominações americanizadas.

Manuel Moreira Simões, genro do francês Jean Fontenele, deu ao seu primogênito do segundo matrimônio o nome de Florêncio. Com isso, aquilo que até então parecia ter sido privilégio feminino, transportou-se, também, para o masculino. A partir deste Florêncio muitos outros surgiram e assim temos Florêncio ora de um, ora de outro sexo, em todos os ramos de extensão da numerosa família.

O genitor deste que relata esta curiosa tradição familiar era neto do primeiro Florêncio (nascido em 1800) e tinha um irmão chamado Florêncio, que por sua vez tinha, também, um filho com o mesmo nome. Este, parece que não satisfeito com Florêncio apenas na área familiar, resolver estender o nome às suas designações no campo comercial, com a firma "CASA FLORÊNCIO B. FONTENELE". Deve-se ainda observar que esta firma exportava grande quantidade de seus produtos para Florença (Itália), aproveitando, assim, até o que de semelhante existe no exterior.

Aqui, encerramos nossas considerações sobre os Florêncios, lembrando que o meu afilhado Manuel Florêncio, serventuário público da Justiça, em nossa capital, prometeu e não forneceu os nomes dos parentes ilustres em sua área familiar que deveriam figurar nesta obra.

Consta, ainda, que o "Edifício Florêncio" já se encontra em fase de alicerces e pertence ao Florêncio Neto como homenagem ao Florêncio avô, o clã da "Casa Florêncio".

1.6 DOMINGOS ÁLVARES RIBEIRO – DESCENDENTES

O Comissário Geral Domingos Álvares Ribeiro era natural de Bastos, Arcebispado de Braga (Portugal), onde nasceu no ano de 1700. Jovem ainda, foi mandado à Ribeira do Coreau, tendo aí chegado em 1718. Sua missão consistia em proceder a uma devassa na litigiosa exploração das minas de prata situadas na ladeira do Acarape, na Serra da Ibiapaba, das quais era explorador Antônio Gonçalves de Araújo. Quais foram os resultados

da devassa, pouco se tem notícia, porém que o nosso homem da real confiança prendeu-se ao fascínio da nova terra foi fato que se tornou evidente.

A 16 de junho de 1735, Álvares já aparece em Fortaleza, onde contrai matrimônio com a senhora Ana de Sá Cavalcanti Albuquerque. Ana era natural da Freguesia da Várzea, da Capitania de Pernambuco, sendo filha de Fernão de Sá Cavalcanti e de sua mulher Bernarda da Sá Cavalcanti, pertencente à nobreza maurícia. Depois de haver contraído matrimônio, o casal deixou a capital da província e foi estabelecer-se no sertão. O lugar escolhido para morada foi o aldeamento de Santo Antônio do Olho-d'Água, situado à margem do Rio Coreau.

Como uma das principais obrigações do complexo homem-mulher, na época, era crescer e multiplicar a espécie, o casal Domingos Ribeiro não pecou por negligenciar o preceito. Cresceu economicamente e procriou conforme as graças de Deus. Houve então os seguintes filhos:

2.1. Bernarda de Sá Cavalcanti – nasceu em 1738 e casou com o Comandante Superior Bento Pereira Viana.

2.2. Antônio Alves de Holanda Cavalcanti – casou com Mariana Oliveira, filha do Coronel José de Xerez Fuma Uchoa, Capitão-mor de Sobral e tronco de importantes famílias da Princesa do Norte, das quais se destacam Gomes Parente, Coelho e Cavalcanti e de cuja estirpe vieram o Desembargador Gabriel Cavalcanti e o Ministro Edgar de Arruda.

2.3. João Alves de Holanda – casou-se com Hilária Maria do Rosário, filha do Capitão Mateus José de Sousa, cuja primeira filha, de nome Florência, contraiu matrimônio com o português Antônio Fernandes Batista, tronco da numerosa Belchior, uma das muitas que povoaram a Ribeira do Coreau. Aliás, com relação ao nome “Belchior” deve ser feita uma observação. Da Ribeira de onde procede, pronuncia-se “Bel-xi-ór”. Nas regiões a partir de Fortaleza em busca do sul, a pronúncia “xi” perde para o “Qui”. Pronuncia-se “Bel-Qui-ôr”. São mudanças ajudadas pelo clima.

2.4. Francisca de Sá Cavalcanti de Albuquerque – casou-se com o Capitão Manuel Ferreira da Silva, residente em Fortaleza, onde deixou numerosa prole.

2.5. Maria Álvares Ribeiro – casou-se com Francisco Pereira da Silva, proprietário de diversos sítios localizados no sopé da Serra da Ibiapaba.

2.6. Sebastião Álvares Ribeiro – casado com Inêz Antônio, filha de Luís Chaves.

2.7. Ana de Sá Cavalcanti – casada com Gaspar Rodrigues Reis, conhecido como “Capitão Calçada”. Era, como os demais genros, morador à sombra do sogro, possuidor de férteis terras na vertente da Ibiapaba.

Por ocasião da morte do Comissário Domingos Álvares Ribeiro, foi inscrito no termo de óbito o seguinte:

“Homem branco, casado, morador do Sítio Olho D’água de Santo Antônio, de 80 anos de idade, mais ou menos”.

Esse acontecimento ocorreu a 9 de janeiro de 1771, dando-se o sepultamento na Capela de Santo Antônio (Araquém), distrito de Coreaú.

1.7 BENTO PEREIRA VIANA

Bento Pereira Viana, português de destaque, viveu na região do Coreaú, onde faleceu em sua fazenda no aldeamento de Santo Antônio do Olho d’Água, situada na margem direita do Rio Coreaú, no final do século XVIII.

Bento era genro do Comissário Geral Domingos Álvares Ribeiro, clã de muita influência na Ribeira, tendo, por isso, conseguido as patentes de Alferes de Ajudante, Capitão-de-Campo, Capitão-mor, Comandante Superior, Coronel de Milícias e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Com esse cabido de honrarias, Bento

Pereira Viana tornou-se proeminente figura nos círculos políticos e sociais de Granja, de Sobral e de Fortaleza, sempre elegante e empinado em sua casaca de fidalgo.

O seu casamento com D. Bernarda de Sá Cavalcanti de Albuquerque, primogênita de Ana de Sá Cavalcanti de Albuquerque e Domingos Ribeiro, deu-se em 1751. Do consórcio nasceram os seguintes filhos:

2.1. Luís Pereira Viana – estudou no Recife, onde concluiu o seu aprendizado no seminário de Olinda. Retornou em 1776 como sacerdote e assumiu o vicariato da Freguesia de Santo Antônio do Coreáú no mesmo ano em que a povoação da Macaboqueira cedia lugar à Vila de Granja. Faleceu prematuramente em 1792, aos quarenta anos de idade, tendo sido primeiro padre filho da Freguesia.

2.2. João Pereira Cavalcanti – casado com Maria Pereira do Livramento, filha do Capitão Custódio da Costa Araújo e neta do Coronel Rodrigo da Costa Araújo, o descobridor da Ribeira do Coreáú.

2.3. Bento Pereira Viana Filho – casado com Izabel Maria do Nascimento, filha do Capitão Antônio Fernandes Batista. Era avô do intelectual Coronel Luís Januário Lamartine Nogueira, escritor, advogado e deputado provincial, tendo ainda exercido outras atividades em Viçosa.

2.4. Maria da Ressurreição Viana – casada com Manuel Antônio da Rocha, sobrinho do padre José Joaquim da Rocha, Visitador da Capitania. Seu ramo familiar provém de importante grei situada na Freguesia de Canindé – os Cordeiros da Rocha – numa herança fidalga do tenente-coronel Simão Barbosa Cordeiro, influente personagem dos meios sócio-políticos da província.

2.5. Inácia Maria Viana – casada com José de Lira Pessoa, filho do Capitão-mor de Sobral, José de Xerez Fuma Uchoa.

2.6. Bernardino Pereira Viana

2.7. Francisca Pereira Viana

2.8. Manuel Pereira Viana.

Os bens deixados por Bento Pereira Viana constavam de muitas fazendas situadas na Ribeira do Coreáú, havendo outras na

Ribeira do Coreau, havendo outras na Ribeira do Aracatiaçu, sendo todas povoadas de gado vacum e eqüinos e servidas por escravos. Os restos mortais de Bento Pereira Viana estão sepultados na Capela de Santo Antônio do Coreau, capela por ele construída.

1.8 JOSÉ MARTINIANO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE

Antônio Coelho de Albuquerque transferiu-se de Pernambuco para o Ceará e foi residir no lugar denominado Pau Caído, hoje Santana do Acaraú. Nesse sítio nasceu José Mariano de Albuquerque, revolucionário de 1817 e posteriormente governador do Ceará.

Ao lado do Sítio Pau Caído ergueu-se, então, a povoação que com o tempo evoluiu para o porte de cidade e terra de homens ilustres tanto na política como no clero.

Sobrevindo o flagelo da seca de 1777, o casal resolveu transferir-se para a Serra da Meruoca, estabelecendo-se no sopé da montanha, no Sítio Cauã, onde a água era abundante. Nesse sítio nasceram vários filhos do casal, dentre os quais destacamos Miguel Francisco Teles de Meneses e Gabriel Teles de Meneses.

José Mariano esposou em primeiras núpcias uma neta do Coronel Xerez e filha de D. Ana Amélia, que fora casada com o Capitão Manuel José do Monte. Após a morte da esposa, José Mariano deixou a Ribeira do Coreau e botou-se para o Recife, onde esperava obter a proteção de alguns parentes que lá residiam e que se diziam bem, financeira e economicamente. Mas como nem todas as boas perspectivas traduzem a realidade esperada, ocorreu que José Mariano não foi beneficentemente acolhido pela família. Não desanimou. Com a proteção de um amigo dos seus familiares, conseguiu ingressar na carreira das armas, onde esperava adquirir projeção. Dessa ascensão à carreira militar, resultou o seu envolvimento na Revolução de 1817, sendo preso em Pernambuco e remetido para a relação da Bahia, para julgamento. Na prisão foi agraciado com o indulto concedido a ele e aos demais implicados no movimento liberalista, retornado,

então, para o Ceará, onde em 1832 chegou a primeiro mandatário da Província.

Em Pernambuco o seu melhor amigo foi o Capitão José de Barros Lima, importante revolucionário de 1817. Barros Lima foi o autor da morte do Comandante Brigadeiro Manuel Joaquim, de quem José Mariano era secretário. José Mariano já se havia chegado ao Capitão Barros Lima não só por laços políticos mas também por vínculo familiar. Casara-se com D. Antônia Rosa de Albuquerque, filha do seu amigo Barros Lima.

No governo do Ceará, José Mariano somente permaneceu por espaço de 20 meses e não consta haver beneficiado nenhum dos seus parentes que tanto se esforçavam para sobreviver nas lides campesinas da longínqua Meruoca, onde residiam. Quanto ao seu governo, teve que enfrentar o caudilho Joaquim Pinto Madeira, realista fanático que relutava em não abandonar a monarquia de Portugal, em face da nova ordem estabelecida. Depois do governo, José Mariano tomou assento como membro da Câmara Temporária, sendo posteriormente governador de Sergipe e Santa Catarina. Faleceu 20 de agosto de 1844, deixando na galeria dos que honram a terra cearense a reputação de coreauense ilustre.

1.9 MATEUS JOSÉ DE SOUSA

Como tantos que embarcaram para a colônia, atraídos pela propaganda de nossas riquezas ou simplesmente escoraçados pelos seus credores, Mateus José de Sousa veio a ter à região de Coreaú. No mesmo recanto já se encontrava o seu patrício José da Mota Pereira, que, em companhia de sua mulher d. Mariana da Mota Pereira, residia no lugar Olho d'Água de Santo Antônio. Como se tratasse de uma época em que a preeminência da natureza estivesse no homem e não na terra, porquanto esta abundava na escassez daquele, não foi difícil a Mateus concretizar as suas aspirações. Nas imediações do lugar Santo Antônio, em terras de criar e plantar e que pela abundância de recursos e pela fertilida-

de do solo valeram ao desbravador a fama de rico, foi instalada a fidalga prole do futuro.

Mateus José de Sousa era natural da Ilha Terceira, Bispoado de Angra, Portugal. Seus pais eram Francisco Antônio de Sousa e Maria Tomázia.

Nas proximidades de domínios do solteirão Mateus José de Sousa, no sítio Pitinga, localizado no sopé da Serra da Ibiapaba e precisamente na subida da ladeira que dava para a aldeia de Viçosa, morava Manuel Gonçalves, também português. Gonçalves era minerador. Viera de Jacobina, na Bahia, região aurífera, porém suas esperanças de encontrar ouro estavam voltadas para a Serra Grande. Com ele trouxera sua mulher, d. Rosa, baiana, e com quem se casara mais ou menos em 1745. Manuel Gonçalves tinha duas filhas solteiras: Umbelina e Florência.

Em 1765, estavam em Viçosa o francês Jean Fontenele, minerador frustrado que, tanto quanto Manuel Gonçalves, viera atraído pelo ouro. Fontenele era também solteiro. Com Manuel Gonçalves completou a dupla de sonhadores, se bem que em sonhos menos egoísticos, mas de tentação, também visionária. Não nos diz a história se houve ou não ajuste prévio dos dois jovens casadoiros, porém o certo foi que Manuel Gonçalves ficou sem as duas belas jovens. Umbelina casou-se com o francês e Mateus esposou Florência. Deixemos por enquanto Jean Fontenele a desfrutar as delícias do casamento e vamos nos ocupar de Mateus.

Por essa época, era ele possuidor do sítio denominado Outeiro, lugar que mais tarde tomou o nome de Oiticica e que atualmente é a sede do distrito de Lamedouro. Boas terras de criar e plantar, um misto de verde e seco que se presta para o cultivo conforme as variações climáticas do ano. Progrediu economicamente e constituiu prole numerosa, sofrendo na velhice as vicissitudes de um final pouco venturoso. Do casal nasceram os seguintes filhos:

2.1. Ana Sousa – casou-se com Antônio dos Santos Oliveira. O casamento dessa jovem foi objeto de grande contrariedade para o pai, não obstante tratar-se de um moço cujo sangue não desmerecia a nobreza familiar. Porém, defeito pior que a inferioridade

do sangue, circunstância que, como ficou dito, não houve, foi a inferioridade econômica. Antônio dos Santos era apenas vaqueiro do abastado fazendeiro. Nessa qualidade, pretendeu a mão da filha do patrão e este recuou. Teve então que raptá-la, realizando sensacional fuga e indo harmonizar-se em lugar onde as perseguições do sogro não a atingiram.

2.2. Hilária Francisca dos Santos – casou-se com João Álvares de Holanda, filho do português e Comissário Geral Domingos Álvares Ribeiro (deste existem referências no capítulo relativo aos Moreira).

Holanda e Hilária associaram-se ao casal João da Mota Pereira (João da Mota e Maria Mariana da Mota Pereira), na construção da capelinha que serviu de sede provisória da Freguesia da Ribeira do Coreaú, nos anos de 1757 a 1759, enquanto era edificada a matriz no arraial de Macaboqueira, hoje, cidade de Granja.

Da união de João Álvares com Hilária nasceram muitos filhos, dos quais Florência (nome da avó), que se casou com o português Antônio Fernandes Batista e um dos homens mais ricos da região. O primogênito de Antônio Fernandes Batista recebeu o nome de Belchior, donde nasce o sobrenome (Belchior) que seus descendentes vêm usando através do século e meio, porém... com uma pontinha de vaidade...

2.3. José Francisco de Sousa – casou-se com Inês da Costa Araújo, deixando descendência na Serra da Ibiapaba.

2.4. Gertrudes Francisca de Sousa – casou-se com Manuel Moreira Simões, filho de outro “Simões”, também chamado Manuel Moreira e tronco da família Moreira de Coreaú. O casamento de Gertrudes foi realizado na residência do pai, Mateus José de Sousa, no dia 16 de setembro de 1789, no Sítio Jenipapo (do município de Viçosa), perante as testemunhas Inácio de Amorim Barros Alexandre da Costa, Rosa Gonçalves de Lima e Ana Maria do Rosário. O noivo era filho de Manuel Moreira Simões Sênior e de sua mulher Ana da Costa Ferreira, filha de Rodrigo da Costa Araújo. Gertrudes faleceu 10 anos após o casamento e não deixou filhos.

2.5. Florência – casou-se com Joaquim de Abreu Valadares Júnior, descendente de outro Valadares de igual nome que chegou ao Arraial da Macaboqueira no ano de 1790, em companhia de Agostinho de Brito Passos e de Alexandre Pereira de Sousa. Valadares Júnior faleceu poucos anos depois de casado, deixando dois filhos.

O Capitão Mateus José de Sousa, tutor de dois netos, dirigiu a 30 de outubro de 1812, petição ao juiz Ordinário de Sobral, solicitando dispensa do encargo, visto encontrar-se idoso e pobre, adiantando que sua filha Florência casara-se em segundas núpcias com Antônio Corrêa. Deste novo casamento não temos notícias de descendência.

2.6. Antônio Francisco de Sousa – exerceu livre amor, vivendo maritalmente com Maria Gonçalves. Na hora da morte, chamou o vigário e solicitou deste a legalização da união irregular, até então repudiada pela família. Este último gesto provocou grande alegria aos filho do casal e que são: 1) Alexandrino, 2) Florência, 3) Antônia e 4) Marta.

2.7. Maria Manuela de Sousa – casou-se com um moço ligado à família Correia. Não constam apontamentos sobre o destino de seus descendentes.

2.8. Mateus Júnior – inexistem referências ao seu respeito.

O fim do Capitão Mateus José de Sousa foi melancólico. Perdeu a fortuna, gados, terras, ouro, etc, ficando em extrema pobreza. Com o falecimento da esposa, D. Florência, casou-se em segundas núpcias com uma viúva: Cosma Damiana. Esta viúva era rica de filhos e o resultado foi a junção de filhos e enteados num verdadeiro escândalo a crescer nos olhos da população que compunha o burgo viçosense.

Pobre, como afirmou em sua petição endereçada ao Juiz de Sobral, Mateus estava fadado a viver seus últimos dias em terrível angústia. Porém, juntando-se aos proventos do cargo de Fiscal de Balança no mercado de carne de Viçosa, valeu-lhe o auxílio generosamente dado pelo genro Antônio dos Santos, antes renegado.

1.10 ANA SOUSA – ANTÔNIO DOS SANTOS OLIVEIRA

Ana Sousa, primeira filha do casal Mateus José de Sousa, contraiu núpcias com Antônio dos Santos Oliveira. Não conhecemos precisamente a data em que se realizou o evento, porém é tido como efetivado na segunda metade do séc. XVIII.

Eram pais de Antônio dos Santos: Inácio dos Santos Oliveira e d. Felícia Alves Ferreira. O casal Santos Oliveira não teve de início um começo de vida que o guiasse no caminho da prosperidade. Pobre de herança, teve que enfrentar a vida modestamente acostado aos possuidores de terras e criadores de animais, procurando com esforço de seu trabalho individual obter frutos com que se firmar no futuro.

Dentro dessa rotina de trabalho, recebeu o fazendeiro Mateus José de Sousa oferta para trabalhar nos labores de sua atividade. Não deixou escapar a oportunidade. O Capitão era homem de muita consideração em todo aquele “hinterland”, rico e assim com muitas possibilidades de ensejar-se bons rendimentos.

Com o passar dos anos cresceu afeição da família Mateus de Sousa para com o dedicado “capataz”. O patrão o respeitava, não só pelas maneiras decentes como se comportava mas também pelo exercício continuado de bons serviços. Mas, paralelamente às afeições patronais, surgiu uma afeição particular, apoiada nas asas do cupido. A moça Ana tornou-se sua apaixonada.

Quando os pais de Ana tomaram conhecimento do elo de simpatia existente entre a “flor-da-casa” e o vaqueiro, foi ateado fogo à coivara de oposição. A jovem foi duramente repreendida e ao apaixonado coube em partilhar de desafeto ser despedido da fazenda. Foi habitar em outra zona.

Conhecedor profundo da região, cuidou Antônio dos Santos em arranjar um local não só de trabalho mas também estratégico onde pudesse exercer o propósito de dois ideais fixos: trabalhar para ganhar a vida e obter a qualquer custo a companhia de sua amada.

Foi assim que em determinada noite ele se dispôs a cumprir o segundo intento. Montado num bom cavalo de sela, empreendeu a aventura e no amanhecer do dia a casa-grande estava desfalcada da menina Ana. Fugira na garupa do cavalo de seu escolhido.

Ao correr a notícia, houve na casa de Mateus um tremendo rebuliço. O fidalgo Capitão não se conformava com o gesto ingrato da filha. Não podia imaginar ter na família um genro pobre e passou a empreender esforços no sentido de capturar a fujona. Perdeu tempo e trabalho, pois o casal havia procurado homiziar-se em abrigo seguro e o resultado foi o velho capitão curtir o seu ódio sem poder exercer vingança.

Trabalhador incansável, persistente, ousado, Antônio dos Santos obteve a felicidade de um dia tornar-se possuidor de terras e daí para a frente a prosperidade bateu à sua porta.

Da união Ana Francisca de Sousa e Antônio dos Santos Oliveira, nasceram os seguintes filhos:

- 3.1. José Vicente de Oliveira.
- 3.2. Alexandre dos Santos.
- 3.3. Manuel dos Santos.
- 3.4. Roque dos Santos.
- 3.5. Francisco Raimundo.
- 3.6. Genoveva Félix de Oliveira.
- 3.7. Florência dos Santos (casou-se com José Moreira).
- 3.8. Rita dos Santos Oliveira.
- 3.9. Maria dos Santos Oliveira.
- 3.10. Sebastiana dos Santos.

Já na convivência da numerosa prole, Antônio dos Santos contava com um suporte econômico bastante considerável. Detinha o conceito de rico e por isso era merecedor de crédito na vizinhança. Mais tarde, como ficou dito sobre os últimos dias de Mateus José de Sousa, foi ele que em muito contribuiu para aliviá-lo das torturas da pobreza.

Pelo desdobrar dos anos seguintes, tornou-se o clã da numerosa família Félix da Cunha, opulenta grei da ribeira do Coreaú.

1.11 DAVID MACHADO PORTELA – PADRE

O Barão de Studart, estudioso e sério nos seus escritos, iniciou a literatura bibliográfica com a publicação de três grandes volumes de inestimável valor para a história do Ceará, sendo que a primeira edição foi divulgada no ano de 1912. Levado, certamente, por informações errôneas, donde se conclui o perigo de fazer história por ouvir dizer, publicou a respeito do Padre David Machado Portela, a seguinte versão:

David Machado Portela (conforme se infere nos dizeres contidos no vol. nº 1, pág. 213), era descendente de Pedro da Rocha Franco e teve como local de nascimento uma cidade vizinha a hoje cidade de Coreaú e que foi vigário de Granja. Até certo ponto, não há disparate na informação, porquanto não é inverdade que o Padre David tenha exercido o vicariato na Freguesia de Granja como inverídico não é que ele tenha nascido numa fazenda vizinha ao hoje Coreaú. Porém, quanto à paternidade e o que é mais importante para a história, desde que se queira bem informar aos seus descendentes, os fatos divergem. Referimo-los a seguir, mas antes demoremos um pouco sobre outro assunto também ligado ao nosso personagem.

No começo do século XIX, foi voz corrente que o padre David Machado Portela era pai de Frei José de S. Lourenço, frade do Convento de santo Antônio de Pernambuco que, em 1880, veio a falecer no Ipu. A esse frade muito deveu a população da Freguesia, nesta incluindo Campo Grande (Guaraciaba do Norte), posto como ele não só exerceu os misteres da religião, como ainda foi professor e médico de inúmeras famílias da religião. Esta referência surge a propósito de não constar no testamento deixado por David Portela e seus filhos, qualquer remissa ao nome do Frei José de S. Lourenço.

Reconstituindo a história à luz de evidentes fontes de informação, temos que as origens de nascimento e vida sacerdotal do ilustre religioso são as seguintes.

Seu pai foi Domingos Machado Portela Sênior, natural de S. Pedro Gonçalves da Vila do Recife. Era neto de João Machado Portela, natural de Portela das Cabras, em Portugal.

Sua transferência do Recife para os sertões da ribeira do Coreau deu-se em virtude de convite que lhe foi dirigido por alguns parentes seus e patrícios, domiciliados na região. Serviram como instrumento de atração, as condições favoráveis ao desenvolvimento da indústria pastoril.

Ao chegar à ribeira, fixou residência no Sítio Cunhassu, então pertencente à freguesia de Sobral. Em 1742, contraiu núpcias com Ana Maria da Paz, natural do Recife e filha de Manuel Rodrigues de Aguiar e Josefa Martins de Viana, ambos portugueses.

Após o casamento, Domingos Portela transferiu sua residência para a "Fazenda Visitação", então pertencente à Freguesia de Granja.

Do consórcio nasceram os seguintes filhos:

- 2.1. David Portela Machado
- 2.2. José Machado Portela
- 2.3. Francisca Machado Portela
- 2.4. Ana Machado Portela
- 2.5. Izabel Rodrigues Machado
- 2.6. Manuel Bernardo Machado Portela
- 2.7. Domingos Machado Portela Júnior
- 2.8. Maria Rodrigues Machado

Domingos Machado, tronco ascendente de David Machado Portela, faleceu a 25 de julho de 1798, tendo sido sepultado ao pé do altar de S. Miguel, na matriz de Granja. Sua esposa, D. Ana Maria da Paz, faleceu a 21 de novembro de 1791 e foi sepultada ao pé do altar de S. Francisco, na matriz de Sobral.

David Machado, sob as graças de sua qualidade de primogênito, foi remetido pelo pai, a estudar no Recife, onde residiam seus tios. Eram estes, Inácio Machado Portela, Padre Antônio Machado Portela e Padre Manuel Rodrigues Machado Portela. Esses parentes do jovem estudante, se não eram ricos, pelo menos gozavam de muito prestígio, permitindo-lhes tratar cuidadosamente da educação do sobrinho, na ausência do pai. Depois de ordenado, deu-se o seu retorno às plagas cearenses.

Junto às fontes nas quais buscamos o material informativo de que ora nos servimos, ou seja, no Arquivo da Secretaria do Arcebispado de Fortaleza, foram colhidos os seguintes informes: "Padre David Machado Portela, nasceu em 1769 e ordenou-se sacerdote em Olinda, em 1801, sendo nomeado coadjutor de Viçosa no mesmo ano, indo em seguida para Granja, onde permaneceu nessa qualidade até 1809. Em 1829, substituiu o vigário-colado de Granja, que faleceu nessa cidade, sendo substituído pelo padre David que viveu até 3 de fevereiro de 1835".

Tendo o vigário-colado de Granja, Antônio José Honorato de Barros, atingido a idade senil, para lá foi destinado o padre David. O padre Antônio José era natural de Pernambuco e servira na paróquia desde 1708. A contar da morte do titular da Freguesia, foram os destinos religiosos da população granjense dirigidos pelo sucessor, o qual, em 1829, assumiu o cargo definitivamente. Assim, David Machado Portela tornou-se vigário de Granja.

Em testamento por ele deixado, conta a existência de quatro filhos, descendência esta originada de sua união com a viúva Catarina Maria da Encarnação, filha do Coronel João Carvalho da Mota (tia do futuro senador Paula Pessoa e de Pessoa Anta). Do testamento constam os seguintes legados paternos:

3.1. Antônio Tomaz Portela (casado com Francisca Rodrigues Xavier)

3.2. Francisco de Paula Portela (casado com Izabel Maria Portela)

3.3. Ana Ludovico Machado Portela (casada com Libório Ferreira Veras, residente em Ubatuba (Ibiguassu), município de Granja).

3.4. Paulina Machado Portela (casada com Inocêncio Gomes Coutinho, residente na Vila de Granja).

Eis a seguir o testamento deixado por David Portela e fonte da qual nos servimos para refutar o erro contido na informação do eminente historiador Barão de Studart, dando como tronco-ascendente o capitão Pedro da Rocha Franco.

"Declaro que sou cidadão brasileiro, honra que muito me preza, natural desta vila, filho legítimo de Domingos Machado Portela e de Ana Maria da Paz. Declaro, ainda, que falecendo, quero ser sepultado com meu hábito clerical aos pés do altar de N. S. do Rosário, de quem sou devoto, na matriz de Granja. Declaro ainda que sou sacerdote e tive quatro filhos de uma mulher solteira, isto é, de Catarina Maria da Encarnação, viúva de João Nepomuceno e filha de João Carvalho da Mota. Declaro ainda que dela tenho os seguintes filhos: Antônio Tomaz Portela; Francisco de Paula Portela; Ana Ludovica Portela; e Maria Paulina Machado Portela".

Eis, portanto, a declaração expressa no testamento feito pelo próprio testador, padre David Portela, e que vem comprovar o quanto afirmou de errôneo o emérito historiador Barão de Studart, insinuando que este sacerdote provinha de Pedro da Rocha Franco e que o frade do Convento de Santo Antônio de Pernambuco fosse, também, um de seus filhos. Se verdade o fosse, seu nome teria sido provavelmente incluído no testamento.

1.12 ANTÔNIO ALVES DE HOLANDA CAVALCANTE

Este povoador de nome tão extenso era filho do Comissário Domingos Álvares Ribeiro e de D. Ana de Sá Cavalcanti. Neto materno de Fernão Cavalcanti de Sá e Albuquerque e de Bernarda Cavalcanti de Sá Albuquerque, pernambucanos cujo orgulho consistia em exibirem diante do público as suas origens européias. Antônio Alves casou-se com D. Marciana de Lira Pessoa, filha do capitão-mor José de Xerez Furna Uchôa e de D. Rosa Madalena de Sá Oliveira. Do casal houve os seguintes filhos:

- 2.1. José de Holanda Cavalcante
- 2.2. Miguel Lopes de Holanda Cavalcante
- 2.3. Joaquim Alves de Holanda Cavalcante
- 2.4. Francisca de Lira Uchôa Cavalcante
- 2.5. Rosa Maria de Lira Uchôa
- 2.6. Gabriel José de Holanda Cavalcante – casado com Joaquina Madeira de Vasconcelos.

Do ramo originário de Gabriel José de Holanda Cavalcante nasceram os seguintes filhos:

3.1. Antônio de Holanda Cavalcante – casado em primeiras núpcias com Florência Gomes Parente e, em segundas, com Maria Jerônimo Viriato Medeiros.

3.2. Rosalina Maria Cavalcante – casada em primeiras núpcias com Silvestre Coelho e em segundas com Trajano José Cavalcante.

3.3. Joaquim Alves Cavalcante – casado com Francelina Carneiro.

3.4. Gabriel José Cavalcante – casado com Joana F. Almeida Guimarães.

3.5. Mariana de Lira Pessoa – casada com Belarmino Gomes Parente.

3.6. Maria Rosalina Cavalcante – casada com Francisco de Paula Ferereira da Ponte.

3.7. José Cândido Cavalcante – casado em Fortaleza com Maria Amélia da Fonseca Cavalcante, nascendo desse consórcio os seguintes filhos:

4.1. José Cândido Cavalcante Filho – casado com Vitória Marques Cavalcante, filha de Antônio Marques de Sousa (português) e D. Maria de Medeiros Marques.

4.2. Gabriel José Cavalcante – solteiro, desembargador.

4.3. Adélia Cavalcante – solteira.

4.4. Maria Amélia Cavalcante – solteira.

4.5. Amália Cavalcante Nóbrega – casada com o Dr. Álvaro Garcia da Nóbrega.

4.6. Alice Cavalcante de Arruda – casada com o Dr. Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda.

Neste rápido esboço sobre a descendência do patriarca Antônio Alves Holanda Cavalcante não tivemos a intenção de menosprezar pelo esquecimento a exuberante “ramificação” da brilhante árvore, mas apenas citar algumas famílias para justificar a nossa passagem pela sua história genealógica ao longo do tempo. Ao lado dos já referidos, poderíamos citar ainda Clodoveu e Vicente Arruda, os Holanda Cavalcante de Sobral, os Vasconcelos, os Linhares, os Gomes Parente, os Soares, os Pontes e os Ponte e tantos outros cuja ascendência teve como berço o solo ressequido da ribeira do Coreau.

1.13 OS FÉLIX DA CUNHA

O segundo ramo, partindo do tronco Mateus José de Sousa, por intermédio de Ana sua filha e de Antônio dos Santos Oliveira, seu genro, foi constituído por Genoveva (3.6), que contraiu núpcias com Antônio Félix da Cunha, filho de Manuel Félix da Cunha. Do casal Antônio Félix-Genoveva nasceu um filho que teve o nome do pai e que se casou com Maria Severo do Livramento, filha do capitão Gabriel Antunes de Aguiar. Este era filho de José Rodrigues de Aguiar, natural de Pernambuco e grande fazendeiro do Alto Coreau, onde chegou por volta do século XVIII.

Passando ao ramo de número quatro, distanciando-se do tronco Mateus pela descendência de Ana Francisca de Oliveira e Antônio dos Santos Oliveira, temos pelo casal Genoveva-Antônio Félix os seguintes filhos:

- 4.1. Major Gabriel Antunes Félix.
- 4.2. Capitão Simão Félix da Cunha.
- 4.3. Antônio Félix Terceiro.
- 4.4. Sátiro Félix da Cunha.
- 4.5. Joaquina Félix Moreira (casada com Marciano Moreira Primo).
- 4.6. (?)...casada com o capitão João Gualberto de Queiroz.
- 4.7. Gregório Félix da Cunha.

NOTA: O Capitão Gabriel Antunes de Aguiar, pai de Maria do Livramento Severo, foi um dos muito bravos patriotas que se envolveram no movimento liberalista de 1824, denominado Confederação do Equador. Ameaçado pelos perseguidores realistas, homiziou-se no sopé da Serra da Ibiapaba, nas terras que por herança lhe pertenceram e que as deixou para os descendentes, dentre eles Francisco Félix Fragoso, comerciante granjense que faleceu em 1960.

1.14 CORONEL MANUEL FRANCISCO

Antônio Vaz de Aguiar, abastado fazendeiro na região de Coreaú, era casado com D. Ana Maria Pereira, cujo matrimônio se deu em 1817. Do consórcio nasceram seis filhos. O primogênito teve o nome de Luiz Antônio de Aguiar e casou-se com Antônia Ferreira de Aguiar, nascendo desse casal muitos filhos, dentre os quais Manuel Francisco de Aguiar, em data de 22 de agosto de 1841.

Luiz Antônio de Aguiar veio a falecer prematuramente, deixando a viúva ainda em boa disposição de contrair segundas núpcias, fato que ocorreu, sendo o segundo marido, Manuel Nogueira da Costa. Desse enlace veio uma filha de nome Máxima Nogueira Aguiar, posteriormente casada com David de Sousa Portela.

Manuel Francisco, em razão da perda prematura do pai, teve que muito se esforçar para a conquista do lugar de renome que mais tarde veio a desfrutar. Aos vinte anos, sofrendo naturalmente os duros encargos de prover a casa, na qualidade de filho mais velho, estabeleceu-se em Coreaú com uma lojinha de tecidos. Fez algum progresso, porém cedo teve que regredir por força de circunstâncias adversas.

Quando o Ceará sofreu os horrores da grande seca de 1877, ele já se considerava um homem forte da vila. Veio, então, o fracasso. Os melhores fregueses desapareceram, sendo uns por morte e outros por efeito de emigração involuntária. Em consequência, surgiu o que se poderia esperar de o desastre, isto é, o fim de sua

atividade comercial. Quebrou, como se diz no sertão, e sem esperanças de jamais reaver a sua antiga estabilidade.

Diante do fracasso a que chegara, resolveu transferir-se para a Ibiapaba. Seu amigo Lamartine Nogueira foi a estrela que o norteou, convidando-o a ir fixar residência no povoado do Barrocão, hoje a progressista cidade de Tianguá. Ao fixar-se no novo pólo, havia perdido os capitais, porém a coragem continuava ainda mais viva. Estabeleceu-se então, com o ramo de tecidos, no qual adquirira prática ao longo dos anos. E, nesta nova atividade, recebeu a compensação dos sofridos tempos em que comerciara na Palma.

Com o progresso do lugarejo, Manuel Francisco foi também crescendo, tanto do ponto de vista econômico quando político. Em 1890, o povoado de Barrocão foi elevado à categoria de vila e ele foi confirmado no posto de Comandante da Guarda Nacional da vizinha cidade de Viçosa. Neste ponto, contudo, devendo interromper o fio de nossa conversa para introduzirmos alguns conceitos emitidos por abalizados observadores, a respeito dos entraves que atrofiavam o progresso do Barrocão. Com a palavra, portanto, o historiador Antônio Bezerra.

“Barrocão – diz o eminente historiador – consta de poucas casas em quadro e tem um pequena capela não acabada”. Se bem que não seja ainda freguesia, é local populoso, e sua importância se verifica pelo número de reses que diariamente se abatem para consumo público.

Situado no meio de diverso brejos, com terrenos apropriados para o plantio de cereais e naca, nota-se que dispõe de recursos próprios e tanto assim é, que durante o flagelo de 1877, que devastou a Província, colheu e manteve imensa população do sertão, que aqui veio pedir agasalho.

No entanto vivem os habitantes como se fossem empregados de Viçosa, privados até dos socorros da Religião.”

São “Impressões de Antônio Bezerra”, cujo propósito foi delinear rumos poucos lisonjeiros da política então existente e que em muito dificultavam o progresso da futura e progressista cidade serrana. Voltemos novamente ao nosso objetivo.

O Coronel Manuel Francisco contraiu núpcias com Lourença Aguiar, sua prima legítima a filha de Francisco Antônio de Aguiar, natural de Coreaú. Desse enlace nasceram 8 filhos, dos quais se destacou Monsenhor Agesilau Aguiar, ordenado pelo Colégio Pio Latino de Roma.

Na vida política, além de outros postos de elevado conceito, foi ocupante de uma cadeira no Legislativo cearense, no período de 1915/1916.

Faleceu a 23 de julho de 1925, sendo sepultado, bem como sua esposa, no centro da matriz de Tianguá, à qual prestara meritórios serviços. Pelo zelo dedicado a Tianguá, Manuel Francisco foi sem dúvida um dos seus principais baluartes e, pelo amor que tomou por essa terra, pode-se concluir as justas razões pelas quais ele a adotou como seu verdadeiro berço.

Do consórcio Manuel Francisco e Lourença Gomes de Aguiar nasceram os seguintes filhos:

2.1. Leôncio Licurgo de Aguiar – casado com Joaquina Máxima de Aguiar – residente em Coreaú. Deste consórcio nasceu Manuel Aguiar Neto; Maria Amélia de Aguiar Andrade, casada com Richelieu Andrade, pais de Petrônio Aguiar Andrade, influente comerciante de Fortaleza.

2.2. Maria Leônia de Aguiar – casada com José Tomaz de Aguiar.

2.3. Virgínia Aguiar Rocha – casada com o probo comerciante Moisés Cavalcante Rocha, domiciliado em Camocim e de onde procede numerosa prole (11 filhos)

2.4. Monsenhor Agesilau Aguiar – famoso talento que brilhou no clero cearense. Foi político atuante e um dos principais homens ricos do lugar.

2.5. Aquiles Aguiar – casado com Gerviz Vasconcelos (4 filhos).

2.6. Odilon Aguiar – casado com Constância Vasconcelos (sem filhos).

2.7. Articulino Aguiar – casado com Catarina Aguiar (5 filhos).

2.8. Elisa Aguiar Nogueira – casada com José Nogueira de Aguiar (5 filhos).

Manuel Francisco de Aguiar foi um dos raros jetiquibás irremovíveis na florescência de sua pujança viril que não se deixavam abater por arrepios de tempestades.

1.15 ALMIRANTE RUBIM

Raimundo Frederico Kiape da Costa Rubim nasceu no sertão de Coreau em faixa territorial pertencente ao hoje Mocambo, em 27 de julho de 1856. Indo depois para o povoado de Barroão, atual Tianguá, de lá partiu para o Rio de Janeiro, onde fez curso preparatório. Matriculou-se na Marinha em fevereiro de 1871.

Em 1873, concluiu o curso de Guarda-Marinha. Em 1875, foi promovido a 2º Tenente e em dezembro de 1879 chegou a 1º Tenente. Neste posto, passou a servir como imediato e comandante. Exerceu atividade na Capitania dos Portos do Piauí, e comandou o Cruzador Centauro, em cujo comando recebeu a notícia de sua promoção a Capitão-tenente, em julho de 1891.

Investido desse novo posto, desempenhou várias comissões de comando, das quais se destacam: Torpedeira de alto-mar Iguatemi, do Transporte Madeira e de Inspeção de Faróis. Neste último posto demorou-se como ajudante, até que em 1892 foi nomeado titular.

Em janeiro de 1901, foi promovido a Capitão-de-Fragata por merecimento, quando comandava o vapor "Comandante Freitas", estando, na ocasião, encarregado da montagem do 1907. Comandou ainda o couraçado "Floriano" e "Belmonte", na Bahia.

Logo mais, foi nomeado comandante da Repartição de Faróis, cargo que exerceu até março de 1903. Exerceu mais cargos de Capitão dos Portos e Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco e posteriormente o de Capitão dos portos do Amazonas, onde se achava quando foi promovido em o "Tamandaré", ao comando da Flotilha do Amazonas.

Em janeiro de 1912, foi nomeado comandante da defesa móvel do porto do Rio de Janeiro.

É autor de várias obras de publicações militares.

1.16 ANTÔNIO FERNANDES BATISTA

Antônio Fernandes Batista chegou ao Brasil no apagar do Século XVIII, indo diretamente para a Ribeira de Coreau. Viera certamente induzido por informações de parentes seus, que já habitavam a região. Como na época uma das fontes de segurança em voga, na Colônia, para os forasteiros que vinham aventurar a vida, era a união matrimonial com um dos “dotes da terra”, que sempre viviam ao dispor de alguém que os procurasse, nosso ilustre Batista não ousou fugir à regra. Investigou, pensou, e a escolha de seu cabedal feminino recaiu na pessoa da jovem Florência de Jesus, descendente do Comissário Geral Alves de Holanda (3.2). Era filha de João Alves de Holanda Cavalcante.

Florência era neta do Capitão Mateus José de Sousa, antigo morador e proprietário do sítio Outeiro, tendo posteriormente fixado residência em Viçosa, onde exerceu as funções de Capitão de Infantaria miliciano de Viçosa.

Em 1820, Antônio Fernandes Batista requereu e obteve concessão de três léguas de terra no lugar denominado Jaguarassuí (Campanário), partindo da margem direita do Rio Coreau até às ilhargas da Serra de D. Simão. Nesta gleba vasta e despovoada compreendiam porções úteis ao plantio de cereais e também favoráveis ao desenvolvimento da pecuária. Em Jaguarassuí residiu Antônio Fernandes Batista até a data de seu falecimento, fato ocorrido a 13 de agosto de 1842. Deixou os seguintes filhos:

2.1. Raimundo Fernandes Batista – casado com Maria Raimundo do Espírito Santo.

2.2. Manuel Fernandes Batista – casado com Maria José do Nascimento.

2.3. Belchior Fernandes Batista – casado com Maria Joaquina de Jesus, filha de Maria Alves das Pedras de Fogo, suprema majestade da riqueza do lugar, sendo situada no lugar “Pedras de Fogo”.

2.4. Joaquim Lino Batista – casado com Maria da Penha.

2.5. Luís Fernandes Batista – casado com Francisca Maria de Jesus, filha de Maria Alves (das Pedras de Fogo). Luís Fernandes faleceu no dia 13 de julho de 1875.

2.6. Francisco Fernandes Batista – casado com Inácia Maria de Jesus, filha de Maria Alves das Pedras de Fogo.

2.7. Izabel Maria do Nascimento – casada com Bento Pereira Viana Filho.

2.8. Hilária Francisca Batista – casada com Gonçalo Pereira de Sousa.

2.9. Ângela dos Reis Batista – casada com Bernardino Gomes Franco Pessoa.

2.10. Francisca Antônio Batista – casada com Francisco Antônio da Silva.

2.11. Inácia Maria de Jesus – casada com José Ferreira Fonteles.

Dos onze filhos de Antônio Fernandes Batista resultou a quase totalidade da população branca existente na região compreendida entre a hoje cidade de Coreau e Granja, como a seguir veremos em algumas das ramificações:

Da descendência de Belchior Fernandes Batista, casado com Maria Joaquina de Jesus, temos a seguinte evolução:

3.1. Francisca Clementina Batista – casada com Alfredo Manuel Simões Moreira, no ano de 1854. O casal residia na Fazenda São Francisco, distrito da Palma (Coreau). Ele faleceu em 1918 e ela em 1923, deixando os seguintes filhos:

4.1. Alexandre Simões – nascido em 1855 e falecido em 1935. De dois matrimônios realizados houve uma descendência de oito filhos.

4.2. Belchior Simões – residente na Fazenda Morros, onde deixou uma prole de 12 filhos, também, de dois matrimônios.

4.3. Maria Tolentina – casada com Belchior Conrado Batista, seu primo. Residia na Fazenda Morros, no sítio do “Vovô Belchior”.

4.4. Maria Clementina – casada com Manuel Fernandes Chaves Batista, residente em Granja, onde faleceu aos 93 anos de idade.

Retornando à seqüência interrompida, de Belchior Fernandes Batista, temos a seguinte descendência:

3.2. José Fernandes Batista – casado com Inocência Carneiro. Deste casal nasceram 6 filhos, que residiram na Fazenda Mato-Verde.

3.3. Antônio Belchior Fernandes – residente na Fazenda Sobradinho. Casou-se com Inácia Batista, filha de Francisco Fernandes Batista.

3.4. Florência Maria de Jesus – casada com Francisco Antônio Batista Chaves, residente na Fazenda Várzeas. Do casal nasceram dois filhos: Belchior Conrado e Manuel Fernandes Batista Chaves.

3.5. Maria Alves Batista – casada com Antônio Luís Batista, seu primo e de quem adiante falaremos.

3.6. Belchior Batista Filho – nascido a 25 de outubro de 1857. Este, na qualidade de caçula, herdou a Fazenda Morros, dotada de todos os requisitos capazes de levá-lo à prosperidade. Casou-se em 1880 com Maria Jacinta de Araújo, filha de José Bento de Araújo e de D. Francisca Jerônimo da Frota (filha de Felipe Gomes da Frota). Deste casal nasceram:

4.1. Antônio Belchior Fernandes – casado como Emília Belchior, residente na Fazenda Morros. Tiveram os seguintes filhos:

5.1. Otávio Belchior Fernandes.

5.2. Raimundo Nonato Belchior.

5.3. Belchior Crisóstomo Batista – falecido.

5.4. Gentil Belchior – falecido.

Do mesmo tronco (4.1), em segundo matrimônio realizado com Antônia Fernandes, nasceu Maria José Belchior Ximenes, viúva de Eduardo Napoleão Ximenes, tendo os seguintes filhos:

5.1. Francisco Eudes Ximenes.

5.2. Vanda Ximenes.

5.3. Edgar Ximenes.

5.4. Antônio Edvar Ximenes.

5.5. Edson Ximenes.

5.6. Eribaldo Ximenes.

5.7. Everardo Ximenes.

5.8. Vanderlei Ximenes.

5.9. Hélder Ximenes.

Tanto do primeiro como do segundo matrimônio nasceram filhos ilustres, que têm honrado a tradição patriarcal. Descendentes do primeiro casamento, temos o cantor Belchior, que vem fazendo sucesso no sul do País, o Dr. Wilson Belchior, engenheiro civil, construtor e ultimamente político com perspectivas de sucesso, bem como numeroso grupo familiar que vem progredindo, destacando-se como pioneiros no ramo varejista de Fortaleza (Mercantil São José). Retomando mais uma vez a descrição interrompida, temos:

- 4.2. José Belchior Sobrinho.
- 4.3. Alda Belchior.
- 4.4. Emília Belchior – casada com Milton Aguiar.
- 4.5. Adélia Belchior.
- 4.6. Guiomar Belchior – casada com Elisío Aguiar, de Cariré.
- 4.7. Francisca Belchior.
- 4.8. Julieta Belchior.
- 4.9. Gustavo Belchior – comerciante em Sobral.
- 4.10. Amélia Belchior.
- 4.11. Antônio Belchior Filho.

De Belchior Filho (3.6) nasceram os seguintes filhos:

- 4.1. Raimundo Belchior Fernandes.
- 4.2. João Belchior Fernandes.
- 4.3. Francisco das Chagas Belchior.
- 4.4. José Belchior Fernandes
- 4.5. Joaquim Belchior Fernandes.
- 4.6. Manuel Belchior Fernandes.
- 4.7. Joaquim Fernandes Batista.
- 4.8. Francisca das Chagas Batista.
- 4.9. Ana Olinda Batista – casada com Joaquim Lima.

Da descendência de Luís Fernandes Batista (2.5), casado com Francisca Maria de Jesus, filha de Maria Alves das Pedras de Fogo, nasceram os seguintes filhos:

- 3.1. Antônio Luís Batista (avô do escritor Batista Aragão).
- 3.2. Jacinto Casemiro Batista.

- 3.3. José Matulino Batista.
- 3.4. Raimundo Fernandes Batista.
- 3.5. Francisco Fernandes Batista.
- 3.6. Ana Fernandes Batista (Sinharana).
- 3.7. Florência Fernandes Batista (Florzinha).
- 3.8. Joaquim Fernandes Belchior.
- 3.9. Maria Fernandes Batista "(Tia Marica)"

Sobre oito dos nove dependentes alinhados acima, deixamos de referir por serem imprecisos os dados que possuímos. Quanto à descendência de Antônio Luís Batista, casado em primeiro matrimônio com Joaquina Maria de Jesus e em segundo com Maria Júlia Alves Linhares, filha do Capitão Lourenço Alves Linhares, apelidado de Lourenço Capão, temos os seguintes:

- 4.1. Belchior Fernandes Batista.
- 4.2. Luís Fernandes Batista.
- 4.3. Argemírio Fernandes Batista.
- 4.4. Tibúrcio Valeriano Batista.
- 4.5. Avelino Fernandes Batista.
- 4.6. João Fernandes Batista.
- 4.7. Antônio Fernandes Batista.
- 4.8. Joaquina Fernandes Batista.
- 4.9. Maria Fernandes Batista.
- 4.10. Leão Fernandes Batista.

Deste elenco, casaram-se Belchior, Maria e Joaquina. Os demais morreram sem descendência, solteiros:

Do segundo matrimônio:

- 4.1. Manuel Fernandes Batista – reside no Rio.
- 4.2. Francisca Araújo Batista – casada com Antônio Martins Magalhães.
- 4.3. Florência Batista Aragão – casada com José Aragão Filho. Deste casal nasceu o intelectual Raimundo Batista Aragão, autor de várias bras.
- 4.4. Alberto Fernandes Batista – casado com Francisca Rodrigues, havendo vários filhos do casal (já falecido).

4.5. Afonso Fernandes Batista – casado com Maria Rodrigues, havendo vários filhos (falecido o casal).

4.6. Austregésilo Fernandes Batista – solteiro e falecido.

4.7. Albertina Fernandes Batista – casada com Plácido Fontenele Aragão.

4.8. Maria Neta Fernandes Araújo – casada com Pedro Carneiro Magalhães.

4.9. Raimunda Araújo Fernandes – casada com Joaquim Carneiro Magalhães.

Dessa descendência, temos o escritor Raimundo Batista Aragão, casado com Maria Luzia Pereira Aragão, funcionário público do IAPAS (Fiscal), e residente em Fortaleza, com os seguintes filhos:

5.1. Darlan Pereira Aragão – casado com Maria de Fátima Jorge Aragão.

5.2. Dário Pereira Aragão – casado com Maria José.

5.3. Maria Cleide Pereira Aragão.

5.4. Maria Clélia Pereira Aragão.

5.5. Darci Pereira Aragão.

5.6. Demóstenes Pereira Aragão.

5.7. Maria Goretti Pereira Aragão.

5.8. José Pereira Aragão.

5.9. Maria Cristina Pereira Aragão.

Ainda do casal José Aragão Filho e Florência Batista Aragão nasceram os seguintes filhos:

4.2. Maria Batista Aragão – casada com João Gomes Moreira, em segundas núpcias, e em primeiro matrimônio com José Joaquim Real.

4.3. Lucinda Batista Aragão – casada com Francisco Inácio Fontenele.

4.4. Juvenal Batista Aragão – casado com Maria Rodrigues Batista.

4.5. Manuel Batista Aragão – casado com Divanilda Mapurunga Aragão.

FRAGMENTOS HISTÓRICOS

Belchior Fernandes Batista (2.3), terceiro filho do português Antônio Fernandes Batista, nasceu na fazenda Jaguarassuí, atualmente vila de Campanário, no município de Granja. Não consta a data de seu nascimento nem se sabe o ano em que morreu. Seu inventário foi feito em Granja, tendo reinado perfeita harmonia na distribuição dos quinhões pertencentes aos seus 11 herdeiros.

CURIOSIDADES HISTÓRICAS

Antônio Luís Batista (avô do escritor R. Batista Aragão) possuía invulgar memória equiparando-se a um robô programado especialmente para reter no cérebro o que lia. De uma só leitura ele decorava o que lhe caía diante dos olhos. Os "Lusíadas", versos em sextilhas e décimas, discurso de políticos, enfim, o que aparecia na época, ele decorava e fazia questão de recitar para os que apreciavam a sua cultura memorizada. Falava em tom elevado e costumava dizer o que lhe vinha à mente, sem interessar-se pelo que pudesse agradar ou não ao seu interlocutor. Quando ainda a beirar o meio século de vida, foi acometido por uma ferida de mau caráter (câncer) no peito e curou-se com ferro em brasa, extirpando o tumor. Depois (contam) que o mesmo aconteceu a um dos olhos e ele recorreu ao azeite quente. Ficou cego do olho afetado, mas morreu de velho, aos 100 anos menos um mês, a 1º de abril de 1942.

Maria Alves das Pedras de Fogo, assim chamada por residir na Fazenda Pedras de Fogo, distrito de Granja, era afamada pela riqueza que possuía, tanto em gado quanto em dinheiro. Hoje, nada mais existe, além de um açude em ruínas, o chamado "Açude da Porta", em frente ao casarão de sua residência. Dizem que era mulher de atitudes extravagantes.

Quando a onça comia uma de suas reses ela descartava de bom humor, dizendo que não seria uma pobre oncinha que fizesse Maria Alves empobrecer. Quando, porém, uma de suas criadas

pisava um mísero pinto no terreiro, ela explodia em ódio e só se acalmava quando surrava a empregada. E quando na redondeza fugia alguma jovem, ela trancava as filhas na despensa pretextando antecipar o castigo para aquela que imitasse o gesto da jovem fujona. Era muito caridosa.

1.17 CEL. JOÃO DAMASCENO VASCONCELOS

João Damasceno era tianguaense nascido em Coreau, nas proximidades da então vila da Palma a 17 de dezembro de 1863. Cedo transferiu-se para a modesta povoação de Santana do Barroão (Tianguá), onde fez fortuna estabelecendo-se, inicialmente, com um pequeno negócio e depois com a firma "DAMASCENO & CIA", empresa que teve quase meio século de existência. João Damasceno era primo do Almirante Raimundo Frederico Kiape da Costa Rubim.

De seu casamento, realizado no ano 1900, registraram-se 13 filhos todos educados no comércio e na agricultura. Era homem reconhecidamente honesto, operoso e detentor de grande número de afilhados em toda a Ibiapaba. Tendo morrido a primeira mulher, casou-se pela segunda vez, de onde juntamente com a primeira, resultou uma prole de 17 filhos.

1.18 LUIZ JANUÁRIO LAMARTINE NOGUEIRA

Luiz Januário Lamartine Nogueira, Tenente-Coronel, nasceu no lugar hoje denominado Araken, município de Coreau, aos 19 de setembro de 1850, dia de São Januário e faleceu no sítio Beija-Flor nas proximidades de Viçosa, aos 12 de novembro de 1902. Foi sepultado na nave central da capela de Santo Antônio das Caraúbas, distrito de Lambedouro. Tinha 52 anos de idade.

Lamartine era filho de Manuel Nogueira Costa e de Florência da Ressurreição Viana, casados aos 13 de maio de 1848, igreja-matriz de Viçosa. Depois de casado, Lamartine foi residir no sítio

Várzea Grande, retornando a Viçosa em 1851 onde passou a residir em definitivo.

Seus primeiros estudos foram feitos com o professor Marcelino Pereira das Virgens. Depois passou a estudar em Sobral com o professor Antônio da Silva Fialho, que o cognominou de LAMARTINE.

Erão seus avós o Capitão Luís da Costa Nogueira, senhor de engenho no vale do Ceará-Mirim no Rio Grande do Norte, e sua mulher Maria da Penha de Jesus. Maternos, foram o Capitão Bento Pereira Viana filho e sua mulher Izabel Maria do Nascimento, filha do português Antônio Fernandes Batista.

Quando ainda jovem e querendo seus pais que ele seguisse a carreira eclesiástica, o fizeram transferir-se para Fortaleza. Foi matriculado no Seminário Diocesano, onde permaneceu em estudos até o ano de 1867.

Como influente homem de Viçosa, foi, por Provisão de D. Luiz Antônio Santos, primeiro bispo do Ceará, nomeado “fabricheiro” da igreja-matriz de Nossa Senhora da Assunção da Paróquia de Viçosa, tendo recebido o cargo a 17 de janeiro de 1868. Em 31 de dezembro do mesmo ano foi admitido como membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, servindo nos cargos de Escrivão Secretário, Mesário e Juiz Presidente, tendo inclusive, em sessão de 27 de fevereiro de 1869, proposto que se concluísse a Capela do Santíssimo, dourasse o Sacrário (dos antigos Jesuítas) e se fizessem duas lanternas de mãos, para acompanhar o Viático.

Seu casamento deu-se às 5 da manhã do dia 6 de fevereiro de 1879, na igreja-matriz de Viçosa, com D. Maria Ermelina Fontenele da Silveira, filha do Major João Severino da Silveira e de Tereza Fontenele da Silveira. Do enlace nasceram os seguintes filhos:

2.1. Alfredo Lamartine Nogueira – casado com Francisca Fontenele Nogueira.

2.2. Maria Estefânia Nogueira.

2.3. Antônio Lamartine Nogueira.

2.4. Newton Lamartine Nogueira.

2.5. Luíza Lamartine Nogueira.

2.6. Francisca Lamartine Nogueira.

A 25 de maio de 1869, por ocasião da Guerra do Paraguai, Lamartine Nogueira foi nomeado Alferes-Secretário do 3º Batalhão de Reserva da Guarda Nacional. Do ano de 1869 a 1872, foi alistado como eleitor do Colégio Eleitoral por Ato do Governador do Estado, datado de 30 de julho de 1872. Foi nomeado Adjunto de Promotor da Comarca, a 25 de maio de 1875, ao mesmo tempo em que recebia comunicação oficial da Diretoria Geral dos Correios, dando-o como nomeado Agente do Serviço Postal de Viçosa, cargo que deveria assumir independentemente do título, conforme ordem de junho de 1877 consignada em ofício. Aos 7 de outubro de 1876, foi eleito por maioria de votos, a vereador de Viçosa no quadriênio 77/80. A 8 de janeiro de 1877, prestou juramento perante seus pares, assumindo a presidência da Câmara. A 25 de novembro de 1880, foi eleito juiz de paz do município, cuja posse se deu pelo compromisso assumido em 7 de janeiro de 1881. Permaneceu no cargo até junho de 1882. A 14 de dezembro de 1882, funcionou como Presidente da Junta Apuradora das eleições do 4º distrito, que lhe outorgara o diploma de deputado à Assembléia Legislativa Provincial.

Como deputado, apresentou à Assembléia Legislativa da Província, projetos de lei cuja defesa foi apaixonada e calorosa, como consta dos respectivos anais, logrando desse seu trabalho extraordinárias vitórias.

Em outros setores da administração pública, não se descurou Lamartine de prestar relevantes serviços, dentre os quais se destacam: criação de uma escola pública no povoado de Barroão (Tianguiá); distrito de paz no povoado de Tubarão (General Tibúrcio); uma verba de 15 contos de réis para a construção de uma estrada carroçável Granja-Viçosa, para a estrada de ferro de Granja e para uma estrada carroçável Viçosa-Ibiapina. Postulou e conseguiu a elevação de cidade da até então Vila Viçosa Real da América, fato que se concretizou em 14 de agosto de 1882. Colaborou fortemente no sentido de que fosse implantada a abolição da escravidão e propôs várias medidas em favor de outras áreas do escasso progresso então vigente.

Esgotado o seu mandato de deputado, retornou às lides políticas de Viçosa e a 21 de julho de 1886 foi eleito vereador, cujo compromisso se deu a 7 de janeiro de 1887.

Aos 15 de maio de 1888, foi nomeado como titular da Coletoria de Rendas de Viçosa, tendo, no entanto, sido exonerado em virtude de não ter assumido o cargo, ocorrência que deu lugar à nomeação de um substituto. Em consequência, sua nomeação foi transferida para a cidade de Camocim, conforme ofício nº 2.812, de 27 de novembro de 1888, não aceita por Lamartine.

Por Decreto assinado por D. Pedro II, datado de 1º de dezembro de 1888, Lamartine foi nomeado Tenente-Coronel Comandante do 1º Batalhão de Artilharia da Comarca de Viçosa, cuja Carta Patente foi referendada pelo então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Antônio Ferreira Viana. Em maio de 1889, estando em Fortaleza, foi nomeado para fazer parte da Comissão que acompanhou o Conde d'Eu ao norte do País, contraindo nesta viagem a moléstia que mais tarde o levaria ao túmulo.

No tocante às atividades culturais, não foram poucos os seus esforços no sentido de produzir algo benéfico aos seus concidadãos carentes de luzes. Redigiu e editou o jornal "A Taba", cuja circulação ocorreu em 15 de julho de 1891. Era um jornalzinho de oposição ao partido dominante, mas que somente ficou no primeiro número. Escreveu e publicou, em 1897, os folhetos "Um Ponto Importante para a História do Ceará e Aldeia de Camarão". Foi um longo trabalho de pesquisa e que infelizmente não foi reeditado, fato que em muito ajudaria. Quem desse trabalho se ocupou largamente foi o coronel João Brígido em a "República de Fortaleza". Clóvis Beviláqua e Alberto Maranhão foram outros que fizeram elogiosos comentários em seus órgãos publicitários, sendo o primeiro no jornal "Rio Negro de Manaus" e o segundo na revista "Rio Grande do Norte".

Em outras atividades, confeccionou o Mapa Topográfico da Ibiapina.

Em 18 de outubro de 1890, foi nomeado Inspetor Escolar de Viçosa, tendo ainda exercido temporariamente o cargo de delegado de polícia da mesma cidade, no período de maio a setembro de 1892.

Em 1890, em litígio com a Comissão de Socorro Público, protestou contra a invasão das águas do açude denominado Lagoa em seu sítio Beija-Flor, fato no entanto de somenos importância.

Em pleito realizado em 27 de maio de 1892, foi eleito vereador, tendo como objetivo colaborar com o governo do general Bezerril, seu conterrâneo. Aproveitando-se desse fio de prestígio por que passava Viçosa, conseguiu o deputado José Beviláqua a instalação, em Viçosa, da Diretoria Geral dos Correios e Telégrafos, com extensão de linha entre Viçosa e Ibiapina. Sua colaboração junto aos prestimosos conterrâneos sobressaiu-se mais ainda quando fez a oferta de 500 postes de madeira e o uso grátis de uma casa, por 10 anos, para instalação da Agência Telegráfica. A inauguração do serviço se deu a 25 de março de 1894.

De conformidade com o artigo 3º do Decreto nº 23, de 26 de abril de 1892, foi eleito em 15 de junho de 1892, para o cargo de Intendente Municipal (prefeito), sendo ele o primeiro a exercer tal cargo. Contudo, não chegou a exercer a função por muito tempo, como seria de se esperar, posto que seu estado de saúde tendia a agravar-se. Em ofício datado de 23 de setembro de 1892, dirigido à Câmara Municipal, renunciou ao cargo e recolheu-se à vida privada.

Lamartine Nogueira foi um defensor ardoroso de sua terra, não perdendo oportunidade de carrear benefícios aos seus concidadãos. Como viçosense, dignificou o nome com trabalhos meritórios e, como intelectual, conseguiu de João Brígido um raro elogio atribuído à sua obra sobre os índios serranos.

CAPÍTULO II

Granja – Colonizadores

2.1 A FREGUESIA DO COREAÚ

O CURATO do Acaracu, assim chamado pelos primeiros desbravadores, compreendia uma extensa faixa de terra que se estendia do Mundaú à Serra Grande. Era servido por um pequeno número de padres, resultando disso um sistema assistencial deficiente. Em 1775, a autoridade Diocesana do Bispado de Olinda, no caso D. Francisco Xavier Aranha, resolveu desdobrar o Curato em quatro freguesias, assim compreendidas:

- 1ª São Bento de Amontada.
- 2ª Ribeira de Coreaú.
- 3ª Ribeira de Aracacu.
- 4ª São Gonçalo da Serra dos Cocos.

Em seguida veio o cura Luiz Fernandes de Carvalho fazer o primeiro ensaio para a instalação da freguesia do Coreaú.

Os moradores da povoação de Santo Antônio do Olho-d'Água, hoje vila de Araken, da freguesia de Coreaú, esforçaram-se para que ficasse como sede da povoação de Santo Antônio. Alegavam eles que ali já existia uma capela para celebração dos atos religiosos. Depois desse argumento, expunham que lá já residiam as primeiras figuras do potencial econômico da Ribeira, como o Comissário Geral Domingos Álvares Ribeiro, o Cel. Bento Pereira Viana, o Capitão Mateus José de Sousa, o Cel. Rodrigo da Costa Araújo, o Capitão Domingos da Costa Câmara e João da Mota Pereira, enquanto que os moradores da povoação de Santa Cruz do Coreaú, sendo em número maior e composto de portugueses apatacados, levaram a melhor sobre a pretensão.

Uma vez decidida a preferência, foi instalada a sede, fato ocorrido em 8 de setembro de 1759, sendo criada no dia seguinte

a Irmandade do Santíssimo Sacramento, sob a orientação do vigário da Vara Luiz Fernandes de Carvalho, que permaneceu nessa função até 1776, quando foi nomeado seu sucessor Luiz Pereira Viana, o primeiro sacerdote nascido na Ribeira do Coreáú.

A igreja foi construída às pressas, para satisfazer as exigências feitas pelo Bispado de Pernambuco, visto que, desde a criação da freguesia, os atos religiosos vinham sendo realizados na Capela de Santo Antônio do Olho d'Água erigida em 1742, sob as expensas de Domingos Álvares Ribeiro, Cel. Bento Pereira Viana, do Capitão Mateus José de Sousa, de João da Mota Pereira e de sua mulher D. Mariana da Mota Pereira.

Inaugurada a matriz a 8 de setembro de 1759, era, contudo, uma obra de pequena dimensão e o seu acabamento era pouco recomendável. Mesmo assim, permaneceu durante mais de 100 anos, antes de transformar-se na suntuosa igreja que atualmente existe. O ato de inauguração foi assinado pelos seguintes instituidores da obra:

01. Joaquim José Borges de Pinho.
02. José Antônio Borges de Pinho.
03. Francisco José dos Santos.
04. Gonçalo Martins Ferreira.
05. Joaquim de Abreu Valadares.
06. Joaquim Marques Viana.
07. José Antônio de Bessa.
08. Domingos da Costa Câmara.
09. Francisco Rodrigues Moreira.
10. Manuel Alves Palhares.
11. Antônio da Rocha Franco.
12. Simão Rodrigues Maia.
13. Manuel de Carvalho Mota.
14. Simão Rodrigues Júnior.
15. José Pereira de Sousa.
16. Manuel de Lima Moreira.
17. Agostinho de Brito Passos.
18. João Ribeiro de Moraes.

19. Francisco Gonçalves Lira.
20. Francisco de Carvalho Mota.
21. João Ferreira de Sousa.
22. Pascoal de Arruda Baracho.
23. Franciso D. da Silveira.

Com o falecimento prematuro do vigário Luiz Pereira Viana, em 1792, foi designado para cuidar da freguesia o padre José Sancho Lelou, que aí permaneceu até 1806, quando foi transferido para viçosa, onde se demorou até à morte, fato que ocorreu em 1824, quando ele já se encontrava há algum tempo afastado, morando no seu sítio manhoso, ao sopé de Ibiapaba.

Em 1808, veio para granja o padre Antônio José Honorato de Barros, procedente de Pernambuco. Foi nomeado vigário-colado, permanecendo até 1829, quando faleceu. Já era, então, coadjutor o padre David Machado Portela, que foi nomeado vigário, em seguida, tendo ocupado o cargo até 1835, quando faleceu. Padre David foi sepultado na Capela-mor, ao lado do evangelho.

Em 1836, ocupou a freguesia o padre Francisco Antônio de Melo, natural de Pernambuco. Este regeu a paróquia até 1839, sendo substituído pelo o padre João Barbosa Cordeiro, natural de Canindé, que escapou milagrosamente, sob disfarce, quando ocorreu a fracassada república do equador, da seguinte forma: por ocasião do movimento revolucionário, ele teve que abandonar a batina e ocultar-se numa fazenda nos Inhamuns. Sendo casado eclesiasticamente, com Manuela Feitosa, levou para granja alguns filhos.

Em granja nasceu mais filhos, destacando-se João Cordeiro Filho, que foi capitão do exército e Aristides Cordeiro, bacharel em direito. Em Teixeira Galvão, que aí continuou o vicariato da freguesia.

2.2 A FAMÍLIA PAULA PESSOA

De Ribaçal, Bispado de Coimbra, Portugal, veio o capitão de ordenanças Tomaz Antônio Pessoa de Andrade, com destino

ao Ceará. Andrade era filho de Feliciano de Andrade Pessoa e sua mulher, Maria Tereza de Macedo. Como ponto de referência sobre o seu novo destino, trazia a indicação da vila de Sobral, por recomendação paterna.

Seu desembarque se deu na barra do Acaraú, de onde tomou o caminho da vila que lhe foi recomendada. Em Sobral, empregou-se modestamente como caixeiro de uma pequena casa comercial.

Tendo boas informações sobre a então próspera vila de granja, cujo o comércio era, na sua totalidade, dirigido por portugueses já capitalizados e portanto, fortes, mudou-se para Coreau, em época aproximada do ano de 1777.

À sua chegada, foi bem acolhida pelos seus patrícios, sendo de pronto engajado numa casa de comércio. Progrediu, vindo a transformar-se em abastado comerciante e fazendeiro.

Em 1789, estava ele casado com Francisca Maria de Jesus, filha de João de Carvalho Mota, também português e habitante mais próspero da vila. Este era pai do coronel Francisco de Carvalho Mota, influente político, comerciante e opulento criador na freguesia.

O coronel Carvalho Mota era político militante de muito prestígio e detentor das comendas de Cavaleiro da Ordem de Cristo, Coronel de Milícias e Comandante Superior da Guarda Nacional.

Do casal Tomaz Antônio Pessoa de Andrade e Francisca Maria de Jesus nasceram os seguintes filhos:

2.1. Maria Tereza Pessoa – casou-se com Marçal Borges de Pinho, nascido na Paraíba do Norte, filho do capitão João Borges de Pinho, natural de Portugal. Do casamento de Marçal e Maria Tereza nasceu João Borges de Pinho (neto), que contraiu matrimônio com Fontenele, filha do capitão Plácido Fontenele, representando daí a família Pinho Pessoa, de Viçosa, e dignamente representada pelo Dr. Plácido de Pinho Pessoa, magistrado e Deputado Estadual pelo o Ceará, e pelo o Cel. Salustiano de Pinho.

2.2. José Raimundo Pessoa – deputado provincial em diversos biênios. Mudando-se de Granja, fixou residência em Fortaleza. Era pai do padre Claudino Pessoa de Andrade e de José

Raimundo Pessoa Filho e avô do Dr. Frota Pessoa, que exerceu influência na administração Franco Rabelo, no Ceará.

2.3. Catarina de Andrade Pessoa – casada com Manuel José da Silva, sendo avó do jornalista Tiago Ribas, que durante muitos anos gerenciou o jornal “Unitário”, de João Brígido.

2.4. Francisca Maria de Jesus – casada com o farmacêutico e advogado Inácio José Rodrigues Pessoa e de cujo casal houve uma prole de nove filhos, sendo o mais velho o tenente-coronel Joaquim Inácio Pessoa, político turbulento, autor de várias demandas, tendo morrido assassinado a mando de seus inimigos. D. Maria Senhorinha Pessoa, outra filha do casal, casou-se com capitão Manuel Gregório de Almeida Fortuna, natural de Quixeramobim e residente em Granja, desde 1816. Deste, proveio o capitão Inácio de Almeida Fortuna, nascido em 1841 e falecido aos 97 anos de idade, em 1938.

2.5. João de Andrade Pessoa – nascido a 23 de dezembro de 1787, casado com Raimunda Ferreiras Veras, nascendo do casal quatro filhos. Muito moço foi nomeado sargento-mor, depois capitão-mor e coronel de milícias e condecorado com a distinção de da Ordem de Cristo. Envolvido no movimento republicano em 1824, foi condenado à morte e fuzilado em Fortaleza, no dia 30 de abril de 1825.

2.6. Gonçalo dos Lagos – segundo afirma Pessoa Anta, em seu testamento, era o mais pobre da família, sendo esta a razão pela qual o mártir revolucionário deu-lhe como legado especial as dispensa das dívidas com ele contraídas. Gonçalo era casado com Maria de Andrade Lima. Seus filhos seguiram a carreira das armas, fixando residência no Rio Grande do Sul.

2.7. Joaquim de Andrade Pessoa – casou-se com Maria de Andrade Pessoa Veras, deixando apenas dois filhos: João de Andrade Pessoa, escrivão em Sobral, e José de Andrade Pessoa, funcionário da fazenda, em Fortaleza.

2.8. Francisco de Paula Pessoa – nasceu a 17 de março de 1795, casado com Francisca Ermelinda Alves, filha do Cel. Vincente Alves da Fonseca, natural de Sobral. São seus filhos pela ordem:

3.1. Vicente Alves de Paula Pessoa – genro do Cel. Simão Barbosa Cordeiro, de Canindé.

3.2. Dr. Tomaz Antônio de Paula Pessoa – morreu solteiro, no cargo de juiz de direito, aposentado.

3.3. Francisco de Paula Pessoa Filho – médico, casado com D. Prudenciana Pessoa.

3.4. Maria Luíza Pessoa – casada com o Dr. Rodrigues Júnior.

3.5. Francisca Paula Pessoa – casada com o Dr. João Albuquerque Rodrigues.

2.9. Ana de Andrade – casada com Antônio da Costa Sampaio, nascendo desse casal apenas uma filha, que contraiu matrimônio com o primo Manuel Inácio Pessoa, deixando descendência em Coreaú.

2.10. Antônio Pessoa de Andrade – Tenente-coronel e filho do 2º matrimônio do capitão-mor Pessoa de Andrade. Foi deputado provincial e morreu assassinado por um filho louco, que o matou utilizando-se de uma mão de pilão, num instante em que a família descuidara-se de vigiá-lo.

2.11. Manuel de Andrade Pessoa – casado na família Portela, de Sobral, tendo deixado diversos filhos, alguns deles residentes na Ribeira do Coreaú.

D. Francisca Maria de Jesus, esposa de Tomaz Antônio de Paula Pessoa, filha do coronel João de Carvalho Mota e de sua mulher D. Maria Pereira de Abreu, era neta de Joaquim de Abreu Valadares, um dos primeiros habitantes da povoação, que inicialmente foi denominada de Santa Cruz do Coreaú, na terminologia dos brancos. Antes fora, na Macaboqueira, passando Granja a (vila), de 1706 a 1854, e de 1854 em diante, cidade de granja.

João de Carvalho Mota faleceu em seis de novembro de 1805, deixando os seguintes filhos:

2.1. Cel. Francisco de Carvalho – um dos mais influentes políticos e comerciantes abastados da vila de Granja. Faleceu em 1823. Era casado com D. Joana Brito da Mota, filha de Agostinho de Brito Passos.

2.2. Genoveva Mota – casada com o capitão Simão Rodrigues Maia.

2.3. Francisca Maria de Jesus – casada com Tomaz Antônio Pessoa de Andrade.

2.4. Catarina Maria da Encarnação – casada com João Nepomuceno. Tendo enviuvado, uniu-se e viveu maritalmente com padre David Portela Machado, natural de Coreau. Dessa amizade restaram quatro filhos, que no final foram amparados por testamento público, instituído pelo pai.

2.5. Manuel de Carvalho Mota – casado com D. Angélica Rodrigues, filha de João Rodrigues Magalhães, estabelecido nas imediações do lugar conhecido por Oficinas.

2.6. Joana da Mota – casada com Lourenço Ribeiro Borba, estabelecido na mesma vila de Granja.

LENDAS FAMILIARES

Quando D. Francisca Maria de Jesus estava esperando o filho, que veio a ser o senador Paula Pessoa, teve muito medo de sofrer insucesso no parto. Recorreu então, a S. Francisco de Paula, santo que havia pouco tinha sido glorificado pela Igreja, pedindo mercês divinas em seu favor e, para reforçar, pedira também, a Nossa Senhora, sendo que esta seria a madrinha do rebento. O parto foi feliz, como fora desejado. A 24 de março de 1795, veio ao mundo o futuro senador. Levado à pia batismal, foram seus padrinhos São Francisco de Paula e Nossa Senhora, para cumprimento da promessa. Antes de atingir a maioridade, o menino Francisco de Paula Pessoa já dispunha de dinheiro e bens, e o pai concedeu-lhe independência antecipada. Comprou, então, alguns pares de burros, equipou-os com malas próprias para viagem e passou a percorrer o sertão, vendendo tecidos e objetos de uso doméstico. Com o correr do tempo, fez ponto na Vila de Sobral e logo tornou-se comerciante. O negócio cresceu e ele começou a comprar na praça do Recife, utilizando-se de pequenos barcos que fundeavam na Barra do Acaraú.

Em outra lenda sobre Paula Pessoa, contam que ele trabalhava incessantemente, visando a tornar-se o maior comerciante e o maior

criador de gado da região. Isso, após o seu casamento com a rica filha do Cel. Vicente Alves da Fonseca. Em perseguição a esse objetivo, fez despertar mais ainda o gosto pela política, atividade que por algum tempo fora mantida em segundo plano. De tudo, enfim, que desejou, dizem, fez uma promessa com Nossa Senhora, sua madrinha, em cuja rogativa pediu três graças: 1) queria ferrar dois mil bezerros em cada "fim d'água", em suas fazendas situadas no município de Santa Quitéria; 2) sendo ainda um simples Capitão-Mor, desejava atingir o alto posto de senador da República; e 3) morrer aos 80 anos de idade. Sua súplica foi ouvida, como adiante veremos.

Por volta dos anos 1825 a 1845, fruindo as graças de vinte anos de bons invernos, ferrou, de fato, os dois mil bezerros. Em 1848, tendo ocorrido uma reviravolta política, ele foi escolhido pelo Imperador e viu concluído o segundo petítório. Honrosamente assumiu um lugar no senado, onde outras conquistas foram realizadas: membro honorário do Instituto dos Advogados da Corte e Oficial da Ordem da Rosa, havendo de quebra a conta da Comenda de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial. Quando completou 80 anos de idade dirigiu-se ao altar de sua madrinha e prolamou contrito o seu agradecimento. Porém, como os 80 anos lhe parecessem ainda insuficientes, pediu uma prorrogação mesmo que fosse pequena, contanto que vivesse mais algum tempo. Obteve mais quatro anos, e se no calendário não existisse o dia 16 de junho de 1879, ele teria ido adiante.

Contava o Cel. Inácio Fortuna, sobrinho em 2º grau do senador Paula Pessoa que, quando moço, mas já advogado, fora incumbido de efetuar uma liquidação comercial na praça de S. Luís do Maranhão. Verificou, então, que naquela praça o preço estabelecido para cada escravo era muito inferior à cotação do Ceará. Isso despertou-lhe a idéia da usura, pelo que ele concebeu logo o projeto de entrar no tráfico de escravos, comprando-os no Maranhão e vendendo-os no Ceará. Encontrada a matéria-prima, tratou de manipular a fórmula.

Bafejado pelo protecionismo familiar, conseguiu uma carta de sua genitora, endereçada ao seu tio e já senador do Império,

Paula Pessoa, carta que o afiançava perante o milionário como merecedor de crédito. Queria dinheiro emprestado.

Em Sobral, dirigiu-se ao banqueiro de suas economias particulares e prontamente foi atendido. Dez contos de réis foi o quanto pediu o sobrinho, mas o senador ao passar para as mãos do pedinte a importância equivalente aos juros e num gesto de suprema altivez, recusou os juros, acentuando que lhe causava repugnância incluir no seu patrimônio, aliás, honrado, o produto espúrio de uma soma retirada do sangue humano e que o homem, sob a condição de escravo, por contingência de lei, não o excluía de apresentar-se perante os seus com a mesma alma que temos nós outros que somos brancos. E no final acrescentou: "Não podia deixar de atender, pela primeira vez, a um pedido de minha sobrinha" e eis a razão pela qual emprestara o dinheiro ao sobrinho.

Ao referir tal episódio, afirmava o Cel. Inácio Fortuna que jamais tivera a intenção de negociar, se bem que houvesse sido tentado pelo fascínio do lucro ocasional dessa vez, mas a lição dada pelo tio foi um excelente lenitivo para a sua alma. Passou a trabalhar em prol da causa libertadora.

De outra feita, contou-nos Antero de Castro, cidadão probo de Sobral, descendente em linha direta do Tenente-Coronel Joaquim Ribeiro, comandante Superior da Guarda Nacional, Coronel Honorário do Exército Brasileiro, e que por hábito costumava passar o inverno em sua fazenda de nome Papocu, no Jaibaras, a seguinte história:

Certa noite sua filha foi surpreendida por um parto complicado. Muito aflita, a parteira pediu ao Cel. Joaquim Ribeiro que chamasse com urgência um médico de Sobral, uma vez que ela não tinha condições de salvar a parturiente. Joaquim Ribeiro, como era do seu costume, gritou a um seu criado, instruindo-o no sentido de que este se dirigisse imediatamente a Sobral e trouxesse consigo o médico Dr. Paula Pessoa Filho, o único existente na Vila.

O genro, entretanto, discordou da deliberação do sogro, argumentando que o médico era filho do senador e que este lhes era ferrenho adversário político.

– Cale-se – gritou o iracundo Coronel – o Paula é nosso adversário mas é homem de bem e o filho possui as mesmas qualidades do pai.

O escravo botou-se para Sobral e horas depois dava entrada no casarão do senador, onde se deparou com a figura simpática do Dr. Paulinha, que atendeu prontamente ao chamado. As duas vidas foram salvas e toda a casa entrou em regime de alegria.

Depois de feito o parto, tentou o Dr. Paula regressar, porém a “gente da casa” não concordou. Precisava ser comemorado o evento. Dr. Paula cedeu aos rogos e ficou em casa do adversário, desfrutando de boa palestra durante toda noite, espichado em cheirosa e macia rede atada no alpendre. Pela manhã, depois de servido o pequeno almoço, Dr. Paulinha foi liberado. Joaquim Ribeiro disse-lhe, então, que não seria dinheiro que pagaria o serviço prestado pelo esculápio e que, tendo certeza de que ele entraria na chapa do próximo pleito, como candidato a deputado, compensar-lhe-ia com a votação da fazenda, na medida das exigências do benfeitor.

Meses depois, estando próximo o pleito, Paula Pessoa visitou o Coronel Ribeiro. Foram duas surpresas agradáveis. Paula Pessoa, ainda do lado de fora da casa do Coronel, disse:

- Vim cobrar os votos.
- Quantos? – Indagou o Coronel.
- Vinte e quatro – disse o doutor.
- Dou-lhe vinte e cinco – arrematou o Coronel.

Na ocasião, foram subscritas 25 cartas ou envelopes, contendo os votos prometidos. Mas, ao ser procedida a apuração, verificou-se que somente 24 votos foram apurados. Um dos eleitores deixou de cumprir a determinação do chefe...

Não satisfeito, Joaquim Ribeiro tratou de investigar sobre o eleitor faltoso. Identificou-o e o castigo foi imediato. Expulsou-o de suas hostes, com a seguinte observação: “O político é um soldado e sem disciplina ninguém vence uma batalha”.

Os herdeiros de Pessoa Anta mantinham profunda mágoa do Senador Paula Pessoa e justificavam, com ou sem razão, que este ficara encarregado de arrecadar a importância que salvaria o

mártir da pena de morte e não dera conta do recado. Seria “a peso de ouro”, isto é, tantos quilos de ouro quantos seguindo o peso exigido, mas fracassou na véspera de cumprir o trato. Talvez a seca de 1825 tenha sido responsável pelos cavalos fracos que não atingiram o fim da jornada no devido tempo.

2.3 A PEDRA GRANDE

O escritor Antônio Bezerra, designado pelo governo provincial para trabalhos de reconhecimento, em maior profundidade, de nosso “hinterland”, empreendeu longa viagem de estudos na zona norte da Província. Esse trabalho se deu no ano de 1884. De suas pesquisas, Antônio Bezerra colheu farto material informativo do qual resultou no seu conhecido livro “Notas de Viagem”. Em uma de suas referências à cidade de Granja, cita a Pedra Grande, nos seguintes termos:

“Cerca de 500 passos da cidade de Granja, em direção de sueste, encontra-se uma grande pedra de forma cônica que se ergue à altura de mais de 8 metros.”

“Quis examiná-la de perto e, apesar dos receios do companheiro que voltava as costas para não me ver trepar, cheguei afinal ao cume.”

“Toda cidade fica debaixo de vista em uma grande extensão em redor”.

“Embora no rigor da estação outonal era belíssima a perspectiva que se desdobrava diante de mim.”

“Aqui os tetos vermelhos da casaria espalhada na planície, ali a soberba ponte pênsil do caminho de ferro debruçada transversalmente sobre o rio, além, o viso azul da serraria longínqua, e o sol alourado com seus raios amortecidos ilumina a copa dos arvoredos.”

Esse colosso é uma beleza do lugar, além do que já tem a sua celebridade. Do lado norte, vê-se uma larga fenda em forma "acovada", profunda, onde por muito tempo se refugiou uma onça que, devastando as criações dos campos vizinhos, conseguiu fazer muitos estragos nos rebanhos. O reinado da onça ocorreu por volta do ano de 1808, quando a população do lugar a destronou.

Esse fato nos foi revelado pelo tabelião Tibúrcio.

Em cima da pedra existe uma pequena plataforma separada por uma saliência do lado nascente. Neste local, dois indivíduos se detinham ocupados na prática de jogos de azar, quando, repentinamente se desentenderam e um deles foi assassinado a faca pelo companheiro. Preso, o criminoso cumpriu a sentença nas prisões de Fernando de Noronha, retornando, depois de livre, foi residir em Camocim.

Tempos depois, esse mesmo indivíduo detinha-se no mesmo ofício do qual resultara a morte do jogador. Houve, como no caso anterior, uma discussão. Os dois se engalfinharam em luta e cumpriu-se a sentença do Divino Mestre: "quem com ferro ferre, com ferro será ferido." O antigo criminoso foi assassinado.

A PONTE

É ainda de Antônio Bezerra:

"Vi, afinal, a ponte, esse colosso da indústria moderna, incomparavelmente a mais linda, senão a mais gigantesca do Império brasileiro. É trabalho americano das oficinas de *PHOENIXVILLE BRIGDE WORKE*, perto de Filadélfia".

O vão total da ponte sobre o rio Camocim é de 112 metros, formado por dois vãos de 56 metros. Cada um tendo no meio um pilar de dois metros de grossura". Custou nos Estados Unidos 46 contos".

É na verdade aquele viaduto justo motivo de entusiasmo para os filhos de Granja. Por isso, ao visitante que logo se comunica com os filhos da terra, uma sugestão aparece: já viu a ponte?...

2.4 PEDRO DA ROCHA FRANCO

Em suas declarações testamentárias, deixadas no Cartório de Aquiraz, Pedro da Rocha Franco declarou ter nascido no “lugar da igreja”, no Concelho Tejo, reino de Portugal, no ano de 1676. O testamento foi feito em 25 de julho de 1754. Nesse documento está escrito que ele era filho de Manuel Maria e de Maria Rodrigues. Batizou-se na capela local, que tinha como orago São Miguel. Veio para o Brasil no começo do século XVIII, tendo como destino o Hospício dos Jesuítas na serra da Ibiapina (Viçosa).

Ascenso Gago era então Superior da Missão e tinha sob sua tutela sua sobrinha Vitória Rodrigues Câmara, que já estava em idade casadoira. Como tudo estava a indicar, o recém-vindo português seria o cavalheiro da encomenda e isso se tornou concreto com a realização do casamento. Pedro e Vitória uniram-se em matrimônio no ano de 1714. A contar de então, Pedro da Rocha Franco fixou-se na aldeia de Ibuaçu, onde construiu uma enorme casa, inclusive com uma modesta capela. No seu testamento, declarou, entre outras coisas, ser pai de 11 filhos, sendo quatro de sexo masculino e sete jovens moças para desposarem sete bons maridos. São os seguintes:

2.1. Maria Rodrigues Câmara – casada com o Sargento-Mor João Siqueira Campos. Não havendo filhos do casal Siqueira campos, fez ele doação de seus bens à sobrinha Maria Paula de Santana.

2.2. Antônio da Rocha Franco – licenciado em advocacia (Coronel do Regimento), casado com Caetana Josefa Maria de Jesus. Faleceu em 15 de setembro de 1789. Deste provém os Carvalho Rocha de Granja. O antigo tabelião Joaquim Manuel da Rocha Franco, que morreu em 1919, era neto de outro também tabelião (de Viçosa) e posteriormente de Sobral, que por sua vez

se chamava Joaquim Manuel da Rocha Franco e que era filho do licenciado Antônio da Rocha Franco.

2.3. Inácia Rodrigues Câmara – nascida em 1719 e casada com Manuel Martins dos Santos.

2.4. José Rodrigues da Rocha – casado com Maria Rodrigues da Rocha, filha de João Rodrigues Magalhães.

2.5. Clara Rodrigues Câmara – casada com Antônio Ribeiro de Moraes, tendo essa família vivido no Ibuçu.

2.6. Manuel Rodrigues da Rocha – casado com Joana Pereira de Sousa, filha do Sargento-Mor Alexandre Pereira de Sousa.

2.7. Ana Rodrigues Câmara – casada com o licenciado português Antônio Ferreira Alvarenga. Este casal era sogro de Antônio Damasceno e do Capitão Plácido Fontenele.

2.8. Izabel Rodrigues Câmara – casada com José Antônio de Melo, em primeiras núpcias e, em segunda, com Luiz Amaro de Carvalho

2.9. Pedro Rodrigues da Rocha – casado duas vezes, sendo a primeira com Maria Joaquina do Rosário e a segunda com Tomázia Quirino Pessoa.

2.10. Francisca Rodrigues Câmara – casada com Manuel Machado Coelho.

2.11. Quitéria Rodrigues Câmara – casada com Domingos Luiz Gomes de Carvalho. Este casal foi contemplado apenas com um quinhão de terra na zona de Camocim, no lugar conhecido como Tapuiu, próximo ao lago desse nome, numa proporção de mais ou menos cinco léguas de extensão.

Vitória Rodrigues Câmara, esposa de Pedro da Rocha Franco, ficou viúva em 1754 e sobreviveu até o ano de 1793, sendo sepultada na capela de sua propriedade.

Procedem de Pedro da Rocha Franco inúmeras famílias da Ribeira, dentre as quais se destacam: Pinho Pessoa; Fernandes Batista; Saldanha Fontenele; Pereira de Oliveira; Inácio Xavier; Brito Passos, bem como os Fonteneles, descendentes de Guilherme Fontenele: João Damasceno e o Capitão Plácido Fontenele, sogro de João de Pinho.

NOTA

Com o falecimento de Pedro da Rocha Franco, no dia 26 de julho de 1754, Aquiraz, na residência do Ouvidor e Corregedor da Comarca, Alexandre de Proença, foi, na mesma data, procedida a abertura do testamento. Funcionaram como testemunhas o licenciado Manuel Dias da Ponte, o Tenente Tomaz Antônio de Melo Lima e Capitão Baltazar Lopes Barreira. Foram indicados testamenteiros: Antônio da Rocha Franco, igualmente nomeado tutor dos irmãos menores, o Sargento-Mor João de Siqueira Campos, Manuel Martins dos Santos e Domingos Alves Ferreira.

Foi rumoroso o inventário de Pedro da Rocha Franco, procedido no foro da Granja. Somando-se todos os haveres deixados, constituídos por terras, gado, animais de cria e de utilização doméstica, escravos, etc., elevou-se uma soma verdadeiramente espantosa, para a época. Doze contos seiscentos e tantos mil réis foi o que restou em dinheiro... As terras somavam 29 léguas. Os escravos multiplicavam por oitenta mil réis, sobre unidade, dependendo da boa ou má qualidade. Ainda hoje há quem reivindique que posse do legado de Pedro da Rocha Franco.

A seguir, anexamos cópia do famoso testamento de Pedro da Rocha Franco.

2.4.1 CAPITÃO-MOR PEDRO DA ROCHA FRANCO CÓPIA DO SEU TESTAMENTO

“Em nome da Santíssima Trindade Pai Filho e Espírito Santo três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este instrumento virem que sendo no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos cinquenta e quatro anos aos vinte e cinco dias do mês de julho do dito ano nesta Vila de São José de Ribamar do Aquiraz Capitania do

Ceará Grande achando-me com setenta e nove anos de idade pouco mais ou menos estando em sua cama doente de doença que Deus foi servido dar-me porém em meu perfeito juízo e perfeito entendimento o qual não mereço a Deus e temendo-me da morte por ser certa e desejando por minha alma no caminho da salvação que vá quando Nosso Senhor for servido levar-me para si, faço este meu testamento na forma e maneira seguinte // Primeiramente encomendo a minha alma a Santíssima Trindade que criou e Rogo ao Padre Eterno e Paixão de seu Unigênito e queria receber assim como recebeu a sua estando para morrer, por nosso amor na árvore da Cruz, e a meu Senhor Jesus Cristo pelas suas divinas chagas que já que nesta vida me fez mercê de me dar seu preciosíssimo sangue me faça também mercê dar-me o prêmio dele que é a glória e peço a sua gloriosa Virgem Maria Nossa Senhora Mãe de Deus e a todos os santos e santas da corte do céu e muito especial ao anjo da minha guarda e ao Santo do meu nome e a todos de quem sou devoto queiram por mim interceder e rogar ao meu Senhor Jesus Cristo agora e que indo minha alma deste mundo se ir porque como verdadeiro cristão protesto servir e morrer na Santa Fé católica e crer em tudo que ensina a Santa Madre Igreja Católica Romana e nesta Santíssima Fé deseja salvar a minha alma pelos meus merecimentos mas pelos do Santíssimo Pai e do Unigênito Filho de Deus e de sua Santíssima Mãe a Virgem Nossa Senhora e assim peço e rogo a meu Compadre Manoel Matias dos Santos Domingos Alves Ferreira e

ao Sargento-Mor João de Siqueira Campos aos
quais peço pelo amor de Deus por me fazerem
mercê queiram ser meus Testamenteiros e da-
rem cumprimento a meus legados assim lhe
peço e rogo que meu Corpo seja enterrado na
Matriz desta Vila de Aquiraz onde de presente
me acho doente, ou em outra qualquer Igreja
onde for de direito // Meu corpo será amorta-
lhado em hábito de Seráfico Padre de São Fran-
cisco // Declaro que sou natural do concelho
do Rio de Martinhos enasci no lugar hamado o
lugar da Igreja e Batizado na pia da mesma Igre-
ja e Matriz do Orago Meu Senhor São Miguel
Arcângelo // Declaro que sou filho legítimo de
Manoel de Maria e de sua mulher Maria
Rodrigues, ambos já defuntos // Declaro que
sou casado com Dona Vitória Rodrigues da
Câmara, da qual tenho onze filhos quatros
machos e sete fêmeas a saber, quatros casa-
das, uma nem sei se é casada ou solteira e duas
solteiras digo uma solteira e a mais velha é ca-
sada com o Sargento-Mor João Siqueira Cam-
pos e a este lhe dei de dote por ser a primeira
**um sítio de terras na Ribeira de Coruayú
chamado Olho d'água do Santo Antônio e cen-
to dezenove cabeças de bestas de toda sorte**
que nele se achavam e **seiscentas ou quinhentas**
cabeças de gado de toda sorte que dito fer-
rou ou mandou ferrar no **Citio do Tapoyu**
cinco ou seis escravos entre machos e femeas
e os seus trastes tanto do vestuário como da
casa conforme o sertão permite e se foi mais
avintejado o dote ou assim acharem não foi
somente por ser esta a primeira também a mais
velha mas sim por se lhe dar também uma es

mola quatro mil reis que assim declaro para que não haja dúvida porque tinha mais do que as outras e outros o valor de quatrocentos mil reis os pode gozar de boa fê que para isso ponho esta declaração // Declaro que casou a segunda com meu compadre Manoel Martins dos Santos o qual ferrou **quinhentas cabeças de gado** de toda sorte // Declaro que não ferrou logo que casou dei-lhe de mais de **cincoenta e tantas bestas** de toda sorte e **cinco escravos** machos e femeas em que mora e cria seu gado a saber no **Riacho de Dentro** pegando do lugar chamado Malhada dos Bojs correndo por ele acima até se topar com a sua casa e com a estrada que vem da Timonia, pegando da porteira que topa no cercado, e da Timbauba todas as vertentes da estrada para baixo ficando servindo de extremas, este deve **cincoenta mil e tantos réis** que por dote lhe tocou na medição // Declaro que casou a terceira com o Senhor Antônio Ribeiro de Moraes e que lhe dei de dote **um sítio de terras** da banda do Nascente no Riacho da Timonia e no Tapoyú pegando de uma tapera e onde foi curral ao **pé de Duas Lagoas que lhe chamam das Pedras** correndo por ele abaixo até se topar com o caminho que atravessa e vai para Tapoyú e a dita passagem fica servindo de Marco, extrema a Barra do Riacho das Queimadas e com as guaramirangas ou Barra do Riacho chamado Extremas, e mais quatro escravos entre machos e femeas este devem-se quarenta mil e tantos reis que lhe toca por Rata // Declaro que lhe dei mais que logo ferrou **duzentas cabeças** de gado vacum e **cincoenta de cavalari,**

e dois cavalos e mais **trastes de casa e quais permite a sorte** / Declaro que casou a Quarta com o Senhor Licenciado Antônio Ferreira Alvarenga, e dei-lhe de dote um **sítio de terras** em que está morando no Riacho chamado da Timbauba pegando da cerca e correndo por ele acima com as outras terras e também do marco das terras que pelas minhas datas me pertencem // Dei-lhe mais que logo ferrou **trezentas cabeças de gado vacum e trinta bestas, dois cavalos e quatros escravos** entre machos e fêmeas com trastes de casa e vestuários, tais e quais que o sertão permite // **Declaro que na verdade nem sei o que possuo** por serem animais de fôlegos, gados vacum e cavalares que estão sujeitos a morte assim como também os escravos, e as terras que possuo umas estão medidas e outras por medirem, como constara das minhas datas que as estou possuindo a muitos anos de mansa e pacífica posse // Declaro que devo e se me devem do que há clareza certas e achando-me em menos de pessoas fidedignas e sem suspeitas com quem eu pudesse ter trato ou confirma da obrigação prontamente se lhe saldo para descargo de minha alma assim torno a pedir aos meus testamenteiros pelo amor de Deus assim o façam tanto no pagar como no recadar // Declaro que sou devedor ao Capitão-Mor Antônio Gomes Leite ou a seus herdeiros cento e quarenta cabeças de gados femininos que me emprestou para meu sítio chamado São Gonçalo onde as situei, e outras mais, que depois mandei botar para o dito sítio foram e haviam com que se pudesse pagar obtendo o valor de dois

rolos de pano de algodão e quarenta e quatro mil oito contos de réis que recebeu da mão de Baltazar de Carvalho procedidos de quatorze bois que foram em um aboiada de meu compadre o Coronel Domingos Ferreira, deveras a qual comprou o dito senhor acima, espadim com guarnições de prata em liso lavrado com seu espelho de ouro e uns botões de punho estes me tinham custado trinta e dois mil réis com valor de cavalos e oito bois que mandou pagar sem minha ordem e até hoje nem valor de cavalos nem de bois nem do mais que assim declaro e assim peço que descontado e declarado acima se lhe pague o resto prontamente do que constar sou devedor para 'descargo de minha alma // Declaro que uma fazenda do dito senhor assim chamada As Inhumas dei-lhe onze cavalos digo entregues a um homem que nela estava lucrando chamado Miguel de Tal que o sobrenome não perca ao qual tenho escrito e nem tenho resposta e nem sei se é vivo ou morto e nem o que fez dos ditos cavalos // Declaro que o sítio chamado São Gonçalo nas cabeceiras da freguesia entreguei a Manoel Barbosa o dito gado acima expressado // Declaro que em casa do Capitão Sebastião dezesseis sarrões de sal para os vender e não sei o que dele fez meus testamenteiros o procurarão // Declaro que no sítio chamado Bananeira que deixei-lhe três rolos de panos de algodão para vender e até agora me estão devendo e tenho obrigação de receber deles // Declaro que sou devedor a Felipe da Silveira Borges o que constar de três bis e cartas que lhe passei a cinco ou seis do mês de fevereiro de mil setecentos cincoenta e

dois e assim pesso se lhe pague em bois pelo maior preço que se venderem no Porto de Camocim, por assim o ter nos ajustados entre ambos /// declaro que não se achando alguma clareza ou recibo da quantia de dezesseis mil réis entre os meus papéis os quais resto a dever de **uma festa que fiz a Nossa Senhora da Piedade da Vila de Santarém** que é resto de maior quantia ainda peço que não achando esta dita clareza remetam os ditos dezesseis mil réis o mais breve possível para descargo de minha alma // Declaro que em uma fazenda do Sargento-Mor Antônio Gonçalves Borges se soltaram sessenta e tantas cabeças de gado da boiada que levou José de Sousa Porto e Sebastião fazendo assim me avisou o dito Senhor // mas não diz quantas, se não dispuser ou cobrar procurem mais // Declaro que passei uma letra ou ordem para o meu compadre o Reverendo Padre Manoel da Siebra, cansado de cobrar do Capitão Teotonio de Caldas duzentos e quatro mil réis que o dito me era devedor e pelo que me avisou suponho que os cobrou ele e mais Antônio Anum por ordem do dito Reverendo Padre assim me avisou por carta que ou bem ou mal se cobrara o resto o dito antes e assim se procure com razão // Declaro que vendi dois lotes de bestas ao Sargento Francisco Carvalho e seu irmão o ajudante José Pereira para um pagar pelo outro como consta de uns papéis que se acham em meu poder, Francisco Carvalho suponho é falecido, mas não reclamam de quem se pode haver // **Declaro que na minha mão até hoje se acham seis mil e quatrocentos reis e uma Bruaca com**

uns trastezinhos dentro e uma **besta que anda no pasto** a qual não sei se viva ou morta e um jogo de malas de couro mal curtido, por sua morte o defunto Miguel Fernandes // Deve-me meu genro Antonio Ribeiro de Moraes cento e quarenta mil reis, resto da maior quantia que por ele paguei ao Mestre de Campos José Vaz Salgado no ano de quarenta e cinco. Deve-me meu compadre Manoel Martins duzentos quarenta e tantos mil reis que lhe tocou por data de medissão das terras não valendo a declareza que atrás fica dos cincoenta mil reis // Declaro que se **aparecer alguma pessoa conhecida sem suspeita que diga-lhe sou devedor de três até quatro mil reis dizendo de que é procedida a dita dívida** se lhe pague // Declaro que pagas todas as minhas dividas todas do monte e rezas e feitos e mais sufrágios do Ofício de Missas de Corpo presente que se dêem esmola de duas patacas cada Missa e o que me couber e toar de minha Terça passo a meus testamenteiros três partes: **uma me mandem dizer em missas pela minha alma a qual instituo por minha herdeira e se digam o mais breve que puder**// A Segunda parte por **Alma de meus pais e parentes** e a Terceira para **OS SANTOS LUGARES DE JERUSALÉM** para as Obras Pias dos mesmos SANTOS LUGARES na forma em que se costumam fazer // **Declaro que a filha que digo nem sei se é casada eu não lhe dei o seu dote** como os demais e deve-se o marido que me pediu por vezes o dinheiro que entreguei para o entregar neste Ceará a várias pessoas e de trastes que me levou que tudo importa em duzentos e vinte e cinco mil

réis // Declaro que o Capitão Domingos Lopes, poderoso morador no Rio das Velhas no seu sítio chamado Bicudo, me ficou devendo o resto de uma boiada e a obrigassem a dar ao Antonio da Silva que me dizem mora no Rapozo para se pagar umas oitavas que deu e se ter o resto, digo chama-se Antonio Alvares da Silva que até hoje o tem feito // Declaro que também deixei no Mucambo um moleque por estar doente de um olho entreguei a José Tavares da Rocha para me trazer, mas, como este morreu não sei o que se fez do dito moleque no lugar Mucambo, estava adoentado vendendo fazenda, procure ele para se saber que fim levou ou que saída lhe deram // Declaro que da outra banda no sítio chamado São Caetano tenho oitenta e tantos cavalos se os não dispuseram procurasse // Declaro que na fazenda do Itapiú se acham umas cabeças de gado botadas da procurar, e diretamente lhe tocar // Declaro que na mesma fazenda se acham também umas cabeças de gado que pertençam e que ferrou Domingos Rodrigues no caso que tenha disposto por minha morte as entreguem tudo quanto aparecer deste ferro // Declaro que algum dinheiro que se achar por meu falecimento que nunca pudera ser muito servira para se pagar os gastos do meu enterro, ofícios e missas de corpo presente // Declaro mais que para a **Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso dos Reverendos Padres da Companhia de Jesus desta Vila de Aquiraz** deixo **cincoenta mil réis** para ajuda de uma lâmpada ou de uns castissais de prata por esmola // Declaro mais que de esmola a uma minha afilhada, por nome

Maria filha do compadre José de Lima, seis bestas, que os meus testamenteiros derem cumprimento a estes ditos o mais breve que puderem e a tudo mais que nesse meu testamento tenho expressado para o que transfiro e dou todos os meus poderes aos ditos meus testamenteiros e o cumprimento deste meu testamento lhe faltar alguma clausura aqui por expressas e declarada, como declaradas Eu fizera expressa declarada mensão e para que possam cobrar, vender tudo o que couber, o necessário for para cumprirem os meus legados, as causas pias aqui declaradas e darem expedir o que neste meu Testamento ordeno e torno a pedir aos meus testamenteiros Manoel Martins dos Santos, Domingos Alvares Ferreira e o Sargento-Mor João de Siqueira Campos pelo amos de Deus, fazer esmola aceitaram ser maus testamenteiros como atrás digo e peço a Justiça de Sua Majestade que Deus guarde que por serviço de Deus e do mesmo SENHOR dêem toda validade a este meu testamento como expressado tenho o qual este meu testamento por não poder escrever pedi e roguei a Manoel Antonio Lisboa, que este por mim escrevesse e como testemunha assinasse esse designo com o meu sinal costumado de que uso e sendo presente por testamenteiros o Licenciados Manoel Dias da Ponte e o Tenente Antonio de Melo Lima, o Capitão Baltazar Lopes Barreiras. (Nota do transcritos, este Baltazar o patriarca dos Goes, Gomes da Silva, Elery, Facó) Francisco Martinho Soares e o Ajudante Manoel Rodrigues de Abreu que todos assinaram // Pedro da Rocha Franco como testemunha que este fiz o

rogo do sobredito Testador // Manoel Antonio Lisboa // Manoel Dias da Ponte // Francisco Martinho Soares // Baltazar Lopes Barreira / / Antonio de Melo Lima // Antonio de Sousa Barros // Manoel Rodrigues de Abreu.

APROVAÇÃO: aos 25 dias do mês de julho de 1754 na Vila de São José de Ribamar do Aquiraz o Tabelião Crispin Gomes de Oliveira foi encontrar o Capitão-Mor Pedro da Rocha Franco, deitado em uma casa doente de mal que Nosso Senhor foi servido dar-lhe, porém em seu perfeito juízo e entendimento segundo parecia e apresentou ao referido potentado da Granja, para sua confirmação, “o papel escrito em cinco ou mais folhas com 10 laudos escritos dizendo-me era o seu solene testamento o qual mandou fazer escrever por Manoel Antonio Lisboa ditando-o ele Testador, etc.

ABERTURA: aos 26 de julho de 1754, na Vila de Aquiraz “em pousada do Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, Provedor dos Resíduos Alexandre de Proença Lemos o escrivão Crispin Gomes de Oliveira entregou ao dito Ministro o testamento do Capitão-Mor Pedro da Rocha Franco, já defunto, fechado, lacrado e aprovado pelo tabelião Crispin Gomes de Oliveira. Limpo, sem vício, borrão, nem entrelinhas o qual aberto que foi o mandou se cumprisse e guardasse como nele se continha” etc, etc. E o Ministro mandou que se lavrasse o termo de abertura em que se assinou e o seu escrivão (da Ouvidoria) Francisco Pereira Negreiro. Posteriormente foi registrado em outro escrivão de nome Matias Tavares da Luz, escrivão do juízo, e ocorreu o registro a 2 de agosto de 1754, na Vila da Fortaleza e remeteu ao Reverendo Vigário Geral, digo da Vara, no dia 3 de agosto daquele ano.

Tutor dos irmãos menores: o Sargento-Mor Antonio da Rocha Franco.

A mulher do Sargento-Mor e Mestre-de-Campo Antonio da Rocha Franco se chamava Caetana Josefa Maria, consórcio, onze filhos a saber:

01. Dona Antonia;
02. Dona Ana;
03. João da Rocha;
04. Dona Maria;
05. Joaquim;
06. José;
07. Dona Angela;
08. Dona Vitoria;
09. Francisco;
10. Dona Constancia, e finalmente
11. Dona Emília, de onze meses mais ou menos.

Note-se que desde a tenra idade as nobres descendentes do Capitão-Mor Pedro da Rocha Franco já traziam vinculados ao seu nome o designativo DONA, até a de onze meses.

2.5 CEL. ZEFERINO GIL PERES DA MOTA

Zeferino Gil Peres nasceu em Sobral, no ano de 1828, sendo seu genitor o Capitão Antônio Zeferino da Mota e sua Mãe, D. Galdina Zeferino da Mota, filha do Cel. Francisco de Carvalho Mota, político influente da Vila de Granja. Era Coronel de Milícias e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Faleceu em 1823.

Zeferino Gil figurava com muita projeção à frente do comando de um Batalhão de Milícias que foi em socorro dos liberalistas na vila de Parnaíba, para combater contra as forças do sediciado comandante de armas Coronel Fidié, que ameaçava a população da vila. Nesse empreendimento, fazia-se acompanhar do seu sobrinho, então Sargento-Mor, João de Andrade Pessoa (o Pessoa Anta da República do Equador). Zeferino lutou ao lado do seu parente e amigo, lado a lado, em favor do restabelecimento

da ordem. Em Granja, o seu nome de guerra era "caju". Tendo sido envolvido nos acontecimentos revolucionários de 1824, como participantes liberalista, integrou a relação dos proscritos. Depois da anistia de 1826, teve um emprego em Sobral, favor obtido sob influência de Paula Pessoa, de quem era amigo.

Nascido em Sobral, Zerefino Peres regressou ao torrão natal de seu genitor, onde seu casamento foi realizado. Casou-se com sua prima Galdina Zeferina, filha do Cel. João Porfírio da Mota, que igualmente participou dos acontecimentos revolucionários de 1824, com seu primo Pessoa Anta. Para escapar às perseguições, João Porfírio da Mota teve que embarcar precipitadamente para o Maranhão e desse ponto para os Estados Unidos, onde tinha certa influência no centro importador e exportador daquele país, posto como na época já desfrutava de lato conceito no mundo dos negócios da comuna granjense.

Durante a mocidade, Zeferino ganhou dinheiro juntamente com o sogro, tendo construído um dos palacetes mais ricos e mais bonitos da cidade. No campo das políticas, teve como mérito a honra de ascensão na esfera militar. Nomeado, por patente régia de 23 de agosto de 1850, Tenente da Guarda Nacional, foi promovido a Tenente-Coronel a 7 de maio de 1856 e elevado a Coronel Comandante Superior de Granja, Viçosa e Palma (Coreaú), por Decreto Imperial de 27 de maio de 1868, sendo reformado em 1884. Foi delegado de polícia, em Granja, por portaria governamental de 28 de abril de 1864. Exerceu os cargos de 3º suplente de Juiz Municipal, cuja nomeação se deu a 27 de maio de 1876, foi segundo juiz, por título de 1º de outubro de 1879, passando a primeiro juiz no mesmo ano. Foi exonerado deste último cargo por ter optado pelo cargo de vereador à Câmara Municipal de Granja.

Tendo falecido sua esposa, contraiu segundas núpcias com D. Carolina Elisa da Mota, filha do Capitão Inácio João Capistrano da Fonseca.

Do primeiro matrimônio, era filho o Dr. Augusto Fulgêncio da Mota, médico, formado na Bahia (tendo sido contemporâneo do inesquecível Barão de Studart), o qual faleceu na barragem de

Granja, quando tomava banho, aos 22 de junho de 1898. Augusto Fulgêncio foi Deputado Estadual no biênio 1881 a 1882. É autor de um volume da obra intitulada "Dissertações e Teses", publicada na Bahia, em 1877.

O Coronel Zeferino ocupou uma cadeira na Assembléia Legislativa da Província, no biênio 1864 a 1865. Seu falecimento ocorreu a 7 de dezembro de 1889.

Além do Dr. Augusto, que era o filho mais velho, nascido a 15 de agosto de 1851, teve ainda o Cel. Zeferino os seguintes filhos:

2.1. Antônio Zeferino Peres Da Mota – falecido moço, deixando apenas um filho, que tomou o mesmo nome do avô paterno Zeferino Gil Peres da Mota ou, simplesmente, o "Peres Mota".

2.2. Alípio Peres da Mota – casado com Ana Fortuna, filha do Cel. Inácio Fortuna. Deste ramo procede a geração que provou, juntamente com inúmeros cearenses que ali se plantaram, a cidade de Parnaíba, no Piauí. Nesta cidade, Alípio exerceu a profissão de guarda-livros.

2.3. Adelaide Mota – casada com o cidadão Antônio Diogo, alto comerciante granjense, tendo desse casal nascido três filhas.

Do segundo casamento de Zeferino, Com D. Carolina Elisa, ficaram três filhos:

2.1. Mimosa – casada com José Inácio da Fonseca, herdeiro do palacete.

2.2. Zulmira Mota – casada com Antônio Dias, em primeiras núpcias e em segundas, com o cunhado José Inácio, após o falecimento de sua irmã Mimosa.

2.3. Lina Mota – casada com Antônio Teófilo, funcionário da Estrada de Ferro de Sobral.

2.5 PESSOA ANTA

João Andrade Pessoa Anta é o nome completo do herói republicano de 1824. Trabalho pormenorizado a seu respeito consta na

Revista do Instituto Histórico do Ceará, pág. 281 a 335, em que o padre Vicente Martins traça a sua biografia. Vejamos esse documento.

“O Coronel João de Andrade Pessoa Anta nasceu na Vila de Granja, hoje cidade, a 23 de dezembro de 1787. Seus pais foram o Capitão de Ordenanças Tomaz Antônio Pessoa de Andrade, natural de Ribação, Bispado de Coimbra, Portugal, e Francisca Maria de Jesus, natural da Vila de Granja.”

“O Coronel João de Andrade Pessoa Anta fez os estudos primários na Vila de seu berço, única cultura intelectual que recebeu para a sua vida comercial e política em que se distinguiu. Filho de pais senhores de não pequena fortuna, Pessoa Anta bem jovem ainda, dedicou-se à carreira do comércio, que era a profissão de seu pai e também à criação de gado, casando-se muito moço com a orfã Raimunda Ferreira Veras, que dispunha de boa fortuna, a qual concorreu muito para que em breve ele se tornasse o primeiro comerciante e o homem mais influente na política de sua terra.”

“Por D. João, foi muito cedo nomeado Sargento-Mor das Ordenanças, cargo para o qual propunha as perspectivas da Câmara, e mais tarde Capitão-Mor da Vila de Granja e depois Coronel de Milícias. D. Raimunda Ferreira Veras mulher de Pessoa Anta, era filha natural do rico português Benedito Veras, filho de Cabo Verde que, chegando à Granja, aí estabeleceu-se e tendo comprado uma escrava de rara beleza, teve desta um filho de nome Vitorino e uma filha de nome Raimunda, os quais, depois de terem perdido a mãe, ele tomou sob seu cuidado, zelando com interesse a educação deles quando, sobrevivendo-lhe a morte, inesperadamente, os constituiu únicos herdeiros universais, ficando o Capitão-Mor Tomaz Antônio Pessoa de Andrade, pai de Pessoa Anta, como tutor de dois menores Vitorino e Raimunda, até que chegada esta aos doze anos de idade e sendo possuidora de grande fortuna, foi pedida em casamento por João Andrade Pessoa com quem se casou em 1815”.

“Estando já proclamada a independência do Ceará, foi Andrade Pessoa, o primeiro a marchar contra Fidié que, não aderindo à

Independência, à frente de numerosa tropa de linha e artilharia, tinha saído da cidade de Oeiras para apoderar-se da Parnaíba, que fazia parte do comando de armas. Aí pretendia o chefe português domar os que haviam abraçado a causa nacional, seguindo o exemplo do Ceará, que nisso tinha adiantado às outras províncias pela criação do governo provisório de Icó, antes de conhecer o fato do Ipiranga. Muitos influentes de Parnaíba tinham vindo abrigar-se em Granja, ponto mais próximo da província já emancipada, e reclamavam socorros. Graça ao concurso das tropas de Granja, sob o comando de Andrade, Fidié não conseguiu apoderar-se de Parnaíba, e, nesta resistência o patriota cearense dispôs tão-somente dos próprios recursos das tropas, sendo apenas ajudado pelos ricos proprietários e autoridades da Parnaíba, que o acompanharam para Granja. Descrendo de apoderar-se de Parnaíba assim defendida, Fidié tomou o caminho de Oeiras, e foi nesta retirada que se encontrou, nos campos de Genipapo, com as forças a mando de Chaves, Alexandre Nery e Vila-Nova, e os bateu completamente fazendo-lhes perder muita gente.”

“Andrade só deixou Parnaíba, quando esta se achava em perfeita segurança. Na sua ausência morria em Granja a sua mulher. Pedro I o nomeou Coronel de Milícias e o condecorou com o oficialato da Ordem do Cruzeiro”.

“Mandando Pedro I jurar a Constituição outorgada, o juramento foi recusado. A uma e outra resistência se associou o partido Independente de Granja, tendo à sua frente o Cel. Andrade, e seguindo as inspirações de Frei Alexandre da Purificação, que era a inteligência ali dominante. Fazia parte da resistência o próprio irmão do presidente deposto o padre José da Costa Barros, vigário da freguesia, pouco depois transferido para Monte-Mor-Velho. Em 26 de agosto de 1824, foi proclamada a República do Equador e aclamado o presidente do novo governo do Ceará o Tenente-Coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe”.

“O Cel. Pessoa Anta, que estava em Granja de viagem para Fortaleza, vindo ter notícia da proclamação da República, já influenciado pela causa nova porque de há muito batalhava, seguindo as

instruções recebidas do Cel. Tristão e Padre Mororó, por intermédio do Frei Alexandre da Purificação, que residia em Granja, cheio de entusiasmo pela causa da República, desistiu de sua viagem, e tratou logo de reunir a Câmara Municipal da Vila, a aderir ao novo governo. No salão da Câmara foi lavrada a ata de aclamação da República e assinada pelos vereadores e membros de sua família, que eram os mais exaltados patriotas, republicanos, cujos nomes são os seguintes: Advogado Manoel Joaquim da Paz, o padre José da Costa Barros, vigário da freguesia e irmão do presidente deposto, Francisco de Paula Pessoa, Frei Alexandre da Purificação, Francisco Rodrigues Chaves, João Profírio da Mota (vereador), Plácido Fontenele, Inácio José Rodrigues Pessoa, Elias Ferreira de Abreu, José Raimundo Pessoa, Inácio João de Barcelos, Joaquim da Costa Sampaio, José Eusébio de Carvalho, Antônio Inácio de Almeida Bravo (português, advogado), Antônio Zeferino Mota (o caju de Granja) e Francisco de Paula Ferreira Chaves (Tabelião de Granja).

“Da casa da Câmara partiram os republicanos para o adro da Igreja Matriz, onde no meio de entusiásticas vivas aclamaram a República, dirigindo-se depois para o lugar do pelourinho, que ficava pouco distante, na praça da Matriz, onde existe um curral de vacas do Capitão José Raimundo Xavier e que estava sob a guarda do Sargento-Mor José da Costa Sampaio, o destruíram completamente no auge do entusiasmo. O Sargento-Mor, guarda fiel do instrumento de suplício, sabendo de feito dos revolucionários, tratou de denunciar todos os insurretos, mas sabendo que entre os sediosos constava o seu filho Joaquim da Costa Sampaio, Juiz Ordinário, mudou logo de resolução e declarou que desistia da denúncia se os insurretos reconstruíssem o pelourinho. No dia seguinte, os revolucionários mandaram fazer um outro e à tarde, contam, aquele Sargento-Mor com alguns de seus bajuladores saiu a passeio pela vila dando vivas ao Imperador e chegando ao local do pelourinho abraçou-se, num transporte de entusiasmo, com o instrumento de suplício, exclamando: “Ah! Já está aqui o meu pelourinho!” aos seus companheiros respondiam com hurras e

vivas ao Imperador. Logo organizou-se sob o comando de Joaquim da Costa Sampaio um batalhão de patriota denominado – NÃO HÁ MAIS ESCRAVIDÃO – que devia marchar para reunir-se em Baturité às forças do comandante de armas interino Antônio Bezerra de Sousa Meneses, quando Francisco de Paula Pessoa, irmão de Pessoa Anta, que estava em Sobral, mandou comunicá-lo que a causa da República estava perdida, pela chegada de Lord Cockrane, Marquês do Maranhão, em Fortaleza, o qual havia proclamado para presidente interino da Província o Cel. José Félix de Azevedo Sá, a quem todas as autoridades deviam obedecer até decisão de S.M. Imperial, não obstante ser ele mesmo que a 26 de agosto havia assinado a proclamação da República e a 18 de setembro, traíndo os seus companheiros compatriotas, para não perder o cargo de presidente da Província, que ocupou, e foi o primeiro a prestar juramento de fidelidade ao Imperador D. Pedro I. O presidente José Félix, tão falso quanto perverso, mancomunou-se com Cockrane e moveu a mais horrível perseguição aos incautos republicanos. Logo que chegou a Granja a notícia do desembarque de Cockrane em Fortaleza e publicação do Decreto de 5 outubro, fazendo extensiva ao Ceará a comissão militar destinada a julgar sumariamente as pessoas implicadas na República do Equador, foi sem limite o terror”.

“O Tenente-Coronel Conrado Jacob, a quem havia sido incumbido de capturar Pessoa Anta, sem perda de tempo, embarcou a 28 de dezembro com praças na escuna “Independência ou Morte” levando em sua companhia Marcos Antônio Brício, capitão do Exército, depois Barão de Jaguarai e general reformado, homem turbulento, soberbo e cruel, e o capitão Lourenço de Sousa Dourado, cunhado deste. Conrado e Brício, diz João Brígido, foram estacionar em Sobral, onde moveram dura perseguição aos comprometidos do norte da Província, expedindo tropas e determinando o terror por toda parte. Imediatamente foi mandado a Granja o ajudante-de-Ordens do Tenente Fernando Costa que, pondo cerco à casa de Andrade, não conseguiu prendê-lo. Foi verificada a sua fuga”.

“No dia 22 de janeiro de 1825, de ordem do presidente da província, foi a Vila novamente invadida por uma tropa de cerca de 200 índios aldeados, de Vila Viçosa, com ordem de ainda prendê-lo e a seu irmão Joaquim Andrade Pessoa. Os índios dispersaram-se pelas ruas e cometeram toda sorte de violência, saqueando a açoitando homens e mulheres, até de famílias importantes. Dezenove pessoas sofreram este vilipêndio. O tabelião Chaves foi gravemente espancado; o patriota José Tibúrcio de Almeida Fortuna recebeu ferimento de seta; finalmente, pessoas as mais influentes da vila foram postas em fuga. Após isto os índios tomaram o quartel na casa da Câmara. Valeu muito a intervenção de D. Joana Mota, mulher de Manoel Antônio de Almeida, que tratou o Sargento-Mor dos índios, chefe ostensivo deles, com fazendas e quinquilharias. Eram eles, na verdade, comandados por Gonçalo Luiz de Carvalho, inimigo rancoroso de Pessoa Anta pelo fato deste o haver processado por furto de gado. Passado, porém, o primeiro susto, os patriotas mandaram tocar alarme, e investido, pela tarde, com permissão do comandante geral da Vila, Antônio da Cunha Araújo, fizeram-nos despojá-la. Muito custou obter essa permissão. A impressão, que esta agressão produziu, levou diversas pessoas inclusive duas menores, a lhe pedirem passaporte para deixarem a terra. O presidente voltou o expresso que conduzia a petição, dizendo que mais logo deliberaria e deu ordem a Brício para continuar a perseguição. Em vista disso, deu-se a dispersão e fuga dos patriotas”.

“O capitão Marcos Antônio Brício, que então estacinava em Sobral, empreendeu uma viagem à Granja com o fim de colocar melhores informações sobre o paradeiro dos revolucionários e mui especialmente do Cel. Pessoa Anta, cabeça da revolução, que ele desejava capturar. Nesta ocasião para vingar a injúria, que lhe haviam feito de lhe barrarem a porta, quando teve de passar por esta Vila fugitivo para Parnaíba, injúria esta cuja autoria atribuiu à família do chefe dos republicanos, incontinentes prendeu a José Raimundo Pessoa, Joaquim de Andrade Pessoa, Inácio Rodrigues Pessoa, o Capitão Manuel Gregório de Almeida Fortuna, André

Bernadino chaves, José Tibúrcio de Almeida Fortuna, Domingos Anselmo de Sousa Castro, Antônio Brício dos Santos, o Tenente-Coronel João Pereira Jacinto, o Capitão João Pereira Jacinto Júnior e Manoel Antônio de Almeida, conhecidos republicanos que dias depois foram postos em liberdade por motivo de terem abjurado a causa da República e, perante as autoridades, jurado fidelidade a S.M. Imperial. As prisões, violências, desordens e espancamentos efetuados por Marcos Brício e suas forças, levaram por toda parte o ferro da perseguição, obrigando a dispersão e a fuga dos patriotas e republicanos. Dentre os adeptos da República os que mais se destacam foram os seguintes:

“O Advogado Manoel Joaquim da Paz, senhor de escravos, companheiro entusiasta de Pessoa Anta, um dos que em primeiro lugar assinaram a ata da proclamação da República; foi um dos foragidos que se conservou sempre oculto, sem retirar-se do município, até ser concedida a anistia.”

“Em Granja manteve uma escola primária e, dizem, que guiado por um roteiro, que encontrou na Pedra da Cura, andou a fazer escavações em Tranqueira do Coutinho, Salgadinho, Outeiro, Pedra do Cora e outros lugares em busca de tesouros ocultos, que nunca descobriu.”

“São seus filhos: – o acadêmico de direito Caetano Paz, que por motivo de saúde desistiu da magistratura em véspera da colação de grau, morreu cedo, ainda: o padre Manoel Porto da Paz, Capitão Joaquim Bernardino Lopes da Paz e a professora diplomata Cândida Petrolina da Paz.”

“Francisco de Paula Pessoa, irmão de Pessoa Anta, de quem por algum tempo foi bravo entusiasta, havia assinado a ata da proclamação do novo regime republicano, rico fazendeiro, senhor de escravos, que nesse tempo residia em Granja, depois de abjurar a República e juramentar fidelidade ao Imperador, transportou-se para Sobral a fim de ficar salvo da perseguição que em Granja se movia contra a sua família e lá casou-se com D. Francisca Alves, filha do Cel. Vicente Alves, de Sobral, sendo mais tarde Senador do Império.”

“Frei Alexandre da Purificação, outro exaltado republicano, logo depois da chegada de Conrado e Brício em Sobral, para escapar da fúria dos imperialistas que desejavam tirar a vida de todos os partidários de Tristão, fugiu para Belém do Pará, e aí foi preso e conduzido para Fortaleza, onde foi julgado e condenado à pena última. A 20 de junho tendo sido dissolvida a comissão militar com o Decreto de 17 de maio, que mandava pôr em liberdade todos os presos não julgados, ficou Frei Alexandre juntamente com seus companheiros José Ferreira de Azevedo, por alcunha José Moleque e Antônio Bezerra de Sousa Meneses à disposição da Relação de Pernambuco, para onde seguiram os três prisioneiros, e aí a Relação comutou a pena para degredo perpétuo e serviço das obras públicas da Ilha de Fernando de Noronha.”

“Francisco Rodrigues Chaves, fazendeiro, senhor de escravos, morador em Granja e avô de Francisco Nelson, Coronel assassinado em Camocim, salvou-se da perseguição de seus inimigos jurando fidelidade à S. M. Imperial, dias depois de ter assinado com Pessoa Anta a ata da Proclamação da República.”

“O Tenente-Coronel João Profírio da Mota, pai do Coronel Sérgio Profírio da Mota, coletor de Granja e irmão do Cel. José Romão da Mota, chefe político de Granja, para escapar às perversidades dos imperialistas que por toda parte levavam o terror, teve que fugir para o Maranhão, onde se transportou para os Estados Unidos e só voltou muito tempo depois quando haviam desaparecidos as perseguições e era restabelida a paz. Era casado com D. Ana Porfírio, natural de Pernambuco.”

“O Capitão Plácido Fontenele, outro valente republicano, morador no Sítio Retiro, ao sopé da Serra da Ibiapaba, termo de Granja, senhor de escravos; para salvar a vida teve de abandonar a família e fugir com seu irmão Amaro Fontenele para a cidade de Parnaíba, onde ficou sob a proteção do Cel. Simplício Dias da Silva. O Capitão Plácido era filho do francês João Fontenele, explorador de minas. Casou-se com D. Maria Antônia, bisneta de Pedro da Rocha Franco.”

“O farmacêutico Inácio José Rodrigues Pessoa, tendo assinado a ata da Proclamação da República, abjurou a causa no dia

em que foi preso e logo que fez com os imperialistas, que lhe deram as garantias. Em 1840 deu asilo ao Cel. Simplicio Dias da Silva fugitivo de Parnaíba, ao tempo da guerra dos Balaios. Mais tarde, como advogado, foi tratar de uma questão em Parnaíba, onde morreu dizem, que envenenado."

"Elias Ferreira de Abreu, baiano, avô de Francisco Elebão de Andrade Pessoa; presume-se que foi um dos primeiros republicanos que abjurou a causa, jurando logo fidelidade ao Imperador. Exerceu diversos cargos públicos como vereador e juiz trienal."

"José Raimundo Pessoa, irmão de Pessoa Anta. Fugiu para a Parnaíba, onde voltou depois da concessão de anistia. Casado com Joaquina Azevedo. Faleceu em Fortaleza. Pai de Emiliano de Andrade Pessoa, professor em Sobral e bisavô do Dr. Frota Pessoa."

"Inácio João de Barcelos, morador no Limão, perto do povoado Tubarão. Pai de João Fontenele de Barcelos, por alcunha João das Covas. Também foragiu-se para a Serra da Ibiapina, voltando depois da anistia. Era casado com uma filha do francês João Fonteneles."

"Tenente-Coronel José Eusébio de Carvalho, irmão do Capitão Domingos José de Carvalho, rico fazendeiro, senhor de escravos, fugiu para o Piauí. Em Granja foi vereador e juiz trienal. É avô do Senador José Eusébio Carvalho de Oliveira, do Maranhão."

"Joaquim da Costa Sampaio, filho do Sargento-Mor José da Costa Sampaio, tomou parte na Proclamação da República e destruição do pelourinho que existia na praça da Matriz e estava sob a guarda de seu pai. Era por esse tempo juiz ordinário trienal. Abjurou a República, ficando a residir em Granja, de onde nunca se retirou. Foi casado com Josefa Sampaio e era senhor de escravos."

"Antônio Inácio de Almeida Bravo, português, pai de Cândido José de Almeida Bravo, fundador da capela do Riachão, veio para Granja em companhia de um ouvidor e corregedor geral, como advogado, tendo depois ocupado o cargo de juiz trienal e tabelião em Granja, onde casou-se com uma filha de Antônio da Cunha Freire. Salvou-se dos imperialistas jurando fidelidade a D. Pedro."

"Antônio Zeferino da Mota, conhecido pelos seus compatriotas pela alcunha de Caju da Granja, pai do Cel. Zeferino Gil Peres

da Mota, foi um dos foragidos republicanos que se refugiou em Parnaíba, voltando depois da anistia.”

“Francisco de Paula Ferreira Chaves, conhecido pelos confrades republicanos pelo nome de Campanha, apesar do juramento de fidelidade prestado, não escapou da cólera dos imperialistas. Por ocasião do cerco da Vila de Granja feito por Gonçalo Luiz, à frente de 200 índios vindos de Viçosa, com o fim de capturar Pessoa Anta, chefe dos revolucionários, foi ele barbaramente espancado, motivo porque se ausentou temporariamente da Vila, somente voltando quando as forças se retiraram. Era natural de Aracati e em Granja foi tabelião.”

“Capitão Amaro José Fontenele, irmão de Plácido Fontenele, homem inteligente e bom versejador, morador na Ubataba no lugar Brejinho, refugiou-se em Parnaíba, sob a proteção de Simplício Dias da Silva. Sendo concedido a anistia a todos os presos republicanos não sentenciados, voltou ao seio da família e compôs um Padre-nosso em versos em que narra os feitos de Pessoa Anta e a firmeza com que defendeu a causa, que banhou com seu sangue. Era casado com D. Luiza Margarida, filha de Domingos Anselmo de Sousa Castro.”

“O Capitão Manoel Gregório de Almeida Fortuna, chefe de numerosa família, foi preso com seus compatriotas e posto em liberdade depois de abjuração de estilo. Mais tarde exerceu o cargo de 1º Tabelião de Granja e escrivão de órgãos. Casado com D. Maria Senhorinha Pessoa, de cujo consórcio teve 5 filhos aos quais soube dar educação superior aos homens do seu tempo, e são: Dr. Teófilo Fenelon de Almeida Fortuna, magistrado que morreu no Maranhão; Dr. Ladislau Acrísio de Almeida Fortuna, advogado, casado com Maria Fortuna falecida no Rio de Janeiro; Cel. Arcadio Lindolfo de Almeida Fortuna, deputado provincial em duas legislaturas; Anibal Possidônio de Almeida Fortuna, comerciante no Rio de Janeiro e Cel. Inácio de Almeida Fortuna, advogado, chefe político na Granja, casado com D. Maria Garcês Fortuna falecida em 1938, contando 97 anos de idade.”

Padre Vicente Martins, no trabalho que acabamos de transcrever, laborou num grande erro. O português Benedito Veras

teve amores clandestinos com a viúva Maria Gomes Pereira, filha do fundador de Granja, Sargento-Mor Alexandre Pereira de Sousa. Esta senhora era viúva de Rufino Gomes. Conviveu com o português seu vizinho e dele teve dois filhos: Vitorino Ferreira Veras ascendente dos Veras de Camocim e Raimunda, que esposou João de Andrade Pessoa Anta.

Benedito legou grande fortuna aos seus dois filhos que foram tutelados pelo Capitão-Mor Tomaz Antônio Pessoa de Andrade. A viúva Gomes herdou grande fortuna em prata e ouro e, após a morte do português, seu amante, casou-se com Aleixo Gomes. Isto é o que consta do inventário do Sargento-Mor Alexandre Pereira de Sousa, falecido em Granja (vila), a 10 de maio de 1776, e foi sepultado na matriz que ele ajudou a construir.

O infeliz Pessoa Anta foi vítima de muitas balelas, inclusive essa de dizerem que ele se casara com a filha natural de uma escrava que teria sido propriedade do rico português Benedito Ferreira Veras. Em política tudo é possível.

2.7 BRITO PASSOS (RAMO DO PIAUÍ)

Pedro de Brito Passos, casado com Ana Maria de Siqueira, vivia pobremente no sertão das Pedras de Fogo, tendo apenas uma fazendazinha que mal dava para adquirir, anualmente, um pequeno lote de escravos para o trato da lavoura e da criação de gado. Desse incipiente meio retirava o sustento doméstico.

Um dia, acordou com a idéia de mudar-se para a vizinha Província do Piauí, escolhendo preferencialmente a freguesia de Piracuruca, lugar onde se recomendava a vaqueirice das fazendas de Nossa Senhora. A idéia foi transformada em realidade, tão logo permitiram suas condições de mudança.

Pedro Brito foi feliz na escolha e no palpite. Ao chegar ao novo destino, caiu-lhe nas mãos uma das melhores fazendas do patrimônio da rica padroeira. Depois disso, teve como arrimo a proteção do seu anjo da guarda, que nem por um só instante

deixou de auxiliá-lo. Prosperou de maneira prodigiosa e em pouco tempo a sua posição era quase tão invejável quanto a da benfazeja protetora.

Quando Pedro de Brito mudou-se para o Piauí, levava os seguintes filhos:

2.1. Agostinho de Brito Passos Neto.

2.2. Domingos de Brito Passos.

2.3. Antônio de Brito Passos.

2.4. Francisco de Brito Passos.

2.5. João de Brito Passos.

2.6. Gervásio de Brito Passos – Senador do Piauí – e cuja personalidade encontramos em “Enciclopédia dos Municípios Piauienses”, referente a cidade de Piracuruca, com os seguintes informes:

“Cel. Gervásio de Brito Passos, político de renome em todo o Brasil. Foi deputado provincial por cinco legislaturas, na monarquia, e mais quatro no regime republicano. Foi presidente da Câmara dos Deputados do Piauí, Coronel Comandante da Guarda Nacional de Piracuruca e Senador da República.”

2.7. Zeferina Josefina da Conceição de Brito Fontenele – casada com o Cel. João Martiniano Fontenele, chefe político da freguesia de Piracuruca. João Martiniano era filho de João Damasceno Fontenele.

2.8. Clementina Rosa de Brito Passos – casada com Simplicio Coelho de Rezende.

2.9. Maria do Carmo Moraes – casada com o Major Benício José de Moraes.

Os Brito Passos do Piauí constituem numerosa descendência.

2.8 JOAQUIM DE ABREU VALADARES

Joaquim de Abreu Valadares, nascido em 1702, escolheu como residência o povoado de Santa Cruz do Coreau. Muito moço quando aí chegou, arranhou trabalho e prosperou, casando-se depois com Eugênia Rodrigues Magalhães, filha de um proprietário de terras nas imediações do povoado. Sua escolha, quanto à localização, firmou-se na margem do rio, num sítio que tomou o nome de Oficinas. Era o ponto onde ancoravam os barcos oriundos do Maranhão, para carga e descarga em demanda para Recife. Faleceu em 1789, deixando os seguintes filhos:

2.1. Maria da Assunção – casada com João Gonçalves Viana.
2.2. Joaquim de Abreu Valadares Júnior – casado com Josefa Maria de Sousa, filha do Capitão Mateus José de Sousa, de Viçosa.

2.3. Francisca de Abreu Valadares – solteira.

2.4. Ana Quirina – casada com Vicente Lopes Araújo.

2.5. Francelino José de Abreu – sem estado civil que se saiba.

2.6. Elias Pereira de Abreu – casado com Francisca Rodrigues Magalhães.

2.7. Francisca Maria de Abreu – casada com Simão Rodrigues Maia, em primeiras núpcias e, segundas, com Alexandre Machado, de Ipueira.

2.8. Maria Pereira de Abreu – casada com João de Carvalho Mota, patriarca da família Carvalho da Mota e Paula Pessoa, da segunda geração.

2.9. José de Abreu Valadares – casado com Joana da Costa, filha do Capitão Domingos da Costa Câmara que, por sua vez, era filho de Rodrigo da Costa Araújo.

2.10. Anastácio Abreu – casado com Inez Pereira de Abreu.

2.11. Manuel Manso – casado com Marcolina Bezerra Cavalcante.

2.12. Eudócia – não há referência sobre seu casamento.

Abreu Valadares residia ao lado da povoação, já então elevada à categoria de vila. No seu inventário constaram da partilha: casas, terras, escravos, gado vacum e cavalar. Mencionou uma fábrica de telha e uma sorte de terra no Mocambo de Cima.

2.9 ALEXANDRE PEREIRA DE SOUSA

Alexandre Pereira de Sousa era natural do Recôncavo (Bahia), onde nasceu em 1705. Veio para o Ceará, muito moço ainda, e na nova terra tomou como profissão o trabalho de vaqueiro numa das propriedades da Companhia de Jesus, da Missão da Ibiapaba, em Viçosa, então sob a administração do padre Francisco de Lira. Foi a Fazenda Tiaia, lugar onde mais tarde ele construiu sua residência. A casa ficava a leste da aldeia, onde atualmente se encontra uma casa que pertenceu ao Cel. Inácio Fortuna. No começo, era uma casa de taipa e telha, alpendrada e mantendo ao lado um grande cercado para o gado. Pertence, hoje, aos herdeiros dos Fortuna de Granja.

Alexandre Pereira, Sargento-Mor, casou-se com Antônio Ribeiro, mais ou menos em 1737, com uma índia. Diz a lenda que era uma bonita mulher. Desse enlace, conforme declaração consignada nos autos de inventário, nasceram os seguintes filhos:

2.1 – Jose Pereira – Sargento-Mor – sem menção de família.

2.2 – Joana Pereira – casada com o Capitão Manuel Rodrigues Rocha, filho de Pedro da Rocha Franco.

2.3 – Manuel Pereira – Tenente – casado com Tereza Maria da Assunção.

2.4 – Antônio Pereira – casado com Maria Joaquina de Oliveira.

2.5 – Felipa Pereira – casada com Joaquim José Borges de Pinho, natural de Portugal. O primeiro filho nascido do casal foi o padre Francisco Borges de Pinho, ordenado no Seminário de Olinda. O Capitão Borges, tronco da família Pinho, faleceu em 1805.

2.6 – Ana Pereira – casada com José Fernandes.

2.7 – Francisco Pereira – Sargento-Mor – casado com Luíza da Mota Pereira, filha do Cel. João da Mota Pereira e de sua mulher Mariana da Mota Pereira, casamento realizado na Capela de Santo Antônio do Coreau, que foi dada como empréstimo, enquanto se construía a hoje matriz de Granja.

2.8 – Maria Pereira – casada com Ventura Gomes. Após a morte do marido, Maria Pereira se enamorou do português Benedito Ferreira Veras, tendo dessa ocorrência nascido dois filhos: Vitorino e Raimunda. Quando prestes a morrer, em 1801, Benedito fez seu testamento, legando sua fortuna aos dois filhos acima referidos, instituindo como testamento o Capitão Tomaz Antônio Pessoa de Andrade, que era ao mesmo tempo tutor dos menores.

2.9 – João Pereira – casado com Tomázia do Espírito Santo.

2.10 – Francisca Pereira – casada com João Ribeiro de Moraes.

2.11 – Eugênia Pereira – casada com Manuel da Silveira.

2.12 – Bento Pereira.

2.10 AGOSTINHO DE BRITO PASSOS

Agostinho de Brito Passos português de nascimento, natural de Santa Eulália dos Passos, do Bispado do Porto. Era filho de Manoel Barbosa e de Catarina de Brito.

Agostinho casou-se com Joana Pereira de Sousa, natural de São Francisco do Recôncavo, Bahia, no ano de 1740 e fixou residência no povoado de Santa Cruz do Coreaú, onde adquiriu terras e fazendas de gado. Do casal nasceram os seguintes filhos:

2.1. Maria de Brito Passos – casada com Bento Pereira da Silva.

2.2. Manuel de Brito Passos – casada com Ana Rita Oliveira.

2.3. José de Brito Passos – casado com Maria José de Jesus.

2.4. Agostinho de Brito Passos Júnior – casado com Ana Rodrigues.

2.5. Inez de Brito Passos – casada com José Joaquim de Andrade.

2.6. Joaquim de Brito Passos – casado com Maria Rocha Brito.

2.7. Ana de Brito Passos – casada com Francisco Ribeiro de Sousa.

- 2.8. Inácia de Brito Passos – casada com Mateus Teixeira Albuquerque.
- 2.9. Francisco de Brito Passos – casado com Antônio Maria Nascimento.
- 2.10. Eugênia de Brito Passos – casada com José Inácio de Carvalho.
- 2.11. Izabel de Brito Passos – casada com João Azevedo Lima.
- 2.12. Francisca de Brito Passos – (solteira), teve filhos.
- 2.13. Antônio de Brito Passos.
- 2.14. Joana de Brito Passos – casada com Francisco Carvalho Mota.
- 2.15. Quitéria de Brito Passos – casada com Domingos de Carvalho da Encarnação.

Agostinho de Brito Passos faleceu a 26 de fevereiro de 1781. Foi sepultado na Igreja-Matriz da Vila de Granja. Foi possuidor de terras na Fazenda Cachoeira, com meia légua de comprimento por uma largura, sendo servida pelas margens do riacho Cajá e povoado de gado de cria. No Jaíbara, possuía o Sítio Cururuta, bem como outros localizados às margens do Rio Tapiranguira e Fazenda Riachão, todos próprios para a criação de gado.

2.10.1 AGOSTINHO DE BRITO PASSOS JÚNIOR

Filho do precedente, casou-se com Ana Rodrigues Ramos, filha de José Rodrigues da Rocha e Maria Rodrigues Lopes. Nasceram os seguintes filhos:

- 3.1.1. Francisco de Brito Passos – casado com Antônio Maria do Nascimento.
- 3.1.2. Agostinha de Brito Passos – casada com José Vaz dos Santos.
- 3.1.3. Eduardo de Brito Passos – casado com Maria felicidade Perpétua.
- 3.1.4. Pedro de Brito Passos – casado com Ana Machado de Siqueira, filha de Gonçalo Machado de Siqueira.

Agostinho Júnior faleceu a 9 de junho de 1798 e sua mulher morreu no ano seguinte.

Retornando a Agostinho de Brito Passos, o patriarca da família Brito Passos, consta que ele partiu de Portugal com destino ao Brasil e desceu na Bahia, onde permaneceu por algum tempo, à procura de fazer o seu desejado "começo de vida".

Encontrando casualmente com Joaquim de Abreu Valadares e Alexandre Pereira da Silva, residente no Saco de Francisco, no Recôncavo baiano, onde de pronto foi estabelecida uma sociedade. Dentre outros empreendimentos a serem realizados, acordaram os três sócios em embarcar para o Ceará, onde Alexandre sabia da existência de grandes porções de terras inteiramente livres e à disposição de quem se decidisse explorá-las, despondo como vantagem, a criação do gado. Depois de devidamente consolidado o plano, cuidaram os três da partida para a Capitania do nosso rincão.

A crônica não fixou exatamente a data de chegada, mas alguns autores atestam ter sido no começo do século XVIII. Sabemos, outrossim, que da posse por eles situada, constam terras encravadas na cidade, pois o Sargento-Mor Alexandre Pereira foi apontado como tendo construído uma casa residencial no lugar onde, um século depois, foi utilizada como residência do Capitão Manuel Gregório de Almeida Fortuna. Essa casa, um dos edifícios antigos mais conhecidos, foi o local onde nasceu o Cel. Inácio de Almeida Fortuna, que nela viveu e morreu, no ano de 1938. Enormes cercados de madeira, próprios para retenção de gado, estendiam-se rumo à Cachoeira da Pedra Grande, cobrindo toda a área do riacho até o encontro com o Rio Coreaú. Pelos tempos adiante, essa vasta extensão de terra cercadas foi transformada em ruas, abrangendo inclusive onde mais tarde se localizou a residência do professor Garcês.

Alexandre Pereira de Sousa foi o arrendatário das terras da Tiaia quando, ainda solteiro, chegou a Coreaú. Consta que seu casamento se deu com uma índia bonita e de quem houve um casal de filhos.

Monsenhor Vicente Martins, que escreveu muito sobre a história de Granja, diz, em trecho publicado no Tomo XXV, da Revista do Instituto do Ceará, Ed. 1911, o seguinte:

Ainda hoje existe nesta cidade de Granja, Dona Jesuína de Sampaio, descendente de Agostinho de Brito Passos e de Joaquina Pereira de Sousa, no 4º grau, em linha reta, de 78 anos de idade, filha de Manuel da Costa Sampaio e Maria Quiéria de Brito Passos que o Sargento-Mor Alexandre Pereira de Sousa, tendo andado por estas paragens, negociando com os índios, agradou-se muito do local, onde hoje está a cidade que então era uma aldeia e voltando à Bahia, donde tinha vindo, convidou a Joaquim de Abreu Valadares e Agostinho de Brito Passos, ambos da grande família, para virem estabelecer-se no lugar onde muito lhe havia agradado, os quais aceitando o convite vieram com Alexandre Pereira de Sousa e sua família, estabelecer-se no local; era uma pequena aldeia à margem do Coreau e próximo à missão dos padre Jesuítas de D. Simão, mais ou menos em 1725.

No inventário de Alexandre Pereira, é dado como tendo nascido em 1705. É possível que a verdade tenha falhado entre a narração apontada pelo descendente de Agostinho, portanto a data do nascimento, na partilha dos bens, é de 1705, não é exato que aos 15 anos já tenha conhecido essas plagas, inclusive trazendo família, etc.

Agostinho de Brito Passos foi patriarca que mais povoou, com a sua descendência, o grande circuito compreendido entre Granja, Viçosa, Chaval, Camocim e seus respectivos sítios e distritos, tendo assim, oferecido uma enorme contribuição demográfica, política e social para o desenvolvimento regional.

2.11 JOSÉ INÁCIO DE CARVALHO

José Inácio de Carvalho é ascendente do Desembargador Félix Cândido de Sousa Carvalho, de quem era bisneto, além do Cel. José Cândido de Sousa Carvalho, que por sua vez era pai dos opulentos comerciantes cariocas Milton de Sousa Carvalho e seus irmãos Lauro, Nilo e outros.

De José Inácio é descendente o grande historiador e homem de letras Hugo Catunda Fontenele, membro da Academia de Letras.

Também, como filha de Agostinho de Brito Passos, era D. Joana de Brito Passos, casada com o Cel. Francisco de Carvalho Mota, pai de José Romão da Mota, de João Profírio da Mota e de Antônio Zeferino da Mota. Referimos, igualmente, D. Francisca Passos, filha do Cel. Carvalho Mota, casada com Saldanha Brito, que em 1843 casou-se com Umbelina Fontenele, filha do Capitão Plácido Fontenele. O Major Saldanha foi o patriarca da numerosa família Saldanha, de que se constitui o feudo do povoado de Ibuacu, onde se cerca de prestígio político regional.

2.12 OS FERREIRA PORTO

O Cel. Francisco de Carvalho Mota, chefe político de largo prestígio, proprietário de muitas fazendas de gado na freguesia de Santa Cruz do Coreau, era genro de Agostinho Brito Passos, um dos fundadores da mesma povoação. D. Joaninha, sua mulher, detinha o comando da casa e da família. Dizia ela, com muito orgulho, que o marido mandava na política, nas fazendas e nos negros, porém na casa quem mandava era ela.

Querendo, certa vez, casar uma das filhas, tratou de arranjar as peças indispensáveis ao principal e ao acessório, encomendando o marido e o enxoval. A pessoa encarregada da encomenda, cumpriu as duas exigências, sendo que o noivo foi o primeira peça que surgiu. Seu nome era Tomaz Ferreira de Carvalho, português nascido na Cidade do Porto.

Apresentado o pretendente candidato à D. Joaninha, esta recebeu cordialmente, manifestando o seu inteiro acolhimento. Correram bem as conversas iniciais, tudo levando a crer que não devia haver nenhuma objeção que viesse influir contrariamente nas preferências de D. Joaninha, querendo certificar-se do nome completo do jovem Tomaz, obteve esse desejo, mas no mesmo instante ficou decepcionada, ao tomar conhecimento do sobrenome “Carvalho”. Repugnava-lhe ouvir pronunciar semelhante palavra. Então, em voz de quem não pretendia ter o jovem português como genro, deu algumas desculpas e no final falou peremptória, dizendo que na família não deixaria que entrasse mais um só Carvalho, bastando somente o marido, portanto dos filhos já fizera retirá-lo. Estes já assinavam como José Romão da Mota, João Porfírio da Mota e Antônio Zeferino da Mota.

Diante da obsessiva recusa, o jovem português sentiu-se desapontado, verificando não só haver sofrido uma terrível decepção, como também um futuro prejuízo em suas pretensas finanças matrimoniais. Ia retirar-se. Ela, então, depois de haver meditado por instantes, saiu-se com um belo artifício capaz de vencer o obstáculo. Perguntou ao jovem Tomaz qual o seu lugar de nascimento, obtendo como resposta a cidade de Porto. Foi um prodígio. Imediatamente D. Joaninha propôs:

– E o senhor não gostaria de ser chamado Tomaz Ferreira Porto?

Quase sem vacilar o português deu uma de bom brasileiro e respondeu com visível bom humor:

– “Se é para o bem”... aceitarei com muito prazer.

– Volte e vá ao cartório – disse ela – e providencie a retificação do registro de nascimento. Não me traga Carvalho no nome e o resto será por minha conta.

Desse passe de mágica nasceu a numerosa família Porto. Tomaz uniu-se em matrimônio com a senhorita Ana, nascendo os seguintes filhos:

2.1. Francisco Ferreira Porto – casou-se com Ana Joaquina de Almeida, nascendo desse casal, Conrado Porto, figura proeminente da terra e principalmente no seio das classes menos prote-

gidas da sorte. Foi prefeito de Granja por várias vezes. Morreu em 1925, deixando numerosa prole. O professor Antônio Porto, de Sobral, é seu filho.

2.2. José Ferreira Porto.

2.3. Manuel Ferreira Porto – casou-se com D. Guilherme Ferreira da Glória.

2.4. Antônio Ferreira Porto – casado com Joaquina Raimunda de Moraes.

2.5. Simplício Cândido da Mota – casado com Carmelita Leonília Sampaio.

2.6. João Ferreira Porto – casado com Paulina Florência Fontenele, filha do viçosense Raimundo Benício Fontenele.

2.7. Joana Francisco Barros – casada com José Antônio de Barros. Deste ramo provém a família Gouveia.

2.8. Josefina Francisco da Mota – casada com Herculano Francisco de Carvalho.

2.9. Conatantina Francisca da Mota – casada com Joaquim Ribeiro de Moraes.

2.10. Maria Vicência da Mota – casada com Manuel de Brito Passos.

Tomaz Ferreira Porto faleceu no dia 6 de setembro de 1849. Possuía terras, destacando-se, dentre outras, a fazenda Papagaio nas imediações da cidade. Possuía, também, prédios no centro, inclusive o bonito casarão construído de telha e taipa, com portas gradeadas, enfim, com todos os requintes de ostentação arquitetônica da época, e localizado na praça da Matriz. Por ocasião da passagem, desta para outra vida, Ferreira Porto já apresentava traços característicos de clássica anciandade. Baixote, alvo e corado, cabeça arredondada e despida de cabelos, vestia ordinariamente à moda da época envergando a sua camisa branca de morim e a ceroula, também, branca, de algodão. Os cadarços de ceroula eram atados aos tornozelos.

2.13 JOAQUIM INÁCIO PESSOA

Joaquim Inácio Pessoa, Tenente-Coronel, era filho do advogado e farmacêutico Inácio José Rodrigues Pessoa e de Francisca Maria de Jesus, filha do Capitão-Mor Tomaz Antônio Pessoa de Andrade. Dotado de bons costumes, mercê da tradição familiar, Joaquim Inácio adquiriu projeção no meio em que vivia. Depois meteu-se em política e esta o desviou para o terreno das dissensões, criando ferrenhos e numerosos adversários com os quais se houve em luta armada. Chegou ao ponto de reunir sob seu mando 80 homens da mais baixa condição. Por fim, passou a cometer os mais variados desatinos, praticando crimes, sendo, por isso, processado por homicídio e por assalto à mão armada.

Contam que certa vez ele, disfarçado de pescador ou na pessoa de um escravo fugitivo, vestindo apenas trapos, estava a fazer sondagens em redor de seu casabre nas imediações de Granja. Nessa sondagem, encontrou um desconhecido portanto um bacamarte e a indicar que andava à sua procura. Como também andasse armado, aproximou-se felinamente do indivíduo e procurou saber sobre o que ele andava a procurar. A resposta foi-lhe providencial. O forasteiro, inexperiente, disse-lhe ter vindo do Piauí e que sua missão consistia em matar um tal Joaquim Inácio, cortar-lhe a mão e levá-la ao mandante, como prova e recibo da importância ajustada.

Imediatamente o "Joaquim esfarrado" prontificou-se a auxiliar ao forasteiro, tratando-o por companheiro e proponho-se a fazer com que "serviço" fosse realizado. O idiota não só concordou com o auxílio como ainda forneceu o nome do mandante. Depois de tudo acertado, Joaquim Inácio foi para casa e de lá, tranqüilo como um justo, mandou os seus cabras liquidarem com a vida do pistoleiro.

Entre as acusações que pesavam na relação dos crimes praticados por Joaquim Inácio, constava o ataque ao sítio Taperecima no distrito de Ibiapina na Serra Grande. Esse sítio era de propriedade de seu tio e Capitão-Mor de Sobral Paula Pessoa. O sítio foi incendiado, morrendo várias pessoas na incendiária destruição.

2.14 CORONEL SALUSTIANO MOREIRA

Salustiano Moreira nasceu na Vila de Granja, no ano de 1832. Era filho do negociante português Joaquim Moreira da Costa e sua mulher D. Maria Marinho Arouca Moreira. Na mocidade abraçou a carreira do pai, negociante, chegando acumular fortuna. Ao contrair casamento, adveio-lhe maior parcela de bens. D. Leonor Angélica de Barros, com quem contraiu matrimônio, era filha do português José Antônio de Barros, comerciante na mesma vila de Granja e possuidor de sólido patrimônio, sendo sua mãe D. Joana Francisca de Barros.

Do consórcio não houve filhos, donde proveio um gordo testamento para os seus sobrinhos. Politicamente, Salustiano Moreira gozou de considerável prestígio, tendo como esteio a influência de seu sobrinho, o Cel. Valdemiro Moreira, uma figura de projeção no período republicano. Profissionalmente, era advogado provisionado. Na política, serviu com Secretário de Estado, Deputado Estadual e Federal durante o governo Nogueira Acioly, de quem era amigo incondicional.

De Nogueira Acioly vem o seu inabalável prestígio, sendo proverbial a sua atuação com relação à justiça. Dizia-se que juiz que não obedecesse às suas determinações podia, por antecipação, considerar-se transferido. Conservou seu poderio até à morte, fato ocorrido a 12 de dezembro de 1910.

A imensa fortuna acumulada por Salustiano Moreira ficou, por testamento, para os sobrinhos e para os afilhados, dela também, participando alguns dos mais íntimos amigos. Por ocasião da partilha, como não poderia deixar de ser, houve tremenda polêmica em torno da identificação de direitos reclamados, rolando anos e anos para que fossem dirimidas as dívidas.

O sobradão onde residia, chamado "catete", fora edificado pelo comerciante português, José Antônio Machado. Após sua morte (de José Antônio Machado), passar para Salustiano Moreira. No inventário, este sobradão foi legado ao vice-consul português, Antônio Gouveia da Silva. Pertence, atualmente, aos herdeiros do vice-consul, estando, ao que parece, desabitado.

2.15 MANUEL MIRANDA

Manuel Miranda era natural de Granja, onde nasceu a 2 de agosto do ano de 1886. Na infância não recebeu as bênçãos da fortuna, mas nem por isso se deixou abater pelo desânimo. Estudou, começando pela "Carta do ABC", inseparável manual de ensino com que convivia noite e dia até tornar-se mais esclarecido e passar a outros compêndios mais instrutivos. Era admirável ver-se Manuel Miranda de jornal na mão a deglutir as notícias com avidez insana e principalmente quando se tratava de assuntos políticos da modesta localidade onde nascera.

Seu irmão mais velho, Vitalino Miranda, cedo soubera livrar-se das estreitezas do pequeno burgo e fora estabelecer-se no Jacaré Queimado, hoje progressista cidade de Ubajara. Manuel Miranda imitou-lhe a aventura, transferindo-se para aquela cidade serrana e lá estabelecendo-se por conta própria. Fez progressos, utilizando-se do crédito como capital e da honestidade como propaganda para atrair fregueses. Mas, ao lado das atividades comerciais, Manuel Miranda jamais esqueceu a cultura do espírito, lendo e arrancando do que lia o sustento necessário ao seu desenvolvimento intelectual. Nessa atividades fez também, progressos, primeiro como colaborador de todas as folhas que se editavam no Ceará e depois escrevendo para os almanaques de maior destaque no sul do País e, não raras vezes, até para almanaques estrangeiros.

Era comum, quando se folheava um jornal, cuidar-se logo de ler o artigo que trazia a sigla "EMES". Tratava de assuntos políticos, comentando, censurando quando necessário, e muito vezes a travar batalhas ideológicas com as mais proeminentes figuras do jornalismo cearense.

Em 1915 circulou em Ubajara o primeiro jornal impresso na terra, sendo Manuel Miranda o seu idealizador, de parceria com o poeta Craveiro Filho. Foi na época em que o próspero rincão serrano atrelou-se ao progresso em busca de sua independência. A pequena e valiosa empresa de difusão cultural, reunindo os dois poetas, não conseguiu sobreviver, não somente por implica-

ções de ordem econômica, como também porque se deu a dissociação motivada por interesses de cada componente. Craveiro Filho que se mudou para Sobral, onde o jornal "A Ordem" aguardava a sua presença, para poder circular e Miranda teve que se contentar com as suas atividades comerciais. Mesmo assim, lia e escrevia, para melhor aprimoramento intelectual.

Quando sua situação atingiu um certo ponto de equilíbrio, ele montou uma gráfica, fazendo circular a "Gazeta da Serra", noticioso que teve vários anos de existência, com magnífica tiragem. Por essa época, aproveitando-se do tempo ocioso de sua oficina, publicou dois livros: "Coisas que Acontecem" e "Ceará por Dentro". O primeiro foi laureado com uma segunda edição, tirada em 1929, quando ele já encontrava estabelecido em Fortaleza. O segundo, ficando em primeira edição, teve grande sucesso.

Em 1929, já residindo na Capital, Manuel Miranda teve a audácia de fazer circular um jornal por sua conta. Fez um bonito trabalho, compreendendo desde a confecção gráfica aos retoques gramaticais. Desse jornal nenhum proveito material foi obtido, se bem que intelectualmente tenha rendido ao seu idealizador o imorredouro prêmio de membro da Academia de Letras.

Tempos depois, estando com saúde profundamente abalada pelos desassossegos do dia-a-dia metropolitano, Manuel Miranda retornou ao seu torrão adotivo, a pacata cidade de Ubajara, onde com o clima da "Suíça brasileira" continuou a cultivar as letras. Septuagenário, entendeu de conhecer o Rio de Janeiro, atendendo aos reiterados convites de seu filho Olavo Miranda, que lá exercia a profissão de advogado. Num dia fatídico, ao regressar ao lar, foi violentamente colhido por um automóvel, tendo morte imediata.

Foi comerciante, escritor, poeta, jornalista e seria grande professor se lhe tivesse sobrado tempo para dedicar a mais uma profissão.

2.16 VALDEMIRO CAVALCANTE

Valdemiro Cavalcante nasceu em Granja, no dia 26 de janeiro de 1869. Eram seus pais, o Tenente-Coronel Antônio Pereira Jacinto Cavalcante e D. Antônio Ferreira Barros Cavalcante. Ainda criança, demonstrou vocação para as letras, fundando em sua cidade um jornalzinho intitulado "O Ensaio", publicado em 1880.

Em 1882 transferiu-se para Fortaleza, onde veio fazer os estudos do curso de humanidades sob o mestrado do padre Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo. Concluiu o curso em 1885.

Durante a sua vida estudantil, não se deixou manter inativo no campo de sua vocação literária. Escreveu no "O Cearense", a biografia de Barbosa de Freitas. Juntamente com Luiz Brasiliano, fundou o "Colibri", jornal literário e crítico, que durou cerca de dois anos. Com Francisco Leocádio, José Olímpio e Júlio Braga, fundou o "Phylolitera".

Em 1886, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 19 de julho de 1891. Durante o ciclo acadêmico escreveu no "Clarim", órgão do Centro Republicano Acadêmico e colaborou sob diversos pseudônimos, no "O Norte" do Recife.

Como orador, representou a colônia acadêmica cearense, na sessão fúnebre realizada no Teatro Santa Isabel, em homenagem ao estadista e poeta José Bonifácio. Quando ainda quintanista, foi nomeado promotor da Comarca de Icó, onde exerceu o cargo, chegando inclusive a ser eleito vereador da cidade.

De Icó, transferiu-se para Fortaleza como ocupante do cargo de Secretário de Polícia. Nesse tempo, ingressou na carreira política, tendo sido eleito membro do primeiro Congresso Constituinte do Estado, formado por Sabino Monte, Pauleta, Abel Garcia e Oliveira Sobrinho, com o fim de organizar o projeto da Constituição de 16 junho de 1891.

Por essa época, mais ou menos, assumiu a direção do "Libertador" e o redigiu em companhia de Antônio Sales e Abel Garcia. Rompendo com a administração José Clarindo de Queiroz, deu sua demissão da Secretaria de Justiça e renunciou ao mandato de deputado, estabelecendo-se profissional como advogado.

Com a deposição de Clarindo de Queiroz, Valdemiro foi convidado para ocupar o cargo de Secretário do Interior e Justiça na administração de Benjamim Barroso, argo no qual permaneceu além desse governo, indo pela administração bezerril. Demitiu-se, finalmente, a 5 de janeiro de 1893, para voltar ao exercício da advocacia.

Na administração Acioly, foi nomeado Diretor da Escola Normal. Por algum tempo, esteve à frente da direção de “A república”, órgão do Partido Federal.

Demitido da direção da Escola Normal, fundou e redigiu o “Jornal do Ceará”, órgão oposicionista, até que, acometido de enfermidade incurável, teve que abandonar de uma vez a vida pública. Recolheu-se à sua chácara, no bairro do antigo Alagadiço, para aí falecer, fato ocorrido aos três de fevereiro de 1914.

Escreveu artigos políticos em “A Pátria”, jornal de Serpa, Santiago Bezerril e Barbosa Lima e, nas páginas do “Diário do Ceará”, publicou artigos endereçados à Assembléia Legislativa do Estado e aos Poderes Públicos, intitulado “Males e Remédios”. Esses artigos foram tirados em folhetos de 23 páginas, em oitavo pequeno, na Tipografia Universal, Cunha, Ferro & Cia., em julho de 1897.

Publicou, em folheto de 41 páginas, na Tipografia Moderna Ateliers – Louis em 1900, sob o título: “Silos”, “Forragens”, alguns artigos escritos em “A República”.

Existe, de sua autoria, um discurso proferido no dia 11 de outubro de 1899, por ocasião da inauguração do retrato de Antônio Pinto Nogueira Acioly, instalado no salão de 4 honra, do Quartel do Corpo de Segurança, num folheto de 16 páginas, impresso na “Tipografia Moderna”, a vapor, 71 “Ateliers-Louis”, localizada à rua Formosa, em Fortaleza.

Foi membro da Academia Cearense e Padaria Espiritual, Mina Literária do Pará e Presidente da Sociedade Cearense de Agricultura.

Figurou na lista dos colaboradores do Jornal dos Agricultores, publicado no Rio de Janeiro, a 1º de junho de 1901, sob a direção de Antônio Medeiros.

Valdemiro fundou ainda em Sobral e dirigiu o “Itacolomy”, órgão combativo, que durou alguns anos circulou naquela cidade nortista, tendo como colaborador o conhecido jornalista V. Loiola.

2.17 JOÃO PORFÍRIO DA MOTA

João Porfírio da Mota, alto comerciante da Vila de Granja, era representante da Companhia de Navegação Pernambucana, vereador, tendo sido deputado à Assembléia Legislativa da Província, para o biênio 1848/49. Era filho de Francisco de Carvalho da Mota, coronel de milícias de Comandante Superior da Guarda Nacional e o mais rico fazendeiro da vila.

Como político, Porfírio da Mota seguia os liberais representados por seu primo Pessoa Anta, tendo com entusiasmo abraçado o movimento republicano de 1824. Foi considerado como uma das figuras mais proeminentes do movimento antimonárquico em nossa província.

Diante do fracasso republicano e das cruas perseguições movidas contra os liberalistas vinculados a Pessoa Anta, Porfírio foi obrigado a enfrentar riscos com os quais não contara. Perseguido, embarcou para o Maranhão e desse ponto, auxiliado por seus fornecedores, conseguiu embarcar para os Estados Unidos, fixando-se em Boston. Lá, permaneceu até à declaração da anistia, em janeiro de 1826, quando, voltando à sua terra, pode desfrutar de elevado prestígio político e social. Foi delegado de polícia, para depois eleger-se deputado provincial, tendo inclusive assumido a presidência do Legislativo.

Era casado com D. Umbelina Aires do Nascimento, pernambucana, nascendo do consórcio os seguintes filhos:

2.1. Sérgio Porfírio da Mota – morreu em 1904 como Coletor Estadual de Granja.

2.2. Adelina Zeferina – esposa do Cel. Zeferino Gil Peres da Mota. Zeferino exerceu atividades políticas e foi influente prócer da sociedade granjense. Faleceu em 1896, deixando como herança, para o Cel. José Inácio da Fonseca, o bonito palacete de sua residência.

Quando João Porfírio da Mota foi colhido pela morte, encontrava-se no Recife, juntamente com seus familiares. No dia 15 de março de 1851, véspera do regresso, ele escorregou desastramente.

damente do topo da escada de um sobrado, do que resultou sua morte imediata. Voltou a Granja num esquife, vindo plantar-se para sempre na terra que tanto amou.

De Sérgio Porfírio da Mota, constam os seguintes filhos:

3.1. José Porfírio da Mota – casado com Francisca Gouveia.

3.2. Temístocles Porfírio da Mota – casado com Virgília de Paula. Fixou residência em Chaval.

3.3. João Porfírio da Mota – casado com Leonor Dias. Por morte desta, casou-se pela segunda vez com Petronila, irmã da primeira mulher. Deste matrimônio não houve filhos. Do primeiro nasceu Hugo Porfírio da Mota, “Mestre Hugo”, figura de renome, como farmacêutico, comerciante, alto proprietário de carnaubais e criador de gado. Faleceu em 1958, deixando vultuosa fortuna e, também, numerosa prole, de onde se destacam, dentre outros, o Dr. Nilo Mota, promotor público na capital e o Dr. Victor Hugo Mota, advogado em Granja. João Porfírio era homem de cultura e advogado. Foi assassinado em abril de 1912, numa desavença de família, pelo seu cunhado Miguel Soares. Foi um crime bárbaro, pelas suas características traiçoeiras.

2.18 JOSÉ ROMÃO DA MOTA

José Romão da Mota foi influente político de Granja. Coronel mandante Superior da Guarda Nacional de Granja, Viçosa e Palma (Coreaú), tendo ainda sido político militante. Era filho do Cel. Francisco de Carvalho Mota, homem de muitas patentes, inclusive a Comenda da Ordem de Cavaleiro de Cristo.

José Romão se deixou fascinar pelo mando de sua terra, formando sempre do lado oposto ao seu primo Pessoa Anta. Foi um dos responsáveis pelo trágico fim a que foi levado o inditoso político. Como radicalista conservador, desprezou os laços de família a que era preso em benefício de suas ambições políticas.

No campo de suas atividades de natureza econômica, destacou-se como forte criador de gado, possuidor de terras e dinheiro, bens que ao lado dos seus esforços pessoais tiveram

ambém origem em herança. Como genro da rica Maria Alves das Pedras de Fogo, amallhou grande patrimônio.

Por ocasião da guerra do Paraguai, José Romão trabalhou incansavelmente para livrar-se de incômodos adversários que lhe ameaçavam a preeminência de mando. Vejamos alguns casos.

Inácio de Almeida Fortuna, então chefe político liberal, filho do Capitão Manuel Gregório de Almeida Fortuna, era Capitão da Guarda Nacional, Romão, que era chefe da Guarda, não vivia satisfeito com as setas que lhe eram atiradas por Inácio Fortuna, eis que se considerava invulnerável em seus brios. Por essa razão, Inácio Fortuna foi "premiado" por uma portaria que o designava para compor as forças que deveriam seguir para o Paraguai.

Diante do inesperado ato, Inácio Fortuna fez suas naturais reações. Não obteve nenhum sucesso e o resultado foi seguir preso para Fortaleza. Ao desembarcar, foi recebido pelo irmão mais velho, o Cel. Arcádio Lindolfo de Almeida Fortuna, que então dirigia os destinos políticos da família.

Entre o tempo decorrido, de sua partida do porto de Camocim e a chegada a Fortaleza, deu-se uma reviravolta política que de repente veio mudar a face dos acontecimentos. O Partido Liberal, até então debaixo, estava no auge das graças do Presidente do Estado. Foi então a vez da fortuna casar-se com o Fortuna. Inácio, ao invés de seguir para as selvas do Paraguai, como tanto desejava o poderoso José Romão, regressou à sua cidade no primeiro vapor, mostrando o reverso da política: saíra de Granja preso e voltou como delegado de polícia.

Como a política interiorana é uma espécie de trincheira volante que se mantém em posição de ataque contra aqueles de facção menos favorecida pelo poder dominante, Inácio Fortuna aproveitou o ensejo e dirigiu as baterias contra o seu ferrenho adversário. Como delegado, mandou cercar a casa de José Romão, invocando como pretexto a suposta existência de criminosos homiziados no palacete do importante chefe.

Outra vítima de perseguição política movido por José Romão foi o Cel. Antônio Félix da Cunha, influente chefe

liberalista da Palma. Como não havia razões para atingi-lo diretamente, designou um de seus filhos para compor as forças em demanda do Paraguai. Mas Antônio Félix que sempre se entendia bem com seu superior, manteve com ele uma conversa na qual ficou acertado que o designado entregar-se-ia no dia previamente estipulado.

O Cel. Antônio Félix não tinha nenhuma intenção de entregar-se passivamente aos desejos de José Romão, mandando que o filho se apresentasse conforme o combinado. Sabia-se, de princípio, que o jovem se mantinha rebelde. Então no dia marcado, partiu a tropa para apanhar o insubordinado. Chegando esta na Fazenda Morros, do Capitão Belchior Fernandes, cunhado de José Romão, o Comandante foi devidamente doutrinado no sentido de retroceder. Pois, segundo era sabido, os Félix estavam fortemente armados, esperando a tropa revanche. O Comandante aceitou a advertência e o jovem filho de Antônio Félix escapou do “voluntariado” paraguaio.

Não se sentindo conformado com a derrota infligida por Inácio Fortuna, quando de sua tentativa de enviá-lo aos campos do Paraguai, achou por bem dirigir suas baterias contra outro adversário, que era o Major Saldanha, do Ibuaçu. Com isso, julgava José Romão poder manter sempre acesa a chama do prestígio que detinha nas mãos. Quis então, arrebatá-lo Eduardo Brito Fontenele, filho mais velho do Major Saldanha, mas em vão foram seus esforços. Dizia o Major Saldanha que “era melhor torcer que quebrar” e assim opôs-se com tenaz resistência e quebrou as forças do seu desafeto, recusando-se a aceitar a ida do filho para o Paraguai. Vejamos o que aconteceu.

De início, Chico Elias, homem turbulento e de pouca conversa, aconselhou ao seu compadre Major Saldanha a mandar o filho, que era seu afilhado, para umas férias em sua Fazenda “Curral Grande”. Lá, o Comandante Superior não teria o topete de desrespeitar as ordens de um seu inferior. Chico assegurava a intocabilidade do afilhado. Mas Saldanha, diplomata por excelência, usou de outras estratégias. Concordou em que o filho se fosse, embora alimentasse o projeto de fazê-lo retornar tão logo chagasse a Fortaleza. Deu-se partida do jovem, mas quando este

chegou a Camocim encontrou-se com a melhor proteção que poderia imaginar: a guerra acabou.

Assim era o político José Romão. Nasceu, viveu, lutou, perseguiu e foi perseguido e morreu, finalmente, em 1872, deixando no comando das Armas da Guarda Nacional o seu sobrinho Cel. Zeferino Gil Peres da Mota.

2.19 OS SAMPAIO

O primeiro Sampaio de Granja, conquistou galhardamente a cobrada patente de Capitão-Mor. Chamava-se José da Costa Sampaio e proveio de Sampaio Cavalhar, do termo de Barcelos, bispado de Braga, Portugal. Era filho de Manuel da Costa e de D. Josefa Maria. Casou-se com Maria Joaquina Santiago, nascendo desse consórcio os seguintes filhos:

2.1. João de Deus Sampaio.

2.2. Francisco da Costa Sampaio.

2.3. Manuel da Costa Sampaio.

2.4. Alexandre da Costa Sampaio.

2.5. Joana Francisca de Sampaio — casada com João Peres da Jacinto Jr.

2.6. Joaquim da Costa Sampaio — casado com Josefa Maria de Meneses.

2.7. Antônio da Costa Sampaio.

2.8. Joaquina da Costa Sampaio — casada com Francisco Ferreira Braga.

Ferreira Braga, revolucionário liberalista, tomou parte na Revolução do Equador em 1824, ao lado de Pessoa Anta. Acobertado pelo prestígio de seu genitor, Capitão-Mor José da Costa Sampaio, nada sofreu, porém, depois de haver abjurado aos ideais republicanos. Alexandre da Costa Sampaio (2.4) casou-se com Francisca Pessoa, filha de Pessoa Anta. Fixou residência na Angica

(Martinópolis). Do casal houve 9 filhos que, espalhados por todo o distrito de Nascimento e pelos municípios vizinhos, em muito contribuíram para acelerar o povoamento da região. Um dos filhos, de nome Antônio da Costa Sampaio, tinha por hábito fazer troça das qualidades do avô Pessoa Anta. Formou afetuosa amizade com o primo rico, Dr. Tomaz Antônio de Paula Pessoa, de Sobral, onde vivia principesamente instalado num palacete localizado na Praça São Francisco. Era nesse palacete, em seu gabinete, que o primo rico recebia a visita do primo pobre, que tomando o trem de Angica, ia hospedar-se com o primo Tomaz. Bondosamente, Tomaz Pessoa recebia o parente e não só o acolhia, mas por ocasião do regresso deste, enchia-lhe o saco de valiosos presentes. Antônio da Costa Sampaio faleceu a 6 de janeiro de 1901.

“Seu Sampaio”, tal como era conhecido na Angica e a quem conhecemos já no ocaso de sua existência, era um homenzarrão pouco instruído. Usava, como passatempo, fazer pequenos trabalhos de carpintaria. Nunca possuiu um só par de sapatos, não porque talvez suas condições não lhe permitissem financeiramente, ou porque o primo rico não o ajudasse, mas porque os pés haviam sido estruturados em proporções que os impediam de adaptar-se a semelhante adorno. Usava chinelas e especialmente quando tomava o trem com destino a Sobral ou quando havia festa de casamento na família.

2.20 TIAGO RIBAS

Tiago Ribas era filho de Felipe Ribas, herói que participou da Guerra do Paraguai, e de D. Mariana Ribas, falecida a 13 de abril de 1911 com 69 anos de idade. Fez os primeiros estudos em Granja, com o professor Francisco Garcez dos Santos e com Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos. Cedo, tendo-se decidido pelas armas, matriculou-se, em 1890, na Escola Militar do Ceará, onde se destacou passando depois para o Rio de Janeiro onde também brilhou com sucesso. Faleceu a 18 de julho de 1895, no posto de

2º Tenente, no Pará, na Colônia Pedro II. Fora para o norte como participante de uma expedição militar.

Como jornalista, Tiago Ribas deixou traços inapagáveis de sua vocação, tendo sido redator de "A Época" e do "O Soldado". Publicou, em folhetos, artigos de polêmica travada no "Pátria" e na "Tribuna Comercial", jornais de Fortaleza, ao lado de Ventura Boscol. Os assuntos polemizados giravam em torno de matérias filológicas.

O folheto por ele escrito contém 133 páginas e foi impresso em "Chez Guerin et Derene, 26 rue des Petits Carreaux, Paris, 1981, sob o título "Quaresma Dourado e Miranda Henriques, governadores da então Capitania em meados do século XVIII. Sobre esse trabalho escreveu o Barão de Studart, em "Notas para a História Cearense".

2.21 MINISTRO CARVALHO JÚNIOR

Carvalho Júnior nasceu em Granja no dia 22 de março de 1895, sendo seus progenitores João José de Carvalho e D. Júlia Coelho de Carvalho. D. Júlia era filha de Vicente Coelho natural de Sobral. Carvalho Júnior cursou as primeiras letras em Granja, com o professor José Afonso Ferreira Moreno, mestre que prestou serviços a duas gerações de escolares, como um verdadeiro apóstolo desse sagrado ministério.

Cidadão de poucos recursos, teve que emigrar para o Amazonas onde, mercê de um modesto emprego de guarda-livros de uma empresa, conseguiu manter o filho estudando em Fortaleza. Foi então, graças a esse esforço do pai, que Carvalho Júnior, jovem inteligente, estruturou-se intelectualmente para enfrentar as lides que o futuro lhe reservava. Formou-se em 1917, como advogado, sendo em seguida nomeado Promotor de Justiça de Tauá. Depois, foi Juiz de Coreaú, em 1919. Com a extinção do termo em 1920, que foi anexado a Comarca de Granja, ficou em disponibilidade. Passou então, a residir na cidade de Massapê, vivendo de advocacia. Em 1922, transferiu-se para Fortaleza, sendo nomeado Delega-

do de Polícia da Capital, no Governo Justiliano de Serpa. Ocupou o juizado de Direito de Assaré e posteriormente o de Milagres, passando ainda para o de Lavras da Mangabeira. No Governo de Matos Peixoto, ocupou a pasta da Justiça, cargo para o qual foi nomeado em data de 12 de julho de 1928. Com a vitória do movimento revolucionário de 1930, embarcou para o Rio de Janeiro, com o Presidente deposto. Na Capital Federal, exerceu o magistério, proficientemente, no Colégio Pedro II, nos cursos de português, latim, francês, sendo ainda docente de Direito Romano na Faculdade de Direito. Criada a Justiça do Trabalho, ocupou a presidência da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento. Foi juiz do tribunal Regional, em cuja presidência brilhou com doura sabedoria, conseguindo eleger-se para a mais alta corte da Justiça do Trabalho, onde se houve com inquebrantável senso de probidade.

Em dezembro de 1955, aposentou-se, forçado por problemas de saúde, mas com todas as vantagens do mais alto posto exercido. Na ocasião, disse o Ministro Astolfo Serra: "O Ministro Carvalho Júnior é um magistrado que dignifica qualquer Tribunal, pela sua cultura, pela probidade intelectual e funcional."

O Juiz César Pires de Carvalho escreveu a seu respeito: "Carvalho Júnior, na Corte Trabalhista, encontra plena justificação porque recolhe o testemunho unânime dos que militam na Justiça do Trabalho e, por outro lado, porque representa a confirmação do elevado padrão jurídico dos nossos magistrados, de que é eminente Ministro e um dos mais expressivos expoentes."

Carvalho Júnior era casado com D. Maria Júlia Alexandrino de Carvalho Júnior de cujo consórcio nasceram quatro filhos.

2.22 "FLORESTA" DE CARVALHO

João de Carvalho Mota era natural de S. Miguel de Caravele, do Bispado de Braga em Portugal. Moço ainda, pisou o solo da nascente civilização brasileira, em terras da também nascente Povoação de Santa Cruz do Coreau, antiga Macaboqueira e posterior-

mente vila de Granja. De início, ele exerceu o comércio de troca de mercadorias com indígenas. Certamente, fornecia espelhos e recebia produtos regionais. Melhorou de situação com expressiva rapidez, o que lhe deu condições de esposar a jovem Maria Pereira de Abreu, filha de Joaquim Abreu Valadares.

Desse consórcio nasceu Francisco Carvalho Mota, homem de muitas comendas, como veremos a seguir: Coronel-Superior da Guarda Nacional, Cavalheiro da Ordem de Cristo, Coronel de Milícias e outras mais, que seria enfadonho referi-las. Deste ilustre cabido de honraria provêm os seguintes filhos:

- 3.1. Cel. José Romão da Mota – importante chefe político do termo.
- 3.2. João Porfírio da Mota – comerciante e deputado provincial.
- 3.3. Antônio Zeferino da Mota – político e comerciante.
- 3.4. Ricardo Mota – criador e agricultor.
- 3.5. Ana – casada com Tomaz Ferreira Porto.
- 3.6. Cândida – casada com José Teófilo Almeida Fortuna.

JOSÉ INÁCIO DE CARVALHO

Este Carvalho era português, tendo vindo para o Brasil na companhia de Tomaz Pessoa de Andrade. Em Granja, casou-se com D. Eugênia de Brito Passos, filha de Agostinho Brito Passos. É bisavô do Desembargador Félix Cândido de Sousa Carvalho.

PEDRO JOSÉ DE CARVALHO

Outro português, nascido em Vila Nova da Guia de Portugal e plantado no ubérrimo o solo das margens do Coreau. Casou-se com D. Quitéria de Carvalho, tendo nascido desse consórcio Domingos José de Carvalho, que foi casado com D. Zulmira Carvalho, filha de Eduardo de Brito Fontenele. Desse ramo descendem o Capitão José Pedro de Carvalho e o conhecido gráfico-intelectual Eduardo Carvalho.

JOÃO BATISTA DE CARVALHO

Veio do sertão de Coreau (Palma), antes da metade do século passado. Casou-se, em primeiras núpcias, com D. Zeferina Mota, filha do Cel. Antônio Zeferino da Mota, de onde nasceu Antônio Frederico de Carvalho Mota, que foi presidente do Estado em 1912. Do segundo matrimônio nasceram:

- 2.1. Joaquim Artur de Carvalho – farmacêutico formado na Bahia.
- 2.2. José Joaquim de Carvalho.
- 2.3. João Montezuma de Carvalho – foi Deputado Estadual.
- 2.4. Maria de Carvalho Paiva – casada com o Desembargador Olímpio Paiva.
- 2.5. Inocência de Carvalho – casada com o Desembargador Álvares Gurgel de Alencar.

ODORICO JOSÉ DE CARVALHO

Odorico foi político em Granja onde exerceu relevante funções públicas, na segunda metade do Século XIX.

ZEFERINO CELSO DE CARVALHO MOTA (FINOCO)

Funcionário da Estrada de Ferro Granja-Sobral. Em Granja exerceu grande parte de suas atividades.

RAIMUNDO HERÁCLITO DE CARVALHO

Raimundo Heráclito de Carvalho é filho do Cel. João Batista de Carvalho, engenheiro de minas. Enfrentou uma arrojada empresa, lutando desesperadamente, arrostando áreas de incompreensão para conseguir a exploração da célebre nima de ouro, no Riacho Juré, no

município de Ipu, de onde lhe sobreveio um turbilhão de dissabores. Atacado de profunda neurastenia, perdeu tudo, fortuna e projeto de exploração, recolheu-se a tratamento em Fortaleza, onde veio a falecer. Posteriormente, o Diretor da Escola de Ouro Preto declarou que Dr. Heráclito de Carvalho era um talento notável.

Da descendência de Inácio Joaquim de Carvalho muitas famílias habitaram a cidade de Granja, dentre elas, consta a de João José de Carvalho. João José era casado com Júlia Coelho de Carvalho, de cujo consórcio nasceu o bacharel Joaquim Máximo de Carvalho Júnior, homem de inteligência privilegiada, formado pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1917, foi em seguida nomeado promotor de Tauá, de onde foi transferido como juiz municipal para a Vila do Palma. Uma vez suprimindo esse município, ficou em disponibilidade até ser aproveitado no governo Justiniano Serpa, como Juiz de Direito de Assaré. Na administração José Carlos de Matos Peixoto de quem era íntimo, foi nomeado secretário do interior e justiça. Caindo esse governo, em 1930, Joaquim Máximo transferiu para o Rio de Janeiro, onde faleceu (1955).

Outro Joaquim Máximo de Carvalho, primo do precedente, residiu em Granja, sempre lidando com letras, foi assíduo colaborador da imprensa local. Este, era neto do antigo sacristão-granjense Salviano José de Farias, exercente desta profissão durante muitos anos.

O FIM DA "FLORESTA" (DE CARVALHO)

JOSÉ MILITÃO DE CARVALHO MENESCAL

Este veio do alto do Coreaú, ainda moço, quando começou a lidar no meio comercial, em Granja. Progrediu e tempos depois transferiu para Camocim, onde o negócios eram mais vantajosos. Progrediu ainda mais abrindo filial em Belém do Pará. De José Militão, escreveu Ubatuba de Miranda, seu afilhado, um artigo no qual dedicou uma página de elogios.

2.23 OS VERAS DE CAMOCIM

O primeiro Veras, residente em Camocim, surgiu com Zeferino Ferreira Veras. Nasceu na fazenda Sobradinho, antigamente subordinada ao município de Granja, e hoje pertencente a Camocim. Zeferino era filho de José Benedito de Carvalho e de D. Maria Serafina de Pinho Pessoa, que por sua vez era filha de Marçal Borges de Pinho e de D. Maria Tereza Pessoa, filha do Capitão-Mor Tomaz Antônio Pessoa de Andrade, irmão de Pessoa Anta. Zeferino foi educado por sua avó paterna, D. Maria Ferreira Veras.

Aos 16 anos de idade, Zeferino mudou-se para Viçosa, onde já era estabelecido o cunhado, João de Pinho Pessoa. Tornou-se sócio deste. Desfeita a sociedade, estabeleceu-se por conta própria. Em seguida, passou a exercer o cargo de Coletor Estadual. Em 1870, deixou a coletoria para assumir um tabelionato na mesma vila. Em seguida mudou-se para Camocim, onde ingressou na política, sendo eleito vereador, mas pela câmara de Granja. Era filiado à corrente liberalista de Pessoa Anta, mantendo assim, uma longa tradição de família. Em política permaneceu até o ano de 1900, quando cindiu-se a facção por ele dirigida. A partir de então, dedicou-se inteiramente às atividades agrícolas. Faleceu a 14 de dezembro de 1909.

Zeferino era casado com D. Francisca Fortuna Pessoa, filha do Cel. Tomaz Antônio Pessoa de Andrade (filho do precedente). Presumivelmente, D. Maria Ferreira Veras, indicada como sendo avó de Zeferino Ferreira Veras, que lhe deu educação e o nome por inteiro, era filha de Vitorino Ferreira Veras, irmão da mulher de Pessoa Anta, pois a coincidência de nomes o atesta.

Zeferino deixou, em Camocim, diversas propriedades agrícolas, fazendas e prédios para melhor estruturação da prole, em termos econômicos. Chefiando a família, ficou o primogênito Tomaz Zeferino Veras. Tornou-se líder político do município, legando aos filhos não só o título de crédito e honradez como uma tradição de segurança dentro das hostes conservadoras. Seus dois filhos mais velhos mantinham com muito apurmo a política legada

pelo pai. Contudo, faleceram muitos jovens. Eram João Veras e José Carlos Veras, findando-se com eles, também, as atividades da tradicional firma "Veras & Cia.", empresa de largo crédito na zona norte do Estado.

2.24 PROFESSOR JOSÉ ELEUTÉRIO DA SILVA

Segundo o Barão de Studart, o Professor José Eleutério era natural do Rio Grande do Norte. Paulino Nogueira afirma que ele era da Paraíba e que se transportara para Granja para escapar a um processo em que fora envolvido. Diziam ser ele briguento, esquisito e metido a valente. Nomeado professor primeiras letras em Sobral e, mais tarde, por Provisão datada de 21 de fevereiro de 1848, foi removido para a Vila de Granja.

O professor Eleutério foi deputado provincial, no biênio 1858/59, onde seus pares o gozavam em picuinhas de insólita camaradagem. Dizem que certa vez estando ele a falar sobre a restauração de determinado Termo Judiciário, um seu colega aparteou-lhe com irreverência.

- "Vossa Excelência não entende do assunto. É um idiota!..."

Enraivecido, retrucou o deputado-professor:

- "Teria prazer em responder se V. Excelência não fosse uma besta quadrada"...

Não resta dúvida de que o Presidente de Mesa, por uma questão de decoro da ética parlamentar, mandou retirar a expressão do iracundo parlamentar.

Era hábito de Eleutério só iniciar suas cartas escrevendo antes as palavras: "Viva Deus e Viva a Pátria". Sublinhava-as, para dar maior ênfase. Quando cumprimentou o Conde d'Eu, em sua passagem pela Granja, tratou-o por "Brigadeiro".

Comenta-se que, certa vez, estando ele a namorar uma filha do Capitão Antônio Zeferino da Mota e não sendo bem acolhido pela família da moça, resolveu pedir a jovem não que se casasse com ele, mas que fugisse, marcando, inclusive, noite e lugar para o

encontro. A irmã da pretendida jovem, sendo mais nova e mais astuciosa, descobriu a trama urdida e tratou de fazer para si, o prato matrimonial. Chegou primeiro ao local indicado. Eleutério não falhou ao compromisso, porém, estando receoso do pai e dos irmãos da jovem fujona, não reparou no detalhe, julgando tratar-se daquela com quem pretendia casar-se. Depois, desfeito o engano, também não hesitou em aceitar a troca. Era apenas um pouco mais feia, o que pelos tempos adiante resultou numa menor dedicação de simpatia. Casou-se com ela viveu até à data do seu falecimento, fato ocorrido a 10 de maio de 1883, quando atingiu os 70 anos de idade.

Do casal, ficou apenas um filho: Feliciano Eleutério do Horizonte Brasileiro, que mais tarde foi escrivão em Granja.

2.25 OS FORTUNAS

José de Almeida Fortuna era natural de Quixeramobim. Mudou-se para Granja em 1816, havendo como motivo dessa mudança rumores sobre forte tensão política, sofrida em sua terra de origem. Em Granja, Fortuna fez fortuna, tanto no comércio como na pecuária. Sua mulher chamava-se Ana Maria da Paz e tinham dois filhos: Manuel Gregório de Almeida Fortuna, nascido em Quixeramobim, em 1805, e José Tibúrcio de Almeida Fortuna.

Manuel Gregório casou-se com D. Maria Senhorinha Pessoa Fortuna no ano de 1831. Era filha de Inácio José Rodrigues Pessoa que, por sua vez, era genro do Capitão-Mor Tomaz Antônio Pessoa de Andrade. Do casal nasceram os seguintes filhos:

2.1. Teófilo Fenelon de Almeida Fortuna – nascido a 20 de maio de 1831, formou-se pela Academia de Direito de Olinda, em novembro de 1856. Foi Promotor de Ipu e Juiz Municipal de Parnaíba, no Piauí. Faleceu no Maranhão em 1859.

2.2. Ladislau Acrísio de Almeida Fortuna – nascido em Sobral, aos 8 de dezembro de 1834, formado pela Academia de Direito de Olinda, em 1858. Exerceu advocacia no Rio de Janeiro onde se casou, deixando vários filhos.

2.3. Arcádio Lindolfo de Almeida Fortuna – foi deputado provincial em duas legislaturas e Oficial Maior da Secretaria da Fazenda. Diz Hugo Vitor que o seu comportamento pessoal era tão rígido que lhe fez granjear o apelido de "Arcaísmo". Era extremamente apegado à letra do regulamento. Sendo homem profundamente religioso, foi membro de várias associações católicas e tesoureiro da Santa Casa. Hugo Vitor acrescenta: "Tinha longas barbas, o andar era seguro, e usava indumentária severa."

2.4. Aníbal Possidônio de Almeida Fortuna – nasceu em 1837. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi honrado negociante. Faleceu em 1886.

2.5. Inácio de Almeida Fortuna – nascido a 30 de novembro de 1841. Advogado provisionado e deputado provincial em 1868 e 1886. Com falecimento de Manuel Gregório de Almeida Fortuna, em 1876, o Cartório foi-lhe entregue, nele permanecendo até 1891, quando surgiu a República. O Cel. Inácio Fortuna era primo e amigo do Conselheiro Rodrigues Júnior, mártir de toda sorte de perseguição, quando da instituição da nova ordem estabelecida no País, inclusive sofrendo violenta coação policial, que culminou com a sua prisão em Fortaleza. Tendo o Cel. Inácio Fortuna apelado para a justiça, por ocasião de ser esbulhado do Cartório, obteve ganho de causa, vitória que se registrou em 1918. Nessa oportunidade, o Estado mandou pagar-lhe elevada indenização, o que foi feito em apólices do Tesouro.

Sua mulher D. Maria Garcez Fortuna, irmã do professor Francisco José Garcez dos Santos, que lecionou proficuamente durante duas gerações, em Granja, foi uma dama de inextinguíveis méritos. Do casal houve quatro filhos, resultando dessa nobre prole a tradição familiar que ilustra o acervo moral da velha Granja.

2.26 ANTÔNIO AUGUSTO DE VASCONCELOS

Antônio Augusto de Vasconcelos nasceu em Maranguape, a 23 de dezembro de 1852. Foi um dos mais ilustres professores do Ceará.

Nomeado Promotor, sua escolha sobre o lugar onde deveria exercer o cargo recaiu em Granja, sendo, então, empossado em 1880.

Em Granja, o ilustre homem de letras passou a exercer, entre outras atividades, o jornalismo. Fundou o primeiro jornal impresso na região. A pequena tipografia viera de Belém, graças ao concurso do comerciante José Firmo Frota. O tipógrafo que compunha o jornal de Antônio Augusto chamava-se Floriano Serra, que em 1898 foi tipógrafo de um pequeno órgão de publicidade pertencente à família Veras, em Parnaíba. Desviando um pouco a narrativa, informamos que foi neste publicitário dirigido por Floriano Serra, que Humberto de Campos teve os seus primeiros dias de adolescente-aprendiz gráfico, como ele mesmo conta: “fui entregue a um senhor de nome Floriano Serra, que era o único vivente que trabalhava no jornal (em Parnaíba), exercendo as funções de chefe, compositor, paginador, impressor e empacotador de folha. Operário contratado no Ceará, moço bem educado, esse Floriano recebeu-me como o carrasco de bom coração a quem entregam uma criatura para guilhotinar. Apiedou-se de mim, lamentando que pertencendo a uma família de condição, em que eram tão numerosos os homens ricos eu escolhesse a menos remuneradora das profissões.” E acrescenta Humberto de Campos (*Memórias de Humberto de Campos*, pág. 386): “Foi aí na tipografia que comecei a corrigir-me.” “Tendo de passar o dia encerrado entre quatro paredes tristes, em companhia de um homem simples, bom e trabalhador como era esse obscuro Floriano, fui-me acostumando à vida humilde, compreendendo a minha condição de órgão sem arrimo.”

Vivendo ao tema de nosso objetivo, vamos encontrar, em Granja, o multioperário de Humberto de Campos sendo elogiado pela tradição local, por ser ele um hábil manejador de tipos, especialidade assinada na tipografia do Dr. Antônio Augusto.

Durante a permanência do ilustre maranguapense, na velha Macaboqueira, nasceram dois filhos:

2.1. Carlos Vasconcelos – engenheiro, falecido tragicamente no Rio de Janeiro, no ano de 1923.

2.2. Júlia Vasconcelos – uma figura de relevo no meio sócio-feminino e cultural do Ceará, tendo, inclusive, ilustrado por vários anos a Banca do Instituto do Ceará.

Trinta anos depois, eis que uma dívida de gratidão é recompensada por um filho do Dr. Antônio Augusto, o Dr. Abner Vasconcelos, como Juiz da Comarca, incluindo nesta o Termo da Palma, exerceu com brilhantismo a cátedra da justiça, restabelecendo a moral decaída, graças ao seu posicionamento reto. Este ilustre magistrado, depois voltando para a capital e em seguida para Baturité, neste último sofreu amarga pressão política. Ali ele assombrou os homens de dinheiro, acostumados a removerem calhaus com o auxílio de moedas ofuscantes. Um figurão da terra foi ao banco dos réus na véspera de prescrever o processo, somente porque o íntegro juiz não quis adiar por mais um dia, que seria o único impecilho para que o processo atingisse a prescrição desejada. Valeu-lhe o zelo, ser transferido para a capital e nomeado para o Colendo Tribunal de Justiça do Estado. Nesta investidura brilhou, ao lado de seus eminentes colegas. Desse ponto foi transferido para o Supremo Tribunal de Recursos, onde serviu com honradez até à data de sua aposentadoria.

Dr. Abner nasceu na vila de Pereiro, neste Estado, no ano de 1885 e faleceu no Rio de Janeiro em 1973, aos 88 anos de idade.

2.27 INÁCIO JOSÉ RODRIGUES PESSOA

Inácio José Rodrigues era português. Veio para a colônia procurando localizar o seu parente, já domiciliado na povoação do Coreaú, Ribeira, habitada por inúmeros “patriotas” que aí dedicavam ao comércio e à pecuária.

Inácio Rodrigues era casado com Francisca Maria de Jesus, filha do Capitão Tomaz Antônio Pessoa de Andrade, nascida em 1785. Exerceu a profissão de farmacêutico, funcionando também como advogado, no rumoroso processo dos “Inácios”, na vila de Viçosa, em que constou do seguinte elenco:

Inácio João de Barcelos Filho foi assassinado por um escravo de nome Inácio. O pai de Inácio Filho, como é obvio, chamava-se Inácio. Inácio era o advogado, completando o "quinteto" com o juiz, que não sendo propriamente Inácio, chamava-se José Inácio.

Inácio José Rodrigues Pessoa era pai de Maria Senhorinha Pessoa Fortuna, casada com o Capitão Manuel Gregório de Almeida Fortuna, que por sua vez era pai de outro Inácio, o coronel Inácio de Almeida Fortuna, nascida aos 30 de novembro de 1841 e falecido a 20 de fevereiro de 1938, contando 97 anos e 3 meses de idade. Este era considerado como a "crônica viva" de Granja, sua prodigiosa memória. Mesmo em avançada idade, narrava fatos de há muito soterrados na poeira do tempo. Era também conservador por excelência, do ponto de vista habitacional. Mudou-se da casa onde nasceu e viveu somente uma vez, sendo esta em definitivo para o cemitério.

Inácio José Rodrigues Pessoa faleceu na cidade de Parnaíba, quando lá se encontrava no exercício de sua profissão de advogado.

2.28 RAIMUNDO BELFORT TEIXEIRA

Raimundo Belfort Teixeira nasceu em Granja, no ano de 1868. Fez as primeiras letras na escola do professor Francisco Garcez dos Santos. Estudou latim, português e francês com o professor Vicente Ferreira de Arruda, afamado mestre sobralense. Em 1885, já em Fortaleza, continuou os seus estudos, na face preparatório ao curso superior, com o Barão de Studart e com os professores Joaquim Catunda e padres Bruno e Nenen, concluindo humanidades em 1889. Desse estágio ingressou na Faculdade de Direito do Ceará, tendo concluído mais essa etapa, formando-se em ciências jurídicas.

No campo das atividades jornalística, Belfort também cuidou de exercitar o espírito. Quando ainda em Sobral, como estudante, associou-se com João Tomé, notável engenheiro, e fundou o "Rouxinol", periódico crítico e literário de efêmera existência. Posteriormente fundou o "Betel", de parceria com Álvares Otonni do Amaral.

Em 1887 criou, com Lívio Barreto, o "Iracema", jornalzinho crítico literário, que teve circulação em Granja. Em 1888, em fortaleza e juntamente com Américo Barreira, Antônio Lafaiete, Ulisses Bezerra e outros, dirigiu o "Meirinho" jornal que teve longa e tumultuada existência.

Em 1892 e 1893, exerceu a promotoria de Icó e Itapipoca. Durante a administração Bezerril Fontenele, foi Secretário do Governo (particular) e Diretor da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado. Foi um dos redatores de a "República", jornal do Governo, onde permaneceu até 1897.

Em 1897 foi Secretário da Estrada de Ferro de Sobral, lugar que deteve em suas mãos até julho do mesmo ano, quando, por contingências adversas, foi obrigado a retirar-se para o Amazonas, passando a exercer a profissão de advogado.

No município amazonense de S. Felipe, ocupou cargos eletivos, havendo por duas vezes assumido a administração municipal dessa comuna. Depois, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Pará.

Belfort era casado com D. Maria Júlia Sabóia, neta do Major Domingos Carlos de Sabóia que foi Tesoureiro da Estrada de Ferro de Sobral. Seu casamento ocorreu no ano de 1895, advindo do enlace 6 filhos dos quais o mais velho estudou engenharia na Inglaterra.

2.29 OS "OLIVEIRAS"

O primeiro Oliveira que povoou Granja veio da Ribeira do Timonha, precisamente do lugar chamado Estreito. De acordo com a relação existente nos autos de inventário, feito em Granja, em 1845, constam os seguintes herdeiros do espólio desse primeiro Oliveira, cujo nome era Joaquim Pereira de Oliveira.

- 2.1. Joaquim Pereira de Oliveira Júnior.
- 2.2. Manuel Pereira de Oliveira.
- 2.3. Maria Joaquina de Jesus, casada com João da Costa Barros.
- 2.4. Francisca de Oliveira, casada com João Rodrigues Vieira.

- 2.5. Miguel Pereira de Oliveira.
- 2.6. Cosma de Oliveira.
- 2.7. Mariana de Oliveira.
- 2.8. Maria de Oliveira, casada com Luís Manuel Marques.

NOTA

Joaquim Pereira de Oliveira Junior (2.1) era casado com Felicidade Perpétua de Melo, bisneta de Pedro da Rocha Franco, falecido em 1754 que foi considerado o homem mais rico da Ribeira de Coreá, cujo o inventário atingiu a invejável soma de doze contos e seiscentos mil réis. Um neto de Joaquim Pereira de Oliveira, nascido em 1842, veio da Timonha para a Vila de Granja. Modestamente cuidou de fazer a vida, usando da timidez do matuto e do caráter de homem bem nascido. Comumente era conhecido por Joaquim da Cunha. Em Granja, teve de cuidar também da educação dos filhos, no que logrou pleno êxito. Era casado com D. Inácia Eulália dos Santos, falecida em Granja, deixando dois filhos:

- 3.1. Raimundo de Oliveira.
- 3.2. Joaquim Pereira de Oliveira Junior.

O Coronel Raimundo Joaquim de Oliveira fundou, 1893, a firma Joaquim Pereira de Oliveira & Filhos, que foi a maior da praça, quer no ramo de tecidos ou na exportação de gêneros, principalmente de cera de carnaúba e couros, atualmente dirigida por seus netos.

De seu segundo enlace com D. Maria Firmina da Conceição nasceram:

3.3. Coronel José Antônio de Oliveira – casado com D. Maria Tereza Carneiro de Oliveira, falecida a 12 de agosto de 1970, cuja fortuna, juntamente com a do marido, foi testamentada para auxílio dos pobres;

3.4. Raimundo Hortêncio de Oliveira;

3.5. Antonio Pereira de Oliveira – um dos esteios da opulenta firma;

3.6. D. Francisca Oliveira Fortuna – casada com Francisco Fortuna;

3.7. Manuel Vitorino de Oliveira – Ordenou-se padre, morreu como Monsenhor, tendo exercido o vicariato em Granja.

A Segunda família OLIVEIRA, sediada na Freguesia de Granja, proveito do Alto da Ribeira, descendente de Inácio de Oliveira Cesar. Tendo fixado residência na sede da vila, Antonio de Oliveira Cesar chegou mais ou menos na metade do século passado. Era casado com D. Henriqueta Dias de Oliveira Cesar, filha de Antonio Dias Martins, português que se tornou o patriarca da família Dias, de Granja. Antonio de Oliveira Cesar deixou os seguintes filhos:

2.1. Aprígio de Oliveira Cesar – Muito moço, viajou para o Amazonas, tornando-se proprietário de vastos seringais naquela Província;

2.2. Leopoldo de Oliveira Cesar – nascido em 1873, também negociante nas margens do rio Purus. Era sogro de Antonio Batista Fontenele;

2.3. Martiniano de Oliveira Cesar – casado com D. Maria Nogueira Cesar;

2.4. Porfírio de Oliveira Cesar – casado na família Felix da Cunha;

2.5. Rita Cesar Tavares – casada com Francisco Tavares, da Palma;

2.6. Amália Cesar – casada com Alfredo Fonseca.

A terceira família OLIVEIRA, sediada na Granja, descende de um lugar denominado “MISSÃO”. Não temos conhecimento de pormenores familiares, mas sabemos que os primeiros teriam acostado na Vila por volta do final do século XVIII, ocupando os vários setores da atividade existentes nas diversas épocas em que chegavam. Podemos citar como principal comerciante no ramo de fazendas e miudezas e na venda dos principais produtos de exportação, FRANCISCO MARQUES DE OLIVEIRA, filho de Antonio Marques de Lima. Pelo interior do Município ainda habitam diversas e numerosas famílias da mesma procedência.

A quarta família OLIVEIRA pertencia ao coronel LUIZ FELIPE DE OLIVEIRA, nascido em Sobral e que ainda menino foi para

Granja, obtendo colocação na casa comercial Carvalho Mota & Irmão. Aproveitou a mocidade estudando, tendo se tornado um espírito brilhante. Em 1889, quando transitou por Granja o Conde d'Eu, foi Luiz Felipe quem redigiu a Ata, na qual a Câmara prestou sua homenagem ao representante da Coroa. Era o pai do ex-senador Olavo Oliveira.

Não havia o mínimo parentesco entre as quatro famílias OLIVEIRA que moravam em Granja.

2.30 PADRE JOÃO BARBOSA CORDEIRO

João Barbosa Cordeiro era filho do Tenente-Coronel Simão Barbosa Cordeiro e de D. Mariana Francisca de Paula Saraiva Bittencourt Cordeiro. Nasceu em Canindé. Depois, tendo seguido a carreira religiosa, ordenou-se vigário pelo Seminário de Olinda, retornando ao Ceará, como cura da Paróquia de Amontada. Quando irrompeu a Revolução de 1824, prontamente ele se atrelou aos ideais republicanos, aparecendo com grande entusiasmo. Veio o fracasso, acompanhado de perseguição pelas tropas imperiais. Compelido pelas circunstâncias, deixou a batina e botou-se sertão adentro, em busca da região dos Inhamuns, vestido como um simples vaqueiro.

Junto a um importante coronel pertencente à família Feitosa, o ex-padre encontrou trabalho. Devia ser um vaqueiro desajeitado. Mesmo assim, ficou engajado até o dia em que o velho cupido soprou-lhe nos ouvidos. Foi quando uma filha do patrão ferrou-lhe o coração com as flechas do amor. Mas, para que ninguém tomasse conhecimento, o namoro continuou, inicialmente, às escondidas. Passaram-se alguns meses. O medo então, foi-se dissipando e, logo mais, era a mãe da jovem que tomava conhecimento da novidade. Ficou meio atônita, entre esconder o namoro da filha com um vaqueiro da fazenda ou enfrentar o temperamento do marido. Temente de ser mais tarde censurada por não revelar o segredo, contou tudo ao marido. Imediatamente, o coronel mandou chamar o vigário, ordenando a celebração do casamento.

Por ocasião da confissão do vaqueiro-noivo, surgiu um problema com o qual o padre-confessor não contava: a revelação da identidade do nubente, o que levou o vigário a contar ao coronel a qualidade de sacerdote de João Barbosa Cordeiro. "Casa-se assim mesmo", gritou o velho Feitosa. Todavia, surgiram as naturais confissões familiares, rápidas e um tanto já meio esquentadas. O padre-confessor ainda apresentou em favor de seu colega uma saída que julgava valiosa, alegando, com o risco de ferir o sigilo da confissão, que o noivo era padre. "Não tem nada não", respondeu o coronel: "o casamento será feito assim mesmo, do contrário o senhor será enterado com os dois malandros"... O medo da morte fez quebrarem-se os preceitos religiosos e o casamento foi realizado.

Meses após o casamento, João Barbosa Cordeiro recebeu a notícia da anistia concedida aos revolucionários. Ficou contente, mas ao invés de continuar vaquejando na fazenda da qual já participava, resolveu retomar a batina e voltar ao rebanho de Deus. Conseguiu uma freguesia, indo esbarrar em Granja.

Segundo informações prestadas pelo Cel. Inácio Fortuna, velho chefe político de Granja que disse ser menino ainda quando chegou para reger a paróquia de Granja um padre casado, trazendo sua mulher e diversos filhos, em 1848. Era João Barbosa. Descendente de uma importante família que militava no Partido Liberal, o padre Barbosa elegeu-se Deputado Provincial nos biênios 1843/44 e 1844/45, exercendo o mandato com muita eficiência, coragem e destemor.

Na sua nova freguesia, nasceram dois filhos:

- Aristides Barbosa Cordeiro – advogado, formado pela Faculdade de Direito de Recife;
- João Barbosa Cordeiro Filho – capitão do Exército. Faleceu ainda moço.

Na "História Eclesiástica" de Monsenhor Vicente Martins, consta uma referência a esses dois ilustres granjenses, porém com a omissão do fato de serem eles filhos de padre. Talvez Monsenhor Vicente pretendido ocultar não a paternidade dos dois, porém a sua condição de padre-casado. Na época, não havia constrangimento entre as

famílias com foros de fidalguia, das cidades do interior, quanto à posição amorosa do "seu" vigário. Na cidade de Viçosa, serviram durante a vida sacerdotal: o padre José Sancho Lelou, que vivia com sua cunhada, deixando dois filhos; padre Felipe Mariz, que viveu anos com Silvéria de Queiroz, de quem teve diversos filhos e, mais recentemente, o padre José Bevilaqua, pai de Clóvis Beviláqua, deixou família composta de 6 filhos. Na cidade de Granja temos a crônica do padre David Machado Portela, que deixou vários filhos, protegidos corajosamente por um testamento público.

Segundo publicações feitas pelo eminente historiador Dr. Guilherme Stúdart, em seu "Dicionário Bio-Bibliografia", Vol. 1º a família Cordeiro é nobilíssima. Procede de Frutuoso Barbosa Cordeiro, fidalgo da Casa Real e filho de Antonio Barbosa Cordeiro, que veio de Portugal para a Paraíba, no ano de 1579. Desse tronco nasceu Simão Barbosa Cordeiro 1º, que residiu em Pernambuco em 1601. Da Paraíba, segundo os seus apontamentos, descende de outro Simão Barbosa Cordeiro 2º que contraiu matrimônio com D. Izabel Cunha Pereira. Deste, vem Simão Barbosa Cordeiro 3º fidalgo da Corte e Cavalheiro da Ordem de São Tiago e que era pai de Pedro Barbosa Cordeiro e de Frutuoso Barbosa Cordeiro, bem como de Manuel Barbosa Cordeiro e de Simão Barbosa Cordeiro 4º, havendo ainda uma filha de nome Ana Barbosa Cordeiro. Ana casou-se com Francisco Tinoco, que se mudando para a Serra de Baturité chegou a ser Diretor da vila. De Ana nasceu o 5º Simão Barbosa Cordeiro, Tenente-Coronel, casado com D. Francisca Barbosa Bittencourt, de quem nasceu o padre João Barbosa Cordeiro, cujo evento se deu no 1º de abril de 1787. De Ana Mendes da Cruz Guimarães, em 1825. Sua filha Ana Barbosa Cordeiro casou-se em novembro de 1852 com o Senador Vicente Alves de Paula Pessoa, tendo desse consórcio nascido os seguintes filhos:

- 3.1. Francisco Barbosa de Paula Pessoa – conhecido por Chico Preto;
- 3.2. Ana Barbosa – casada com o Dr. Plácido de Pinho Pessoa;
- 3.3. Simão Barbosa de Paula Pessoa (8º Simão da família);
- 3.4. Vicente Alves Filho;

3.5. Tomaz Barbosa de Paula Pessoa;

3.6. Maria Barbosa – casada com o Dr. Plácido de Pinho Pessoa (2º matrimônio).

O 9º Simão nasceu do Cel. João Barbosa de Paula Pessoa.

Em 1850, o padre João Barbosa Cordeiro fez uma viagem, á Corte, levando consigo a família. De passagem por Maceió, recebeu como companheiro de navio um seu colega vigário de nome Antonio Tomaz Teixeira Galvão. Houve, então, uma permuta de Paróquia e essa permuta levou o padre Galvão a exercer o vicariato em Granja durante o longo espaço de 50 anos.

CAPÍTULO III
Jean Pierre Fontaneilles

SEGUNDO VERSÃO corrente a aceita em Portugal, nos contrafortes da Serra da Ibiapina, no Ceará, armazenavam-se importantes jazidas de prata e ouro. O local desses minérios seria precisamente o Araticum, distrito da hoje cidade de Ubajara. Essa versão coincidiu com a época em que os fidalgos da Corte exigiam mais ouro das minas da colônia brasileira, cujo abastecimento regular era feito pelas Minas Gerais, mas que neste campo já bastava a produção para satisfazer o reino. Então foram aceitas propostas para exploração em outros setores, sendo que para esse fim apareceu o minerador Antônio Gonçalves.

Esse visionário adquiriu uma sesmária no sobredito lugar Araticum, sesmária que antes pertencera a Manuel Francisco dos Santos, por este havida em 8 de janeiro de 1730 e por este cedida ao adquirente em epígrafe, a 17 de junho de 1738. Os privilégios requeridos por Antônio Gonçalves foram examinados e concedidos por Carta Régia, tendo em vista a opinião firmada pelo Conselho Ultramarino. E uma vez sendo Gonçalves nomeado Superintendente da Mineração, cuidou dos preparativos inerentes à empresa.

O Reino então despachou, a 15 de outubro de 1742, através de Carta Régia uma Comissão de Engenheiros de Minas, destinado ao Ceará para examinar o lendário potencial aurífero do Araticum. Compunham a Comissão os engenheiros João Cristóvão (alemão), Jean Pierre Fontaneilles (francês), João Oliveira e Estevam Gomes (portugueses).

Esta Comissão desembarcou na barra do Acaraú e logo seguiu para o local de trabalho, onde chegou em abril de 1743.

Por essa época, a notícia da mineração exercida por Antônio Gonçalves já havia chegado aos ouvidos dos dirigentes da Capitania, certamente com muito exagero e isso fizera despertar a

ganância do Ouvidor Manuel de Farias que, por motivos particulares, intentou medidas drásticas contra o explorador.

No início dos trabalhos realizados pela Comissão, os pareceres foram desfavoráveis. Surgiu disso uma grande demanda. Antônio Gonçalves não se conformava com o fracasso de sua empresa e, para ajudá-lo, teve ao seu lado os préstimos de Domingos Álvares Ribeiro, então Comissário Geral. Batalharam juntos, procurando apegar-se a todos os recursos disponíveis, enquanto que na oposição firmou-se o Ouvidor, lutando desmedidamente. No final, saiu vencedor o ambicioso Manuel de Farias e o empreendimento fracassou. Depois do fracasso, resolveram os engenheiros retornar aos seus pontos de origem, ficando, entretanto, Jean Fontaneilles, que preferiu fixar residência no Sítio Pitinga, nas imediações de Viçosa.

Jean ou João, como será tratado daqui em diante, formou a árvore genealógica de importante família do Ceará. Francês, como já foi dito, nasceu na cidadezinha de Melun, a 50 quilômetros de Paris. Sua data de nascimento é imprecisa, eis que não constam apontamentos nesse sentido. Teve como pais Jean Pierre Fontaneilles, o mesmo nome que o seu, e Suzane Molinier.

João Fontenele fez os seus estudos primários na terra natal. Depois ingressou na Milícia, donde galgou o posto de tenente. Findo esse círculo, seguiu para Portugal, ingressando numa escola de engenharia de minas e saindo com o grau de Engenheiro de Minas. Desse estágio ocorreu sua vinda para o Brasil.

Depois de estabelecido no Sítio Pitinga e sendo um exímio artífice em obra de ouro, montou uma oficina, aproveitando-se naturalmente dos seus conhecimentos técnicos e da matéria-prima existente, e com isso resolveu ganhar a vida sossegadamente. Entretanto, chegando a notícia ao conhecimento do Ouvidor Farias, vieram os desassossegos. Farias expediu-lhe notificação, intimando-o deixar o ofício, visto não ser permitido esse tipo de indústria, ao mesmo tempo que pelo mesmo expediente tornava sem efeito a permissão antes concedida pelo Senado da Câmara de Viçosa. Fontenele não esmoreceu. Conseguiu restaurar a licen-

ça da Câmara de Viçosa e daí por diante continuou livremente a exercer sua profissão.

Em 1754, precisamente aos 7 de janeiro, realizou seu primeiro casamento, unindo-se a Ana Correia da Luz, filha de André Álvares da Luz e de Vicêncio Dias. Desse enlace nasceram duas meninas: Angélica Maria e Vitória. Angélica casou-se com Domingos João de Almeida Mascarenha e Vitória faleceu ainda criança.

Anos após, Fontenele ficou viúvo, mas o sogro assumiu os encargos inerentes à criação e educação da neta e ele pôde então se considerar novamente solteiro. Surgiu o segundo matrimônio.

Em 1766, ele contraiu núpcias com Umbelina Gonçalves, filha do português Manuel Gonçalves Rodrigues, proprietário do Sítio Pitinga, sendo que essa época sua residência já era a aldeia de Viçosa. Desse consórcio nasceram 10 filhos:

- 2.1. Felipe Benício Fontenele.
- 2.2. Rosa Maria Fontenele.
- 2.3. Agapita Fontenele.
- 2.4. Guilherme José Fontenele.
- 2.5. Paulo Fontenele.
- 2.6. João Damasceno Fontenele.
- 2.7. Plácido Fontenele.
- 2.8. Ludovica Fontenele.
- 2.9. Jacinta Maria Fontenele.
- 2.10. Amaro Fontenele.

Volvendo às reminiscência histórica, assinalamos alguns detalhes sobre origens relacionadas com o nosso personagem, tanto do ponto de vista ascendente quanto social, reunindo fontes diversas de informação.

Com relação à cidadezinha de Melun, na França, refere a história que se trata de um lugar modesto situado a 50 quilômetros de Paris, margeante do Sena, nos limites da região de Bric. Conta atualmente 28.796 habitantes. Foi antiga cidadela celta, estabelecida numa ilha do Sena e rodeada de um muro de proteção, ao término da época galo-romano. Melun se desenvolveu

com o aproveitamento dos dois lados do Sena. Na extremidade ocidental da ilha, elevava-se o Castelo Real, possantemente fortificado no tempo de Felipe Augusto, mas que nada mais resta.

O priorado de São Salvador, edificado perto da entrada do Castelo, deixou alguns vestígios do tempo do Renascimento.

A Igreja de Nossa Senhora era um antigo convento, fundado pelo rei Roberto, o piedoso. A nave é do século XI, o coro, do século XII e a fachada foi decorada no século XVI.

Na margem direita do Sena está situado a igreja de Santo Aspásio, do século XVI – com belos vitrais da época – tendo sido incendiada em 1944.

A Prefeitura está localizada no lugar da antiga abadia beneditina de São Pedro e tem claustro do século XVII.

No fim do século XIX, e no começo do século XX, vastos bairros residenciais se desenvolveram perto da estação, ao lado esquerdo da cidade. Melun é um centro industrial importante. Seus principais produtos são carrocerias de automóveis, motores de avião, fábrica de tonéis, produtos farmacêuticos, tecidos elásticos, cervejaria, fábrica de estores, instrumentos de música etc.

Melun é a cidade natal do poeta J. Amiot.

DADOS HISTÓRICOS

A cidadela de “Melun” fundada em 53 a.c. foi destruída muitas vezes pelos normandos e tornou-se residência real sob os primeiros reis Capetos.

Carlos, o Mau, apoderou-se da cidade entre 1358-1359. Os ingleses aí se introduziram em 1420 e foram expulsos em 1430.

Com este esboço, traçamos mais ou menos o perfil da cidade natal que viu nascer o nosso Engenheiro de Minas. Quando aos fatos ligados à sua vida junto à nova sociedade, fazemos anexar, nas páginas seguintes, um trabalho que nos foi oferecido pelo Dr. Edgar Bezerril Fontenele, bem como três documentos oficiais, concedendo títulos e regulando posses, todos inerentes ao ilustre francês.

3.1 Registro de Patente de uma das Companhias de Ordenação a Cavalo de Vila Viçosa Real Referenciada a João Fontenele

"João Batista de Azevedo Montauray, Tenente Cel. de Infantaria na primeira plana da corte e Capitão-Mor, Governador das Armas da Capitania do Ceará Grande e sua Fortaleza de N. S. da Assunção por sua Majestade Fidelissima que Deus o guarde.

Faço saber aos que esta minha carta patente virem de representação havendo consideração a João Fontenele haver servido a sua Majestade em praça, Soldado, Tenente e na de Capitão que atualmente exercendo em uma das Companhias de Ordenança a cavalo estabelecido no Distrito de Vila Viçosa Real e que tudo mesmo tem por patente do meu antecessor de 10 de julho de 1767. Por me constar outrossim que no exercício do mesmo posto tem satisfeito suas obrigações executando prontamente as ordens de que tem feito encarregado pelos seus Superiores que é sujeito de honra de procedimento, capacidade, bem estabelecido em bens, honra e crédito, tratando-se com asseio e luzimento pessoal com as circunstâncias de ser geralmente bemquisto com todas mais necessários para continuar no exercício do referido posto se esperar dele daqui em diante se haverá da mesma forma o muito como deve a boa confiança que da sua pessoa faço.

Usando da faculdade que sua Majestade me permita por várias Ordens Régias na conformidade da prática estabelecida nesta Capitania sempre praticada pelos meus antecessores em virtude dos mesmos reais de referendarem todas as Patentes passadas pelos seus antecessores como constantemente tenho achado hei por bem referendar como pela presente referida Patente com que o dito João Fontenele se acha exercendo no Posto de Capitão de uma das Companhia de Ordenanças a Cavalo estabelecida no Distrito de Vila Viçosa Real das quais o Comandante Sargento-Mor Inácio de Amorim Barros, Diretor da mesma Vila em cujo Posto não cessará soldo mas gozará de todas as honras graças privilégios que em razão dela lhe pertencerem.

Pelo que ordeno ao referido Sargento-Mor Comandante, que por tal reconheça, honra e estime, deixe de servir, executar debaixo do mesmo juramento e posse em que se acha e os mais oficiais e soldados seus subordinados que obedeçam as suas ordens concernentes ao real serviço por escrito e de palavra como devem e são obrigados.

Em firmeza do que lhe mandei passar a presente Carta Patente por mim assinada e passada com o sinete das minhas armas que se registrará na Secretária deste Governo e Câmara respectiva. Dada nesta vila de Fortaleza de N. S. da Assunção do Ceará Grande, 19 de fevereiro de 1784. Eu José Farias que sirvo de Secretário desta Capitania e escrevo João Batista de Azevedo Coutinho Montauray.

Estava selado Carta Patente pelo que V. Senhoria há que bem exercer no Posto de Capitão e de uma das Companhias de Ordenança a Cavalo estabelecida no Distrito de Vila Viçosa pelo respeito nela declarado Carta Patente registrei no próprio dia e hora supra."

3.2 Carta Régia Passada em 1793 Sobre a Exploração de Minas na Serra da Ibiapina

"Eu EL REY FAÇO SABER aos que esta minha Provisão virem, que tendo consideração a me representar Antônio Gonçalves de Araújo, que ele tinha descoberto minas de prata na Serra de Cocos, e Ibipaba da Capitania do Ceará, distrito de Pernambuco, e em outros lugares do sertão do Brasil, entrando naquela diligência espaculação, e seus progressos com ordens do Vice-Rey do Estado, do Governador de Pernambuco, Capitão-Mor do Rio Grande, e Ouvidor do Ceará, rogado também, e com recomendação do Superintendente Geral das Minas daquele Estado Manuel Francisco dos Santos Soledade, o qual havia cedido, e doado as terças partes das terras, e mais pertencas, de que eu lhe havia feito mercê por uma Provisão; e porque ao presente fechava o mesmo suplicante, e o dito Superintendente nesta Corte com requerimentos sobre a abertura, e continuação das ditas Minas, e das que

demarcara o dito Superintendente por conta de poderem dar uma, e outras os interesses, que prometiam, e da escritura, que apresentava, constava fazer o dito Superintendente aquela doação mais rigorosa, e evidentemente provável, com as mesmas cláusulas, e condições, com que por mim lhe fora concedida aquela mercê, para afim, e pelos motivos incertos na própria escritura melhor poder o suplicante cobrir-se da defesa, que tinha feito nos tais descobrimentos, e concluir o fim de por em execução, como contém, a abertura de umas, e outras minas descobertas, e demarcadas, e se reduzirem a cultura as terras que eram doadas para benefício das próprias minas; e era necessário para mais utilidade da dita cessão, e trespasso, que eu fosse servido fazê-lo afim por bem, aprovando na pessoa dele suplicante a nomeação, que lhe fizera o dito Superintendente para o dito efeito, fazendo acessiva a mesma mercê do modo, que fora concedida ao próprio Superintendente, e por ele cedida ao suplicante, para que na forma da dita escritura poder entrar nas mais diligências necessárias, com as mesmas cláusulas, e condições declaradas sobredita Provisão; e atendendo as suas razões: Hey por bem confirmar ao suplicante a cessão, que por escritura de dezessete de junho de mil setecentos e trinta e oito, em nota do Tabelião Manuel de Oliveira fez nele Manoel Francisco dos Santos Soledade da Sesmaria, e mais jurisdições, que fui servido conceder-lhe por Provisão de minha de oito de janeiro de mil setecentos e trinta e oito, e com as mesmas cláusulas, e condições, que na dita Provisão se contém, com declaração, que sendo o cedente pelo não cumprir removido, ou por abafar das ditas jurisdições, se ficará o Cedente obrigado pelo fato do suplicante ou abuso referido, ainda que para isso não concorra; e a divisão da Terça parte cedida não terá efeito antes de se findarem os anos concedidos, e se demarcar a Sesmaria, de que fiz mercê ao dito Manoel Francisco dos Santos Soledade. Pelo que mando ao meu Vice-Rey, e Capitão General de mar, e terra do estado do Brasil, Governadores, Capitães Mores, e mais ministros, e pessoas, a que tocar, cumpram, e guardem esta Provisão, e a façam inteiramente cumprir, e guardar, como nessa se contém, sem dúvida

alguma, a qual valerá como carta, sem embargo da Ordenação do livro segundo, título quarenta em contrário, e se passou por duas vias, e deu fiança a folha 193. Verso do livro primeiro delas a pagar os novos direitos, que dever, como constou por certidão dos Officiais da Chancelaria Lisboa Ocidental a treze de Novembro de mil setecentos e trinta e nove.

REY.

Provisão, por que V. Majestade há por bem confirmar a Antônio Gonçalves de Araújo a cessão, que por escritura de dezessete de junho de setecentos e trinta e oito, em a nota do Tabelião Manoel Francisco dos Santos Soledade da Sesmaria, e mais jurisdições, que V. Majestade foi servido conceder-lhe por Provisão de oito de janeiro de mil setecentos e trinta, e com as mesmas cláusulas e condições, que na dita provisão se contém; com declaração, que sendo cedente pelas não cumprir removido, ou por abusar das ditas jurisdições, que se ficará desvanecendo também a parte, e administração cedida; e pela mesma forma será o cedente obrigado pelo fato do suplicante, e pela inobservância das mesmas condições, ou abuso referido, ainda que para isso não concorra; e a divisão da Terça parte cedida não terá efeito antes de se findarem os anos concedidos, e se demarcar a sesmaria, de que V. Majestade fez mercê ao dito Manuel Francisco dos Santos Soledade, como nela se declara, que vai por duas vias.

Para V. Majestade ver.

Por".

3.3 Carta Dirigida por Jean ao Capitão-Mor do Ceará

O Naturalista Feijó, que é nome de rua em Fortaleza, percorreu o sertão, principalmente a Ibiapaba, entre 1750 e 1785, segundo foi publicado pela REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ.

Damos a seguir uma carta firmada por Jean Fontenele, dirigida ao então governador da capitania, JOÃO BATISTA AZEVEDO COUTINHO de MONTAURI, datada de 1787. Ei-la:

"Ilmo. Sr. Tenente Coronel-Capitão-Mor-G.or

A poucos dias me mostrou o sargento-mor Inácio de Amorim
hva carta do secretário de V. Exia, em que lhe recomendava
ALGUAS PEDRAS MINERAIS da descoberta do naturalista João
Machado Feijó. Este não descobriu couza alguma, eu fui que lhe
mostrei as minas velhas já há muito tempo descobertas; para ele
me pedir queria con a natureza das mesmas, e destas aproveitou
algumas pedras das quais o diretor já mandou a VS. Motivo por-
que eu tão bem não o fiz, e tão bem me consta que já tem ido a
corte por várias vezes, porém, outras que já mandei já a VS. Não
herão desças.

Depois que mandei outra folha de flandres como esta, que
agora remeto a VS. Não fiz mais de licença de admitir outros mi-
nerais por entender que VS. Não precisava de mais, porém, com a
notícia sobredita do Diretoe pelo grande de dar gosto a VS. Ago-
ra o faço, remetendo três quantidades de xá e saber da folha
grande e de touceira, nascido entre pedras, onde costuma aver
poço, é entre catingas secas e terra inútil e descobri, por se pare-
cer o de flor roxa como as de outras das quantidades que estão
nos papéis da folha pequena e estes são rasteiros de altura e de
palmo, as vergontas tenras, e forma touceiras, floresce como ra-
malhete e já o transplantei no quintal, em terra boa se cria com
maior vicio, e maior folha, que no campo tão bem bota semente,
o grande bota vergontas de palmo e cresce da altura de cinco
palmos ou mais que remeto, uns pedacinhos da dita vergontas, e
da planta que fiz já está nascendo para experimentar se dará em
qualquer lugar, quando achei já a folha estava, quase toda caída
por causa da seca e por isso não aproveitei mais e nem posso
descubrir em outra parte, e VS. Pode fazer experiência e provar
sem receio pois, na minha opinião o prefiro ao da Índia, ainda no
gosto, e com o devido beneficio da arte poderá ser útil pois só
com as devidas coletas, do tempo proporcionado se poderá vir ao
conhecimento da imperfeição, apanhando-se as folhas maduras a
parte das verdes, para com distinção pela a presença se conhecer
o menor ou maior tempo, que pode carecer conforme as humidades

o que eu não pude fazer para apanhar tudo misturado, e não ter instrumentos aptos, sem embargos do que sempre na primavera curiosamente deve diligenciar a vir do poço reduzido a melhor perfeição remeterei a V.S.

Tão bem remeto uns bichos de seda que só farão os que achei de resto dos fogos das que remeto mais três quantidades de pedras minerais que eu mesmo descobri e V.S. he quem primeiro tem delas para quem não eu a ninguém dei ainda. O lugar à aqui mesmo junto a vila chamado Careta em hum rebentão que fica em baixo da serra ao pé de um serrota (escalvado) ficando a mina em paragem que se pode beneficiar sem trabalho, isto é, da pedra xata, e as outras duas ficam vizinhas nas quebradas da serra; enfim aqui não faltam minerais de todos os metais o ponto está em que o Sargento Intendente para fazer outros ensaios. Deve dizer a V.S. que os bichos de seda vão vivos e que deve saber se foi entregue da amostra da pedra hume que remede por un índio o Capitão Adão das listas da amostra de dezembro do ano passado.

Não mais descuidar daqui por diante na remessa do que for descobrindo. Sendo do agrado de V.S. com saúde, a quem desejo sempre mostrar amizade e escravidão.

A ilusticima pessoa de V.S. com saúde Guarde Deus por muitos anos.

Vila Vça. Real 17 de8bro. De 1787.

Ilmo. Senhor João Batisda de Azdo. Coutinho de Montaury.

De V.S. adm. Atento, sudito, muito venerador

(João Fontaneilles.)”

3.4 Instituição da Família Fontenele no Ceará – a Chegada do Engenheiro de Minas, o Francês Jean Fontenele na Ibiapaba, em 1743. Edgar Bezerril Fontenele

No início do século XVIII, divulgaram em Portugal, fantásticas notícias de que a serra da Ibiapaba possuía fabulosas jazidas de minérios, muito ouro e prata.

Logo despertou no seio da fidalguia daquela corte a maior cobiça e ambição para a remessa de maior riqueza para ser malbaratada pelos fidalgos gozadores, donos do reino patrono de nossa pobre colônia.

Muitos deles abandonaram a metrópole e emigraram para o Brasil, à procura dos grandes tesouros que eram descobertos apenas com a pressão do bico das botas ou com a força do seu bastão...

A verdade, porém, saiu pelo avesso.

É certo que com o ouro e a prata arrancados das Minas Gerais em tão grande quantidade, a corte portuguesa reedificou Lisboa após o terremoto de 1755.

Antônio Gonçalves de Araújo, português, encontrava-se na sede da Capitania e tomou conhecimento da riqueza das terras nas faldas da Ibiapaba, principalmente nas imediações de Ubajara e de Araticum, onde se dizia abertamente da existência de jazidas imensas brotando à flor da terra, cuja exploração era e várias amostras dos minérios e procurou o Governador Geral, passando como descobridor de tais jazidas.

O local indicado era o sopé da Ibiapaba e ficou conhecido como Ipu da Mina sendo atualmente atravessado pela BR-222, em direção da cidade de Tianguá, cujas terras extremam com o distrito de Araquem, ex-Olho-d'Água de Santo Antônio de Pádua, cuja capela foi construída em 1740 e serviu por empréstimo para celebração dos ofícios religiosos à nova Matriz de Santa Cruz do Ceará (Granja), que se inaugurou em 1759.

Essa Capela de Santo Antônio, hoje Araquem, guarda em sua nave, os restos mortais do Comissário Geral, Coronel Domingos Álvares Ribeiro, sua mulher D. Ana de Sá Cavalcante de Albuquerque, do seu genro o Coronel Bento Pereira Viana, e ainda, de João da Mota Pereira e de sua mulher Mariana da Mota Pereira que foram também edificadores da referida Capela.

Antônio Gonçalves, cuja cobiça por tais minas era das maiores, foi a Lisboa e adquiriu por escritura pública todos os privilégios e concessões, datas, sesmarias sobre tais terras em 1730. Obtém da Corte aprovação dessa aquisição para a respectiva exploração dos minérios.

Funda com os ricos negociantes Francisco Louzada e João Batista Fernandes uma empresa para extrair os minérios pretendidos.

Contrata engenheiros em Lisboa, que chegaram ao Ceará, no porto de Acaraú, em abril de 1743, tendo à frente o francês Jean Fontenele. A comissão iniciou logo a pesquisa e exploração.

Infelizmente, a inveja e ambição de muitos impediram a boa marcha dos trabalhos, contando-se entre eles o Ouvidor Farias que tudo fez para que os engenheiros negassem a existência de minérios.

Antônio Gonçalves requer devassa que foi procedida pelo governo pelo Comissário Geral Domingos Álvares Ribeiro, cujos os autos se encontram na Comarca de Sobral.

Jean Fontenele, diante disso, abandonou o trabalho indo fixar residência na então aldeia dos jesuítas (Viçosa do Ceará) onde adquiriu várias partes de terra, principalmente no lugar "Caretá", cuja a posse custou a elevada soma de quinze mil réis...

Adquirindo alguns pedaços de terra no Sertão, dedicou-se à criação de gado vacum.

Casa a 7 de janeiro de 1754 com Ana Correia da Luz, filha de André Alvarez e de Vicência Dias. Desse matrimônio nasceram duas filhas: Angela Maria que se casou com Domingos João de Almeida Mascarenhas, que deixou uma filha. A outra faleceu criança.

Jean casa-se novamente em 1766 com Umbelina Maria de Jesus, natural de Acaraú, filha do português Manuel Gonçalves Rodrigues, natural da Ilha Terceira (Portugal) e de Rosa Maria, natural de Jacobina (Bahia).

Deste novo casamento provieram 10 filhos, sendo o primeiro, Felipe Benício Fontenele, que nasceu no dia 23 de agosto de 1767, e o mais novo Amaro José Fontenele, fundador da Vila de Ubatuba (hoje Ubuguassu) distrito de Granja.

Jean assistiu a elevação da aldeia da Ibiapaba que recebeu o título de Vila Real de Viçosa do Ceará e a respectiva paróquia sob a invocação de N.S. da Assunção, cuja aldeia foi fundada em 1656, pelos abnegados Jesuítas Antônio Ribeiro e Pedro Pedrosa, de ordem do imortal Padre Antônio Vieira.

Jean entrou na antiga milícia como soldado e, devido ao seu grande zelo e cumprimento do dever, passou a Tenente e a Capitão.

Exerceu os cargos públicos: Juiz Ordinário; Presidente do Senado da Câmara; Juiz de Órfãos; Juiz Almotacés; procurador do Senado da Câmara; Tesoureiro dos Cofres dos Órfãos e Vereador.

Faleceu às 7 horas de 8 de dezembro de 1809 e sua mulher às 9 horas do dia 8 de dezembro de 1820. Ambos foram sepultados na nave central da matriz de N.S. da assunção de Viçosa do Ceará.

CAPÍTULO IV

Os Filhos de Jean Fontenele

4.1 FELIPE BENÍCIO FONTENELE

FELIPE Benício – nascido em Viçosa aos 23 de agosto de 1767 – contriu núpcias com Teresa de Jesus do Espírito Santo, no dia 8 de setembro de 1788. Teresa era filha do Capitão Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos e sua mulher, Inácia Maria do Nascimento. Seu nascimento se deu a 2 de janeiro de 1768 e batizou-se a 5 de janeiro de 1778, sendo seus padrinhos: João Pinto de Mesquita e sua mulher Teresa Oliveira Pinto. Do casal nasceram os seguintes filhos:

3.1. Francisca Catarina de Jesus – casou-se com José Tomás de Castro, natural de Uruburetama. José Tomás foi exercente do cargo de tabelião público em Viçosa e posteriormente em Sobral.

3.2. Domingos do Espírito Santo Fontenele – estabeleceu-se comercialmente em Granja, onde faleceu (solteiro), em 1815.

3.3. Raimundo Benício Fontenele – casou-se com Ana Vitória do Rosário, em primeiras núpcias, e, em segundas, com Maria Francisca do Espírito Santo.

3.4. Ana Joaquina de Jesus – casou-se com João Ferreira Veras, em primeiras núpcias e, em segundas, com Joaquim Manuel dos Santos.

3.5. Francisco Florêncio Fontenele – casou-se com uma moça da Vila do Acaraú, onde ainda existe comerciante de projeção, sustentando e prosseguindo o ramo distanciado.

3.6. Felipe Benício Fontenele Júnior – nascido a 14 de julho de 1799(1). Moço, ainda, transferiu-se para o influente povoado de Brejo de Anapurus, no Maranhão. Lá, manteve casa de comércio e constituiu família. Dentre os seus filhos, destacou-se Manuel Benício Fontenele, que se formou em direito pela a faculdade de Olinda. Depois de formado, mudou-se para a corte, onde exerceu

a profissão e depois retornou ao Maranhão, sendo então eleito deputado provincial por esse Estado. De Manuel Benício, houve um neto – Manuel Benício Fontenele – que ocupou uma cadeira na Câmara alta do País, no período de 1948/52. Existe na Guanabara, uma Rua do Meyer com uma placa: MANUEL FONTENELE.

NOTA HISTÓRICA: (1)

Pessoa Anta, ao lavrar o seu testamento, fato que ocorreu às véspera de ser levado ao metralhamento que o trucidou, fez a seguinte referência: “Que os testamenteiros mandem pagar a importância de dezoito mil réis a Felipe Benício Júnior, despesa feita com a captura de um escravo de nome João, na Vila de Brejo de Anapurus.”

- 3.7. Delfina Teresa de Jesus – casou-se com Rogério Francisco Rerobero.
- 3.8. Tomázia Teresa – casou-se com Manuel da Circunscrição Portela.
- 3.9. Anastácio Benício Fontenele – faleceu em 1824.
- 3.10. Maria Felipe Fontenele – casou-se com Francisco Lopes Freire.
- 3.11. José Silvério Fontenele – casou-se com Felisbela do Espírito Santo Magalhães.

Com o facelimento de Teresa de Jesus do Espírito Santo, em 1815, Felipe Benício contraiu casamento em segundas núpcias com Inocência de Sousa Castro, filha de Domingos Anselmo de Sousa Castro, opulento fazendeiro e chefe político do sertão de Ubataba – distrito de Granja – cuja influência o fazia pender para o Partido Liberal. Domingos Anselmo teve mais dois genros da família Fontenele: Amaro e o famoso Coronel Chico Elias, sobrinho deste.

Do casamento com Inocência houve apenas uma filha, que tomou o nome de Feliciano, que, por sua vez, casou-se com Antônio Pereira da Conceição, em 1832 e de cujo consórcio nasceram 6 filhos que habitaram a região de Ubataba, no município de

Granja. Inocência morreu logo após o nascimento de Feliciano e Benício Fontenele partiu para o terceiro casamento.

Por essa época, morava na região do Coreau o Capitão Bernardo Machado Portela, abastado fazendeiro e possuidor de muitas terras. Portela era casado com Ana Martins Viana, havendo um filha solteira, de 18 anos, chamada Maria dos Anjos Portela. O já então Sargento-Mor Felipe Benício, engraçou-se da jovem e eis o resultado: casamento e uma descendência de 11 filhos, cujos nomes se seguem:

3.1. Cândido – faleceu aos 3 anos de idade.

3.2. Manuel José Fontenele – casou-se com Mafalda do Espírito Santo (teve apenas uma filha, também, de nome Mafalda).

3.3. José Severino Fontenele – casou-se com Rosa Francisca Fontenele, em primeiras núpcias e, em segundas, com Maria da Penha Beviláqua, irmã do padre Beviláqua.

3.4. Fausta Fontenele – casou-se com José Tomaz Fontenele, filho de Paulo Fontenele.

3.5. Ana Santana Fontenele – casou-se com Odorico Lopes Freire, em primeiros núpcias, e, em segundas, com Manuel de Brito.

3.6. Maria da Assunção – nascida em 1828 – casou-se com Vicente da Costa Sousa, em primeiras núpcias, e, em segundas, com o professor primeiro José Freire de Bezerril, natural do Rio Grande do Norte e transferido para Viçosa. Maria da Assunção contava, na data de seu segundo casamento, 20 anos.

Deste consórcio nasceu, aos 8 de março de 1850, o primeiro filho do casal, José que mais tarde seria o Marechal José Freire de Bezerril Fontenele. Bezerril exerceu os seguintes cargos: Comandante do Batalhão, Presidente do Estado, Deputado Federal e Senador da República. Morreu em 1927 no posto de Marechal.

3.7. Cândida Fontenele – casou-se com Felipe Carneiro da Frota, nascendo do casal 9 filhos, todos domiciliados no município de Viçosa.

3.8. João Silvestre – conhecido popularmente por João dos Anjos. Nasceu em 1832 e casou-se com Angela da Frota, filha de José da Frota, morador e criador na Ribeira do Coreau. Residia na

Fazenda denominada Torto, nas proximidades da então povoação de Angica (Martinópolis), onde se tornou conhecido pela rigidez dos seus costumes, pela honestidade e, sobretudo, por se ter tornado abusivo com as suas exigências quanto ao respeito que julgava lhe ser devido. No fim da vida, mandou construir uma capelinha na margem da estrada, cerca de 500 metros distante de sua casa. De então, passou a exigir que os transeuntes tirassem o chapéu ao passar pelo nicho. Essa exigência, contudo, teve pouco duração. Veio um grande inverno e a estrada foi destruída pelas águas, ficando apenas sulcos de lama onde antes fora caminho. Como resultado, a estrada foi reaberta um pouco além da igrejinha, e ninguém mais se viu no dever de reverenciar as normas ditadas pelo respeitável chefe.

O filho mais velho de João dos Anjos chamava-se Antônio Martiniano Fontenele. Foi pioneiro na exportação de peles e cera de carnaúba, pela estação ferroviária de Angica. Com esse comércio chegou a reunir bons capitais. Possuía duas casas na vila e era proprietário do melhor estabelecimento de tecidos e do melhor armazém de exportação. Ao envelhecer, tornou-se místico, passando a interpretar sonhos, embora essa interpretação só funcionasse para o jogo-do-bicho. Tornou-se, então, jogador inveterado e veio a sua derrocada econômica. Perdeu tudo o quanto possuía. Depois desse desastre, foi morar com os filhos em Campo Maior, no Piauí.

Contam que certa manhã ele se vestiu com a melhor roupa e saiu de casa em casa, apresentado despedidas. Às pessoas curiosas de saberem para onde ele tencionava viajar, já que estava se despedindo, ele simplesmente respondia com insistência, dizendo: "Para onde vou ninguém volta"... "Ninguém volta"... "Ninguém volta!" Percorreu toda a cidade. Morreu na noite do dia predito e foi o primeiro cidadão, pelo menos que se tenha notícia, a convidar os amigos para seu enterro.

Retomemos o fio interrompido.

3.9. Francisco José Fontenele – nasceu em 1833 e casou-se com Umbelina Fontenele.

3.10. Antônio José Fontenele – gêmeo com o precedente – casou-se com Maria da Silva.

3.11. Miguel – falecido ainda criança.

Felipe Benício Fontenele foi o primeiro brasileiro Fontenele ou, se assim o quiserem, o primeiro Fontenele brasileiro. Faleceu às 11 da manhã de 11 de novembro de 1841, aos 74 anos de idade. Se foi caprichoso durante a vida, também o foi no dia da morte: 11/11/11 de novembro às 11 do dia.

Foi sepultado na nave central da matriz de N. S. da Assunção, em Viçosa.

CARGOS OCUPADOS POR FELIPE BENÍCIO:

Pertenceu à antiga Milícia da Vila de Viçosa, no posto de Tenente. Em 1791 foi promovido a Capitão e Sargento-Mor. Foi Juiz Almotacé; juiz presidente do Senado e da Câmara; Vereador; Fiscal da Moeda; e Juiz Presidente da Comissão de Visita às Prisões. Em 7 de outubro de 1831, foi promovido a Major do Batalhão de Caçadores do Exército. Particularmente, era exímio ouvires, profissão que certamente herdou do pai: para cada filha ele fez um crucifixo de ouro maciço, material este adquirido em suas garimpagens nas encostas da Ibiapaba. O Sítio Pitinga, comprado pelo seu avô materno, o português Manuel Gonçalves, depois de sofrer partilhas decorrentes de sucessivos inventários, pertence atualmente aos herdeiros do Coronel João Benício Fontenele.

NOTA:

Existem divergências quanto à naturalidade de Umbelina, porquanto dizem algumas notas que o seu nascimento ocorreu em Jacobina, Bahia, de onde era filha sua genitora, casada com Manuel Gonçalves Rodrigues. Em outras, afirma-se que ela nasceu Barra do Acaraú, enquanto Gonçalves viajava para a Ibiapaba, para verificar “in loco” a riqueza da terra, riqueza tão alardeada por muitos.

4.2 ROSA MARIA FONTENELE

Rosa nasceu no Sítio Pitinga onde residiam seus pais. Casou-se aos 20 anos de idade com Inácio João de Barcelos, filho do Comandante Antônio do Espírito Santo Barcelos e de Inácia Maria do Nascimento, filha de Antônio Rodrigues Magalhães, doador do terreno onde hoje se ergue a cidade de Sobral.

Dessa união nasceram os seguintes filhos:

3.1. João Fontenele – que fixou residência no Sítio “Covas”, distante cerca de três quilômetros da Vila de Tubarão, hoje General Tibúrcio, do município. Por doação popular, João perdeu o “Fontenele” e adquiriu como sobrenome “Covas”, do sítio onde residia, passando a ser conhecido por João Covas. Era um dos homens mais ricos da região. Guardava dinheiro (dobrões de cobre) em cochos e quanto ao ouro, como é natural, armazenava-o em baús. Um desses cochos, encontra-se atualmente na casa de Jacinto Bartolomeu Fontenele, um dos descendentes de João das Covas, residente nas Pedras de Fogo.

3.2. Silvestre de Oliveira Barcelos – casou-se com Francisca do Rosário, filha de Raimundo Benício Fontenele.

3.3. Maria Inácia da Conceição – morreu solteira.

3.4. Lourenço Justiniano Barcelos – casou-se com Maria Alves Passos, filha de Jacinto Alves Passos e de sua mulher Maria Alves Passos de Jesus, rica fazendeira e protegida politicamente pelo genro Coronel José Romão da Mota, influente prócer granjese.

3.5. Antônio Honorato Fontenele – casou-se com Angélica Alves, filha de Jacinto Alves Passos e Maria Alves Passos de Jesus (Maria Alves das Pedras de Fogo).

3.6. Izabel do Espírito Santo – casada com Vital Vaz, filho do rico português Antônio Vaz do Espírito Santo que, por sua vez, era casado com Clara Rodrigues, neta de Pedro da Rocha Franco.

3.7. Inácio João Magalhães – Mudou-se muito cedo para a Vila do Brejo de Anapurus, lugar então florescente onde já se encontravam alguns parentes seus. Quando irrompeu a rebeldia dos ativos chefiada pelo famigerado Balaio, que se fez intitular

de D. Cosme I, Inácio João liquidou seus negócios em Anapurus e retornou à sua terra. Escapou dos balaaios, porém sorte talvez pior o surpreendeu. Em certa noite, foi assassinado por um seu escravo. Dizem que de parceria com uma mulher que se tornara sua amásia.

Gustavo Barroso, em seu *Livro dos Enforcados*, pág. 103, afirma que nesse processo não faltaram as coincidências e originalidades, tendo o bom humor do povo denominado o “processo dos Inácios”. A vítima chamava-se Inácio João, o pai da vítima era Inácio João, o juiz presidente do Júri tinha o nome de Inácio José e, para completar a peça, o advogado de defesa chamava-se Inácio José Rodrigues Pessoa. Só houve tropeço de Gustavo Barroso quando afirmou que Inácio João Magalhães era maranhense e casado. No primeiro caso, nem mesmo discutimos o assunto e, no segundo, os fatos o demonstram.

A mulher com quem vivia Inácio João, e que se diz ser sua esposa, era simplesmente sua companheira e a quem ele mantinha nessa qualidade, na vila do Brejo de Anapurus. Quando ele arribou em busca do Ceará, temendo ser roubado pelos negros da Balaiada, veio desacompanhado. A mulher, porém, que era corajosa e aventureira, seguiu-lhe os passos e veio ter em Viçosa, onde foi recebida pelo amante, sem obstáculos.

Inácio João possuía um cavalo de sela, animal de estimação que lhe dava mais gosto que a tal mulher. Em contrapartida, a mulher tinha um escravo a quem ela o preferia ao amante.

Tendo surgido vários roubos na Vila, foi apontado como autor um soldado do destacamento local. No entanto, o verdadeiro culpado era o negro escravo. Disso, então, gerou-se um grave problema, resultando na aplicação de castigo ao miserável soldado. Seu comandante mandou aplicar-lhe quatrocentas chibatadas, surra que não o matou graças aos milagres do céu. Porém, antes mesmo do infeliz soldado curar-se da surra, outro roubo foi praticado e desta vez testemunhado por alguém que o presenciou, e o ladrão não era outro senão o negro, cujo nome era Luiz e que estava à frente de um bando organizado.

Como represália ao negro, Inácio João decidiu mandá-lo retornar ao cito em sua fazenda, no Maranhão. A amásia, entretanto, opôs-se a essa decisão e conseguiu que dito fosse tomado pelo não dito. Com isso, o ladrão continuou trabalhando em casa como se nada houvesse acontecido.

Certa noite, em prévia e urdida trama, fingiu-se o negro de doente.

Inácio João, que não queria ver seu cavalo de estimação passar fome, foi pessoalmente levar ao estábulo a forragem, visto a impossibilidade do negro fazê-lo.

Quando se achava na estrebaria, recebeu uma carga de chumbo nas costas e com esta se foi para a eternidade.

Quem fizera o disparo de bacamarte? Era uma interrogação indecifrável.

O negro Luiz, a quem se poderia atribuir a culpa, cobriu-se com o álibi da suposta enfermidade. Não havia outros inimigos presumíveis. A polícia ficou a tontear. Mas nesse meio tempo surgiu um amigo da vítima, de nome Francisco Lopes e tomou a iniciativa de bancar o investigador. Por depoimento de um menino, soube que o negro, juntamente com um parceiro chamado Antônio, pouco antes do crime, haviam sido vistos a raspar uma taboca nos bambuzais localizados na beira da Lagoa de Viçosa. Este Lopes, então, tendo funcionado no levantamento do corpo de delito, colheu no ferimento buchas chamuscadas feitas com fibra raspada de bambu ou taboca. Com essa descoberta, as conclusões finais não foram difíceis e os dois negros foram indicados no processo como culpados.

Pela conversa do menino, colocado sob depoimento, o negro Luiz ainda conseguiu escapar à culpa, arranjando um recado desculpável, enviado pala amante da vítima. Não produziu efeito, pois enquanto isso se dava, o seu companheiro era recolhido ao xadrez e confessava parte do crime.

Inácio João de Barcelos, pai da vítima, sem se poder conter diante do bárbaro assassinio do filho, perseguiu o negro que a esta altura se havia evadido e o recambiou para a Vila, trazendo-o de-

baixo de chicote. Foi a julgamento e a sentença culminou com a pena de enforcamento.

Para a realização desse ato, tremendas dificuldades foram encontradas.

Armada a forca, tudo pronto para a execução, trabalhava às escondidas para defendê-lo da morte a presumida viúva, utilizando-se de todos os artifícios ao seu alcance. Por fim, tendo chegado a hora final, sem nada que obstasse o cumprimento da sentença, usou ela um estratagema: molhou a corda com água-forte e, quando o negro foi dependurado, o laço se desfaz e ele baqueou no chão sem nada sofrer. D. Mariana, nome pelo qual era chamada a ex-amásia, ainda gritou, mandando que o negro se evadissem, enquanto que no mesmo instante empunhava a bandeira de misericórdia, mas de nada serviram seus apelos. O negro foi enforcado sem detença.

Quanto ao seu comparsa, o negro Antônio, este ainda conseguiu evadir-se e esbarrar na vizinha Vila de Granja. Nesse esconderijo não foi bem sucedido e o resultado foi ser devolvido à Viçosa onde expiou o crime de sua coparticipação com o mesmo sorte de seu companheiro.

Com esse triste desfecho, Mariana que não tinha mais condições de permanecer em Viçosa, retirou-se ao seu ponto de origem, levando em sua bagagem mais essa desonra.

NOTA:

Inácio João de Barcelos, pai de Inácio João Magalhães, morava no sítio Limão, distante de Viçosa três léguas, já nos domínios do sertão. Nasceu em Sobral, no dia 7 de fevereiro de 1770 e faleceu em Viçosa, aos 28 de fevereiro de 1885, tendo sido sepultado no cemitério do povoado de Ibuaçu, município de Granja.

Rosa Maria Fontenele faleceu em 7 de dezembro de 1850, deixando como descendência a numerosa família Barcelos que ainda hoje povoa o município de Granja.

4.3 GUILHERME JOSÉ FONTENELE

Guilherme nasceu no ano de 1870. Sua educação escolar não passou da rotina primária própria do meio e de sua época. Casou-se em primeiras e segundas núpcias, sendo que o primeiro casamento se realizou com Maria Antônia do Rosário, filha do português Antônio Vaz dos Santos e de sua mulher Clara Maria Rodrigues (neta de Pedro da Rocha Franco), havendo desse consórcio os seguintes filhos:

3.1. Joaquim Fontenele – que se transferiu para a Província do Maranhão, fixando residência na Vila de Anapurus onde deixou numerosa família.

3.2. Guilherme Fontenele Filho – casou-se com Clara Simplício, filha de seu tio João Damasceno Fontenele e de cujo consórcio nasceram entre outros filhos, Doroteu Fontenele, ascendente do comerciante Alberto Craveiro Fontenele.

3.3. Antônio Guilherme Fontenele – residente nas proximidades de Viçosa, onde deixou inúmeros filhos.

3.4. José Joaquim Fontenele – conhecido como “Zezinho do Cipoal”, provindo deste o político José Fontenele Sobrinho influente prócer viçosense.

3.5. Umbelina Maria de Jesus – casada com José da Cunha Freire, filho de Manuel da Cunha Freire, rico fazendeiro do lugar denominado Tucunduba.

3.6. Maria Joaquina Fontenele – casou-se com o seu primo João Fontenele, conhecido por João das Covas (o homem que guardava dinheiro em cochos de Cedro).

3.7. Ana Maria do Rosário – casou-se com Francisco Ferreiro Veras de onde procede o ramo familiar que povoa a região de Ubatuba.

3.8. Clara Maria de Jesus – casou-se com Gonçalo José Damasceno, pai de José Joaquim Fontenele Sobrinho.

3.9. Rosa Fontenele – casou-se com Manuel dos Passos Pacheco, residente em Viçosa.

O segundo casamento de Guilherme realizou-se com Tomázia Maria de Jesus, filha de Pedro Ananias Viana, deixando apenas

uma filha de nome Severa. Guilherme faleceu em 27 de novembro de 1873, tendo sido sepultado na capela de Ubuçu.

Severa, de quem possuímos alguma notícia sobre a sua projeção familiar, casou-se com Inocêncio Joaquim de Aragão, residente no lugar denominado Sítio, distrito de Ubatuba e Município de Granja. Do seu casamento com Inocêncio nasceram os seguintes filhos:

4.1. José Aragão Fontenele.

4.2. Miguel Aragão – residente no lugar Curral Grande.

4.3. Ana Aragão.

4.4. Maria Aragão.

4.5. Manuel Aragão – residente na Fazenda Curral Grande, lugar que pertencera ao famoso Coronel Chico Elias Fontenele.

4.6. Antônio Aragão – morreu com 103 anos. Desde novo, predizia a sua longevidade, inclusive prevendo os 103 anos que viveu. Dizia-se possuidor de alta mediunidade.

Do matrimônio de Severa com Inocêncio Aragão pouco sabemos com relação à quase totalidade de seus filhos, a não ser de José (4.1), que contraiu núpcias com Francisca Fontenele, filha do Capitão Plácido Fontenele Filho (Capitão da Guerra do Paraguai). Do consórcio nasceram os seguintes filhos:

5.1. Inácio Fontenele de Aragão – casado com Maria Adeotado Fontenele.

5.2. José Aragão Filho – casado com Florência Batista Aragão e pai do escritor R. Batista Aragão.

5.3. Plácido Aragão Fontenele – casado com Albertina Batista, irmã de Florência Batista Aragão.

5.4. Maria Aragão – casada com Inocêncio Fontenele de Aragão.

5.5. Raimunda Fontenele Aragão – casada com Francisco Manuel Araújo.

5.6. Umbelina Fontenele de Aragão – solteira

5.7. Severa Fontenele Aragão – casada com João Manuel Araújo.

5.8. Inocêncio Fontenele Aragão – casado com Ana Antônio Aragão.

5.9. Maria de Nazaré Fontenele Aragão – solteira.

5.10. Feliciano Fontenele de Aragão – casada com o viúvo Gonçalo Rodrigues, conhecido por Gonçalo Bira.

5.11. Maria do Livramento Fontenele de Aragão – casada com Raimundo Ximenes de Aragão.

Do casamento de Umbelina Maria de Jesus (3.5) com José da Cunha Freire resultou inúmeros filhos, dentre os quais destacamos:

4.1. José da Cunha Fontenele – casado com Ana Alexandrina Fontenele. Deste consórcio houve filhos, sendo que destacamos:

5.1. Maria Antônia Freire da Fonseca – casada com Manuel Joaquim da Fonseca, donde nasceu:

6.1. Maria Fontenele da Fonseca – casada com Vicente Ferreira de Oliveira, nascendo desse casal entre outros:

7.1. José Bento de Oliveira Fontenele – casado com Inocência Catunda Fontenele e de onde finalmente vem a oitava geração com:

8.1. Hugo Catunda Fontenele, conhecido homem de letras, membro do Instituto Histórico do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

Retornando a José da Cunha Freire, casado com Umbelina Maria de Jesus (3.5), registramos a sua projeção através de José da Cunha Fontenele (4.1), casado com Ana Alexandrino Fontenele, com os seguintes filhos:

5.1. Joaquim da Cunha Fontenele – casado com Branca Rosália Fontenele. Formou-se em medicina e residia em São Paulo, deixando dois filhos.

5.2. José da Cunha Filho – bacharel em Direito. Foi Juiz em São Benedito-CE, onde faleceu ainda moço.

5.3. Maria Luzia Fontenele da Silveira – casada com José Alfredo da Silveira, de onde nasceram os seguintes filhos:

6.1. Humberto Fontenele – bacharel em Direito, professor aposentado da Faculdade de Direito do Ceará e ex-exercente de importante cargos públicos, junto ao governo do Estado.

6.2. Ana (Silveirinho), casada com Naff Jereissati. Ambos falecidos, deixando dois filhos.

6.3. Beatriz Silveira – casada com Antônio Albuquerque e Sousa, funcionário da Fazenda Estadual.

6.4. Napoleão Fontenele da Silveira – ex-Deputado Federal pelo Espírito Santo. Faleceu em dezembro de 1974.

6.5. Cornélia Silveira – casada e residente em São Paulo.

5.4. Antônio da Cunha Fontenele – nasceu em Viçosa no dia 23 de março de 1863. Terminado seu curso em Fortaleza, transferiu-se para Recife, onde se bacharelou a 26 de março de 1887. Foi promotor público de Viçosa e, em seguida, de São Benedito e Tauá. Mais tarde retornou a Viçosa onde assumiu, pela segunda vez, o cargo de Juiz. Depois de deixar Viçosa, em busca de Fortaleza, exerceu vários cargos, dentre eles se destacam: Juiz Substituto da Comarca de Fortaleza, diretor interino do Liceu e diretor titular da Escola Normal, da qual era professor. Exerceu a profissão de advogado e pertenceu à Academia Cearense de Letras, tendo-se aposentado em 1922, pelo Estado. Faleceu a 16 de outubro de 1937. Era casado com Maria Barreira Fontenele, deixando desse matrimônio os seguintes filhos:

6.1. Dr. Clóvis Barreira Fontenele.

6.2. José Barreira Fontenele – odontólogo.

6.3. Carlile Barreira Fontenele.

6.4. Anita Fontenele Barros – casada com Rubens Lima Barros, comerciante nesta Capital.

6.5. Maria – casada com o bacharel José Arimatéia Farias e Silva, alto funcionário federal.

6.6. Luce – casada com Heitor Albuquerque.

6.7. Antônio Barreira Fontenele – casado com Diva Meneses Fontenele, residente em Quixadá.

6.8. Zeneida Barreira Fontenele – religiosa

6.9. Maria Luiza Barreira Fontenele – religiosa.

4.4 AGAPITA FONTENELE

Agapita Fontenele nasceu em Viçosa, no ano de 1772. Casou-se com Manuel Simões Moreira Júnior, viúvo, no ano de 1779. Seu falecimento deu-se aos 8 de setembro de 1815. Deixou os seguintes filhos:

3.1. Tereza Maria de Jesus – casada com João da Costa Resplande.

3.2. Agapita – casada com Francisco Arruda. Residia no sopé da Serra da Meruoca.

3.3. Maria Joaquina da Conceição – casou-se com Alexandre Rodrigues Moreira, um dos fundadores de Palma, em 1860. Alexandre era filho de Marciano Rodrigues Moreira, patriarca da numerosa família Marciano, sem dúvida a mais numerosa da Ribeira do Coreaú. Deste tronco vem o terceiro Manuel Simões Moreira, morador no São Francisco, imediações da antiga “Casa Grande” – Outeiro – construída em 1700, pelo pioneiro Rodrigo da Costa, bisavô do Alferes Manuel Simões, que nasceu em 1828 e faleceu em 1918.

3.4. Florêncio Moreira Fontenele – casou-se com Tereza Maria de Jesus, filha de Félix José Gomes, morador na Meruoca e cunhado do cunhado do Capitão Marciano Rodrigues Moreira, casada com Demétrio Rodrigues Moreira, filho de Plácido; e Mariana Moreira Fontenele, que se casou com Marciano Rodrigues Moreira, também morador de Coreaú e falecido em 1900. Era ele um dos grandes esteios do ramo Moreira Fontenele, naquela Ribeira.

3.5. Joana Maria da Conceição – casada com José Gomes Damasceno, seu primo, filho de Félix José Gomes, residente em Várzea Grande hoje cidade de Coreaú.

3.6. Maria do Nazaré – casou-se com Luiz Gomes, seu primo, filho de Félix José Gomes, que se transferiu para o Maranhão, perdendo contato com o resto da família residente no Coreaú.

NOTA:

Manuel Moreira Simões foi elemento de conagração das duas famílias Moreira e Fontenele, legado pelo rebento que ficou órfão em 1816, com o falecimento de sua genitora, ou seja, Florência Moreira Fontenele, casado com sua prima Tereza Maria de Jesus, nascido ne Meruoca em 1802 e faleida na Palma em 1904, com 102 anos idade.

4.5 JOÃO DAMASCENO FONTENELE

João Damasceno Fontenele nasceu em 1788. Pouco se sabe a seu respeito, isto é, sobre os seus descendentes. Os cartórios civis e eclesiásticos não fornecem muitas informações, sabendo-se apenas que foi casado com Francisca dos Reis, filha do português Antônio Vaz dos Santos sogro, também, de Guilherme Fontenele e de Plácido Fontenele. Existem apontamentos em um caderno de família e, segundo o mesmo, houve uma descendência de 14 filhos, mas somente quatro constam anotações pormenorizadas e que figuram nos autos de inventário procedido no cartório civil de Granja. Estes quatros são os seguintes:

3.1. Maria Cassiana Fontenele – casada com o Tenente Coronel Vicente do Espírito Santo Magalhães, filho do Sargento-Mor Antônio do Espírito Santo Magalhães, de cuja união nasceram 14 filhos domiciliados na Freguesia de Viçosa.

3.2. Clara Simplício Fontenele – casada com Guilherme Fontenele.

3.3. João Martiniano Fontenele – casou-se com Zeferina, filha do Coronel Pedro de Brito Passos. Martiniano transferiu-se desde moço para o Piracuruca onde morava o sogro. Lá, participou da política tendo sido Deputado Estadual. Fez progresso na pecuária tornando-se abastado criador.

3.4. José Sérgio Fontenele. Não consta a seu respeito.

NOTA:

João Martiniano Fontenele, após seu casamento com a filha do rico fazendeiro Pedro de Brito Passos, teve a sua posição elevada, econômica e politicamente. Mandou, então buscar seu pai em Viçosa que, juntamente com a família, passou a residir sob o seu patriarcado, sendo que esse acontecimento se deu no ano de 1848. Todos os familiares galgaram posições de destaque na direção da vida pública de Piracuruca. Sérgio Fontenele foi vereador,

presidente da Câmara, Coletor de Rendas etc. Os demais irmãos também foram agraciados com valiosos quinhões, principalmente quando o notável Senador Gervásio de Brito Passos tornou-se o todo-poderoso da terra.

João Damasceno Fontenele faleceu no ano de 1874, tendo sido sepultado no cemitério de Piracuruca.

4.6 PAULO FONTENELE

Paulo Fontenele nasceu em 1786. Desde a infância revelou-se portador de uma personalidade forte, moço corajoso e disposto. Isso, tanto nas lides campestres, juntamente com seu pai, quanto nas ambições de conquista por uma melhor colocação entre os seus companheiros de escola. Sempre se fez revelar como o mais inteligente e o mais estudioso da classe.

Quando em 1822, o Coronel Francisco de Carvalho Mota e seu sobrinho Dias da Silva, o famoso “Simplição da Parnaíba”, que buscava ajuda não só em Granja como em Viçosa, para ombater o insurreto Fidié, Chefe das Armas da Capitania do Piauí, Paulo Fontenele não se fez ausente aos apelos do importante chefe legalista. Foi ele que organizou o contingente de voluntários viçosenses que se uniram aos combatentes de Granja para enfrentar o presunçoso revolucionário português.

Com relação ao casamento de Paulo Fontenele, encontramos no arquivo, cuidadosamente organizado pelo professor Antonino Fontenele, uma informação na qual consta que ele se casara com Rosa Maria do Espírito Santo, filha do português Antônio de Oliveira do Espírito Santos Barcelos, natural de Sobral.

Os apontamentos colhidos junto aos cartórios civis e eclesiásticos de Viçosa dizem o contrário, quanto à procedência de Rosa Maria. Segundo essas fontes, ela seria fruto de uma união havida entre o padre José Sancho Lelou e uma sua cunhada. Fica aqui a dúvida. Do casal Paulo e Rosa ou ainda Maria Rosa, segundo versão ligada ao padre Sancho, nasceram os seguintes filhos:

3.1. José Tomaz Fontenele – casou-se com Fausta Fontenele.
3.2. Ana Maria Fontenele – casou-se com Bonifácio do E. Santo Magalhães.

3.3. Rosa Maria Xavier – casou-se com José Severino Fontenele.

3.4. Roberta Maria da Anunciação – casou-se com Pedro Paulo Magalhães.

3.5. Mafalda Agostinha – casou-se com Manuel José Fontenele. Mafalda, casada em primeiras núpcias com Manuel José Fontenele, ficou viúva e casou-se, em segundas, com Alexandre José da Silva. Deste consórcio nasceram os seguintes filhos:

4.1. Lourenço – que se casou e herdou a Fazenda Imbueira, onde nasceu José Sancho Xavier, pai do Coronel Inácio Xavier, da Granja.

4.2. Sabino – não deixou filhos.

4.3. Clara – nascida em 1816

4.4. Tomázia – nascida em 1817

4.5. Rosa Francisca Xavier – casada com Inácio Francisco Fontenele, proprietário da Fazenda Porteiras. Com o seu falecimento, Inácio Francisco casou-se com Rosa Maria Fontenele, filha de João das Covas, o armazenador de dinheiro em cochos.

4.6. José Eleutério Xavier – casou-se com Deolinda Oliveira Saraiva.

4.7. José Silvestre Xavier – casado com Maria Magalhães.

Deste ramo nasce a ligação existente com Coronel Inácio Xavier, alto comerciante da cidade de Granja.

NOTAS AVULSAS:

O padre José Sancho faleceu a 5 de novembro de 1824. Foi sepultado na nave da igreja-matriz de Viçosa. A missa de 7º dia foi celebrada no dia 12 do mesmo mês pelo Frei Alexandre da Purificação, que por essa época já andava fugindo em virtude da Revolução do Equador.

Inácio Francisco, tendo ficado viúvo novamente, casou-se com Maria dos Reis. Deste enlace nasceu Lourenço Francisco, que contraiu nupcias com Feliciano Francisca, filha do Coronel Vicente do Espírito Santo Magalhães. Deste consórcio nasceram os seguintes filhos:

- a) Vicência – casada com José Pedro.
- b) Ernestina Xavier – casada com Antônio Rodrigues Magalhães.
- c) Domingos do Espírito Santo Xavier – casado com Justina Pacheco, em primeiras núpcias, e, em segundas, com Maria Goveia.

4.7 PLÁCIDO FONTENELE

Plácido Fontenele nasceu em 1789. Casou-se com Maria Antônia dos Santos, filha de Antônio Vaz dos Santos e de Clara Maria Rodrigues, neta do rico fazendeiro Pedro Rocha Franco. Como residência, escolheu o lugar Retiro, propriedade situada ao sopé da Serra do Olho-d'Água hoje pertencente ao município de Viçosa. Nesse lugar, houve florescente progresso, onde se celebravam missas, faziam-se desobrigas, casamentos e batizados. Atualmente só restam pedregulhos soltos daquilo que foram alicerces de confortável sobrado.

Do consórcio de Plácido/Maria Antônia, cujo evento se deu em 1808, nasceram os seguintes filhos:

3.1. Francisco Elias Fontenele – casado com Ana Ferreira Veras, filha do chefe político de Ubatuba, Domingos Anselmo de Sousa Castro, liberalista afamado.

3.2. Eufrasino Umbelina Fontenele – casada com Felipe Benício Fontenele Neto, morador no Sítio Itaguaí, sopé que se defronta com o contraforte da Serra das Formigas, do município de Viçosa.

3.3. Inácia Clara Fontenele – casou-se com Antônio Vaz Fontenele, seu primo carnal e morador no distrito de Ubatuba.

3.4. Basílio Magno Fontenele

3.5. Bonifácio Adeodato Fontenele – casou-se com Sebastiana Izabel do Espírito Santo – residem no distrito de Ibuguassu.

3.6. Maria do Espírito Santo – casada com seu primo Porfírio de Andrade Fontenele (filho de Ludovica Fontenele e de Pessoa Anta, segundo afirmação deste em testamento).

3.7. Umbelina – nascida em 1812 – casada com Manuel Saldanha de Brito, em 1843, tronco da numerosa família Saldanha, povoadora de vários sítios e distritos de Granja.

3.8. Jesuína – casou-se com José Raimundo Fontenele, filho de Raimundo Benício Fontenele. O casal residia em Viçosa, onde deixou numerosa prole.

3.9. Plácido Fontenele Filho – casado com Feliciano Benício Fontenele. Plácido foi voluntário da Guerra do Paraguai de onde saiu com o posto de Capitão e com a comenda de Cavaleiro da Ordem da Rosa Imperial. Ao deixar o Sítio Reitor, onde morava o seu pai, Plácido Fontenele passou a residir no Sítio Pará, nas imediações de Viçosa (é bisavô do escritor R. Batista Aragão, de quem já temos feito referências).

3.10. Geminiana – nascida em 1827 e falecida em 1909. Casou-se com João de Pinho Pessoa, filho de Marçal Borges Pinho e Maria Tereza Pessoa (irmã de João Andrade Pessoa Anta e do Senador Paula Pessoa).

Do casal Geminiana/João de Pinho, nasceram os seguintes filhos:

4.1. Plácido de Pinho Pessoa – nascido no dia 1/5/1846.

4.2. Leocárdio de Pinho Pessoa – nascido no dia 7/8/1850.
Faleceu sem deixar filhos.

4.3. João de Pinho Pessoa – nascido no dia 6/10/1852.

4.4. Salustiano de Pinho Pessoa – nascido no dia 26/9/1853.

4.5. Justinliano de Pinho Pessoa – nascido no dia 26/9/1853,
gêmeo com Salustiano.

4.6. Marçal de Pinho Pessoa – nascido no dia 2/9/1856.
Morreu solteiro.

4.7. Maria de Pinho Pessoa – nascida no dia 6/8/1858.

4.8. Felizardo de Pinho Pessoa – nascido no dia 25/5/1860,
casado com D. Hilda de Pinho Pessoa.

(ver item 5.3)

4.8 LUDOVICA FONTENELE

Ludovica nasceu em 1794. Diz-se que ela foi casada com Nicolau Lelou, que residiu em Viçosa até 1825, tendo, depois dessa data, transferindo o seu domicílio para a cidade de Parnaíba. Noutra versão, afirma-se que Ludovica teria sido amante de João Andrade Pessoa Anta. Ficam aí as duas versões, porém com uma pista que mais leva a Pessoa Anta. Por ser corrente na época dirigirem-se as simpatias em torno do nome do pai, usavam as mães adotar para os filhos o sobrenome deste. E um filho de Ludovica assinava-se com Andrade. Vejamos então:

3.1. Porfírio de Andrade Fontenele.

3.2. Luíza do Espírito Santo Fontenele – casada com Antônio Nolasco de Brito (sem descendência).

3.3. Firmina Fontenele.

Porfírio Fontenele casou-se com sua prima Maria do Espírito Santo, filha do Capitão Plácido Fontenele, tendo nascido os seguintes filhos:

4.1. Maria de Andrade Fontenele – nascida em 1844 – casada com Inácio João de Magalhães, proprietário do Sítio denominado Alto, localizado bem próximo à cidade de Viçosa. Inácio João, por sua vez, teve os seguintes filhos:

5.1. José Inácio Fontenele.

5.2. Porfírio Fontenele Magalhães.

5.3. Inácio João Magalhães Filho – casado com Umbelina, filha de Manuel Benício Fontenele.

5.4. Jovelina Fontenele Magalhães.

5.5. Adelina Maria Barcelos – casada com João Inácio de Barcelos, residente na Fazenda Várzea Grande, município de Granja, onde deixou numerosa prole.

5.6. Firmina Jardelina Fontenele – casada com Antônio Adeodato Fontenele, que deixou inúmeros filhos.

Do casal Inácio João Magalhães Filho e Umbelina nasceram os seguintes filhos:

6.1. Isaías Magalhães – casado com Maria Batista, neta de Antônio Luiz Batista.

6.2. Valdemiro Fontenele Magalhães – bancário em Fortaleza.

6.3. Manuel Fontenele Magalhães – médico, falecido em Vitória.

6.4. Coraci Fontenele Magalhães – odontólogo em Fortaleza.

6.5. Horácio Fontenele Magalhães – comerciante em Viçosa (falecido).

6.6. Maria Fontenele Magalhães – solteira.

6.7. Houve outra filha que morreu solteira.

De Inácio João Magalhães Filho ou, popularmente o “Inácio do Alto”, corre que era o homem mais honesto e intransigente que já se conheceu. Não queria nada de ninguém, mas o que lhe pertencia ninguém abocanhava. Certa vez ele deu pela falta de uma jaca, produto de uma jaqueira de sua estimação. Não tolerou o furto. Como a experiência lhe ensinara que a corte da fruta deixava um talhe que podia ser facilmente identificado, não titubeou. Cortou a parte presa à fruteira e botou-se para a cidade. No caminho, alguém perguntava para onde ele ia levando aquele talo de jaca e ele esclarecia: “É para descobrir um ladrão”. Efetivamente o descobriu, pois, com o trabalho de conferir jaca por jaca, nas vendas do comércio, encontrou uma que se ajustou à parte de que se utilizara. O receptador perdeu a jaca e o ladrão foi curtir vinte e quatro horas de cadeia.

4.9 JACINTA MARIA FONTENELE

De acordo com os apontamentos deixados por João Fontenele, tronco da numerosa família Fontenele, seus decendentes eram apenas nove. Foi uma omissão motivada talvez por esquecimento, pois, segundo pesquisa feita nos livros de assentamento de nascimentos e batismos no arquivo existente em Sobral, foi encontrado o termo que se segue:

“Aos 28 de setembro de 1781, nesta Matriz de N.S. da Assunção da Vila Viçosa, batizei e dei Santos Óleos a Jacinta, nascida 15 dias antes, filha do João Fontenele e de Umbelina Maria de Jesus. Neta paterna de Jean Fontaneilles e Suzana Molinier. Maternos: Manuel Gonçalves Rodrigues e Rosa Maria de Jesus. Paternos: naturais de Melun na França e maternos: ele, da Ilha Terceira (Portugal) e ela de Jacobina na Bahia. Foram padrinhos o Sargento-Mor Luiz Amorim de Barros e sua mulher Antônia Maria da Conceição”.

Jacinta casou-se com Roque de Oliveira Barcelos, filho de Antônio do Espírito Santo de Oliveira Magalhães, já entrelaçado na família Fontenele. Pois Inácio João de Barcelos, filho do mesmo Antônio do Espírito de Oliveira Barcelos, era casado com Rosa Fontenele.

Roque era viúvo de Francisca Maria do Espírito Santo. O enlace de Jacinta Fontenele teve pouca duração, uma vez que Roque faleceu pouco depois. Ela então contraiu segundas núpcias com Vicente Ferreira de Almeida, natural de Granja. Nos arquivos não ficou mencionada qualquer referência sobre descendentes do primeiro matrimônio de Jacinta, bem como do segundo.

4.10 AMARO FONTENELE

Amaro Fontenele nasceu em 1795. Casou-se com Luísa Margarida de Castro, filha de um rico e influente chefe político da povoação de Ubatuba. Em seguida, transferiu sua residência para a zona de influência do sogro. Pelo convívio, tornou-se proeminente figura nos destinos da região, gozando inclusive da amizade de Pessoa Anta, que o levou a participar do movimento republicano de 1824. Quando Pessoa Anta foi conduzido preso, ao suplício da famigerada comissão militar, dirigida pelo não menos famigerado Jacob Niemeyer, ele escapou em Parnaíba, junto ao prestígio do Coronel Simplício Dias.

Amaro, tido como homem disposto e inteligente, era bom versejador. Foi ele o patronizador da construção da Capela de Ubatuba, cuja a inauguração se deu em 1868. Morreu em 1869, aos 74 anos de idade, deixando os seguintes filhos:

3.1. Juvêncio Alfredo de Castro Fontenele – casou-se com Joaquina da Silva Fontenele, donde nasceram vários filhos, destacando-se Amaro Fontenele Filho, fazendeiro abastado que herdou as fazendas do país.

3.2. Josefa Hermengarda de Castro Fontenele- casou-se com João Damasceno Ferreira Veras, filho de David Machado Portela. Este casal deixou 11 filhos, todos identificados pelo sobrenome de Ferreira Veras, em detrimento do ancestral Fontenele. Os Veras são os povoadores da região de Ubatuba.

3.3. Agapita Rosa de Castro Fontenele – casou-se com Antero Tomaz Portela, criador da mesma zona.

3.4. Tarcília de Castro Fontenele – casou-se com José Martins dos Santos. Houve filhos, mas não conhecemos dados precisos sobre os mesmos.

3.5. Ernestina Laudelina – casou-se com Bento Pereira de Sousa. Não constam apontamentos sobre sua descendência.

3.6. Firmina Mulinier de Castro Fontenele – casou-se com Serafim Pereira de Sousa (sem apontamentos).

3.7. Umbelina Hermengarda de Castro Fontenele – casou-se com Vitorino Borges da Silva.

3.8. Justiniana Mulinier de Castro Fontenele – casou-se com Francisco Pereira de Sousa Castro, tendo os seguintes filhos:

4.1. Clementino Pereira de Sousa.

4.2. Luzia Mulinier de Castro Fontenele – casada com Manuel Raimundo Fontenele.

CAPÍTULO V

Descendência de
Jean Fontenele

5.1 MARECHAL JOSÉ FREIRE DE BEZERRIL FONTENELE

O MARECHAL Bezerril nasceu em Viçosa, no dia 8 de março de 1850. Em seu "Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense", vol. II, o Barão de Studart refere como data de nascimento o dia 10 de março, versão que foi seguida por todos os que têm ocupados desse eminente cearense, à exceção de Dunshee de Abranches em "Governos e Congresso da República", que cita corretamente 8 de março de 1850, data copiada dos próprios assentamentos civis ou religiosos de seu nascimento.

Bezerril era filho do professor de primeiras letras José Freire de Bezerril e de Maria da Assunção Fontenele. Era neto paterno de Veríssimo Freire de Revoredo, proprietário rural e, do lado materno de Felipe Benício Fontenele, sendo, portanto bisneto francês Jean Fontenele.

Seus estudos preparatórios foram realizados no antigo Liceu Cearense, objetivando seguir o curso de farmácia. Foi uma fase pouco lisonjeira de sua vida, sendo muitas vezes obrigado a trabalhar de pedreiro, para poder comprar os livros indispensáveis aos seus estudos.

Em face da escassez de recursos que o oprimia, viu-se na contingência de desistir da carreira a que se propusera seguir e o fez, sentando praça na contingente de Linha, seguindo para a Corte. No novo domicílio, matriculou-se (2 de janeiro de 1871) na Escola Militar, de onde saiu Alferes-Aluno, em 26 de dezembro de 1874, graduando-se em Engenharia Militar e bacharelado-se em Matemática e Ciências Físicas.

DO PARÁ AO CEARÁ

Promovido a 2^a Tenente a 31 de janeiro de 1877 e a 1^a Tenente em 29 de julho do mesmo ano. Em 17 de setembro de 1879, foi promovido a Capitão, tendo, nessa época, sido transferido para a Província do Grão Pará, onde foi executar várias obras de engenharia do governo imperial. Em Belém, constituiu família, tendo então, levado para junto de si 4 irmãs e um irmão menor, órfãos de pai e mãe.

Criada a Escola Militar do Ceará e em virtude de um ato de indisciplina do cadete Euclides da Cunha, foi o Capitão Freire Bezerril nomeado professor da referida Escola. Sua nomeação se deu em 1889, ano que se transferiu para Fortaleza. Logo à sua chegada ao Ceará, filiou-se ao grupo republicano, liderado pelas figuras mais expressivas da Província e passou a desenvolver secretas atividades de propaganda antimonárquica.

PARLAMENTO E GOVERNO

À tarde do dia 16 de novembro de 1889, com a recepção do telegrama que noticiava a Proclamação da República, Bezerril dirigiu-se com a oficialidade à Escola Militar e ao 11^a B.I. do qual era comandante o Coronel Luiz Antônio Ferreira, e em seguida ao Palácio do Governo, para depor o Presidente e chefe de Engenheiros, Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim. Na mesma ocasião, uma vez deposto o presidente, fez proclamar como governador o Coronel Ferraz, que pouco antes já havia sido aclamado pelo povo no Passeio Público. Ferraz assumiu imediatamente o poder e em seguida nomeou a Comissão Executiva, espécie de Ministério auxiliar do governo, do qual Bezerril fez parte como Encarregado dos Negócios da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas. Em sessão da Câmara municipal, de 18 de novembro de 1889, Bezerril prestou juramento inerente à investidura no cargo. O ministério teve vida efêmera e ele teve que ser devolvido à sua cátedra na Escola.

Tendo ocorrido que, em 4 de janeiro de 1890, os vereadores renunciaram aos seus respectivos mandatos, em face da nova ordem estabelecida, Ferraz extinguiu a Câmara e criou o Conselho de Intendência, composto de cinco membros. Esse Conselho era dirigido por um presidente eleito pelos seus pares na primeira sessão de cada mês. Foram nomeados: João Lopes Ferreira Filho, Capitão José Freire de Bezerril Fontenele, José Correia do Amaral, Dr. João Marinho Rodrigues, como membros da primeira composição.

Além das função já descrita, Bezerril era comandante da Guarda Nacional Federal. Nessa qualidade, surgindo a deposição do general José Clarindo de Queiroz, pela Escola Militar, ele assumiu o cargo "pro-interino", aos 17 de fevereiro de 1892, para entregá-lo no dia seguinte ao presidente eleito pelo Congresso Estadual, Major Bejamim Liberato Barroso que, por sua vez, transmitiu o poder ao novo vice-presidente eleito pelo 2º Congresso, Comendador Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli (18 de fevereiro de 1892).

Para o exercício do governo, em caráter efetivo, o partido situacionista fez a sua indicação ao cargo que, eleito, assumiu a presidência do Estado em 29 de agosto de 1892, permanecendo até 12 de julho de 1896.

Bezerril foi o primeiro governador do Ceará a preencher o quadriênio estabelecido pela Constituição. Sua administração foi brilhantíssima, ficando na história cearense como profícua, não só sob o ponto de vista econômico, como por diversas obras realizadas das quais se destacam: Liceu (onde hoje se ergue a Secretaria de Polícia), açudes, quartéis, estradas, pontes etc. Deixando ainda os cofres públicas com uma reserva disponível de cerca de dois contos de réis!

Quando no exercício do governo, foi promovido a Coronel, em data de 9 de março de 1894.

Na sua gestão, contou com os seguintes secretários: Interior, Valdemiro Cavalcante e, sucessivamente, Antônio Sales Tomaz Pompeu Pinto Acioli; da Fazenda, Miguel Ferreira de Melo; da Justiça, Valdemiro Moreira; Diretor de Obras Públicas, Dr. Henrique

D'Alencastro Autran; do Liceu, professor Agapito Jorge dos Santos; da Escola Normal, Dr. Antônio da Cunha Fontenele; da Biblioteca Pública, Juvenal Galeno; da Colônia Cristina, Coronel Tomaz da Silva Porto; Presidente da Junta Comercial, José Cândido Cavalcante; Inspetor da Higiene, Dr. João Martinho de Andrade. Era Presidente do Tribunal da Relação o desembargador José Joaquim Domingues Cameiro; e Procurador Geral do Estado, o desembargador Antônio Sabino Monte.

Terminado o quadriênio, Bezerril foi eleito Senador da República e, seguidamente, deputado, participando da Comissão de Marinha e Guerra à qual presidiu. Na Câmara, fez-se destacar por seus méritos e especialmente pela sua atitude corajosa de levar o Congresso a votar a anistia dos revoltados marinheiros do "Minas Gerais", sob a chefia de João Cândido. Bezerril foi o primeiro deputado a dizer "NÃO" à política. Com a queda do Presidente Nogueira Acioli, em 1912, não mais voltou ao parlamento, recolhendo-se à sua vida privada.

ÚLTIMO POSTO MILITAR

Em curta permanência no Recife, desempenhou as funções de comandante interino da Região Militar (Distrito Militar), em substituição ao General Artur Oscar, que passara a chefiar a expedição contra o reduto de Antônio Conselheiro, em Canudos. Nesse posto, muito contribuiu para assegurar o abastecimento da importante expedição, vitoriosa depois de tantos reveses para as armas da legalidade.

Era amigo pessoal e íntimo do Marechal Floriano Peixoto, por quem foi várias vezes consultado sobre importantes assuntos da administração, e cujo falecimento lamentou profundamente em sua mensagem à Assembléia, em 1895.

Promovido a General de Brigada, graduado em 1911, passou a General de Divisão em 1915; tendo sido reformado no posto de Marechal, último degrau da hierarquia militar.

FAMÍLIA

No Pará, Bezerril casou-se com D. Maria Joaquina Paranhos Fontenele, nascida naquela cidade aos 25 de setembro de 1864. Maria Joaquina, era filha do Capitão Caetano da Silva Paranhos, sobrinho do Visconde do Rio Branco, e de Joaquina Rosa da Silva Paranhos. Viveu esta veneranda senhora, no Rio de Janeiro, até os 85 anos de idade.

Do matrimônio nasceram seis filhos, cinco dos quais residentes no Rio.

São os seguintes:

2.1. José Paranhos Fontenele – nascido a 15 de novembro de 1885, médico do Departamento Nacional de Saúde Pública e professor de Higiene da Escola Normal do Distrito Federal.

2.2. Augusto Paranhos Fontenele – nascido também em Belém, aos 13 de maio de 1888 – engenheiro civil e funcionário do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

2.3. Mário Paranhos Fontenele – nascido em Fortaleza aos 8 de dezembro de 1893 – bacharel em direito, advogado militante no Rio e alto funcionário da Prefeitura do Distrito Federal.

2.4. Eurico Paranhos Fontenele – nascido em Fortaleza, aos 20 de janeiro de 1897 – engenheiro civil e consultor técnico da “Standard Oil Company”.

2.5. Milton Paranhos Fontenele – nascido no Rio aos 13 de fevereiro de 1902. Engenheiro civil, catedrático da Escola Nacional de Engenharia. Faleceu em Fortaleza.

2.6. César Paranhos Fontenele – nascido a 17 de maio de 1890. Deste, constituiu-se ilustre prole, constante de 7 netos e 3 bisnetos.

NOTA HISTÓRICA:

Por ocasião da data centenária do ilustre Marechal Bezerril, a família, reunida em Fortaleza, mandou celebrar missa solene na Igreja de São José, no Cemitério de São João Batista, da qual foi

oficiante o Padre Bezerril foi o último tributo prestado à memória de um dos mais lídimos representantes do Ceará.

Em nota apensa, juntamos um artigo de autoria do Dr. Edgar Bezerril Fontenele, publicado em "A Comarca", jornal editado em Granja, no ano de 1928.

5.1.1 MARECHAL BEZERRIL FONTENELE

TRABALHO PUBLICADO NUM JORNAL DE GRANJA, EM NOVEMBRO DE 1928, DE AUTORIA DE SEU SOBRINHO DR. EDGARD BEZERRIL FONTENELE

Nasceu em Viçosa, deste Estado, a 8 de março de 1850. Filho legítimo de José Freire de Bezerril, professor latinista, natural do Rio Grande do Norte e de D. Maria da Assunção Fontenele, filha do Sargento-Mor Felipe Benício Fontenele e de D. Maria dos Anjos Portela, esposa deste.

O seu batizado ocorreu no dia 19 de maio do mesmo ano, na matriz de Viçosa, sendo oficiante o vigário Jasé Beviláqua e teve como padrinhos o Dr. João Querino R. da Silva e sua avó materna Maria dos Anjos Portela.

Iniciou sua vida como ajudante de pedreiro, para fazer jus a algumas moedas necessárias à aquisição de livros para o início de seus estudos, isto quando já o pai estava residindo em Messejana, transferido que foi em virtude de perseguições da política dominante de Viçosa, tendo feito parte do curso de preparatórios em Fortaleza. Sentou praça a 2 de janeiro de 1871, transferindo-se para a Escola Militar da Praia Vermelha, onde completou seus estudos.

Aluno e Engenheiro Militar, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, em 26 de dezembro de 1874. 2º Tenente a 31 de janeiro de 1877. Capitão a 17 de setembro de 1879.

Casou-se a 10 de janeiro de 1885 com D. Maria Joaquina Paranhos sobrinha do Visconde do Rio Branco. Em 1879 foi lente da Escola Militar do Ceará. Em 1889 proclamada a República, foi

nomeado Ministro das Obras Públicas sob a presidência do Cel. Luiz Antônio Ferraz, ministério este que teve vida efêmera. Exerceu o cargo de Intendente.

Em 1890 foi eleito Deputado Federal à Assembléia Constituinte da República.

Major a 7 de janeiro de 1890, por merecimento; Tenente Coronel graduado a 31 de julho de 1891. Tenente Coronel efetivo a 12 de janeiro de 1892.

Sendo Chefe de Guarnição foi pelo Governo Federal incumbido de depor o general José Clarindo, do governo do Ceará, ordem que cumpriu a 17 de fevereiro de 1892 e em março desse mesmo ano foi eleito presidente do Ceará cujo cargo assumiu a 27 de agosto. Coronel a 9 de março de 1894. Deixou o governo a 12 de julho de 1896 ficando nos cofres do Tesouro Estadual saldo superior a dois mil contos de réis, em dia o pagamento do funcionalismo público e solvidos todos os compromissos do Estado. Representou este Estado nas duas Câmaras do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados fez sempre parte das comissões da Marinha e Guerra, e as presidiu por muitos anos. Promovido a General-de-Brigada a 11 de março de 1912. Reformou-se a 16 de dezembro do mesmo ano, a pedido de acordo com o disposto no art. 14 da Lei 2296 de 13 de dezembro de 1910 no posto de General-de-Divisão com graduação de Marechal.

Em 1912 candidatou-se à presidência do Ceará. Retirando-se do cenário político em 1915, falecendo a 30 de março de 1927 em sua residência à Rua Conde de Irajá nº 32, Rio de Janeiro. Foi sepultado no Cemitério S. João Batista.

O Marechal deixou viúva D. Maria Joaquina Paranhos Fontenele e os seguintes filhos:

3.1. Dr. José Paranhos Fontenele – médico, casado com D. Alda N. B. Fontenele;

3.2. Dr. Augusto Paranhos Fontenele – Engenheiro Civil, casado com D. Maria da Conceição Freitas Fontenele;

3.3. Dr. Mário Paranhos Fontenele – advogado;

3.4. Euzébio Paranhos Fontenele;

3.5. Milton Paranhos Fontenele – ambos engenheiros civis.

5.2 CEL. JOÃO BENÍCIO FONTENELE

João Benício – oitavo e último filho do Coronel José Raimundo Fontenele. Casou-se em 1895, em Fortaleza, com Ana Bezerril Fontenele, sua prima e irmã do então presidente José Freire de Bezerril Fontenele. A solenidade de matrimônio se deu no Palácio, então morada do governador.

João Benício era agricultor, sitiante e exerceu, durante a sua longa existência, os mais elevados cargos administrativos no município de Viçosa. Também foi comerciante em sociedade com o seu irmão Raimundo José Fontenele, sob a razão social “Fontenele & Irmão”.

Deixou os seguintes filhos:

2.1. Eduardo Bezerril – Almirante, residente no Rio e casado com Nair Raposo. Do matrimônio deixou apenas um filho, o professor Luiz Fernando Raposo Fontenele.

2.2. Edmundo Bezerril – engenheiro e professor da Universidade Federal de Belo Horizonte, casado com Raimunda Queiroz Fontenele. Tem diversos filhos.

2.3. Edgar Bezerril Fontenele – cirurgião dentista, genealogista e casado com Auta Marrocos. Tem quatro filhos. Divide sua residência entre o clima ameno de Viçosa e a vida trepidante de Fortaleza.

2.4. Odete Bezerril – viúva de José Joaquim de Carvalho. Sem filhos.

2.5. João Bezerril Fontenele – preferiu a direção dos sítios a conquistar um diploma de doutor. Dedicou-se à cultura da pimenta-do-reino.

2.6. Edson Bezerril – médico pela Faculdade da Bahia, onde é professor catedrático. Casado com Elisa Pimentel e tem 4 filhos.

2.7. Edwar Bezerril – formado em Agronomia. Emprega suas atividades profissionais, agricultando as terras deixadas pelos pais. É casado e tem 6 filhos.

2.8. Ednir Bezerril – odontólogo, formado pela Universidade da Bahia. Exerce suas atividades em Viçosa.

2.9. Edmar Bezerril – economista. Exerce suas atividades no Banco Real de Minas Gerais em Fortaleza. É casado e tem 4 filhos.

2.10. Maria Assunção – casada com Inácio Aragão. Tem 4 filhos e reside em Sobral.

5.3 PINHO PESSOA – FAMÍLIA

Três irmãos foram escalados para habitar a promissora Colônia do Brasil, a fértil Canaã do jovem continente. O primeiro, chamava-se Joaquim José Borges de Pinho e o segundo, que se presume ser gêmeo com o primeiro, Antônio José Borges de Pinho, o terceiro, mais novo e pirrônico, João Borges de Pinho.

Os três aportaram no Recife, onde procuraram ajustar os interesses de suas ambições às incertezas do novo pólo.

Os dois mais velhos, talvez por terem nascido juntos, procuraram sempre viver em união um com o outro em todos os empreendimentos tentados. Tomaram um barco que se destinava ao Coreau, local cuja fama corria longe e onde alguns patrícios já se haviam estabelecido e buscaram esse destino.

João de Pinho, tendo recusado a companhia dos irmãos, tomou a direção da Capitania da Paraíba, terra também fértil e de futuro promissor.

Joaquim e Antônio atingiram a povoação de Santa Cruz do Coreau, hoje, cidade de Granja, onde logo trataram de explorar o ramo com que se apegavam todos os forasteiros: a criação de gado. Ao lado dessa atividade, enveredaram no comércio e isso pelas boas graças do auxílio de patrícios já estabelecidos na terra.

Não sabemos com certeza a data em que chegaram. Sabemos, outrossim, que por ocasião da inauguração da matriz de Granja, a 8 de setembro de 1759, eles assinavam a ata desse acontecimento.

Esses dois Pinho fizeram progressos. Um deles, Joaquim, já investido na patente de Sargento-Mor, contraiu núpcias com Felipa Pereira de Sousa, filha de Alexandre Pereira de Sousa. Alexandre

foi um dos primeiros habitantes da então vila e certamente uma das principais fortunas do lugar.

Do casamento de Joaquim com Felipa nasceram os seguintes filhos:

2.1. Francisco Borges de Pinho – nascido em 1771, ordenou-se pelo Seminário de Olinda.

2.2. José Borges de Pinho – nascido em 1774, casado com Maria Joaquina dos Santos.

2.3. Maria Beneflita de Jesus – casada com Félix Borges de Pinho.

2.4. Antonio José de Pinho – deixou apenas um filho.

Joaquim, o Sargento-Mor, faleceu a 31 de outubro de 1803, em atividade no serviço público, exercendo o cargo de Suplente de Juiz de Direito. Deixou várias fazendas de criar, prédios e escravos.

O seu irmão Antonio José também acumulou fortuna, deixando numerosa prole.

Quanto ao irmão mais moço, João Borges de Pinho, impetuoso e de temperamento rebelde, fixou sua residência no interior paraibano. Lá, constituiu família e acumulou uma pequena fortuna. Morava perto de Itabaiana, onde costumava comparecer todos os domingos. Era o dia em que ia fazer aquisição de artigos necessários ao uso doméstico ou, como se diz popularmente, ia fazer a feira.

Talvez premido pela cultura da época e, principalmente da região, João de Pinho foi levado a fazer péssima aquisição: inimigos. Esses inimigos habitavam a sua vizinhança e eram temíveis e ameaçadores.

Certo domingo, quando ele se encaminhava para a vila de Itabaiana, montado em seu cavalo de sela e acompanhado de seu filho Marçal, menino de 12 anos de idade, que ia no meio de uma carga de malas de couro, foi colhido por um imprevisto. Doze fascínoras que o haviam tocaiado irromperam violentos de dentro do mato e fizeram fogo. João de Pinho caiu do cavalo, tendo no corpo uma quase mortal carga de chumbo.

Assustados pelos disparos, os burros correram desenfreadamente em busca da vila, fazendo enorme barulho. No meio da carga de malas o menino Marçal continuava grudado, procurando

segurar-se como podia. Os animais chegaram à vila. E o povo, atraído pelo tropel, acudiu prontamente, retirando o menino e informando-se do ocorrido. João de Pinho foi socorrido pelas autoridades, sendo transportado para a vila e tratado com os recursos do meio: pinto de primeira pena, moído no pilão. Escapou.

Desse acontecimento as autoridades apenas trataram de um processo que não passou dos depoimentos. João de Pinho, entretanto, só teve o cuidado de identificar os autores do seu quase assassinio. Depois, estando já recuperado, apenas defeituoso de uma perna, tratou de tomar vingança.

Persuadido por esse intento, fez os preparativos iniciais. Limpou seu velho bacamarte, proveu-se de munição e preparou a mochila. Despediu-se da mulher e dos filhos e sem mais nenhuma explicação embrenhou-se nos matos.

Devagarinho, à medida que os seus olhos davam em cima de cada inimigo, foi tratando de eliminá-los. Toda vez que matava um, tinha o cuidado de cortar-lhe a orelha direita e enfiá-la dentro da mochila. No final de algum tempo havia completado a sua coleção: tinha doze orelhas guardadas.

Todo esse trabalho foi realizado debaixo do mais absoluto sigilo. Porém um dia tudo foi descoberto. Os urubus começaram a festejar sobre o local onde ele escondia os cadáveres e em seguida as autoridades tomaram conhecimento. Não houve necessidade de serem feitas indagações mais profundas, quanto à autoria do achado macabro. Se os mortos eram os inimigos de João de Pinho, outro não poderia ter sido o autor.

Essa justiça que nenhuma providência havia adotado quando ele foi ferido, achou por bem persegui-lo quando da vingança, movendo-lhe rigoroso processo. João de Pinho enfrentou a justiça sem atender-lhe os requisitos de submissão. Rebelou-se então, e ninguém foi capaz de demovê-lo do seu propósito de resistência. Por fim, surgiu uma “compozicion” à romana: feito um levantamento de seus bens, pagou as despesas do processo e mudou-se da Capitania.

Por essa forma, penetrou no Ceará, iniciando a sua jornada pelo Cariri, em demanda dos sertões de Inhamuns. Prosseguiu via-

gem, passando pela serra da Ibiapaba, passando por Viçosa e indo esbarrar no vale do Timonha onde se decidiu estabelecer residência. Tornou-se criador de gado na região.

No final do século XVIII ou em princípio do século XIX, Marçal, o filho mais velho e sobrevivente da tragédia que quase elimina o pai, casou-se com Maria Tereza Pessoa, filha do Capitão-Mor Tomaz Antonio Pessoa de Andrade pai de Pessoa Anta e do futuro senador Paula Pessoa.

O primeiro filho do casal, que na ordem cronológica deve obedecer o número 3.1 (terceira geração a partir de João de Pinho), casou-se com Germiniana (3.10), neta do francês Jean Fontenele. Do casal houve os seguintes filhos

4.1. Plácido de Pinho Pessoa – fazendeiro, juiz de direito e Deputado Estadual. Foi grande criador de gado na fazenda que lhe coube por herança (do sogro, Senador Vicente Alves de Paula Pessoa), fazenda essa situada na zona de Canindé;

4.2. Leocácio de Pinho Pessoa – que faleceu sem deixar filhos;

4.3. João – nascido em 6 de janeiro de 1852;

4.4. Coronel Salustiano de Pinho Pessoa – chefe de importante firma comercial em Viçosa, “Pinho & Irmão”, firma que dirigiu até o ano de 1920, quando faleceu;

4.5. Justiniano de Pinho Pessoa – falecido no Recife, quando fazia o curso de Direito;

4.6. Marçal de Pinho Pessoa – membro da firma “Pinho & Irmão”, morreu solteiro em Viçosa;

4.7. Maria de Pinho – casada com o Dr. Ernesto Marques da Silva, Juiz de Direito da Comarca. Ernesto foi removido da Comarca de Viçosa, a título de punição, por se haver envolvido na política dos cunhados. Não aceitou a transferência e foi posto em disponibilidade.

4.8. Felizardo de Pinho Pessoa – o mais moço da irmandade, permaneceu à frente do partido sustentado pela família, depois do falecimento do Coronel Salustiano, tendo falecido em 1944. Felizardo deixou numerosa prole em Viçosa e da qual falaremos adiante.

Em seu livro, “Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará”, pág. 477, consagrado escritor Hugo Victor faz as seguintes referências.

“Plácido de Pinho Pessoa – Magistrado. Filho de João de Pinho Pessoa e de D. Geminiana Fontenele de Pinho Pessoa, nasceu na fazenda “Retiro”, município de Granja, a 9 de maio de 1846, e faleceu em Fortaleza a 31 de janeiro de 1931. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, a 21 de novembro de 1871, foi nomeado Promotor Público da comarca de Viçosa, de onde foi transferido para a promotoria de Tamboril e dali para Juiz Municipal de Piracuruca, no Piauí. Nomeado Juiz de Direito da comarca de Tauá, teve transferência para a de Crateús e, sucessivamente, as de Sapucaia (Rio de Janeiro) e Aracati, no Ceará, tendo sido posto em disponibilidade por um gesto de lealdade para com o Governador José Clarindo de Queiroz, com quem permaneceu em Palácio durante toda a noite do bombardeio de 16 de fevereiro de 1892. Essa amizade perdurou através dos tempos, revelando-se mais uma vez quando no governo do Coronel Franco Rabelo, genro daquele governador com quem, como o sogro, o Dr. Plácido de Pinho esteve até à última hora, mantendo-se na Assembléia sempre em atitude digna do seu passado”.

Plácido consorciou-se, em 1874, com Ana Barbosa de Paula Pessoa, filha do juriconsulto, Conselheiro, Senador Vicente Alves de Paula Pessoa e neta do Senador Francisco de Paula Pessoa (citado), falecida sem descendência em 1876.

Do segundo matrimônio, realizado com Maria Barbosa de Paula Pessoa, irmã da precedente, casamento realizado a 25 de dezembro de 1890, houve os seguintes filhos:

5.1. Geminiana de Pinho Pessoa Andrade – casada com o Dr. Manuel Marinho de Andrade, médico.

5.2. Maria de Pinho Pessoa.

5.3. Ana de Pinho Pessoa.

5.4. Abigail de Pinho Pessoa.

5.5. Laura de Pinho Pessoa – falecida em 25 de outubro de 1943.

5.6 Dr. João de Pinho Pessoa – juiz de direito em Jacutinga, Minas Gerais.

5.7. Plácido de Pinho Pessoa – fazendeiro na região de Canindé.

5.8. Alzira de Pinho Pessoa Fernandes – casada com o comerciante de Fortaleza, César Fernandes.

5.9. Otilia de Pinho Pessoa Vale – casada com o Dr. Lauro de Paula Vale, funcionário da Prefeitura e bacharel em Direito.

5.10. Vicente de Paula Pessoa – engenheiro civil, residente no Rio.

5.11. Francisco de Pinho Pessoa – fazendeiro no município de Canindé.

Por ocasião das festividades comemorativas do 1^o centenário de nascimento de Plácido, a imprensa de Fortaleza fez circular edições especiais, contendo os dados biográficos do ilustre e venerando magistrado, que faleceu aos 84 anos de idade.

Salustiano de Pinho Pessoa (4.2) – casou-se com Irinéia Parente Pinho Pessoa, tendo os seguintes filhos:

5.1. Justo de Pinho Pessoa – casado com Alaíde Passos, filha do Coronel Antônio Honório Passos, comerciante estabelecido em Viçosa.

5.2. Salústio de Pinho Pessoa – advogado, casado com Maria Antonieta, filha do comerciante José Firmino de Siqueira.

5.3. Pio Parente de Pinho Pessoa – Houve outros.

O coronel Salustiano de Pinho tinha patente de Coronel Comandante da 2^a Brigada de Infantaria da Guarda Nacional, da Comarca de Viçosa, Estado do Ceará, assinada no Palácio da Presidência do Rio de Janeiro, no dia 19 de agosto de 1898, pelo presidente Prudente de Moraes e seu Ministro* Amaro Cavalcante, tendo prestado compromisso regimentar em 31 de janeiro de 1899.

Felizardo de Pinho Pessoa (4.5) e último da irmandade, nasceu em 1864, quatro anos antes de perder o pai. Ainda muito moço, passou a auxiliar o irmão mais velho na direção do negócio, na firma “Pinho & Irmão” que posteriormente seria totalmente sua. Fez os seus estudos na cidade de Viçosa e casou-se com Hilda de Carvalho, filha do coronel José Joaquim de Carvalho,

(*) Amaro Cavalcante residiu na cidade de Baturité, onde ocupou por pouco tempo o cargo de Delegado de Polícia. Era sogro do Dr. José Linhares, que veio mais tarde a ocupar a Presidência da República (outubro de 1945).

comerciante em Viçosa, no ano de 1914. Do casal houve os seguintes filhos:

5.1. Felizardo de Pinho Pessoa Filho – formado em Farmácia.

5.2. João de Pinho Neto – casado com Mirian Fontenele, filha do Dr. Humberto Fontenele.

5.3. José Leorne de Pinho – engenheiro agrônomo, formado em 1945.

5.4. Geminiano de Pinho Pessoa – formado em Direito e Odontologia, residente em Fortaleza. Encarna o gênio do bom humor e é um pesquisador dedicado.

5.5. Hildo de Pinho Pessoa – chefe do Departamento de Rendas da Receita Federal em nosso Estado.

5.6. Justiniano de Pinho Pessoa – Odontólogo e funcionário público, reside em Fortaleza.

5.7. Gerardo de Pinho Pessoa – funcionário público.

5.8. Ernesto de Pinho Pessoa – Médico.

O Major Felizardo de Pinho finou-se em 1942, nesta cidade.

5.4 PACHECO/FONTENELE

Joaquim José Pacheco era natural de Timbaúba, Estado de Pernambuco e irmão do padre Manuel Pacheco Pimentel, célebre participante da Revolução do Equador. Padre Pimentel, por sua atitude liberalista, sofreu vários meses de prisão e de cujo destino só por milagre escapou ao fuzilamento. Segundo Hugo Victor, foi ele vigário cotado da freguesia de São Gonçalo dos Cocos (Ipu) e Antônio Bezerra acrescenta ter ele feito parte das Cortes Portuguesas, como representante do Ceará. Esta última notícia não tem fundamento, sendo, entretanto, certo que Pimentel participou da constituinte de 1823 e nas legislaturas de 1831 a 1833. Era homem de cultura e orador fluente.

Joaquim José Pacheco veio de Pernambuco procurar a boa sombra do irmão padre Pacheco Pimentel e tomou residência em Campo Grande, hoje, Guaráciaba do Norte, onde faleceu sua

mulher. Transferiu sua residência para o povoado de Jacaré Queimado (Ubajara) e em seguida para Viçosa, onde casou-se no ano de 1830. Na época, ele já se achava bem instalado no próspero sítio, hoje conhecido por Brejo dos Pachecos.

Em 1839, o filho Manuel dos Passos Pacheco casou-se com Rosalina Fontenele, havendo deste matrimônio os seguintes filhos:

2.1. Inácio Pacheco – casou-se com uma filha de José Felipe Castelo Branco do Piauí.

2.2. Maria Pacheco – casada com Justino do Espírito Santo Fontenele.

2.3. Terezinha Pacheco – casada com Estevam Teixeira, pais de Tristão Pacheco, cidadão de posição destacada em Viçosa.

2.4. Francisco Pacheco – casado com Brasilina Fontenele, filha do Cel. José Joaquim Fontenele Sobrinho, pais do farmacêutico, político e intelectual Deocleciano Fontenele Pacheco.

2.5. Rosalina Fontenele Pacheco – casada com Francisco Rocha, de onde houve uma descendência de 8 filhos e 17 netos.

2.6. América Pacheco – casada com Francisco Queiroz, cuja descendência se radicou em Camocim, onde conhecemos José de Queiroz Monteiro, funcionário da Rede de Viação Cearense – RVC e poeta, se bem que arredio à publicidade. Era irmão do precedente, o caricaturista Manuel Queiroz, que durante largo tempo trabalhou na redação de “A Noite”, no Rio de Janeiro, onde faleceu ainda moço.

2.7. Floramérica Pacheco – casou-se com José Silvestre, deixando diversos filhos, na cidade de Viçosa.

2.8. Evaristo Pacheco – casado com Rita Lima, deixou apenas 3 filhos, dentre eles Manuel Pacheco, que era homem de letras e mecânico, profissão na qual trabalhou durante vários anos em Fortaleza.

A descendência de Joaquim José Pacheco, plantada na terra ubertosa de Brejo dos Pachecos, no alto da Ibiapaba, tem proliferado bastante, de onde se encontram Pachecos espalhados pelos diversos rincões da terra cearense. Todos conservam orgulhosamente o sobrenome FONTENELE.

5.5 JOSÉ JOAQUIM FONTENELE SOBRINHO

José Joaquim era natural de Piracuruca, no Estado do Piauí. Lá, residia seu genitor Gonçalo José Damasceno, nascido no lugar Pedras de Fogo, da freguesia de Granja. Sua mulher era Clara Maria de Jesus, filha de Guilherme José Fontenele (2.3). Nasceu a 23 de novembro de 1840 e faleceu a 3 de junho de 1913, no lugar Tubarão, hoje, General Tibúrcio. Do seu primeiro matrimônio com Cândida Maria de Jesus registraram-se os seguintes filhos:

4.1. José Domingos Fontenele – casado com Maria Cristina Moraes Fontenele. Era formado em Direito e residia em Fortaleza. Era pai do Dr. César de Moraes Fontenele e de José Domingos Fontenele, este último, funcionário da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Tornou-se conhecido nesta cidade, pela sua real manifestação artística exercida em nosso meio.

4.2. Quintino Fontenele – faleceu quando estudante.

4.3. Maria – casada com Manuel Fontenele. Deste casal resultaram os seguintes filhos:

5. 1. João Fontenele – procurador do Boris, homem que teve muita atuação nos meios imobiliários nesta Capital.

5.2 Isauro Fontenele – próspero comerciante na praça de Fortaleza.

5.3. César Fontenele – comerciante em Viçosa.

5.4. Brasilina – casada com Antônio Pacheco, pai de Deocleciano Fontenele Pacheco, intelectual, político e homem de negócios em Viçosa.

5.5. Cândida Fontenele – casada com José Correia de Vasconcelos (sogro de João Porfírio Magalhães).

Do segundo matrimônio de José Joaquim Fontenele Sobrinho nasceram os seguintes filhos:

4.1. Rosa – casada com José Adonias de Araújo, influente comerciante na praça de Camocim. Posteriormente foi estabelecido em Belém e, por fim, no Rio de Janeiro, onde faleceu, deixando vários filhos.

4.2. Maria – casada com Jaime Vasconcelos, natural de Sobral e residente em Manaus (sogro do poeta Costa e Silva).

4.3. Raimunda – casada com Cromácio Cabral, residente em Fortaleza.

4.4. João Damasceno Fontenele – nascido em 1883. Formou-se em Direito e serviu como Juiz Municipal em Camocim, Acaraú, Cascavel e em Fortaleza, já como Juiz de Direito. Foi escolhido para o cargo de juiz no Superior Tribunal de Justiça, em cujo cargo foi aposentado. Era casado com Laura Gomes, de cujo consórcio resultaram inúmeros filhos. Faleceu em 1965.

4.5. José Terceiro Fontenele – Comerciante em Camocim, casado em primeiro matrimônio com Raimunda Veras, filha do antigo chefe político daquele município, Cel. Tomaz Zeferino Veras. Em segundo matrimônio, casou-se com Rosa Coelho.

4.6. Francisco Fontenele – funcionário estadual, residente em Fortaleza. Casou-se com Benilde Silveira, tendo três filhos.

Pelo lado materno, José Joaquim era bisneto do francês Jean Fontenele e de sua mulher Umbelina Gonçalves Fontenele, ele falecido a 8 de dezembro de 1808 e ela no dia 8 de dezembro de 1823. Pelo lado paterno, era oriundo de Pedro da Rocha Franco, falecido a 26 de julho de 1754, na vila do Aquiraz, onde se encontrava com o fim de registrar seu testamento. A filha de Pedro da Rocha Franco, de nome Genoveva Rodrigues Câmara, casou-se com João Alves Passos, pais de José Antônio Damasceno, avô de José Joaquim Fontenele.

5.6 OS CUNHA FREIRE

O primeiro Cunha Freire a plantar sua árvore genealógica no Brasil foi Manuel da Cunha Freire. Nasceu no lugar Santo Estevam de Vilela, no Bispado de Porto, em Portugal. Era filho de Estevam da Cunha Freire e de Catarina Freire.

O imigrante Cunha Freire casou-se com Francisca Ferreira Passos. Fixou residência no sertão da Tucunduba, onde adquiriu imensas glebas de boas terras, inclusive cinco léguas por Sesmaria

e o restante por compra ao Capitão-Mor João Félix de Carvalho e outros, perfazendo um total de mais de vinte léguas, incluindo nestas seis léguas de terra situadas à margem do Riacho Inhanduba. Seu falecimento ocorreu no ano de 1764, tendo sido sepultado na Capela de Nossa Senhora do Livramento, do Parazinho, da Freguesia de Santa Cruz do Coreau, hoje Granja.

O patriarca Cunha Freire deixou os seguintes filhos:

2.1. Antônio da Cunha Freire – casado com Tereza da Costa Jesus, que se situou nos domínios do pai, tendo os filhos a seguir enumerados:

3.1. Manuel da Cunha Freire.

3.2. José da Cunha Freire.

3.3. Simplício da Cunha Freire.

3.4. Maria da Cunha Freire.

3.5. Vicente da Cunha Freire.

3.6. Joaquim da Cunha Freire.

3.7. Francisco da Cunha Freire.

3.8. Maria Freire da Cunha – casada com Antônio Inácio de Almeida Bravo (*)

2.2. Pedro da Cunha Freire – casado com Maria Rodrigues de Siqueira.

2.3. Manuel da Cunha Freire Júnior – casado com Catarina Freire.

2.4. Cecília da Cunha Freire – casada com José Teixeira de Miranda, tendo ficado viúva em 1777. Casou-se novamente, com João Coelho da Silva. De ambos os matrimônios houve filhos.

(*) Antônio da Cunha Freire, que era filho de José da Cunha Freire e que foi casado com Umbelina Maria de Jesus, filha de Guilherme Fontenele e de sua mulher Ana Joaquina do Rosário, respectivamente filhos de Jean Fontenele e de Antônio Vaz dos Santos, este casado com uma neta de Pedro da Rocha Franco. Do casal Umbelina José da Cunha Freire, nasceu José da Cunha Fontenele, casado com Ana Alexandrina que, por sua vez, são pais do Dr. Antônio Fontenele e do Dr. Joaquim da Cunha Fontenele, este avô do Dr. Humberto Fontenele.

Do mesmo casal nasceu ainda Maria Antônia da Fonseca, casada com Manuel Joaquim da Fonseca, pais de Ana Maria Fontenele da Fonseca, que por sua vez, casou-se com Vicente Ferreira de Oliveira. Deste casal era filho o Coronel José Bento de Oliveira Fontenele, casado com Inocência Catunda Fontenele pais do professor Hugo Catunda.

5.7 JOSÉ RAIMUNDO FONTENELE

José Raimundo, filho de Raimundo Benício, nasceu a 21 de fevereiro de 1821. Aos 20 anos de idade foi nomeado Juiz de Paz, e em seguida qualificado pela Guarda Nacional e promovido a Quartel-Mestre da tropa de Viçosa.

Contraiu matrimônio com Jesuína Maria Fontenele, filha de seu tio Plácido Fontenele. Foi chefe político dos mais acatados do interior cearense, tendo exercido as funções de subdelegado e de delegado de polícia. Por carta patente de 18 de fevereiro de 1868, foi nomeado pelo então presidente do Estado, bacharel Pedro Veloso, Capitão da 5ª Companhia do Batalhão que em seguida foi reorganizada por Dec. n. 405, de 21 de dezembro de 1867. Depois da reformulação miliciania, José Raimundo foi elevado ao posto de Tenente-Coronel e comandante do referido Batalhão. Faleceu a 10 de agosto de 1906, deixando os seguintes filhos:

2.1. Maria Ana Fontenele – casada com Silvio Antão Fontenele, residente em Viçosa, onde deixou família.

2.2. Francisco Benício Fontenele – residente no Piauí, deixou descendência, família Melo, em Piripiri.

2.3. José Benício Fontenele – casou-se com Tertuliana Fontenele, filha de João Domingos Fontenele.

2.4. Ana Evarista Fontenele – casou-se com José Joaquim Fontenele Sobrinho, capitalista em Viçosa e chefe de muita influência política. Era pai do desembargador João Damasceno Fontenele.

2.5. Raimundo José Fontenele – casou-se com Carolina Santilina Fontenele, filha de Manuel José Fontenele, falecido em 1918. Era sócio da firma "Fontenele & Irmãos".

2.6. Plácido Benício Fontenele – casado com Idalina Melo, em primeiras núpcias, e, em segundas, com Francisca Melo, ambas filhas de Manuel Ferreira Melo, natural de São Benedito. Plácido Benício Fontenele foi comerciante em Sobral. Faleceu em 1934, deixando os seguintes filhos:

3.1. Eurípedes Ramos Fontenele.

3.2. Manuel Fontenele.

- 3.3. Domizinha Fontenele – casada com Júlio Lima Rodrigues.
- 3.4. Iaiá Fontenele – viúva de Elói Sabóia.
- 2.7. Umbelina Jesuína Fontenele.
- 2.8. Manuel Fontenele – casado com Maria Fontenele.
- 2.9. João Benício Fontenele – casado com Ana Bezerril Fontenele.

5.8 MAGALHÃES / FONTENELE

Antônio Rodrigues Magalhães chegou à Ribeira do Acaraú mais ou menos em 1735, onde obteve a posse de várias porções de terra. Situou sua fazenda em “Macacos” e “Caiçara”, esta última justamente no local onde foi construída a importante cidade de Sobral.

Rodrigues era natural do Rio Grande do Norte e filho de Luiz de Oliveira Magalhães. Sua mãe, Izabel Rodrigues, era natural do Rio Grande do Norte, sendo seu pai sergipano.

Em 1738, Rodrigues contraiu núpcias com Quitéria Marques da Costa, filha do Sargento-mor Francisco Marques da Costa, natural da Vila da Fortaleza. Do enlace nasceram os seguintes filhos:

2.1. Ana Maria de Jesus – nascida em 1741 e casada com o português Vicente Lopes Freire. Tornou-se fazendeiro na Ribeira do Acaraú. Era pai do primeiro sacerdote de Sobral, Miguel Lopes Freire.

2.2. Tereza Maria de Jesus – nascida em 1739. Casada com Antônio Ribeiro Lima.

2.3. Antônio Matias Magalhães – nascido em 1742.

2.4. Francisca Xavier – nascida em 1744 e casada em 1757 com João Gonçalves Ferreira, natural de Portugal.

2.5. Miguel Rodrigues – nascido em 1746 e casado com Jacinta Tavares, em 1763.

2.6. Inácia Magalhães – nascida em 1748 e casada com Antônio do Espírito Santo Oliveira Barcelos, pernambucano.

2.7. Izabel Magalhães – casada com Antônio Rodrigues Inácio, em 1765.

2.8. Bárbara Magalhães – nascida em 1751 e casada a 9 de setembro de 1776, com Antônio José Marinho.

Antônio Rodrigues residia habitualmente na fazenda Macacos, cuja casa existiu até o ano de 1860, segundo refere D. José Tupinambá da Frota em seu precioso livro "História de Sobral", pág 51. Esta casa situava-se na rua do Oriente, fazendo esquina com a rua Umarizeira.

Em 1757, em viagem para a sua fazenda localizada no sertão, ele foi vítima de uma queda, falecendo em seguida.

D. Quitéria sobreviveu ainda dois anos, isto é, até 1759.

O entrelaçamento de dois filhos de Antônio do Espírito Santo de Oliveira Barcelos, netos de Antônio Rodrigues Magalhães, fundador de Sobral, com dois filhos de Jean Fontenele, residentes na Ibiapaba, deu lugar a um rápido crescimento do ramo Magalhães Fontenele. Vejamos:

O Sargento-mor Felipe Benício Fontenele, primeiro filho do francês Jean Fontenele, casou-se com Tereza do Espírito Santo Magalhães, casamento realizado em 1788. O casal teve 15 filhos. Tereza faleceu a 25 de junho de 1814.



Inácio João de Barcelos, também filho de Antônio do Espírito Santo Magalhães, casou-se com Rosa Maria Fontenele, segunda filha do francês Jean Fontenele, de onde nasceram 9 filhos.

Os 15 filhos do Sargento-mor Felipe Benício, adicionados aos nove do casal Inácio João de Barcelos, totalizaram 24 rebentos, reunindo duas famílias: Fontenele e Magalhães.

Toda essa descendência fixou residência nas férteis terras da Serra da Ibiapaba e sertões adjacentes.



Antônio do Espírito Santo Magalhães, comandante e Sargento-mor da Vila de Viçosa e casado com Maria Cassiana Fontenele, filha do Cel. João Damasceno Fontenele, teve diversos filhos. Dentre estes, registramos: Vicente do Espírito Santo, que substi-

tuiu o pai no comando do Batalhão em Viçosa; Benedito do Espírito Santo Magalhães e Rufino do Espírito Santo.



Vicente do Espírito Santo Magalhães, Coronel Comandante do Batalhão da Vila de Viçosa, faleceu a 8 de novembro de 1888, deixando os seguintes filhos:

2.1. Antônio Temóteo Magalhães – casado e residente em Viçosa.

2.2. Florindo Gregório Magalhães – residente em Viçosa.

2.3. Feliciano do Espírito Santo Magalhães – casada com Lourenço Francisco Xavier, filho do padre José Sancho Lelou.

2.4. João Crisóstomo Magalhães – casado com Marcionília Xavier.

Com este perfil e à falta de maiores informes, registramos o tronco da numerosa família que hoje povoa Viçosa, Sobral e lugares adjacentes.

5.9 GENERAL TIBÚRCIO

Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa nasceu aos 11 de agosto de 1837. Filho de pais pobres, teve a infelicidade de ficar órfão, perdendo seu genitor, quando ainda era criança. Na pequena vila onde residia, sua vida passou a correr por conta do destino.

D. Brasilina, pretendendo dar-lhe uma educação melhor, trouxe-o ainda pirralho, para a cidade de Sobral. Colocou-o em uma escola e aí ele se iniciou nos estudos de primeiras letras e em latim.

Tibúrcio, porém, não foi muito dedicado aos estudos. Procurou trilhar, ao contrário, pelo caminho da peralheia, formando um pequeno batalhão de meninos de sua idade e assumindo a chefia de travessas brincadeiras. Isso lhe rendeu boas surras maternas e algumas dezenas de bolos de palmatória ministrados pelo seu professor.

Estando já meio taludinho, resolveu fugir para Fortaleza, tendo no pensamento a idéia de se engajar na carreira militar. Cumpriu seu desiderato, anoitecendo e não amanhecendo em Sobral. Fez o que antes já realizara João Cordeiro que fez o mesmo percurso às escondidas.

Chegando a Fortaleza, assentou praça no Corpo de Caçadores aqui estacionado. Em 1851, já alistado no exército, partiu logo para a Corte. Nesse novo pólo de atividades, Tibúrcio viu-se em dolorosa contingência. Terra estranha, caras desconhecidas e as finanças reduzidas a mísero soldo. Mesmo assim não esmoreceu.

Elevado a furriel, teve, no final de cinco meses, sua promoção a 2º sargento. Nessa fase já podia estudar e evidentemente o fez, conseguindo boas notas. Mas Tibúrcio era homem que costumava não levar desaforo para casa e por isso teve que rasgar uns papéis, em flagrante desrespeito a um seu superior e esse comportamento redundou em punição por indisciplina. Foi então transferido para o território de Mato-Grosso, onde durante meses alimentou mosquitos e outras pragas de que a região era pródiga.

Quando surgiu a declaração da guerra Brasil-Paraguai, Tibúrcio viu nesse infausto acontecimento a ocasião propícia aos seus sonhos de grandeza. Não vacilou em sua atitude brava, dando um salto, como que de alegria e gritando como um leão; "Ou morro ou volto coronel". Cumpriu os seus fados, lutando como um bravo, escapando aos mil reveses sofridos e dando à Viçosa as honras de possuir um filho General.

Terminada a guerra, deu-se o regresso à pátria. Tibúrcio viajou no navio, conduzindo o 26º Batalhão – orgulho dos cearenses – e desembarcou em Fortaleza, debaixo de aplausos e flores. Ele, que não era homem de chorar, verteu lágrimas diante de tão grandes manifestações de apreço, não pelo simples fato de ser recebido com honras de herói, mas por ser informado que sua genitora havia morrido quando ele regressava coberto de glória. Escreveu, então, ao seu mano João Severiano, pedindo-lhe que preparasse para a sua mãe um bonito túmulo para abrigar os restos daquela que tão santamente o esperara por muito tempo.

A sua estátua, solenemente erigida na praça que tomou o seu nome, defronte ao antigo palácio do governo, provou pelo acaso que o herói mereceu as honras que lhe foram tributadas. O assesto de um tiro destronou-a do pedestal, mas ao cair, mesmo sendo de bronze não desmereceu os feitos gloriosos do ilustre cearense, caindo de pé, como tantas vezes ele por certo fizera em renhidas batalhas.

5.10 OS BEVILÁQUA

O italiano Ângelo Beviláqua, natural de Trieste, chegou ao Ceará no começo do século XVII. Vítima de um naufrágio, aportou nas praias do Cauípe, município de Caucaia. Nesse desastre foi socorrido por populares e conduzido para Fortaleza.

Refeito dos incômodos da viagem e principalmente do naufrágio, Beviláqua passou a integrar-se ao convívio da nova terra, chegando a exercer várias atividades, como se realmente fora um nosso patricio.

Passado algum tempo, ligou-se em matrimônio a uma jovem pertencente às principais famílias da terra: Luíza Gaspar de Oliveira. Em 1818, nasceu o primeiro filho do casal: José Beviláqua, que mais tarde foi ordenado sacerdote e em seguida nomeado vigário-colado da freguesia de Viçosa. Desse ponto começou realmente a família Beviláqua.

Beviláqua assumiu o vicariato da paróquia em 1844, onde permaneceu até 1905, quando se deu o seu falecimento. Seu enterro foi realizado no corpo da matriz de N. S. da Assunção, naquela cidade serrana.

Depois de instalado em Viçosa, Beviláqua deu na cabeça a idéia de abandonar o celibato e unir-se à Bíblia "Costela de Adão". Como fazê-lo seria o ponto crucial de suas preocupações. Como, porém, não existe no mundo problema sem solução, logo o velho pároco enxergou o caminho por onde deveria trilhar.

Segundo a tradição popular, Beviláqua, a partir de algum tempo, vivia de amores secretos com uma jovem piauiense. Chamava-se ela Martiniana de Jesus Aires, pertencente à importante família natural da vizinha Província e que, por ocasião dos atropelos causados pelos Balaíos, homiziara-se em Viçosa. Certamente ficara sob a proteção do padre Beviláqua.

Com o correr dos tempos – dizem – Beviláqua achou por bem levar mais adiante o seu projeto. Havia na cidade um jovem de baixos recursos, porém de boa família e portanto capaz de misturar-se com os emigrantes piauienses. Beviláqua, então, perguntou-lhe se em suas ambições ele não imaginava ser possuidor de uma casa de negócio, uma casa assim, assim e assado... e que lhe proporcionasse a independência, chegando mesmo a estabelecer comparação, servindo-se de exemplo uma casa de negócio existente em determinado local da cidade. O jovem teria respondido que isso seria impossível, mas Beviláqua não o desanimou. Disse-lhe, então, que se ele contraísse matrimônio com a jovem Martiniana, poderia muito bem ser proprietário do negócio exemplificado. O jovem não quis crer no que seus ouvidos escutaram e pediu mais explicações, acrescentando que uma “casa daquelas” custaria importância equivalente a trinta contos de réis. Quando o jovem silenciou, o padre estava com a resposta na ponta da língua: “Pois a casa é sua”.

O jovem quis mais explicações e o padre concluiu: “basta você casar-se com a moça, receber os trinta contos e sair pelos fundos da igreja. Em qualquer lugar onde você esbarrar, poderá estabelecer-se com o que é seu”. Os trinta contos se foram no bolso do jovem interesseiro e o artificioso padre ficou com a mulher. Desse protecionismo nasceram os seguintes filhos:

2.1. Angelino Beviláqua – engenheiro agrônomo com atividades no Amazonas.

2.2. Euclides Beviláqua – formado em Direito, tendo atingido o posto de desembargado do Tribunal de Justiça do Paraná.

2.3. Clóvis Beviláqua – jurista, nascido em 1859 e falecido em 1944, no Rio. Foi o pai do Código Civil Brasileiro.

2.4. Edeltrudes Beviláqua – casou-se com o primo João Benício Beviláqua, comerciante em Granja e posteriormente em Viçosa.

2.5. Clotildes Beviláqua – casada com Francelino Araújo, residente no Amazonas.

Alguns dos irmãos do padre José Beviláqua procuraram viver à sombra do importante irmão. Antônio Beviláqua estabeleceu-se na vila de Granja. Casou-se com Urçulina Queiroz, filha do padre Felipe Benício de Mariz, vigário que também foi pároco em Viçosa durante vários anos e onde viveu maritalmente com Silvéria Joaquina de Queiroz. Após a morte do padre Mariz, Antônio Beviláqua fixou residência em Granja, onde faleceu (01.10.1854).

De Antônio Beviláqua, constam os seguintes filhos:

2.1. Ângelo Beviláqua.

2.2. Rachel Beviláqua.

2.3. João Benício Beviláqua.

Antônio Beviláqua, tendo ficado viúvo, partiu para uma aventura em termos mais avantajados. Por morte, deixara o Cel. José Romão da Mota uma viúva detentora de grande patrimônio. Era D. Ana Alves, mulher já de idade fora das regras normais de casamento. Beviláqua engraçou-se do ouro e o casamento veio como primeira conquista. Casou-se e em seguida veio a separação.

Beviláqua ainda com esta não desistiu das viúvas. Partiu para o terceiro casamento, unindo-se à viúva de Eliseu Belfort Teixeira (mãe do Dr. Raimundo Belfort Teixeira, formado pela Faculdade de Direito do Pará). Desse matrimônio, com a viúva Joana Belfort, nasceram os seguintes filhos:

3.1. Antônio Beviláqua Filho – homem de “7 instrumentos”, pois, das diversas profissões que exerceu foi até técnico em odontologia. Faleceu em 1931. Era irmão do renomado pintor José Artur Beviláqua genro do Cel. Inácio Fortuna, falecido em 20 de agosto de 1915. D. Julieta, esposa de Artur Beviláqua, faleceu em 1974, contando mais de 70 anos de idade.

Outro irmão do padre Beviláqua, que também se sobressaiu à sombra do velho pároco, foi Manuel Beviláqua. Residia em Vi-

cosa e era casado com Rosa Lopes Freire, neta do Sargento-mor Felipe Benício Fontenele. Os filhos deste casal, em número de cinco, são:

- 3.1. Joviniano.
- 3.2. Ângelo.
- 3.3. Francisco.
- 3.4. Manuel.
- 3.5. Miguel.

Nesse ramo não é conservado o sobrenome da mãe.

5.11 FRANCISCO ELIAS FONTENELE

Francisco Elias nasceu em 1808, na Fazenda Retiro, então da freguesia de Granja. Seu pai era o Capitão Plácido Fontenele (2.7), do tronco Jean Fontenele e sua mãe era Maria Antônia dos Santos, filha do português Antônio Vaz dos Santos e neta de Pedro da Rocha Franco.

Chico Elias, como se tornou conhecido no meio popular, desde cedo revelou-se um sério problema. Parecia haver nascido para o cangaço. Mesmo durante as lides escolares, junto à fazenda do pai, já tinha a preocupação de arrebanhar colegas para o seu grupo. Chefiava os que lhe seguiam, com total autoridade, regateando em seu favor absoluta manifestação de obediência. E aqueles que se mostravam insubordinados à sua liderança, precoce e arrogante, pagavam com o couro do lombo, amaciado em cipó-de-raposa. Com isso o menino “Francisco” foi crescendo e com ele a fama.

Contam que certa vez ele aplicou tremenda surra num garoto arreliado. Os pais do garoto não gostaram da brincadeira. O pai, então, achou que devia fazer justiça com as próprias mãos e aplicar umas chicotadas no rapazinho valentão. Enganou-se. Ao baixar o chicote, por ocasião de um encontro havido na estrada, ocorreu o que se diz sair o chumbo pela culatra. Chico Elias es-

quivou-se do chicote, segurando-o, quando o arremesso não lhe atingira e em seguida usou da agressividade. Puxando de um canivete, investiu contra o agressor e os fatos se inverteram: o agressor foi agredido. Durante várias semanas teve que tratar do ferimento, enquanto que o menino Francisco cuidava de outras trampolinagens. Com o passar dos tempos Chico Elias amadureceu, sua índole de liderança tornou-se mais forte e nenhum daqueles que lhe prometiam vingança escapou-lhe ao bacamarte.

Querendo certificar-se de algumas aventuras correntes a respeito do célebre Coronel Chico Elias, procurei informar-me de uma sua sobrinha afim, a senhora Mariana Aragão, eventualmente morando nesta Capital, de algo do passado que tanto se comentava. D. Mariana excusou-se, alegando não gostar de apreciar a memória dos mortos. Até parece que ela tinha conhecimento de que Solon, entre as suas sábias leis, fez promulgar uma que proibia aos atenienses falar mal dos mortos. Acrescentou, porém, que seu tio agia violentamente, mas em legítima defesa. Vamos acompanhá-lo em sua trajetória.

Francisco Elias era Capitão da Guarda Nacional, em 1840, quando a horda de balaaios do Maranhão, revoltados, entraram violentamente em território cearense, graças à ajuda traiçoeira de Domingos Ferreira Veras, chefe político de Ubatuba. Chico Elias foi informado da ocorrência e logo adotou as medidas que lhe competiam empreender, embora sabedor de que o maior interessado em sua eliminação era o traiçoeiro Domingos Ferreira Veras. Reuniu, então, alguns homens e dispôs-se a enfrentar o bando. Foi infeliz na empresa, da qual resultou ter sido aprisionado pelos fascínoras e conduzido algemado ao quartel-general do invasor Francisco Manuel, que se intitulava de Rei Cosme I. Em Frecheiras, lugar onde a corja tinha o seu forte reduto, Chico Elias tratou de tirar proveito da ambição à custa de sua inteligência. Fez uma tentadora proposta ao chefe dos Balaaios:

Em primeiro plano – disse – queria ser reconduzido à sua fazenda. Em segundo, havia como retribuição dar ao fascínora dois fardamentos novos, sendo um de Capitão e o outro de Te-

nente. De quebra, havia dois saquinhos de ouro e prata cuja mercadoria estava enterrada na beira de um riacho nas proximidades de sua residência. Foi o “Abre-te Sésamo”. O Balaio escorregou e prontamente legou poderes a um dos seus capangas de confiança, negro corpulento e bravateiro, inclusive autor de vários crimes, para acompanhar o prisioneiro. Lá, juntamente com dois guardas de segurança, extraídos da mesma laia, recolheria o material oferecido e liberaria o refém.

Uma vez chegados à casa de Chico Elias, tudo pareceu funcionar amistosamente. A primeira providência constou de um almoço metido a banquete, onde os indesejáveis convidados regalaram-se como três animais famintos. Depois seguiu-se a sobremesa, um queijo velho curtido, duro e de apreciável sabor. Porém, para cortar o queijo surgiu o grande problema: as criadas não haviam posto faca na mesa.

Vendo a dificuldade, se bem que tudo em perfeito arranjo, Chico Elias pediu com arrogância a arma do alferes-bandido, um espadachim afiado que lhe não saía da cintura e este acudiu com presteza. Do lado, o outro fascínora antegozava o momento de enterrar o espadim no peito do bravo fazendeiro. Mas ao ser sacado o espadim, pelo fascínora, Chico Elias foi mais veloz que um raio e o resultado foi o negro tombar espetado na arma. Os demais acompanhantes da escolta ainda tentaram reagir, mas só um escapou, graças a uma fuga desesperada. Decepção para o Balaio-Chefe e advertência para Domingos Ferreira Veras, que tanto ansiava pela morte de Chico Elias.

Ainda mantendo nos pulsos o par de algemas, resolveu Chico Elias dar uma volta pela vizinhança, tentando com isso exibir o resultado de sua faceta. Julgava estar isento de ser atraído. Numa passagem margeante da lagoa que se situava perto da Fazenda, já sendo notinha, sentiu que o cavalo queria beber. Deu rédeas ao animal e abeirou-se da lagoa. Mas nesse momento a “mandinga” funcionou e ele percebeu, graças ao claro da lua, uma sombra que se movimentava. Ele observou atentamente e reconheceu a “marmota”: um bacamarte apontava-lhe o alvo da

cabeça, partindo de cima de uma oiticica localizada no mesmo recanto. Ele, calmamente, apanhou o seu bacamarte, apontou para cima e quando a espoleta cortou, o baque de um corpo sólido espalhou a água. Era o mesmo fascínora que havia fugido... E tal como havia o "Riacho da Traição", pela traição sofrida por Pessoa Anta, veio o negro dar nome a um lugar que tinha o nome genérico da fazenda: passou a ser chamado de "Lagoa do Balaio".

Dentre os muitos casos de tentativa de morte, sofridos pelo cauteloso chefe sertanejo, além dos já narrados, registramos mais um que se deu em sua própria residência.

Consta que chegou a sua casa um indivíduo desconhecido. Interrogado sobre o seu itinerário, respondeu ele que se botava para a cidade de Parnaíba, no vizinho Estado do Piauí. Inquirido mais como se dispunha a viajar sem conduzir a necessária provisão alimentar, o desconhecido respondeu que isso fazia confiado na bondade das pessoas existentes na rota. E, finalmente, perguntado sobre o lugar de sua procedência, informou que viera das bandas do Jaibaras.

Experiente homem do cangaço, cheio de inimizades e muito mais cheio de invejosos, não se deixou persuadir pelas respostas do desconhecido. Deu, entretanto, o acolhimento solicitado, porém, por trás, mandou seus criados vasculharem o mato. De regresso, os criados trouxeram a nova que de antemão o prudente chefe já previa: não se tratava de simples viajante do acaso, porém de mais um aventureiro que buscava roubar-lhe a vida. Escondidos debaixo de uma moita, foram encontrados um bacamarte, bastante munição e provisões alimentícias. Desse achado não resultou mais nenhuma dúvida quanto ao verdadeiro itinerário do desconhecido. Então a velha raposa cuidou de almoçar o galo antes que este lhe fizesse despertar ao som do bacamarte traiçoeiro.

Cautelosamente, pediu ao viajante que se trepasse numa pitombeira copada, situada defronte ao seu casarão de 42 metros de alpendre e lhe colhesse alguns frutos. O desconhecido não se negou a prestar o obséquio. Queria ser ou pelo menos parecer gentil ao seu bom hospedeiro. Trepou-se. Nessa mesma ocasião, viu o desconhecido não somente pitombas, porém um bacamarte

engatilhado em sua direção. Quis ainda convencer o velho chefe sobre sua inocência, mas uma breve promessa de se ir em paz fez com que ele desse o serviço. Confessou o valor da empreitada e deu o nome do mandante. Satisfeito com a resposta, Chico apertou o gatilho e o péssimo itinerante viajou para a eternidade. Foi certamente esperar o mandante em lugar menos suspeito.

Quando interrogado sobre as razões pelas quais ele agia assim com tanta precipitação, Chico Elias respondia com uma parcela de humor, esclarecendo que se deixasse impune a cobra que lhe vinha tirar a vida, poderia amanhã ser vítima da ação venenosa que não mais podia ser evitada.

Chico Elias conseguiu sobreviver a todas as emboscadas que lhe foram dirigidas. Morreu serenamente na sua rede, mas não sem deixar de olhar com carinho o seu velho bacamarte, postado em cima dos chinelos.

Por ocasião do sepultamento de Chico Elias, a Câmara Municipal de Granja, reunida em 1893 e através de um dos seus membros, o vereador e professor Joaquim Erasto dos Santos, proferiu a seguinte oração:

“Há, na reunião de cada povo, pelo rolar dos tempos, períodos de suma grandeza. Francisco Elias Fontenele foi a expressão de um desses períodos de nossa história. De tal modo que o seu nome é uma legenda que passou à posteridade. Nos atos, nos atributos, nos predicados de caráter de homem de poucas letras, ele personificou a sua lealdade, a sua coragem na defesa da honra e integridade da família Fontenele e Saldanha e dos amigos que lhe acompanhavam na época. Chico Elias, como era conhecido, era um lutador honesto, altaneiro e valente, defendendo a conduta e a honra de toda a sua tradicional família. Espírito forte e corajoso, nunca foi vencido!”

NOTA:

Estes dados foram fornecidos em 1913, pelo então vereador de Granja, Manuel Domingues Beberibe, aluno do professor Joaquim Erasto dos Santos, os quais nos foram transmitidos pelo Sr. Manuel Saldanha de Brito Júnior, o intelectual da família Saldanha e sobrinho de Chico Elias.

5.12 MANUEL BENÍCIO FONTENELE

Manuel Benício foi o primeiro titulado da família. Nasceu a 25 de dezembro de 1828, na Vila de Anapurus, Província do Maranhão. Era filho de Felipe Benício Fontenele Júnior que, por sua vez, era filho do Sargento-mor Felipe Benício Fontenele, o primeiro Fontenele brasileiro, nascido em Viçosa, e neto do francês Jean Fontenele.

Formou-se em Direito, pela Academia de Olinda. Foi deputado eleito pela Província do Maranhão, à Assembléia Legislativa, no biênio 1867/68, no governo monárquico-constitucional de D. Pedro II.

Era casado com Izabel Bacelar Fontenele.

Manuel Benício faleceu em 6 de julho de 1895, na cidade de São José do Além, na Paraíba.

No Meyer – Guanabara – existe uma rua com a placa: MANUEL FONTENELE, como homenagem a este primeiro Fontenele titulado. Deste, houve, em grau de neto, Manuel Benício Fontenele, nascido a 22 de fevereiro de 1902, em Itacara, Estado do Rio. Era filho de Fernando Bacelar Fontenele, advogado, e de Maria Viana Fontenele. Benício Neto, foi deputado eleito pelo Estado do Rio, em 1948. Foi ele o orador que se manifestou na Câmara por ocasião do centenário de nascimento do seu tio Marechal Bezerril Fontenele, fato ocorrido a 8 de março de 1850. Manuel Benício tem dois filhos: Leda Fontenele Silva e Jones Gomes Fontenele, residentes em Brasília.

5.13 LOPES FREIRE

Os Lopes Freire foram plantados nos sertões de Santa Quitéria, zona essencialmente aproveitável para o enriquecimento da pecuária, através do patriarca Vicente Lopes Freire. Português de nascimento, laborioso, lá se firmou com denodado esforço e progrediu. Depois de superadas as principais dificuldades de aclimação, arranhou casamento. Contraiu núpcias com uma filha do Capitão da indústria e da pecuária, Antônio Rodrigues Magalhães, natural do Rio Grande do Norte. Magalhães já era radicado na Ribeira do Acaraú. Foi o doador da fazenda Macacos, hoje cidade de Sobral, para a construção da freguesia, e casado com Quitéria Marques de Jesus, nascida na vila de Fortaleza, em 1738.

O casamento de Vicente Lopes deu-se em 1770. Diz o Barão de Studart, em seu "Dicionário Biobibliográfico", vol. 2ª pág 390, que Miguel Lopes Freire (padre) nasceu em Sobral entre 1770 e 1780 e foi o primeiro sacerdote filho de Sobral. Era filho de Vicente Lopes Freire e de Ana Maria Magalhães.

NOTA:

Antônio Rodrigues Magalhães era natural do Rio Grande do Norte e filho de Luiz de Oliveira Magalhães, natural de Sergipe. Sua mãe era Izabel Maria Rodrigues. Entre os vários filhos do fundador de Sobral, havia uma filha de nome Inocência, que contraiu núpcias com Antônio Rodrigues do Espírito Santo de Oliveira Barcelos. Desse ramo, procedeu a família Barcelos que se multiplica nos domínios sertanejos das cidades de Granja e Viçosa, locais onde existe maior concentração de parentesco.

5.14 CALDAS FONTENELE

A segunda filha de Jean Fontenele foi casada com Inácio João de Barcelos, natural de Sobral, tendo desse enlace diversos

filhos. Destes, consignamos Izabel, que contraiu núpcias com Vital Vaz do Espírito Santo, pai de Ana Rosa Fontenele. Esta contraiu matrimônio com Raimundo Caldas Ferreira, nascendo desse consórcio os seguintes filhos:

5.1. Honorato Ferreira Caldas – general de nosso Exército e intelectual, tendo publicado as seguintes obras: “Desonra da República”, “Marechal de Ouro”, “Explosão da Escola Militar” e outras.

5.2. Cândido de Anapurus Caldas – deputado à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em mais de uma legislatura.

5.3. Antônio Ferreira Tupy Caldas – general, tendo recebido de Euclides da Cunha, em “Os Sertões”, elogiosas referências sobre a sua atuação nos feitos militares contra Canudos.

5.4. Francisco Ferreira Caldas – oficial do Exército, morto em combate no Paraguai.

5.5. Raimundo Penaforte Caldas – político militante na Guanabara, onde exerceu o alto posto de Deputado Federal em mais de uma legislatura.

5.6. José Caldas Ferreira – casou-se com Ângela Siqueira Passos, natural de Viçosa.

5.7. Felicidade Caldas da Silveira – casou-se com João Severiano da Silveira Filho.

Do casal João Severiano Silveira Filho e Felicidade Caldas da Silveira, nasceram os seguintes filhos:

6.1. Francisco Caldas da Silveira – tabelião em Viçosa, homem político, culto e pai de numerosa prole.

6.2. José Alfredo – casado com Maria Luíza Fontenele.

6.3. Cornélio Caldas – militar.

6.4. Ermelina – casada com Custódio Carvalho.

Francisco Caldas da Silveira casou-se com Eglantine Silveira e teve os seguintes filhos:

7.1. Canuto Tupy de Caldas – Major do Exército.

7.2. Maria Caldas.

7.3. Marina Caldas.

- 7.4. Mirian Caldas.
- 7.5. Margarida Caldas.
- 7.6. Magnólia Caldas.
- 7.7. Francisco Caldas Filho.
- 7.8. João Caldas.
- 7.9. José Caldas.
- 7.10. Mary Caldas – religiosa.
- 7.11. Honorato Caldas.

Alexandre José da Silveira e sua mulher Margarida Ferreira do Nascimento tiveram, entre outros, os seguintes filhos:

- 2.1. João Severiano da Silveira.
- 2.2. Custódio da Silveira – militar, residente em Viçosa e casado com Francisca Maria de Jesus.

João Severiano da Silveira foi Deputado Estadual por mais de uma legislatura.

Com o falecimento de Alexandre José da Silveira, sua viúva Margarida Ferreira casou-se com Francisco Ferreira de Sousa, professor e filho do português Francisco Ferreira de Sousa a quem desairosamente João Brígido tratava por “Casca Grossa”.

Do casamento de Francisco Ferreira de Sousa com Margarida Ferreira Nascimento nasceram os seguintes filhos:

- 2.1. Manuel Ferreira de Sousa (apelidado Manuel Bamba).
- 2.2. Francisco Ferreira de Sousa.
- 2.3. Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa – General Tibúrcio, avô de Antônio Tibúrcio de Almeida, general do Exército e residente em Grajaú, Rio de Janeiro.

5.15 DEOCLECIANO FONTENELE PACHECO

Deocleciano Fontenele Pacheco, de quem já tivemos oportunidade de falar, quando tratamos da família Pacheco Fontenele, residia em Viçosa. Seu nome de “guerra” era Dedé, e era conside-

rado um dos espíritos mais esclarecidos de sua terra e, sobretudo, letrado e honesto (menos em política).

Dedé publicou dois livros. O primeiro, intitulado de “Combate às Trevas”, foi prefaciado pelo ex-padre Arimatéia Cisne. Esta obra foi atacada violentamente pela crítica religiosa como contrária à doutrina cristã. O segundo livro, nomeado “O Padre e o Roceiro”, trazia o prefácio do Sr. Viana de Carvalho, anticlerical por excelência, que nunca perdia de vista a Igreja, atacando com pertinácia o catolicismo.

Irreverente já por mero hábito de se colocar do “outro lado” da Igreja, Dedé não poupava o couro dos padres e muito especialmente do vigário da freguesia de sua terra.

Por ironia do destino, isto é, do destino daqueles a quem ele dirigia a causticidade do seu humor picante, um dos seus sítios tinha a denominação de Inferno. Ele se aproveitou da deixa e logo batizou o segundo sítio de Purgatório. Para lhe fazer oposição, mandou o padre José Carneiro da Cunha erigir uma igreja no cocuruto da elevação que expande além da cidade e batizou-a de “Igreja de Nossa Senhora das Vitórias do Céu”. Céu é, então, o nome do lugar onde se situa a igreja. Dedé foi à forra com o padre, ironizando e fazendo gozações. Dizia que o padre fizera a igreja com madeira do inferno e tijoto do purgatório.

Com a Revolução de 1930, Dedé foi nomeado Prefeito de Viçosa, cargo que exerceu com dignidade, inaugurando uma boa administração. As estradas de acesso à cidade constituíram-se em sua principal ocupação, mandando restaurá-las e mantendo um sistema permanente de turmas de conservação. Só por Antônio Honório Passos foi superado em zelo, sendo que a partir dos dois, Viçosa tem vivido apenas do saudosismo administrativo.

Dedé foi exercente ainda do cargo de promotor adjunto da comarca de Viçosa durante muitos anos.

Dentre suas arrancadas de bom humor, contam que certa vez ele foi assediado por um freguês que lhe devia certa importância. Fazia algum tempo que a dívida dormia espichada no borrador, dando ao credor a idéia de que o ato de pagar já havia

caído no esquecimento. Certa vez, o freguês precisou de medicamentos e certamente de mais algum crédito. Resolveu, então pagar a conta antiga e renovar o crédito com nova fatura.

Ao chegar à farmácia, encontrou Dedé curtindo a preguiça na sua habitual sonolência de quem tem o que vender e não aparece freguês. Despertou-o e logo foi dizendo que tinha vindo pagar a conta. Dedé fitou-o com certo indiferentismo e disse que não havia pressa. Quando o freguês já se ia porta afora ele emendou: “Não há pressa, meu amigo, mas pressa que Deus não acuda”... Recebeu o dinheiro e forneceu novamente ao desconfiado freguês.

Contam ainda que, certa vez, precisando o padre José Carneiro, seu adversário político e talvez o motivo de sua aparente aversão clerical, de uma certidão de registro do seu nascimento, não a encontrou. Certamente porque não fora dada a busca como devia ser feita ou porque a guarda dos livros da igreja houvesse dado fim, a verdade é que o “assento” não foi encontrado. Dedé aproveitou-se disso para fazer gozação e dizia para os amigos em tom de mófa: “Eu bem dizia que o padre Carneiro não era cristão...”

Dedé era filho de Francisco Pacheco e de Brasilina Fontenele Pacheco que, por sua vez, era filha do Coronel José Joaquim Fontenele Sobrinho.

5.16 GERAÇÃO PRIVILEGIADA

Francisco Saldanha Fontenele nasceu em Camocim, no final do século passado. Era filho do funcionário da antiga RVC, Manuel Saldanha Fontenele.

Cedo, o Jovem Francisco ingressou na mesma repartição, sendo logo promovido a Agente de Estação, servindo na linha de Baturité.

Durante uma sua pequena permanência nesta Capital, casou-se com Francisca Costa Fontenele, de onde nasceram 10 filhos. Faleceu em 1948, deixando a numerosa prole em idade escolar. Desse acontecimento, resultou maior esforço da viúva, lutando desesperadamente para dar uma educação mais esmerada aos seus filhos.

O mais velho do grupo, demonstrando a sua grande vontade de estudar e vencer, tratou de estimular os mais novos e o resultado foi saírem todos bem sucedidos. São os seguintes

1. Valdizar Fontenele – advogado com larga clientela em Fortaleza e Secretário da Justiça do Trabalho.
2. Valdecílio Fontenele – médico em Fortaleza.
3. Valderilo Fontenele – também formado em Medicina.
4. Valdomir – médico. Os três médicos fundaram e dirigem com muito apuro uma sociedade beneficente que leva o nome de seu genitor – Francisco Saldanha Fontenele – sociedade esta localizada no bairro de Antônio Bezerra, em nossa Capital.
5. Alberi Saldanha Fontenele – formado em Direito.
6. Francisco Saldanha Fontenele Filho – formado em Direito. Com os irmãos formados em idêntica profissão, formam uma espécie de sociedade onde os três funcionam convenientemente.
7. Valdeneide Fontenele – casada com o médico Geraldo Furtado Timóteo.
8. Valderina Fontenele – casada com José Pinheiro da Costa, comerciante nesta Capital.
9. Valdenice Fontenele – casada com Átila Nogueira de Queiroz, médico em Fortaleza.
10. Valdenira Fontenele – casada com Luiz Florentino de Góes.

Na verdade, seja dito que os bons anjos estiveram sempre vigilantes em torno dessa família de órfãos que não perderam tempo em seguir, cada um, a trilha percorrida pelo mais velho dos irmãos, enquanto a matriarca, terna e persistente, cuidava para que nada lhes faltasse. Foi um exemplo digno de ser imitado, porquanto se sabe que nem todos têm igual destino. O anjo tutelar dos bons fados é o guardião indormido dessa família hoje feliz.

5.16.1 Saldanha / Fontenele (ORIGEM DO SOBRENOME SALDANHA)

Da segunda geração dos Britos Passos, cita-se Eduardo de Brito Passos, fazendeiro abastado, morador na Fazenda Pedras de

Fogo. Esta fazenda está situada à margem da estrada Granja-Viçosa. No tempo ao qual fazemos referência, era uma parada obrigatória, ponto de pousada para as pessoas que transitavam com destino a qualquer das duas cidades vizinhas.

Entre os passageiros que gozavam da pródiga hospitalidade do fazendeiro Eduardo de Brito, citamos o visitador diocesano João José Saldanha Marinho, raro passageiro que recebia as simpatias totais do dono da casa. Tanto é verdade essa versão que Eduardo falou francamente da simpatia que lhe causava o "sobrenome Saldanha Marinho". Veio a cobiça e a permissão. Com a aquiescência do visitador, sobreveio o sobrenome de Saldanha no menino Manuel, filho do fazendeiro Eduardo, ficando o jovem a chamar-se Manuel Saldanha de Brito.

Em 1843, o portador desse cobiçado nome contraiu núpcias com Umbelina Fontenele, filha do Capitão Plácido Fontenele (3.7), fazendeiro morador do lugar Recanto, do município de Granja. Por sinal, as festanças tiveram um caráter quase que coletivo, do ponto de vista familiar. Casou-se, não somente Umbelina, nesse dia, como também Geminiana com o Capitão João de Pinho Pessoa e Jesuína com o seu primo José Raimundo Fontenele.

Manuel Saldanha situou-se no vale do Ibuaçu, cujo terreno era de fertilidade impressionante, proporcionando ao seu possuidor as graças de tornar-se opulento em prazo relativamente prodigioso.

O casal Saldanha/Umbelina registrou 10 filhos, todos residentes em derredor do patriarca.

Manuel Saldanha era militante da política liberal que obedeceu à chefia do Senador Paula Pessoa, sob a orientação do Cel. Inácio Fortuna, sobrinho desse eminente homem público. Em razão disso, Ibuaçu tornou-se um importante feudo do liberalismo então vigorante, chegando mesmo a pesar na balança das decisões eleitorais por longo tempo.

Durante quase século e meio, predominou a liderança da família Saldanha que, dissociada do sobrenome ancestral, honrou a memória de Saldanha o "Marinho" e que hoje, apesar do decréscimo político, ainda continua. Onde houver um Saldanha, aí estará a homenagem ao seu inspirador...

Do casamento do Capitão Manuel Saldanha de Brito, ocorrido em outubro de 1843, com Umbelina Fontenele, filha do Capitão Plácido Fontenele, nasceu o primogênito Eduardo Saldanha Fontenele, influente político da vila de Ibuaçu. Casou-se Eduardo com D. Zezinha, filha de Francisco Brício dos Santos, igualmente político e fazendeiro no mesmo distrito. Eduardo foi tenente da Guarda Nacional, no município de Granja. Faleceu quando atingia os 32 anos de idade, deixando quatro filhos:

2.1. Maria Zulmira – casada com Joaquim Pedro de Carvalho, que faleceu pouco depois, deixando três filhos.

3.1. José Pedro de Carvalho – militar do Exército, tendo sido reformado como capitão.

3.2. Eduardo Carvalho – gráfico e intelectual. Aposentou-se pela Imprensa Oficial do Estado.

3.3. Maria José – casada com João Evangelista de Lima.

2.1. Manuel Saldanha Fontenele – funcionário da Rede de Viação Cearense – RVC. Casou-se, em primeiro matrimônio, com Lília Fontenele, filha de Olegário Fontenele, tendo três filhos:

3.1. Eduardo Saldanha Fontenele – residente em Parnaíba-PI.

3.2. Almir Saldanha Fontenele – bancário, residente no Rio.

3.3. Francisco Saldanha Fontenele – funcionário da Rede de Viação Cearense – RVC, onde ocupou vários cargos dentre os quais o de Agente na Estação do Junco.

2.3. Maria Estelita – casada com José Inácio de Barcelos, conhecido como Zeca de Detrás dos Morros ou o “Zecão dos Serrotes”.

2.4. Umbelina – casada com o professor Joaquim Erasto.

5.16.2 Antônio Olegário

Olegário era sogro de Manuel Saldanha e neto de João Fontenele conhecido por “João das Covas”, homem que guardava dinheiro em cochos. Era genro do Cel. Antônio Almeida, capitalista granjense e abastado fazendeiro do município. D. Sinhá Trévia, filha de Olegário, casou-se com Giovani Trévia, italiano radicado em Camocim.

Vindo a falecer D. Lília, Manuel Saldanha casou-se em segundo matrimônio com Joana Fontenele, filha de João Porfírio Fontenele, que por sua vez era filho de Luduvica Fontenele e Pessoa Anta (ilegítimo). Pessoa Anta o adotou como filho legítimo, contemplando-o em seu testamento. Do segundo casamento de Maaueel Saldanha, com Joana Fontenele, nasceram filhos, dentre estes, João Saldanha Fontenele.

5.17 FEIJÓ / FONTENELE

(FAMÍLIA DE ~~ELOMENO BATISTA~~ FONTENELE E MARIA DE NAZARÉ FEIJÓ FONTENELE)

Florêncio

Esta família, foi formada pelo casamento entre Florêncio Batista Fontenele e Maria de Nazaré Feijó Fontenele. Eles tiveram 7 filhos, e ele – provindo de Campanário, aos 20 anos tornou-se comerciante na cidade de Angica (hoje Martinópolis) – vindo a casar-se com a graciosa filha do servidor da R.V.C. Manuel Feijó de Melo, isto aos 25 anos, formando assim, um lindo casal – ele com aquele porte altivo e ela com sua beleza da moça mais bonita do lugar. Estabelecendo-se ali, com negócio de tecidos, que eram fornecidos por João Pontes e Álvaro Dias, de Massapê, tornou-se um comerciante acreditado, graças ao cumprimento nos pagamentos de seus negócios. Também ali exerceu cargos políticos, tornando-se Prefeito Municipal à época, e graças a sua iniciativa mudou a denominação da cidade que era “Angica” para “Martinópolis”, a fim de homenagear o vigário de então, que se chamava Martins. Por isso Martinópolis – quer dizer “Terra de Martins”.

É certo que atrás de um grande homem, estará sempre uma grande mulher. Era ela Maria de Nazaré Feijó Fontenele. E, assim, os dois trouxeram seus filhos para Fortaleza em 1934 – a fim de educá-los, ficando Florêncio trabalhando com gêneros de exportação, através de sua empresa: “Florêncio Batista Fontenele”, na rua José Avelino 14.

Florêncio – vinha de uma família de 10 irmãos – filho que era do casal Tomaz Moreira Fontenele e sua prima Maria Moreira Batista, sendo 2º na escala dos nascimentos, sendo primogênito, Antônio Batista Fontenele, cuja ascendência, é a mesma de Antô-

nio, isto é, pelo lado paterno, tetraneto de Jean e pelo lado materno pentaneto de Jean (ver o capítulo de Antônio Batista Fontenele).

Florêncio tinha os seguintes irmãos:

- Antônio.
- **Florêncio.**
- Alberto.
- José.
- João.
- Manuel.
- Francisco.
- Joaquina.
- Maria.
- Joaquim, todos eles com sobrenome Batista Fontenele.

Cedo, Florêncio, Manuel e Antônio, vieram para Fortaleza, e todos tinham uma característica comum – a de amor à leitura. Contam inclusive que crianças ainda, o patriarca Thomas Moreira Fontenele, contratara os serviços de um professor, para em sua própria casa, ministrar aulas a todos os filhos. Qual não foi a surpresa, quando o mestre lhe pedira as contas, pois nada mais haveria por ensinar.

O velho mestre passou então a dizer a todos que “os filhos do Thomaz aprenderam rápido, tanto pelo interesse que tinham, mas muito mais pela “ajuda genética” com a qual nasceram.

Florêncio – à época era considerado o advogado (sem sê-lo) dos colegas comerciantes, e era, também, um devorador de livros e jornais. Por muito tempo ajudou seu advogado, o velho Dr. Carvalho Pereira, nas interpretações da Lei. Isto, numa ação que moveu contra um indivíduo que lhe enganara, e que por sinal, Florêncio teve êxito, antes de sua prematura morte.

Seu irmão Manuel – cedo veio para Fortaleza, e aqui se projetou colaborando no jornal “Unitário”, tendo sido o único jornalista a escrever um livro totalmente manuscrito “O Palmense” conforme diz o historiador Eusébio de Sousa.

Antônio Batista Fontenele – o autor deste livro, sempre voltado às leituras, mesmo durante os trabalhos na casa Oliveira, um homem – sempre atualizado, competente, escritor / editor, também sem se formar, demonstrou conhecimentos e uma cultura invejáveis.

Em 1950, Florêncio, morreu em desastre automobilístico, isto aos 48 anos de idade, deixando um nome respeitado junto ao comércio de Fortaleza, fato que ajudou muito a seus filhos na consolidação dos negócios de seu falecido pai, saindo eles do mercado interno e entrando no mercado externo. Hoje a empresa é tradicional indústria exportadora de castanha de caju (Irmãos Fontenele S/A) Curtumes, Cera de Carnaúba e no comércio (Metropolitan Residence Service). Fato estranho foi sua esposa, Maria de Nazaré Feijó Fontenele, ter falecido, 25 anos depois, no mesmo dia 22 de janeiro, ao conduzir flores para depositá-las no túmulo de seu querido Florêncio. Coincidência também aconteceu durante o atropelamento de Maria de Nazaré, verificado em frente à imagem de Cristo, que se localizava na entrada principal da igreja da Prainha – e mais curioso ainda foi Maria de Nazaré, ter o seu corpo coberto pela própria toalha do altar – a mesma onde o padre celebraria a missa de Florêncio.

Eram seus filhos:

2.1. Maria Stella Feijó Fontenele – nasceu em 1926. Fez seus estudos secundários no Colégio Imaculada Conceição e licenciou-se pela Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará. Concursada, era funcionária do então Instituto dos Industriários do Ceará, tendo abandonado tudo para ingressar na Ordem das Irmãs de Caridade, recebendo o nome de “Irmã Helena”. Foi durante muito tempo, professora do Colégio da Imaculada Conceição, lecionando Português, Inglês e outras matérias e além disso, exercido o cargo de Tesoureira-chefe do referido Colégio.

Alguns anos antes de sua morte, (1981), transferiu-se do Colégio da Imaculada para uma casa muito simples, no bairro do

pirambu, onde, junto com mais três religiosas, passou a se dedicar totalmente aos mais carentes dali, ensinando numa escola gratuita e exercendo também suas atividades filantrópicas junto ao povo daquele bairro, sendo por este motivo, muito querida por todos e que a chamavam de "Santinha". O então Senador Mauro Benevides, ao tomar conhecimento do seu falecimento, fez um pronunciamento em sessão no Senado, enaltecendo suas ações beneméritas – ele que a conhecia de longas datas e dando-lhe até o Título de Irmã Dulce do Ceará, pois mesmo nos seus últimos tempos de vida, muito doente, ela não esquecia os seus pobres, queria ter mais anos à frente, como dizia, para poder ajudá-los ainda muito mais.

2.2. Francisco Arnolfo Feijó Fontenele – Foi jornalista durante muito tempo, junto à imprensa local. Trabalhando vários anos na antiga Gazeta de Notícias, principalmente no setor futebolístico. Morou vários anos em São Paulo, onde se casou com Ondina Chicktaroff Fernandes e teve os seguintes filhos:

3.1. Wagner Luis – comerciante em São Paulo como Supervisor de "Marketing" da Symantec.

3.2. Edson Florêncio – funcionário da Empresa Manager Country Xilan.

3.3. Mauro – comerciante em Fortaleza.

3.4. Gerson – dirigente da empresa Work Keep Consultoria.

3.5. Andréa – estudante em Fortaleza.

Tendo regressado a Fortaleza, exerceu vários cargos de confiança na COELCE e hoje se encontra aposentado.

2.3. Álvaro Feijó Fontenele – Casado com Ruth Medeiros. Formado em Ciências Contábeis, exerceu por muito tempo, diversos cargos de chefia no Banco do Nordeste, de onde hoje está aposentado. Tem os seguintes filhos:

3.1. Lia – casada, nutricionista pela Universidade Estadual do Ceará.

3.2. Raquel – casada, fonoaudióloga pela Universidade de Fortaleza.

2.4. Humberto Feijó Fontenele – É economista, pela Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, exportador – industrial presidente do Grupo Irmãos Fontenele S/A – Grandes Curtumes Cearenses – Metropolitan Residence Service. Exerce a função de Cônsul Honorário da Dinamarca, Ex-presidente da Veneranda Associação Comercial do Ceará (2 mandatos), 1ª Vice-presidente da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC). Casou-se com Terezinha Studart Fonseca, já falecida, com quem teve os seguintes filhos:

3.1. Roberto – casado com Luiziana Esteves, industrial exportador, banqueiro, dirige Foncepi (Fontenele Ceras do Piauí S/A – Cera de Carnaúba) e a Royal Factoring Fomento Mercantil Ltda. São seus filhos:

- Roberto Filho, Humberto Neto, Ana Carolina e Rodrigo.

3.2. Regina Cláudia – casada com Thales Sampaio, diretora de Irmãos Fontenele S/A dirigindo o ramo de serviços do Grupo Humberto Fontenele, através do Metropolitan Residence Service. São seus filhos:

- Roberta, tendo 2 filhas (Thayná e Sarah)
- Karinne

3.3. Ricardo – casado com Flávia Mont'Alverne, diretor de Irmãos Fontenele S/A, dirige a parte de agricultura, através da Fazenda Louisiana no Piauí. São seus filhos:

- Marcela e Thiago

3.4. Renato – Diretor de Irmãos Fontenele, dirigindo os negócios de Grandes Curtumes Cearenses (couros) pertencente ao Grupo. De seu primeiro casamento com Cecília Ponte e Horta, já falecida, tem os seguintes filhos:

- Renata, Rafael e Rebeca.

Do seu segundo matrimônio com Luciana Castro Barbosa tem uma filha:

- Esterzinha.

3.5. Ronaldo – casado com Mirella Acciolly, é engenheiro civil e como vice-presidente do Grupo Humberto Fontenele, substitui o presidente. É responsável por todas as atividades da empresa em todas as áreas. Atualmente é Gerente Setorial do P.E.E. (Plano Especial de Exportação do Governo Federal) para área da Cajucultura. São suas filhas:

- Marianna, Manuella e Mirella

Humberto Fontenele, casou-se pela Segunda vez com a Dra. Francisca Maria Regadas Fontenele.

2.5. Maria Edice Feijó Fontenele – Fez seus estudos primários no Colégio Farias Brito e secundário no Colégio da Imaculada Conceição – licenciada pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, foi funcionária pública federal. Por concurso foi funcionária da Receita Federal por muito tempo, sendo hoje aposentada. São seus filhos:

- 3.1. Florêncio Flávio – comerciante na área automobilística.
- 3.2. João Neto – comerciante, dedicando-se aos negócios de imóveis.

Edice, pronunciou as seguintes palavras, durante a missa de 50 anos de falecimento de seu querido pai, Florêncio e de 25 anos de morte de sua mãe Maria de Nazaré.

“Faz precisamente 50 anos que neste dia, perdemos o nosso querido pai Florêncio. E há 24 anos nos foi tirada de nossas vidas, nossa mãe, Maria de Nazaré.

Desta corrente familiar quebraram-se esses dois elos queridos. Como se não bastasse a nossa dor, cinco anos depois, falecia nossa querida irmã Maristela, Irmã Helena, que era para nós, não só a irmã mais velha, mas a substituta de nossos pais. Tudo aquilo que nosso pai nos transmitiu: a sua bondade, a inteligência, a sua hombridade, até o tino comercial a nossa Irmã Helena herdou. Ficamos órfãos mais uma vez; de nossa mãe, que nos transmitia o seu grande amor materno, a sua bem querência, o seu modo de

tratar sensatamente os assuntos familiares. Depois dessas perdas, ainda perdemos a nossa madrinha que, na falta de nossos três entes queridos, ficou aqui, para sempre termos nela a lembrança do aconchego familiar.

Hoje, nos restam as grandes lembranças, as grandes saudades. Acordamos todos com estas perdas, mas não nos acostumamos. Para nós, ainda existe aquela família em nossas visões longínquas, daquele homem ao sair para o trabalho, dando-nos por conseguinte, esse seu exemplo maravilhoso de proporcionar a seus filhos, condições financeiras para educá-los e transmitir essas lições a seus filhos, netos e bisnetos.

Daquela mulher somente dona de casa, mas com idéias modernas, intuitivas; daquela irmã-mãe, a nos ajudar em tudo e daquela outra mulher doméstica (madrinha), simples, mas que nos cativou para toda a vida.

Resta-nos só o consolo de que, um dia estaremos todos juntos outra vez”.

2.6. Maria Nilza Feijó Fontenele Pinheiro – Comerciante. É casada com Antônio Pinheiro de Andrade, também comerciante. Estudou no Colégio da Imaculada Conceição, onde concluiu seu curso secundário. Teve dois filhos:

3.1. Valléria de Nazaré – Médica Pediatra.

3.2. Umberto Enrique – Comerciante na área automobilística.

5.18 BEZERRA DE MENEZES / FONTENELE

(FAMÍLIA DE MANUEL BATISTA FONTENELE E YARA BEZERRA DE MENEZES FONTENELE)

Manuel Batista Fontenele nasce a 2 de março de 1911, no município de Granja, filho de Thomaz Moreira Fontenele e de Maria Moreira Batista Fontenele. Ali, na sua infância estudou as primeiras letras, residindo então na cidade de Palma, onde foi revelando o fulgor de sua inteligência. Fundou no dia 29 de abril de 1928 o jornal “O Palmense”, órgão dos interesses gerais do município, todo feito à mão, de cujo assunto, a esse tempo, al-

guns jornais se ocuparam elogiosamente, inclusive o ilustre historiador Dr. Euzébio de Sousa. Ainda muito jovem, transferiu sua residência para Fortaleza onde passou a trabalhar como inspetor na Companhia Singer, de onde saiu para estabelecer-se por conta própria adquirindo a Tipografia América, ainda hoje pertencendo à família com a denominação de GRAFAM, Gráfica Editora Americana Ltda. Casa-se em 21 de janeiro de 1939 com Yara Bezerra de Menezes Fontenele, tendo os seguintes filhos:

2.1. Raul Eduardo Bezerra de Menezes Fontenelle, casado com Eremita Balreira Fontenelle, de cujo casamento nasceram os seguintes filhos:

3.1. Danielle Balreira Fontenelle, economista, sócia proprietária da GRAFAM, noiva de Maurício Fonteles, médico veterinário.

3.2. Isabelle Balreira Fontenelle, técnica em administração de empresas e aluna do curso de arquitetura da Unifor, casada com Gladson Mota, advogado.

3.3. Raul Eduardo Fontenelle Filho, sócio, proprietário da GRAFAM, casado com Viviane Pinheiro Goyana Fontenelle, pai de Raul Eduardo Fontenelle Neto.

3.4. Marise Balreira Fontenelle, acadêmica de Direito-Unifor.

Eremita Balreira Fontenelle falece a 2 de dezembro de 1996 deixando a família inconsolável e Raul Eduardo vem a falecer a 8 de maio de 1998 depois de uma rápida enfermidade.

2.2. Maria Tereza Bezerra de Menezes Fontenele, solteira, formada pelo Curso de Ciências Sociais e Biblioteconomia da UFC.

2.3. Luis Carlos Bezerra de Menezes Fontenele, engenheiro calculista, formado pela Escola de Engenharia de UFC. Casado com Lícia Gondim Fontenele pais de:

3.1. Manuel Batista Fontenele, noivo com Melissa Porto Montenegro, sócios proprietários da Agência Veja Turismo.

3.2. Maria Luiza Gondim Fontenele, concludente do curso de Engenharia Civil da UFC.

Manuel Fontenele era generoso, delicado e dedicado para com seus amigos, vivia sua vida com a serenidade dos homens sem grandes pecados. Martinz de Aguiar seu amigo maior, dedicou seu livro "Memórias de Filinto e Odorico" com a seguinte homenagem : "ao meu querido amigo Manuel Fontenele que teria morrido santo se não tivesse morrido tão cedo."

Manuel Fontenele falece a 25 de julho de 1948, aos 37 anos de idade, deixando inconformados sua esposa, seus filhos, sua família, seus numerosos amigos, seus colegas do meio da indústria tipográfica e seus muitos clientes. Sua viúva, Yara Bezerra de Menezes Fontenele vem a falecer a 5 de janeiro de 1990.

CAPÍTULO VI

César / Fontenele

(FAMÍLIA DE ANTÔNIO BATISTA FONTENELE E HOSANA CÉSAR FONTENELE)

6.1 ANTÔNIO BATISTA FONTENELE

NESTE CAPÍTULO começa o fim de nossa marcha através do tempo. Chegou a vez do autor fazer o seu modesto relato pessoal, não para exibir troféus ou para expor galardões na tela de sua própria obra, mas para reunir num só espaço deste livro aqueles que juntos vivem em seu coração.

Antônio Batista Fontenele é filho de Thomaz Moreira Fontenele, que nasceu a 18 de setembro de 1865, filho de Demétrio Rodrigues Moreira e de Joaquina Maria da Conceição Fontenele. Demétrio Rodrigues Moreira era filho de Plácido Rodrigues Moreira, neto de Manuel Simões Moreira e bisneto de Rodrigo Costa Araújo, o pioneiro que veio ter ao Coreau, no dia 2 de janeiro de 1700.

Seu Pai, Thomaz, era casado com a prima Maria Moreira Batista Fontenele, filha do Capitão Alexandre Simões Moreira, genro do Capitão Francisco Fernandes Batista, este último, filho do português Antônio Fernandes Batista, dono da fazenda Jaguarassuí (hoje Campanário). Alexandre Simões Moreira era trineto de Jean Fontenele.

Seu avô paterno Demétrio Rodrigues Moreira era genro de Florêncio Moreira Fontenele, casado com Tereza Maria de Jesus Fontenele, que morreu na Vila de Palma com 102 anos de idade.

Do lado paterno Antônio Batista Fontenele é tetraneto de Jean:

1. Jean Fontenele.
- 2.4. Agapita Fontenele.
- 3.4. Florêncio Moreira Fontenele.
- 4.1. Joaquina Maria da Conceição Fontenele.
- 5.1. Thomaz Moreira Fontenele.
- 6.1. Antônio Batista Fontenele.

Do lado materno é pentaneto de Jean:

1. Jean Fontenele.
- 2.4. Agapita Fontenele.
- 3.1. Maria Joaquina de Jesus Fontenele.
- 4.1. Manuel Simões Moreira.
- 5.1. Alexandre Simões Moreira.
- 6.1. Maria Moreira Batista.
- 7.1. Antônio Batista Fontenele.

Antônio Batista Fontenele nasceu no Campanário no dia 7 de janeiro de 1900. Desde criança, sentia forte inclinação pela leitura de jornais. Semanalmente, se deslocava até Martinópolis para apanhar as folhas editadas na época, principalmente “O REBATE” e “A LUCTA”, os de sua preferência.

Em 1920, foi trabalhar em Granja, na firma exportadora Joaquim Pereira de Oliveira & Filhos. Um mês depois, se reunia a seu amigo Ubatuba de Miranda na redação de um jornal que mandavam imprimir em Camocim, ao preço de quarenta mil réis por quinzena. O Juiz de direito da Granja, homem conhecido por sua intelectualidade, gostou desse jornal e nele passou a colaborar com proficiência.

“O Coreau” – era esse o seu nome – criou fama e deu fama a seus redatores. O jornal esteve em circulação somente 1 ano, em virtude de seu colega de trabalho ter-se transferido para Fortaleza. Quatro anos depois, sozinho, comprou máquinas e montou outro jornal “A COMARCA”, que viveu durante quatro anos. Quando sentiu que a cidade de Granja se tornava pequena, mudou-se para Sobral, onde durante 5 anos dirigiu “O Jornal”. Afinal, visualizando novos horizontes em Fortaleza, em 1935 transferiu-se para a Capital, onde manteve por mais de um ano “O Jornal”, vendido, posteriormente, ao então Deputado Federal Humberto Rodrigues. Em seguida, passou a explorar o ramo gráfico, em 1948, já contando com um bom elemento no mundo dos livros e com a colaboração de seu filho Leopoldo César Fontenele, recém-saído da Faculdade

de Direito, adquiriu a propriedade do *Almanaque do Ceará*, que apresentou com nova feição, durante 15 anos, sem receber nenhum estímulo do Governo. Criou, em seguida, a Editora "A Batista Fontenele" que manteve durante 10 anos e que mereceu a preferência de muitos escritores do Ceará. Esses escritores quando mencionam a publicação de seus trabalhos sempre fazem referência ao trabalho do editor de forma elogiosa.

No dia 20 de maio de 1924, na cidade de Granja, sob as graças de Deus, uniu-se em matrimônio com Hosana César Fontenele, companheira na luta diária e nos deslocamentos das cidades do interior – Granja, Sobral e enfim Fortaleza, sempre em busca de melhorar as condições de vida e de educação para seus oito filhos. Sua mulher morre a dez de fevereiro de 1975, como declara Fontenele na dedicatória deste livro, contando os anos, os meses e os dias – "A memória de minha insubstituível Hosana César Fontenele, que durante 50 anos 8 meses e 20 dias esteve ao meu lado, sob as bênçãos do céu", e a 25 de fevereiro de 1986 falece Antônio Batista Fontenele. Seus filhos são:

2.1 MARIA LENA FONTENELE FARIAS E SILVA

Nasceu na cidade de Granja. Fez seus primeiros estudos nos Colégios da Imaculada Conceição e Lourenço Filho, sendo que neste último estabelecimento de ensino concluiu o curso Ginásial e Normal. Na Universidade Federal do Ceará fez o curso de Pedagogia na Faculdade de Educação, tendo se especializado em Administração e em Supervisão Escolar. Casou-se com Lázaro Farias e Silva, bacharel em Administração e funcionário do antigo IPASE. O casal tem os seguintes filhos:

3.1. Lincon Fontenele Farias – formado em Economia, bancário, casado com Francisca Gouvêia de Farias, tem os seguintes filhos: Daniel e Melina;

3.2. Frederico Fontenele Farias – formado em Jornalismo pela UFC, solteiro, exercendo suas funções no Jornal O POVO;

3.3. Arnaldo Fontenele Farias – fotógrafo, casado com Georgia Brasileiro, tem um filho, Leonardo;

3.4. Patrícia Farias de Siqueira – formada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UFC, casada com o engenheiro José Firmino de Siqueira Neto, tem duas filhas: Larissa e Izabel;

3.5. Virgínia Fontenele Lannes – formada em Letras pela UFC, casada com Fábio Lannes, tenente-coronel da Força Aérea Brasileira, tem uma filha, Ingrid.

2.2 LEOPOLDO CÉSAR FONTENELE

Nasceu na cidade de Granja aos 27 de março de 1926. Em 1948, bacharelou-se em Direito, pela Faculdade de Direito do Ceará. Coursou a Universidade de Yale, nos Estados Unidos (1953 e 1954), onde obteve o grau de Mestre em Leis. Ainda nos Estados Unidos especializou-se em Finanças pela Universidade de Georgetown no ano de 1957. Regressando ao Brasil, concluiu o curso de Treinamento em Desenvolvimento Econômico do Banco do Nordeste. No campo de suas atividades culturais, mercê de sua especialização em Economia, publicou as seguintes obras:

- 1) Aspectos do Investimento Internacional – Editora Fundo e Cultura – 1960;
- 2) Mercado Brasileiro de Títulos – Banco do Nordeste – 1961;

Como tradutor:

- 1) Análise Econômica – Kenneth E. Boulding;
- 2) Banco de Desenvolvimento – William Diamond;
- 3) Prática de Análise Econômica – Joan Robson;
- 4) Finanças Públicas – Ursula Hichs.

Nos demais campos de atividades profissionais, além da prática advocatícia, foi Professor Catedrático de Teoria e Prática de Pesquisa da Escola de Administração da Universidade Federal do Ceará. Em 1965, exerceu o magistério como Professor da Uni-

versidade de Harvard (USA), no Seminário para Líderes Estudantis Brasileiros. Em Economia, funcionou como Técnico em Desenvolvimento Econômico e chefe do Departamento Econômico do Banco do Nordeste do Brasil-ETENE.

Leopoldo foi casado com Maria Vitória Cavalcante Fontenele, de cujo consórcio nasceram os seguintes filhos:

3.1. Maria Luci Fontenele Teixeira – formada em Ciências Contábeis, tendo em seu casamento com Luciano Teixeira, três filhos: Leopoldo, estudante de Direito, Newton, estudante de Direito e Luciana.

3.2. Regina Cavalcante Fontenele – solteira, formada em Administração;

3.3. Helena Fontenele Lanchuske – economista, casada com Mário Roberto Lanchuske, tendo uma filha, Lara;

3.4. Denise Fontenele Sabino Lopes – advogada, casada com o engenheiro Antônio Sabino Lopes, tendo uma filha, Mariana.

3.5. Marta Cavalcante Fontenele – solteira, advogada.

Em segundas núpcias, casou-se com Ursula Margot Martini Fontenele, tendo os seguintes filhos:

3.6. Carolina Margot Martini Fontenele – advogada, solteira analista judiciária do Superior Tribunal de Justiça;

3.7. Stefani Ana Martini Fontenele – advogada, casada com Bruno Romegnolli, economista;

2.3 LUCI CESAR FONTENELE

Nasceu em Granja e iniciou seus estudos primários em Sobral e depois em Fortaleza, no Colégio Lourenço Filho. Coursou a Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho, no período de 1943-1945. Em 1947, ingressa na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, ordem religiosa de origem alemã. Transferida para o Recife, concluiu, em 1952, o Curso de Geogra-

fia e História na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Recife. Na década de 60 retornou ao Ceará e dirigiu o Colégio Santa Isabel e em 1965 iniciou seus Estudos Tecnológicos na Universidade de Wuerzburg, Alemanha Ocidental. Após dois anos prosseguiu e concluiu seus estudos em Munique, no Instituto Superior de Catequética e Homilética de Munique. De 1971 a 1980 exerceu a função de Diretora do Colégio Santa Isabel. De 1980 a 1986 foi Vice Superiora Geral da Congregação com Generalato em New Jersey, U.S.A. De 1992 a 1998 trabalhou mais uma vez em U.S.A., como Superiora Geral da Congregação. Atualmente, exerce a função de Vice Diretora do Colégio Santa Isabel.

2.4 ANTÔNIO BATISTA FONTENELE FILHO

Nasceu em Granja a 3 de julho de 1929. Seus estudos primários e secundários foram realizados no Colégio Lourenço Filho e o científico no Colégio São João. Em 1950, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, onde colou grau em 8 de dezembro de 1955.

Suas atividades profissionais foram desenvolvidas inicialmente na Assistência Municipal e na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Posteriormente ingressou no magistério, sendo Professor-Adjunto da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Como médico, exerceu suas atividades no Hospital Geral de Fortaleza (HGF), Órgão da Previdência Social, de onde foi Diretor-Geral por vários anos.

Antônio Batista Fontenele Filho era casado com Regina Helena Arruda Fontenele, tendo os seguintes filhos:

- 3.1. Ana Lúcia Arruda Fontenele – farmacêutica bioquímica, divorciada, tem duas filhas: Rute e Lia;
- 3.2. Maurício Arruda Fontenele, solteiro;
- 3.3. Cristina Fontenele Bezerra de Menezes – arquiteta, casada com Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, economista do Banco do Nordeste, tem dois filhos: Letícia e Davi;

Antônio Batista Fontenele Filho faleceu em Fortaleza, a 19 de novembro de 1986, de infarte agudo no miocárdio, deixando sua família e seus amigos órfãos de sua presença, de sua amizade e de seu companheirismo.

2.5 HÉLIO CÉSAR FONTENELE

Nasceu a 13 de outubro de 1931, na cidade de Sobral. Em 20.4.1951, ingressou na carreira militar, saindo como aspirante a oficial em 21.12.55, pela Força Aérea Brasileira. Seguiram-se os processos da sua carreira. 2º Tenente em 10.07.56, Capitão em 22.04.64, Major em 31.03.69, Tenente-Coronel Aviador em 31.08.73 e finalmente Coronel em 30.04.80. No período da sua ascensão foram realizados por ele os seguintes cursos: 1) Academia da Força Aérea – Oficial Aviador (1955); 2) Curso de Bombardeiro-Médio (1956); 3) Piloto de Transporte Aéreo de Tropa (1963); Aperfeiçoamento de Oficiais (1967); e Curso de Estado-Maior da Aeronáutica (1972).

Comandos exercidos: 1) Esquadrilha de Adestramento da Base Aérea de Fortaleza (1957); Instituto de Vôo da Academia da Força Aérea (1959/1962); Comandante do Esquadrão de Comando da Base Aérea dos Afonsos (1966); Chefe de Operações do 1º/1º Grupo de Transporte de Tropas (1969/1969); e Chefe da Divisão de Planejamento da Diretoria da Administração do Pessoal de Aeronáutica (1973).

Condecorações: 1) Medalha do Mérito Santos Dumont; 2) Medalha do Mérito Tamandaré; 3) Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico-Grau de Cavaleiro; 4) Medalha do Mérito Naval Grau de Cavaleiro; 5) Medalha Honoris Causa do Paraguai; 6) Medalha Militar de Prata; 7) Medalha do Pacificador do Exército Brasileiro.

Hélio casou-se com Lia Anglada Fontenele, tendo os seguintes filhos:

3.1. Valéria Anglada Fontenele – divorciada, tem uma filha, Amanda;

3.2. Liliane Anglada Fontenele – solteira, psicóloga;

3.3. Ricardo José Anglada Fontenele – casado com Livia Neves Fontenele, tem um filho, Victor.

Hélio vem a falecer no Rio de Janeiro, no dia 26 de dezembro de 1999.

2.6 MARIA DO AMPARO FONTENELE CESAR

Nasceu em Sobral. Seus estudos primários e secundários foram realizados no Colégio Santa Isabel e o Científico no Colégio da Imaculada Conceição. Em 1954, ingressa na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, onde colou grau em 8 de dezembro de 1958. Em 1960, ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da UFC, tendo colado grau em 1963. Em novembro de 1960 prestou concurso para Técnico em Desenvolvimento Econômico do Banco do Nordeste e Universidade Federal. Como candidata aprovada, cursou o Programa de Treinamento em Desenvolvimento Econômico, promovido pelo BNB/UFC. No período de janeiro/julho de 1961. No final desse período foi convidada a integrar, na qualidade de assessora, a equipe técnica do então Conselho Técnico de Economia. Criada a SUDEC – Superintendência do Desenvolvimento do Ceará, foi escolhida, em julho de 1963, para compor a equipe básica que organizaria aquela superintendência. Desempenhou várias atividades de junho de 1963 a setembro de 1976: Chefe da Assessoria Técnica, Chefe do Departamento de Planejamento, Coordenadora de projetos e Assessora Técnica. No ano de 1964 realizou dois cursos nos Estados Unidos: na University of Pittsburg, sobre Administração de Projetos de Desenvolvimento e na Michigan State University, sobre Comunicações.

A 15 de setembro de 1976 assumiu a Chefia do Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria de Indústria e Comércio do Ceará, onde reuniu uma equipe que reestruturou aquele órgão, montou vários projetos, carreando para o Ceará novos recursos para aquela área.

Desde maio de 1979 é Chefe da Assessoria de Promoção de Investimentos e Negociações da CDI-CE, entidade que contou com a sua colaboração especial na fase inicial da sua implantação.

Já publicou vários trabalhos entre os quais *Cadastro Industrial do Ceará*, *Diagnóstico de Indústria*, *Incentivos Fiscais e Financeiros para o Ceará*, *Informações Básicas para o Investidor*, *Alternativas de Investimento no Ceará*, etc.

Casou-se em 1966 com seu primo, o médico-cirurgião Expedito Cesar, com quem teve dois filhos:

- 3.1. Ana Beatriz Fontenele Cesar – solteira, médica;
- 3.2. David Fontenele Cesar – estudante de Direito. .

2.7 CELINA FONTENELE GARCIA

Nasceu em Fortaleza. Seus estudos primários e secundários são realizados no Colégio Santa Isabel e no Colégio Lourenço Filho e o Curso Normal no Colégio Juvenal de Carvalho. Em 1963 casa-se com Francisco de Assis Garcia, Professor de Francês do Colégio Militar de Fortaleza e da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Ceará. Em 1973, licencia-se pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Ceará em Língua e Literatura Francesa e Portuguesa. Tem diploma de Língua e Literatura Francesa da Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de L'Université de Nancy, França. É Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFC, desde 1988, com a dissertação *A escola, personagem da literatura brasileira* e é Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais, desde 1994, defendendo a tese sobre o memorialismo de Pedro Nava intitulada *A escrita frankenstein de Pedro Nava*. Com esse ensaio recebe o *Pêmio Osmundo Pontes de Literatura*, em 1996, sendo publicado em livro, nas Edições UFC, em 1998. Professora de Literatura Brasileira e de Literatura Comparada do Departamento de Letras do Centro de Humanidades da UFC, através de Concurso Público realizado em setembro de 1981.

Fez vários cursos, participou de Seminários e Congressos nacionais e internacionais, entre os quais destacamos: Curso de Especialização em Literatura luso-brasileira: “Modernismo: “ORPHEU” e Geração de 22” (agosto de 79 a julho de 80); “Modernismo: Geração de 30 e neo-realismo” (agosto de 80 a junho de 81); “Modernismo: Geração de 45” (agosto de 81 a julho de 82).

Fez tradução do francês para os cursos dos quais participava como a “História da Autobiografia”, tradução do capítulo II de *L'autobiographie en France* de Philippe Lejeune (mimeografado); “Interpretação Psicanalítica da Produções Culturais e das Obras de Arte”, tradução de *Critique Sociologique et Critique Psychologique* de Adré Green (mimeografado) e *Concepções de Universidade*, tradução de *Conceptions de l'Université* de Jaques Dréze et Jean Debelle. Edições UFC, Fortaleza, 1983.

Publicou vários ensaios para a *Revista de Letras* da UFC: “Victor Hugo, o mago do romantismo” – jul/dez-jan/jun 1985/86, p.165-174; “Nava leitor de Proust”, vol.16, n.1/2, jan/dez 1994; “*Bau de ossos e o Laboratório da escrita*”, vol.17, n.1/2, jan/dez 1995, p.30-35.

Participou de Congressos nacionais e internacionais: Comunicação ao II Congresso da ABRALIC, agosto de 1990, UFMG. ANAIS, v:3, p.249-254, 1991; “Pedro Nava e a fórmula do Frankenstein”. Boletim de Centro de Estudos Portugueses, Fale, UFMG. V.14, n.17, jan/jul 1994, p.94-105; “A construção irônica dos contos de Guimarães Rosa. PUC, Belo Horizonte, Minas, 24 a 28 de agosto de 1998; “Milton Dias e Relembrações, escrita memorialista?”. Comunicação na XVI Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste, 02-04 de setembro, p.124, UFC, Fortaleza, CE, 1998; “Escritores brasileiros em movimento: divulgação em periódicos portugueses”. Comunicação no 17º Encontro de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa, UFNG/PUC Minas, agosto 99; “A Construção teatral irônica de ‘O Espelho’ de Machado de Assis e de Guimarães Rosa.” Comunicação na XVII Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste, setembro 99; e os verbetes “Manuel de Oliveira Paiva” e “Guimarães Passos” para

Enciclopédia Biblos VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa, II Vol. Lisboa, 1999; “Relembanças, escritas memorialista”. *VestESTRAS*, Jornal O POVO, novembro 99; “A questão da Autobiografia e o papel da Memória em Pedro Nava”, palestra realizada na Academia Cearense de Medicina, 12 maio 99.

É a atual Chefe do Departamento de Literatura do Centro de Humanidades da UFC, e professora do Mestrado em Letras da UFC. Casada com o professor Francisco de Assis Garcia, tem os seguintes filhos:

3.1. Roberta Fontenele Ramalho – casada com José Ramalho Neto, tem os seguintes filhos: José e Linda.

3.2. Natalia Fontenele Garcia – advogada, solteira.

3.3. Cristiano Fontenele Garcia – casado, separado, tem os seguintes filhos, Isabel e Lucas.

3.4. Raquel Fontenele Garcia Pontes – advogada, casada com Jean Yury Aguiar Pontes.

3.5. Bernardo Fontenele Garcia – arquiteto, solteiro.

2.8 SILVIO CESAR FONTENELE

Industrial, herda de seu pai a vocação, adquire experiência durante os anos que trabalha na Tipografia Royal e faz amizades no seu meio de trabalho. Faleceu, em Fortaleza, no dia 25 de julho de 1986, aos 47 anos de idade. Divorciado de Irene Maciel, teve com ela dois filhos:

3.1. Délio Amora Maciel Neto;

3.2. Silvio Cesar Maciel Fontenele.

Do segundo casamento com Estelina Lopes Fontenele teve um filho:

3.3. Hélio Lopes Fontenele.

CAPÍTULO VII

Notas Incompletas

POR AUSÊNCIA de informações que nos levem a realizar um trabalho mais ou menos perfeito e, no intuito de sermos úteis àqueles que por ação confiam em nossas pesquisas, apresentamos alguns "retalhos" genealógicos que, se não servirem para um completo esclarecimento, servirão pelo menos para oferecer um roteiro. Queremos, outrossim, informar que de nossa parte julgamos haver cumprido considerável parcela de nosso dever. Prossegamos com o pouco que possuímos:

1 ANTÔNIO MOREIRA DE ALBUQUERQUE

Antônio Moreira de Albuquerque é filho de José Cláudio de Albuquerque, bisneto de José Demétrio Moreira, sendo que este, por sua vez, era bisneto de Jean Fontenele. Reside em São Paulo, onde exerce atividades profissionais como advogado e funcionário público.

2 ADUALDO BATISTA DE ARAÚJO

Adualdo, filho de Francisco André de Araújo e de Joaquina Batista de Araújo, bisneta de Alexandre Simões Moreira e trineta de Jean Fontenele. Professor e fundador do Colégio Farias Brito em Fortaleza. Em 1937, formou-se em Direito. Faleceu em 1942, em pleno vigor do seu entusiasmo cultural. Deixou apenas um filho, Dr. Adualdo Ariosto de Araújo, que reside no Rio de Janeiro, e é advogado do Banco Mercantil.

3 JOSÉ COELHO DE ALBUQUERQUE

O Capitão José Coelho de Albuquerque, pessoa grada da sociedade viçosense, em cujo Município foi abastado agricultor e proprietário de bons sítios na região Ibiapana, exerceu por algum tempo o cargo de Prefeito Municipal de Viçosa. Era casado com D. Leonília Gonçalves de Paula, de cujo consórcio nasceram os seguintes filhos:

2.1. Antônio Coelho de Albuquerque – formado em Direito, em 1925. De Promotor de Justiça passou a Presidente do Tribunal de Contas do Estado, tendo sido reeleito sucessivas vezes.

2.2. Abílio Coelho de Albuquerque – engenheiro-agrônomo e funcionário do Banco do Brasil, exercendo suas atividades em Iguatu.

2.3. Alípio Coelho de Albuquerque – cirurgião dentista, domiciliado em Fortaleza. É casado com D. Constância Barcelos.

4 MARIA LUIZA FONTENELE PAULA RODRIGUES

Nasceu em Sobral. É filha do Dr. Egberto de Paula Rodrigues e de Iara Fontenele Paula Rodrigues. Formada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1973. Exerceu o cargo de promotora pública nas seguintes comarcas: Pacajus, Pacoti, Uruburetama, Tauá, Redenção e Baturité. Atualmente trabalha na Procuradoria da Justiça, em Fortaleza.

Seus avós maternos: Júlio Lima Rodrigues e Domitília Fontenele Rodrigues, esta, filha de Plácido Benício Fontenele que, por sua vez, era bisneto de Jean Fontenele.

5 NOGUEIRA FONTENELE

O Sargento-Mor Felipe Benício Fontenele, o primeiro viçoense nascido em “águas viçoenses”, em 1767, era pai de José Severino Fontenele, que nasceu no dia 8 de novembro de 1821 e faleceu a 11 de novembro de 1884.

José Severino casou-se em primeiro matrimônio com Rosa Francisca Fontenele, filha de Paulo Fontenele, mártir da Revolução do Equador e falecido em Tauá, no ano de 1824. Maria Rosa do Espírito Santo era o nome da segunda mulher, sendo ambas filhas do padre José Sancho Lelou e sua cunhada Rosa do Espírito Santo Magalhães.

Do primeiro matrimônio de José Severino nasceram diversos filhos. Com o falecimento da segunda mulher, Severino casa-se com Maria da Penha Beviláqua, nascendo, entre outros:

2.1. Idomeu Beviláqua Fontenele – cirurgião-dentista;

2.2. Firmo Fontenele – casado, em Viçosa, com Cleonice Fontenele. Deste casal nasceu José Nogueira Fontenele, o conhecido Fontenele que a princípio trabalhou na “Folha do Povo”. Tornou-se técnico na arte gráfica e por fim galgou uma função de destaque quando instalada nesta cidade a Delegacia do Ministério do Trabalho, em 1933, repartição na qual se aposentou.

2.3. Valdemiro Fontenele – estabelecido com escritório de representação em nossa Capital.

6 JOSÉ ALCY FONTENELE

José Alcy nasceu no distrito de Campanário, no município de Granja. É filho de João Batista Fontenele e Maria Belchior Fontenele.

Fez as primeiras letras na cidade de Parnaíba, no Piauí. Mudou-se para o Rio de Janeiro. Ali adquiriu bases culturais que lhe fizeram granjear um lugar na Faculdade de Medicina daquela Capital, onde posteriormente formou-se em Medicina. É médico-clínico de um hospital do INPS no Rio de Janeiro.

7 JOÃO BATISTA FONTENELE

João Batista Fontenele, bacharel em Direito, é filho de Alfredo Fontenele e de Raimunda de Castro Fontenele (D. Mundinha). For-

mou-se em 1952. Nesse ano, concorreu a uma Cadeira na Assembléia Legislativa do Estado, como representante do município de seu nascimento, Viçosa, não logrando eleger-se. Atualmente é Professor Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. João Batista Fontenele é genro do professor Humberto Fontenele.

8 PADRE FRANCISCO EUDES FERNANDES

Francisco Eudes é filho do major Vicente Fernandes Rodrigues e de sua mulher Maria Fontenele Femandes. Nasceu no sítio Santo Antônio, no dia 20 de setembro de 1910. Ordenou-se em 21 de setembro de 1935 e foi provisionado pároco de Santo Antônio do Aracati.

Serviu no vicariato de Meruoca, Coreau, Chaval e, por fim, em Martinópolis. Sua genitora era bisneta de Agapita Fontenele, filha de Jean Fontenele.

9 FRANCISCO IRAPUÃ MAGALHÃES

Francisco Irapuã Magalhães nasceu no Estado do Pará. Seus pais são João Porfírio Magalhães e Francisca Vasconcelos Magalhães. Ela, filha de José Correia Vasconcelos e Cândida Fontenele que, por sua vez, era filha de José Joaquim Fontenele Sobrinho, bisneto de Jean Fontenele. Irapuã formou-se pela Faculdade de Direito da UFC, em 8 de dezembro de 1948.

10 MONSENHOR FRANCISCO FELIPE FONTENELE

Monsenhor Felipe Fontenele nasceu em Viçosa, aos 5 de abril do ano de 1898. Filho de José Felipe Fontenele e de Cândida Lúcia Fontenele. Ordenou-se em 15 de abril de 1922, em Sobral. Foi vigário de Independência e Ipueiras. Foi Monsenhor-Camareiro de Sua Santidade o Papa Pio XII e reside atualmente em Sobral.

11 FAMÍLIA PEREIRA FONTENELE

Edmar Pereira Fontenele – comerciante estabelecido em Belém do Pará, onde desfruta de muito prestígio nos meios sócio-econômicos da “Terra-do-Açaí”. Nasceu no lugar Ipueiras, município de Luiz Correia, no Piauí.

Edmar é filho de Henrique Pereira Fontenele, agricultor e criador de gado no lugar Lagedo, no município de Luiz Correia. Esse Município, sob o nome de Amarração, já pertenceu ao Ceará. Em 1882, houve uma troca de territórios entre os dois Estados: Piauí e Ceará. Crateús ficou pertencendo ao Ceará.

Henrique Pereira, pai de Edmar, é filho de Felipe Pereira Benício Fontenele, nascido a 30 de janeiro de 1913 e de Vicentina Maria Fontenele. Vicentina residia no lugar Curral Velho, no município de Granja. Felipe Benício, por sua vez, era filho de José Francisco Fontenele, residente no lugar Boqueirão, distrito de Ubatuba, município de Granja. A mulher de José Benício chamava-se Maria Damasceno Fontenele, da descendência de Amaro Fontenele. Todos são, portanto, oriundos do francês Jean Fontenele.

12 CEL. FRANCISCO AMÉRICO FONTENELE

Francisco Américo Fontenele nasceu no Rio da Janeiro, em 1921. Formou-se na Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos, em 1943, no posto de Oficial-Aviador. Fez cursos de aperfeiçoamento em Cumbicas, Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior de Aeronáutica e diploma da Base da Força Aérea norte americana, de Scott, Illinois.

Chefiou o Serviço de Proteção ao Vôo da 1ª e 2ª Zonas Aéreas. Exerceu o cargo de Prefeito da Aeronáutica e comando do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da FAB, em São José dos Campos e chefe do Serviço de Tráfego Aéreo da Diretoria de Rotas Aéreas. Alcançou notabilidade nacional quando assumiu a chefia do Serviço de Trânsito da Guanabara, no período de governo do Sr. Carlos de Lacerda. O êxito de seu trabalho naquele Estado

levou outros governadores a convidá-lo para resolver problemas de trânsito em suas Capitais, como ocorreu em Belém, São Luis e ultimamente em São Paulo.

A convite do Governador Abreu Sodré – São Paulo – em 1966, esteve estudando o Trânsito da Capital paulista, juntamente com uma equipe de engenheiros. No início da administração ele assumiu a direção do DST paulista, órgão a que imediatamente transformou em Departamento Estadual de Trânsito.

Nesse serviço, introduziu surpreendentes modificações e pôs em prática a sua Operação Bandeirante, alterando radicalmente todo o sistema viário da Capital de São Paulo. Dentre outras modificações, instituiu o sistema de rótulas – principal e secundária – mão única nas avenidas principais. Duas alterações criaram grande celeuma: a desapropriação da Estação Rodoviária e a retirada de ônibus do centro da cidade e isso sem falar na mão única na Rua Celso Garcia. Após dois meses de controvérsias e de campanhas pros e contras de debates públicos e plebiscitos, o Governador Sodré o demitiu da direção da DET.

Fontenele abandonou o posto, mas não a luta. Em programas de rádio, em atividades jornalísticas e programas de TV, continuou a pregação de suas idéias em defesa de sua filosofia de trânsito. Num programa de TV, a 8 de julho de 1967, no Canal 5, de São Paulo, ao ser entrevistado em a “Roleta Paulista”, foi acometido de mal súbito, dando entrada, já morto, no Pronto Socorro da Barra Funda. Seu enterro se deu no cemitério de São João Batista, no Rio e foi um dos mais concorridos já registrados naquele campo-santo.

(Do Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado POMAR).

13 FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES SOBRINHO

Paula Rodrigues, é filho do Dr. Egberto Paula Rodrigues e Marina Fontenele Rodrigues. São seus avós paternos Tomaz de Paula Pessoa Rodrigues e Francisca Carolina de Paula Rodrigues. Maternos, o Capitão Júlio Lima Rodrigues e Domitila Fontenele

Rodrigues, esta, filha do Major Plácido Benício Fontenele, bisneto do francês Jean Fontenele. Pelo lado paterno, o jovem doutor Francisco de Paula Rodrigues é bisneto do Conselheiro Rodrigues Júnior e trineto do Senador Paula Pessoa, de Sobral. É formado pela Escola de Engenharia da Universidade do Ceará.

14 MARCOS ROBERTO RODRIGUES DO MONTE SILVA

Marcos do Monte é natural de Sobral. Seus pais são Gutemberg do Monte e Silva e Marina Fontenele Rodrigues. Formou-se pela Faculdade de Direito do Ceará, na turma de 1964.

No campo de suas atividades profissionais, participa da administração da Universidade Federal do Ceará.

É neto do Cel. José Tomaz do Monte e Silva, antigo comerciante de São Benedito. Pelo lado materno, é neto do Cel. Júlio Lima Rodrigues, casado com Domizinha Fontenele.

Por ascendência materna, vem do Cel. José Raimundo Fontenele, influente político de Viçosa e que, por sua vez, era bisneto do francês Jean Fontenele.

15 OSMAR FONTENELE

Osmar Fontenele nasceu em Fortaleza, no ano de 1915. Formou-se em Agronomia e especializou-se em Biologia Pesqueira. Coordenou os trabalhos de erradicação da piranha em algumas bacias hidrográficas do Nordeste. Publicou várias obras das quais se destacam: Nota Preliminar – para o conhecimento da biologia do tucunaré (1945); Contribucion al conocimiento de la Biologia del Pirarucu (Colômbia); Aumento da Produtividade Pesqueira dos Açudes – pela melhoria da aparelhagem de pesca (1960); Resultados da Alimentação de Pescado do Piauí (1965).

Osmar é filho de Justiniano Fontenele, antigo comerciante em Fortaleza que, por sua vez, era filho de Silvino Antão Fontenele, de Viçosa.

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Dunshee de – *Governos e Congressos da República*.
- BARROSO, Gustavo – *Livro dos enforcados*.
- BARROSO, Gustavo. – *À margem da história*.
- BEZERRA, Antônio – *Impressões de Antônio Bezerra*.
- BEZERRA, Antônio. – *Notas de viagem*.
- BOUVIER, Bernardo – *Colóquios sobre a pluralidade dos mundos*.
- CAMPOS, Humberto – *Memórias*.
- CARTA RÉGIA passada em 1739 sobre a exploração de Minas na Serra da Ibiapaba.
- CEARÁ. Anais da Assembléia Legislativa da Província.
- DATAS de Sesmarias. 12v.
- DECRETO nº 1206 de 10 de agosto de 1867, institui a Freguesia, desmembrando-a da Jurisdição Eclesiástica da Freguesia de Granja/Ceará, 1867.
- ENCICLOPÉDIA Barsa, 1964.
- ENCICLOPÉDIA dos Municípios Cearenses.
- ENCICLOPÉDIA dos Municípios Piauienses.
- FONTENELE, Antonino – Arquivos do Professor Antonino Fontenele.
- FONTENELE, Edgar Bezerril – Instituição da Família Fontenele no Ceará – A chegada do engenheiro de Minas, o Francês Jean Fontenele na Ibiapaba, em 1743, Fortaleza.
- FONTANEILLES, João. Carta Dirigida por Jean ao Capitão-Mor do Ceará em 1787 (Ipsis litteris).
- FORTALEZA. Arquivos da Secretaria do Arcebispado.
- FRANCO, Pedro da Rocha. Declaração testamentária, no Cartório de Aquiraz, datada de 25 de julho de 1754.
- FROTA, José Tupinambá da, Dom – História de Sobral.
- GIRÃO, Raimundo – Pequena História do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária da UFC.
- LEI nº 1.316 de 24 de setembro de 1870, eleva a Município Vila da Palma, antiga "Várzea Grande"/Ceará, 1870.
- MARTINS, Vicente, Mons. – Biografia de João de Andrade Pessoa Anta.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ, Fortaleza, 1917.

- _____. História Eclesiástica de Granja.
NOGUEIRA, Paulino – Vocabulário Indígena.
NOVO Dicionário Enciclopédico Ilustrado Pomar.
PEREIRA, Alexandre – Inventário no Cartório de Granja / Ceará.
PERNAMBUCO. Documentação Histórica.
_____. Governo da Capitania/ Despacho do Governador concedendo a 1ª Sesmaria a RODRIGO DA COSTA ARAÚJO, Olinda 7 de janeiro de 1702.
REGISTRO de patente de uma das Companhias de Ordenança a Cavalo de Vila Viçosa Real referendada a João Fontenele. Vila de Fortaleza de N.S. da Assunção do Ceará Grande, 19 de fevereiro de 1784. (Ipsis litteris).
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DO CEARÁ, Fortaleza, 1917.
_____. Fortaleza, 1 (3) : 199, 1921.
SAMPAIO, Teodoro. O Tupi da Geografia Nacional. 3. Ed. 1928.
STUDART, Barão de – Dicionário Biobibliográfico Cearense. V. 1º e 2º.
MARTINS VICENTE (pe) – Notas para a História do Ceará, 1912.
VICTOR, Hugo – Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará. Pesquisas em Cartórios Cíveis e Arquivos Eclesiásticos.

O Autor consultou ainda Arquivos de pessoas da família; depoimentos orais que passaram de geração a geração; consulta a Jornais e Anais que vieram preencher as lacunas existentes. E as amizades sinceras de A. BATISTA FONTENELE que sempre o estimularam no seu trabalho, incentivando-o para a conclusão do mesmo.

Impresso na Oficina Gráfica SENAI / CE / CEMEP - AUA

Capa: Cleoman